



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIANA PEREIRA RAMALHO

**MINAS NOVAS: UM PROJETO DE PROVÍNCIA NOS SERTÕES –
POVOAMENTO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NA FREGUESIA DE
SÃO PEDRO DO FANADO (1834-1857)**

Mariana-MG
2018

JULIANA PEREIRA RAMALHO

**MINAS NOVAS: UM PROJETO DE PROVÍNCIA NOS SERTÕES –
POVOAMENTO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NA FREGUESIA DE
SÃO PEDRO DO FANADO (1834-1857)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: Poder e Linguagens.

Linha de Pesquisa: Poder, Espaço e Sociedade.

Orientadora: Cláudia Maria das Graças Chaves

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais-UFOP
2018

R165m

Ramalho, Juliana Pereira.

Minas Novas [manuscrito]: um projeto de província nos sertões ? povoamento e concentração fundiária na freguesia de São Pedro do Fanado (1834-1857)/ Juliana Pereira Ramalho. - 2018.

335f.: il.: color; grafs; tabs; mapas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Maria das Graças Chaves.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Posse da terra. 2. Terras - Distribuição - história. 3. Projetos de desenvolvimento econômico. 4. Minas Novas (MG). I. Chaves, Cláudia Maria das Graças . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(815.1)



Juliana Pereira Ramalho

“Minas Novas: um Projeto de província nos sertões - povoamento e concentração fundiária em Minas Novas (1834 - 1857)”

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada no dia 8 de maio de 2018.

Profa. Dra. Cláudia Maria das Graças Chaves

Departamento de História/UFOP

Prof. Dr. Angelo Alves Carrara

Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade

Departamento de História/UFOP

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Departamento de História/UFF

Prof. Dr. Raphael Freitas Santos

Departamento de História/ CEFET-MG

A Joanita Pereira Esteves, minha mãe,
pelo grande amor; e a Luan pelo afeto e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), juntamente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, pela concessão da bolsa de estudos que propiciou a minha dedicação a esta pesquisa e concretização deste trabalho.

À professora Cláudia Maria das Graças Chaves, pela disponibilidade, dedicação, atenção e pelo profissionalismo na orientação deste trabalho.

Ao professor Francisco Eduardo de Andrade, pelas relevantes considerações feitas durante o exame de qualificação.

Ao professor Ângelo Alves Carrara, pela contribuição no exame de qualificação e pela constante generosidade com o fornecimento de documentos, informações, conversas, sobretudo, durante a pesquisa nos arquivos da cidade de Minas Novas e por alertar sobre a existência da documentação do século XIX no Fórum de Minas Novas, a qual foi fundamental para este estudo.

A todos os professores que passaram pela minha vida, desde o pré-escolar até o doutorado, por sempre alimentarem o meu desejo de conhecimento e sabedoria.

Aos colegas de disciplina das turmas de mestrado e doutorado, parceiros de conversas, congressos e de partilha.

À Prefeitura Municipal de Minas Novas, especialmente a Adão Domingos que, por ocasião da realização da pesquisa documental, ocupava o cargo de Secretário de Cultura, sempre muito atencioso a todas as minhas solicitações. Há de se mencionar que a Casa de Hóspedes da cidade de Minas Novas foi colocada à disposição, bem como alimentação no restaurante popular, o que possibilitou a minha estada na cidade por vários meses.

Aos funcionários do Fórum de Minas Novas, especialmente a Alcides Guedes, Bernardo Vieira, Antônio Henrique e sua esposa Paula Sousa, por tornarem possível a pesquisa no fórum, dividindo comigo os lanches, todas as tardes, e por tornarem minha hospedagem mais agradável e aconchegante.

À Comunidade Católica Nova Aliança de Minas Novas, que me acolheu como família, nas pessoas de Mazinha, Samara, Maria Eugênia, Cristine, Luciana e Paulão, que me abrigaram em suas casas, compartilharam comigo o alimento, a amizade, apoiaram-me nos momentos em que apresentei desânimo e abriram as portas dos arquivos de Minas Novas para este trabalho.

A Piedade e a toda a família Barbosa, agradecimentos eternos por permitirem que ficássemos longas semanas analisando os livros do Cartório de Registro Civil de Minas Novas.

Ao padre Luciano Franco Ramalho que acolheu esta pesquisa de braços abertos, indicou-nos e apresentou-nos as diversas paróquias do Jequitinhonha, o que muito facilitou a condução da pesquisa nas comunidades locais.

Ao senhor Álvaro Freire (*in memoriam*) e Teia, sua filha, imensamente, pelas constantes conversas e por permitirem que pesquisássemos no arquivo da família Freire. O senhor Álvaro Freire, além de brindar com seu grande conhecimento sobre o Vale do Jequitinhonha, agraciou-me com longas tardes regadas a suco de uva e quitutes deliciosos, quando pude conhecer melhor a história da festa do Rosário de Minas Novas e a vida cultural da cidade. Um especial carinho a Teia que se tornou grande amiga e companheira, apresentando-nos toda a cidade em passeios vespertinos e ofertando-nos almoços deliciosos em sua casa, aos domingos.

Aos colegas de profissão e alunos que passaram pela minha vida neste percurso acadêmico, pelo convívio com a comunidade escolar que me proporcionou a certeza de que eu estava no caminho certo a ser trilhado nesta existência.

Aos profissionais da saúde, especialmente à nutricionista Edna Taís e ao educador físico Reinaldo pela atenção e parceria no meu processo de enfrentamento da ansiedade ao longo do doutorado.

Aos meus familiares, pelo apoio incondicional. Aos meus pais, Clemente Esteves Ramalho e Joanita Pereira Esteves, pelo amor, cuidado e pela firmeza nos conselhos com que sempre me cercaram ao longo da vida. Às minhas irmãs, Josiane Pereira Ramalho e Lucineia Pereira Ramalho, por me ouvirem e vibrarem a cada inventário *post mortem* encontrado durante esta pesquisa. A Luiz Pereira Ramalho, por me ensinar a amar em silêncio. A Pedro Henrique Pereira Ramalho, meu filho espiritual, pela oportunidade de desfrutar do seu amor e do seu sorriso fácil, e por sua existência preencher de luz o meu ser! A Humberto Fantuzzi, pela vivência, pelos momentos de alegria e de silêncio!

A minha amiga Rafaela Campos, por sempre me acolher em sua residência em minhas constantes passagens por Belo Horizonte.

A Patrick e Luan, meus eternos companheiros, e às amigas Terezinha de Jesus e Camila Soares Braga, por me ajudarem a enfrentar o meu medo e a vibrar na frequência do amor. A amiga Suélem Oliveira, pela sinceridade de sempre.

A Lucilene Macedo e Tiago Leal, por serem grandes parceiros de estudos. A Camila Vaillant, minha mais nova amiga, pela transmissão de informações e pelo apoio neste final do doutorado e a todos os meus amigos (as) e alunos (as), por tornarem a minha existência mais leve, colorida, aconchegante e válida de ser vivida!

À luz de todas as forças espirituais que sempre estiveram presentes em minha vida minha eterna GRATIDÃO!

“Eu quisera dominar um documento para nele decifrar as certezas da minha juventude,
mas fora ele que de mim se apoderara e me insuflara os seus ritmos, a sua cronologia, a
sua particular verdade”.

Emmanuel Le Roy Ladurie

RESUMO

Neste trabalho, analisa-se a expansão do território agrário da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, os projetos econômicos de implementação de vias de transporte e comunicação que contribuíram para tal expansão e sua relação com o interesse da elite local em agregar o território sul baiano com o nordeste mineiro e transformá-lo em uma nova província no império do Brasil. Com base no estudo dos Registros paroquiais de terra, cartas topográficas da região, inventários *post-mortem*, relatos de viajantes, relatórios de presidente de província de Minas Gerais e da Bahia, ofícios da Câmara de Vereadores de Minas Novas, memórias e corografias do município de Minas Novas, anais da Câmara dos Deputados e a documentação produzida pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, foi possível, com base na metodologia da história agrária, identificar as formas de acesso, os mecanismos que permearam o processo de concentração fundiária e as regiões da freguesia de maior interesse fundiário. A identificação das áreas da freguesia de maior preferência agrária permitiu problematizar, nesta pesquisa, as motivações que levaram a elite agrária a ocupar determinadas áreas, em detrimento de outras, identificando o seu estreito vínculo com os projetos econômicos de exploração dos rios Jequitinhonha e Mucuri. A navegação dos referidos rios estreitava históricas relações culturais, sociais e econômicas, estabelecidas deste o século XVIII entre baianos e mineiros do nordeste da província de Minas Gerais e embasaram o projeto de criação da província de Minas Novas.

Palavras-chave: concentração fundiária, história agrária, projetos econômicos, província, São Pedro do Fanado de Minas Novas, terra.

ABSTRACT

The present work analyzes the expansion of the agrarian territory of the parish of São Pedro do Fanado de Minas Novas, the economic projects for the implementation of transport and communication routes that contributed to this expansion and its relation with the interest of the local elite in aggregating the southern territory of Bahia with the northeast of Minas Gerais and transform it into a new province in the empire of Brazil. Based on the study of the Parish Land Registry, topographical maps of the region, *post-mortem* inventories, travelers' reports, reports of the president of the province of Minas Gerais and Bahia, offices of the City Council of Minas Novas, memoirs and municipalities of Minas Novas, annals of the Chamber of Deputies and the documentation produced by the Mucuri Company of Commerce and Navigation, it was possible, based on the methodology of agrarian history, to identify the forms of access to access, the mechanisms that permeated the land concentration process and the regions of the parish of greater land interest. The identification of the more agrarian parish areas allowed us to problematize the motivations that led the agrarian elite to occupy certain areas to the detriment of others, identifying their close link with the economic projects of exploration of the Jequitinhonha and Mucuri rivers. The navigation of these rivers narrowed the historical cultural, social and economic relations established of this century XVIII between baianos and mineiros of the northeast of the province of Minas Gerais and ended up giving a base to the project of creation of the province of Minas Novas.

KEYWORDS: Land tenure, Agrarian history, Economic projects, Province, São Pedro do Fanado de Minas Novas, Land.

ABREVIATURAS

ACD – Anais da Câmara dos Deputados

ALPMG - Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais

AN – Arquivo Nacional

APM – Arquivo Público Mineiro

ASIB – Anais do Senado do Império do Brasil

BN – Biblioteca Nacional

FMN – Fórum de Minas Novas

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

RPT – Registro Paroquial de Terras

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Minas Gerais elaborado por Luiz Fernando Saraiva.....	49
Figura 2: Localização dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha (MG); e municípios de Porto Seguro e Caravelas (BA).....	55
Figura 3: Mapa da capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas de José Joaquim da Rocha, 1798	61
Figura 4: Localização de Minas Novas e dos rios com maior incidência de terras comercializadas	94
Figura 5: Localização da cidade de Minas Novas e afluentes do rio Mucuri.....	100
Figura 6: Localização da sede do termo de Minas Novas e dos rios Jequitinhonha e Mucuri.....	121
Figura 7: Carta topográfica de Filadélfia.....	123
Figura 8: Carta topográfica da posse Monte Cristo	130
Figura 9: Forma de acesso x área das propriedades de até 200 ha	132
Figura 10: Forma de acesso x área das propriedades de terra entre 200 e 400 ha.....	134
Figura 11: Forma de acesso x área das propriedades de terra acima de 400 ha	135
Figura 12: Localização das propriedades oriundas de posse	137
Figura 13: Localização das posses na região do Mucuri – freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas	139
Figura 14: Esboço da picada da estrada para o Urucu.....	142
Figura 15: Localização de Minas Novas e das fazendas das famílias Coelho e José da Costa.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População do município de Minas Novas em 1808 e 1821.....	59
Quadro 2: Relação das freguesias e distritos do município de Minas Novas em 1843, 1845 e 1854.....	70
Quadro 3: Exportação do algodão em Minas Gerais, 1818-1819.....	77
Quadro 4: Formas de aquisição da terra em São Pedro do Fanado – Registros Paroquiais de Terra, 1855-1857	91
Quadro 5: Localização de posses e propriedades em São Pedro do Fanado, considerando-se o meio de acesso	95
Quadro 6: Distribuição das propriedades declaradas em áreas (ha).....	115
Quadro 7: Vereadores de Minas Novas no período de 1837 a 1856	126
Quadro 8: Localização das posses existentes na região do Mucuri em meados de 1850.....	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Fontes e metodologia da pesquisa.....	34
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO ESPACIAL DO TERMO DE MINAS NOVAS: DA PROVÍNCIA DA BAHIA À PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS.....	44
1.1. Minas Novas na regionalização da província de Minas Gerais	44
1.2 Aproximação político territorial do município de Minas Novas com a Bahia	51
1.3 População de Minas Novas: livres, negros escravizados e indígenas.....	56
1.4 Organização jurídico-administrativa do município de Minas Novas no século XVIII e século XIX.....	64
1.5 Agricultura, pecuária e mineração: a diversificação das atividades econômicas em São Pedro do Fanado de Minas Novas no século XIX	71
CAPÍTULO 2: MERCADO DE TERRAS E HERANÇA NA TRANSMISSÃO DA TERRA EM SÃO PEDRO DO FANADO DE MINAS NOVAS	84
2.1 Os registros paroquiais de terra e a lei de terras de 1850.....	84
2.2 Os registros paroquiais de terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas.....	90
2.3 O mercado de terras e elite agrária em São Pedro do Fanado de Minas Novas .	101
2.4. A Herança e transmissão da terra em São Pedro do Fanado de Minas Novas...	108
2.5 Concentração fundiária em São Pedro do Fanado	114
CAPÍTULO 3: ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONCENTRAÇÃO DE TERRAS EM SÃO PEDRO DO FANADO DE MINAS NOVAS.....	120
3.1 Os indígenas e as terras do Mucuri	140
3.2 A doação de terras e a concentração fundiária na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas	143
CAPÍTULO 4: EXPANDIR, DOMINAR E LEGISLAR: A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DO FANADO E O PROJETO DE CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MINAS NOVAS NO SÉCULO XIX	150
4.1 A expansão da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas: antecedentes de um projeto provincial	150
4.2 Colonização do Mucuri: a elite de Minas Novas e a expansão da fronteira agrícola de São Pedro do Fanado de Minas Novas	154

4.3 O apoio dos fazendeiros de Minas Novas à Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri	170
4.4 A expansão da fronteira agrícola na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas e o projeto de criação da província de Minas Novas.	174
4.5. Expansão da exploração agrícola da comarca do Jequitinhonha e o projeto de criação da Província de Minas Novas	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
FONTES	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209
ANEXO	218
Anexo A.....	218
Quadro 1A: Relação dos declarantes de terra da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, segundo o Registro Paroquial de Terras, produzido para a freguesia entre 1855 e 1857	218
Quadro 1B: Registros Paroquiais de Terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas com a respectiva extensão declarada.....	227
Quadro 1C: Registros Paroquiais de Terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas com a localização das propriedades	267
Quadro 1D: Registros Paroquiais de Terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas com os nomes das propriedades declaradas	301
Anexo B	335

INTRODUÇÃO

A gênese do projeto deste trabalho que ora se concretiza nesta tese de doutorado, apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, remonta ao período de pesquisa documental realizada para a dissertação de mestrado da autora, no programa de pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Naquela ocasião, idos de 2007, pesquisando as teias de produção e consumo do artesanato em cerâmica e madeira dos municípios do Vale do Jequitinhonha, a atenção voltou-se ao estreito vínculo entre os artesãos, ao meio rural e às comunidades indígenas e quilombolas. Ao realizar o percurso na análise historiográfica acerca das comunidades rurais do Jequitinhonha, com o intuito de problematizar os artesãos dentro do universo produtivo do Jequitinhonha, pôde-se diagnosticar que o acesso a terra para os artesãos, mesmo para aqueles residentes no meio urbano, era crucial para a atividade artesanal. Entretanto, muito artesãos não eram proprietários rurais, portanto, viviam uma relação de dependência quanto ao acesso à matéria-prima e tantos outros, em algum momento da vida, que se viram contidos no meio rural e expulsos para o meio urbano. A questão da terra saltou, portanto, aos olhos da pesquisadora, como um problema a ser investigado. Apesar de muito sociólogos, antropólogos discutirem a questão da migração, da concentração fundiária como fruto das transformações econômicas e sociais ocorridas no Jequitinhonha, a partir do século XX, fato intrigante foi que, desde os anos de 1980, os conflitos de terra e as reivindicações sindicais pela melhor distribuição da terra no Jequitinhonha era temática de discussões locais, conforme se pode analisar nas páginas do Jornal Geraes, que se sobressaiu no Vale do Jequitinhonha na década de 1980¹. Nos anos de 1980, o Jequitinhonha também foi palco das primeiras organizações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Isso significou, portanto, que o acesso a terra no Jequitinhonha era algo que carecia de um estudo histórico para além do século XX, a fim de problematizar as raízes estruturais das desigualdades sociais, econômicas e os conflitos daí decorrentes que, até os dias atuais, permeiam a vida de muitas comunidades rurais, quilombolas, indígenas e migrantes do Jequitinhonha, espalhadas pelas periferias das cidades do Brasil. Este trabalho foi, portanto, motivado por inquietações do presente que instigaram o retorno ao passado para buscar os elementos

¹ Geraes: a realidade do Jequitinhonha. Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011.

capazes de possibilitar um melhor entendimento da contemporaneidade e de nela se atuar com vistas à sua transformação.

O Brasil do século XIX, especialmente, a partir de 1831, foi palco de acaloradas reivindicações das elites provinciais por maior participação no jogo político do Império. Raimundo Faoro aponta que a inserção das províncias na política, enquanto órgãos autônomos, remontam ao período da independência, quando as Cortes de Lisboa tentaram fragmentar o ‘reino unido’ em um aglomerado de províncias heterogêneas entre si, sem adesão ao poder central do Rio de Janeiro, sob o comando de Dom Pedro I. As províncias hostis à política recolonizadora das Cortes aderiram a um pacto geográfico, combinado entre o Rio de Janeiro (a corte e o interior fluminense), São Paulo e Minas Gerais². Tal confederação, com hegemonia das províncias do sul, congregou ao comando monarquista, unitário e centralizado, “a faixa que se estende da Bahia a Belém do Pará. A partir de então, na perspectiva do autor, a política do primeiro reinado consistiu em submeter tais províncias a uma política que sufocou as pressões localistas e liberais³.

José Murilo de Carvalho também constata que, após a independência, a política no Brasil pautou-se em um regime monárquico, de forte centralização política e administrativa. Para Carvalho, a monarquia foi uma opção consciente da elite brasileira, por acreditar que esse regime seria o único caminho para manutenção da unidade territorial, evitando que a fragmentação e os conflitos que assolavam os países vizinhos colocassem em risco a ordem social escravocrata brasileira⁴.

Segundo esse cientista político, a opção pela centralização pode ser justificada em razão de a elite política ter sido gerada pela política colonial portuguesa, que se caracterizava pela homogeneidade ideológica, forjada, “sobretudo graças ao ensino de direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290”⁵ e ao seu treinamento no funcionalismo público⁶. Entretanto, Carvalho ressalta que o espírito de muitos deputados brasileiros, especialmente aqueles que não haviam sido treinados em Portugal

² FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012, p. 362.

³ Idem.

⁴ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p.155 e 162.

⁵ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.31.

⁶ Idem, p. 39.

tinham um caráter localista⁷. Dentre os políticos detentores de um espírito localista, o referido autor destaca, como exemplo, o clérigo Diogo Antônio Feijó e frei Joaquim do Amor Divino Caneca. O padre Feijó foi batizado em 1784, em São Paulo. Era filho de pais desconhecidos e exposto na casa do reverendo Fernando Lopes de Carvalho, sendo o mesmo seu padrinho de batismo, juntamente com Maria Gertrudes de Camargo. Ele construiu sua carreira intelectual em Santana do Parnaíba, até ser ordenado presbítero. Após sua ordenação, Feijó transitou por São Paulo, São Carlos e Itu. Nesta última localidade, foi eleito membro da Junta Eleitoral da Província para compor o conjunto dos deputados das Cortes portuguesas⁸. O caráter de autonomia provincial de Feijó pode ser visto, segundo Carvalho, no seu discurso proferido nas Cortes, em que “afirmou abertamente que as províncias estavam independentes entre si e que os deputados americanos não representavam lá o Brasil, mas suas províncias de origem”⁹. Já, frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador – movimento separatista e republicano – que via na dissolução da Constituinte e na Constituição de 1824 uma violação ao pacto constitucional fundante da união das províncias, além de se configurar como resistência à centralização do governo do Rio de Janeiro, era defensor da democracia. No entanto, conforme assinala Mariana dos Santos Ribeiro, há de se ressaltar que o sentido de democracia defendido pelo confederados restringia-se “a uma reivindicação por maior liberdade em relação ao governo central, e por uma autonomia provincial, não se estendendo a abalar os pilares sociais ligados à propriedade”¹⁰, uma vez que a sociedade pernambucana era escravista, o que impedia a aplicabilidade imediata das ideias ilustradas no Brasil do século XVIII e XIX¹¹.

Personagens como o padre Feijó e o frei Caneca engrossaram as fileiras dos resistentes a um governo centralizado no Rio de Janeiro. As reivindicações por mais autonomia provincial consolidaram-se, nas palavras de Carvalho, “em uma versão moderada das reformas”¹², com o Ato Adicional de 1834. Esse Ato permitiu a criação das assembleias provinciais, a divisão de rendas entre o governo central e o provincial e a eliminação do Conselho de Estado.

⁷ CARVALHO, 1998, p.163.

⁸ MARTIELO, Emerson. Feijó de clérigo a Regente, as relações. *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP*. Campinas, setembro, 2012, p.1-16.

⁹ CARVALHO, 1998, p.163.

¹⁰ RIBEIRO, Mariana dos Santos. Frei Caneca e a Confederação do Equador. *Revista Intellectus*, ano 05, v. II, 2006, p. 6.

¹¹ Idem, p. 6.

¹² CARVALHO, 1998, p.165.

Entretanto, analisa Carvalho, a autonomia concedida às assembleias provinciais contribuiu para mergulhar o Império na anarquia e no risco de desintegração territorial. Essa situação levou o Partido Conservador a realizar a reforma das leis de descentralização, com redução do poder das assembleias, dos juízes de paz, criação de uma justiça e uma polícia controladas pelo governo central e restabelecimento do Conselho de Estado, colocando fim na experiência que o autor classificou de “republicana e semifederal”¹³. A maioria de Dom Pedro II coroou, portanto, a opção centralista como forma de garantir a ordem e a unidade. Assim, a monarquia foi vista como mecanismo eficaz para a manutenção da unidade do país, da ordem social, da escravidão e responsável por arbitrar os conflitos da elite¹⁴.

Para Carvalho, a centralização inaugurada a partir de 1840 era uma centralização política e administrativa. Na política, essa centralização manifestava-se no Poder Moderador, que era livre para nomear e demitir seus ministros, escolher os membros do senado vitalício e nomear os presidentes de província. Já, pelo lado administrativo, a centralização era expressa pelo controle da justiça através do Ministro da Justiça que tinha o poder de nomear e demitir “desde o ministro do Supremo Tribunal de Justiça até o guarda de prisão, em todo o território nacional”¹⁵, nomeando oficiais da Guarda Nacional e delegados de polícia, sendo que estes últimos passaram a exercer parte das funções dos juízes de paz¹⁶.

A análise dos fundamentos das reivindicações provinciais feita por Raimundo Faoro difere da apreciação de José Murilo de Carvalho, posto que, para Faoro, as províncias não almejavam “a separação, a autonomia, a desintegração, ao modelo da América espanhola”. A pauta das reivindicações provinciais consistia em melhor e maior participação no poder, mas a Regência não foi capaz de construir um núcleo hegemônico de províncias, já que o provincialismo inaugurado pelo Ato Adicional de 1834 afastava o centro e o município das tomadas de decisões. As províncias tiraram a autonomia administrativa das câmaras municipais e submeteram os presidentes de província – representantes do poder central – às leis editadas pela assembleia provincial¹⁷. Portanto, as revoltas regenciais seriam a tradução do anseio das elites

¹³ CARVALHO, 1998, p. 167.

¹⁴ Idem, p. 168.

¹⁵ Idem, p. 169.

¹⁶ Idem.

¹⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012, p. 363.

regionais por maior integração no comando político, visando aos benefícios da economia local¹⁸.

Essa autonomia provincial que, na concepção de Faoro, abriu brechas para as reivindicações das elites regionais foi revista no segundo reinado com a retomada da política de centralização por Dom Pedro II. Para o autor, essa política teve dois pilares. O primeiro pilar consistiu no cerceamento do poder das assembleias provinciais em favor do poder legislativo geral, com a perda de suas atribuições autonomistas¹⁹. A Lei de interpretação do Ato Adicional foi complementada pela Reforma do Código do Processo Criminal que colocou sob o comando do poder central a polícia e a justiça. Dentro dessa estrutura política centralizadora, as autoridades locais não desapareceram, mas ficaram atreladas ao poder central, o que significa, nas palavras do autor, que “a liberdade – isto é, a autonomia das influências locais – estava morta”²⁰.

Diversamente à análise de Faoro sobre a política centralizadora do Segundo Reinado, Miriam Dolhnikoff considerou a política do período conhecido como Regresso Conservador uma negociação do poder local com as forças políticas provinciais, resgatando o protagonismo político das províncias e os diferentes interesses que fizeram parte do jogo político imperial da segunda metade do século XIX.

Para Dolhnikoff, a construção do Estado brasileiro, sobretudo na primeira metade do século XIX, foi pautada na tensão entre unidade e autonomia. Porém, a participação das elites, - que ao mesmo tempo que permaneciam atreladas aos interesses do seu lugar de origem, também mantinham compromisso com uma política nacional de manutenção da unidade nacional -, forjou, ao contrário do que afirma Faoro, um protagonismo das elites provinciais na construção do Estado brasileiro. Este protagonismo se fazia visível na participação ativa nas decisões políticas da própria província de origem como também no governo central²¹. Para a autora, o “arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram, ao contar com autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos

¹⁸ FAORO, 2012, p. 367-368.

¹⁹ FAORO, 2012, p.381-382.

²⁰ Idem, p. 384.

²¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 11 e 14.

Deputados, foi essencial para manutenção da unidade de todo o território da América lusitana²².

Para Dolhnikoff, apesar das reformas conservadoras ocorridas a partir de 1840, prevaleceu no Brasil o projeto federalista, em que a autonomia provincial e o regime representativo combinaram com uma monarquia federativa, garantindo, desse modo, a representatividade para as elites provinciais, o que possibilitou a preservação da unidade nacional²³. Segundo a autora, a integridade territorial sempre esteve no horizonte dos liberais brasileiros. Mesmo no auge das reformas liberais, no período regencial, os liberais tiveram o cuidado de manter um delegado do governo geral nas províncias em que o presidente de província era nomeado pelo governo central²⁴. Sendo assim, a autonomia provincial, traduzida na liberdade das assembleias provinciais para decidir sobre as necessidades de cada província, foi articulada a uma figura que congregava as províncias ao poder central, impedindo o esfacelamento da unidade territorial²⁵. Na visão da historiadora, mesmo a revisão conservadora não significou contestação ao pacto federalista instaurado com as reformas liberais, iniciadas a partir da abdicação de Dom Pedro I, em 1831. Os conservadores buscavam corrigir as falhas da organização judiciária, retirando “das Assembleias Provinciais o direito de intervir no funcionamento da magistratura e limitar o poder dos juizes de paz, transferindo suas atribuições para funcionários nomeados pelo governo central”²⁶. Para Miriam, a revisão conservadora consistiu na centralização do aparato judiciário, transferindo para o poder central a nomeação de funcionários para exercer funções de atribuição do governo central, enquanto ficaria reservada ao governo provincial a responsabilidade de decidir sobre os cargos provinciais e municipais, mantendo a autonomia provincial “para legislar sobre empregos cujas funções eram relativas a objetos de competência provincial, como a instrução pública, obras públicas, arrecadação tributária”²⁷.

A reforma do Código do Processo Criminal de 1841 criou a figura do delegado, nomeado pelo governo central que seria incumbido do inquérito policial, esvaziando, dessa forma, as funções dos juizes de paz, enquanto a polícia administrativa, responsável pela manutenção da ordem e proteção do patrimônio, continuava sob tutela

²² DOLHNIKOFF, 2005, p.14.

²³ Idem, p.14-15, 82.

²⁴ Idem, p. 115.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem, p. 130.

²⁷ Idem, p.132, 137 e 139.

das Assembleias Provinciais²⁸. Mesmo com a reforma da legislação que regulamentava a organização da Guarda Nacional, em 1850, em que os oficiais deixaram de ser escolhidos em eleições e passaram a ser nomeados pelo presidente de província, a milícia continuava estruturada no âmbito provincial²⁹. Além disso, após a revisão conservadora, a Câmara dos Deputados continuou a ser o espaço de defesa dos interesses provinciais, em âmbito nacional e “cada bancada representava ali não um partido, mas a província que a elegera”³⁰. Observa-se pela análise de Miriam Dolhnikoff que a revisão conservadora iniciada com a Interpretação do Ato Adicional não foi capaz de inibir o protagonismo das elites provinciais na construção do Estado Nacional e manutenção da unidade territorial.

Essa nova perspectiva historiográfica, marcada pela sustentação da participação ativa das províncias na construção do Estado Nacional pós-reforma conservadora, vem alcançando as análises sobre a participação da província de Minas Gerais na política do Império, refutando perspectivas como a defendida por Francisco Iglésias³¹, que sustenta a subordinação política da assembleia provincial mineira ao poder central, após as reformas do regresso conservador. Para Iglésias, a “Reforma do Ato Adicional e as “demais leis reacionárias”, expressão do processo “regressista”, criaram o quadro de garantia da ordem e estabilidade do Segundo Reinado”³². Essa ordem foi possível graças à subordinação das pressões provinciais ao governo central do Rio de Janeiro. No caso da província de Minas Gerais, os movimentos de 1833 e 1842, decorrentes do fortalecimento do liberalismo no período regencial, são caracterizados pela falta de consistência e objetividade.

O movimento de 1833, iniciado na capital Ouro Preto, é classificado pelo autor como o principal movimento mineiro na Regência, apesar de ser um “movimento sem consistência”. Resultante de longas divergências entre liberais e conservadores, expressas nas organizações de sociedades, em matérias de jornais e nas instâncias legislativas, tal movimento teve desfecho no levante militar que na noite de 22 de março libertou presos militares e políticos que engrossaram o grupo dos revoltosos. Segundo Iglésias, os participantes do movimento eram formados, sobretudo, pelo grupo de

²⁸ DOLHNIKOFF, 2005, p.138.

²⁹ Idem, p. 150.

³⁰ Idem.

³¹ IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, v. 2, São Paulo: Difel, 1964, p. 364-412.

³² Idem, p. 404.

restauradores que se diziam perseguidos por Bernardo Pereira Vasconcelos, acusado de desejar implantar a República e substituir os servidores públicos por seus partidários e correligionários. Iglésias também enumera como reivindicações do movimento de 1833 as queixas de violência e insatisfação com os impostos sobre a aguardente e a proibição do enterro nas igrejas. Tal movimento chegou ao fim em maio com a restauração da ordem pelo governo provincial com apoio da Guarda Nacional.

Entretanto, Wlamir Silva entende que a alcunha de restauradores para classificar os participantes do levante de 1833 foi uma construção de seus opositores, e a definiu “como uma ação realizada por um pequeno contingente de restauradores e desordeiros”³³. Dessa forma, segundo Silva, os moderados mineiros estigmatizaram os participantes do movimento de 1833 como defensores da anarquia. Porém, o autor analisa que as proclamações dos revoltosos não apontam para o propósito restaurador, mas para uma “oposição a certas lideranças moderadas [...] acusadas de despotismo, perseguições pessoais, controle dos empregos e fraudes eleitorais”³⁴ e tinham a Regência como a solução para tais problemas. O governo formado pelos rebeldes durante seu período no poder “participou ativamente da implantação do Código e de legislação criminais, oriundos do governo central, assim como buscou fazer-se de instrumento dos decretos da regência”³⁵. Portanto, o governo formado pelos sediciosos de 1833 não se caracteriza em opositor da Regência como diziam os moderadores. A Sedição de 1833 consistiu, segundo Silva, em uma disputa pelos cargos e influências locais com os moderadores, dentro de um contexto, “em que o poder local era reorganizado na perspectiva do poder provincial”³⁶ e não em um movimento restaurador.

Em consonância com o argumento de Wlamir Silva, o historiador Alexandre Mansur Barata entende que a Sedição de 1833 representou o “dissenso existente os diferentes projetos de construção do Estado Nacional Brasileiro”³⁷. Para Barata, a revolta que eclodiu em 22 de março de 1833 teve como pano de fundo o processo de construção do governo provincial, e “o Conselho de Governo configurava em um espaço essencial à solução ou não das demandas dos diferentes setores sociais da

³³ SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na província de Minas Gerais. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 4, n. 1, p. 108, 1998.

³⁴ *Idem*, p. 112.

³⁵ *Idem*, p. 115.

³⁶ *Idem*, p. 116.

³⁷ BARATA, Alexandre Mansur. A revolta do Ano da Fumaça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. L, n. I, p. 78-91, jan-jun de 2014.

província. O que estava em jogo em 1833 era a disputa pelo poder provincial e a sua capacidade de influir nos destinos do jogo”³⁸.

Observa-se, portanto, que as análises de Wlamir Silva e de Alexandre Mansur Barata se distanciam da análise de Iglesias que classifica a Sedição de 1833 como inconsistente e composta em sua maior parte de militares insatisfeitos com o governo provincial. Em relação ao movimento liberal de 1842, Iglesias o considera o último eco de inquietação dos mineiros contra as medidas conservadoras. O autor elenca como elementos motivadores do movimento a dissolução da Câmara dos deputados composta pela maioria de liberais e o adiamento dos trabalhos da Assembleia Legislativa por três vezes, o que criou o clima para a revolta dos mineiros em apoio à província de São Paulo.

Assim como o movimento de 1833, que Iglesias classificou como inconsistente, o de 1842 também é analisado pelo autor de maneira negativa. Para ele, os amotinados fizeram marchas e contramarchas sem objetividade, de modo que a nada podia levar, “senão ao desgaste de recursos”.³⁹ Acrescente-a falta de objetividade nas estratégias, a divisão entre os principais líderes do movimento – Teófilo Ottoni e José Feliciano – que não chegavam a um consenso sobre as práticas a serem adotadas no enfrentamento às forças legalistas, promovendo efeito desastroso nos seus correligionários. Após a derrota, os liberais mineiros perceberam que as leis conservadoras eram necessárias à ordem, “cuidando de conservá-las”⁴⁰. Isso fez com que, no Segundo Reinado, a Província de Minas Gerais entrasse em tranquilidade, assim como as demais províncias, “de modo a ficar em sintonia com a política do Império [...] ao compasso uniformizador do governo central”⁴¹.

Diferentemente de Iglesias que analisou a participação da província de Minas Gerais pela ótica da centralização do poder central, enaltecendo uniformidade da Assembleia Legislativa Provincial, alguns estudos recentes mostram outra perspectiva analítica, revelando justamente o contrário, ou seja, a existência de diferentes interesses regionais que refletiram divergências nas discussões parlamentares da província de Minas Gerais.

³⁸ BARATA, 2014, p. 89.

³⁹ IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, v. 2, São Paulo: Difel, 1964, p. 407-408.

⁴⁰ Idem, p. 412.

⁴¹ Idem.

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro⁴² analisa a política e a identidade do território sul-mineiro no arranjo institucional do Império. A pesquisadora defende Minas Gerais, assim como o Império era “heteróclita”, sendo que a sua “coerência” e “originalidade” consistiam “na combinação das diferenças, na harmonização dos contrastes, na junção dos opostos”.⁴³ Na câmara dos deputados, Pérola Goldfeder identificou que um dos temas recorrentes a respeito da província mineira dizia respeito a sua extensão. Essa temática dividia os deputados mineiros entre os defensores da manutenção da grandeza de Minas Gerais e aqueles que pautavam pela fragmentação do território mineiro. A pesquisadora pontua que os discursos sobre a unidade nacional “frequentemente prolongavam-se em debates acalorados sobre a necessidade de uma nova divisão territorial para o Império”⁴⁴. A defesa por uma nova divisão territorial do Império tinha como pano de fundo a representatividade política, tendo em vista que território, população e renda eram os principais critérios para definir o número de deputados de cada província. Como Minas Gerais figurava entre as maiores províncias em termos de população e território, a temática sobre a necessidade de nova divisão territorial do Império recaí, também, sobre a discussão de divisão da província de Minas Gerais, em uma ou mais províncias. Segundo Castro, alguns parlamentares entendiam que a extensão e a densidade populacional de Minas Gerais eram elementos que poderiam levar à desestabilização do Império em tempos de crises, conforme ocorrera em 1842 com a revolta dos liberais. A esse respeito, a deputação tinha opiniões divergentes. Enquanto alguns eram contrários à divisão do território, outros eram favoráveis, desde que a nova reorganização territorial atendesse aos interesses das elites regionais afetadas⁴⁵.

Do ponto de vista econômico, Luiz Fernando Saraiva⁴⁶ ressalta que é impossível caracterizar Minas Gerais a partir de uma ou duas principais atividades econômicas. O autor reforça que as sub-regiões, que hoje se entende por Minas Gerais, ao longo do século XIX, foi cenário de diversas atividades econômicas com diferenciados graus de interação que culminaram em estruturas sociais distintas. Segundo o pesquisador, a

⁴² CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de *Minas do sul: visão corográfica e política regional no século XIX*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2012; CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. *Minas do Sul: espaço e política no século XIX*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

⁴³ CASTRO, 2016, p. 72.

⁴⁴ Idem, p. 80-81.

⁴⁵ CASTRO, 2016, p. 80-88.

⁴⁶ SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

“unidade mineira não correspondeu, de fato nem de direito, em uma unidade política, econômica, social ou ainda cultural”.⁴⁷

Ana Paula Freitas, em sua tese de doutorado, analisou a inserção das elites regionais mineiras na implementação de políticas em nível nacional que tiveram impacto no interesse das províncias, ressaltando também em sua análise a diversidade da bancada parlamentar mineira. Tais políticas apontadas pela autora dizem respeito às modificações nas legislações eleitorais do Império, ocorridas na Lei de 1846 que estabelecia o voto provincial e a Lei de Círculos que estabeleceu o voto distrital.⁴⁸ A autora deteve suas análises no estudo do perfil dos deputados eleitos entre 1853 e 1863, buscando entender o impacto das mudanças na legislação eleitoral no perfil dos deputados eleitos, comparando-os antes e depois da adoção das reformas eleitorais. A autora analisa, ainda, o perfil dos deputados mineiros e seus interesses no apoio ou rejeição aos projetos regionais que pretendiam dividir Minas Gerais em mais de uma província.⁴⁹

Freitas constatou em sua pesquisa que o período de 1850 a 1860 foi marcado por “conflitos, divisões políticas e constante reformulação do perfil dos representantes das províncias no Parlamento brasileiro”.⁵⁰ A bancada mineira, apesar de constituir a maior bancada, com vinte deputados, e por isso ter um papel decisivo na política imperial, não era um todo homogêneo. Assim como as demais províncias, “enfrentava seus conflitos internos, por ser formada por representantes de província imensa, com os mais diversos interesses”⁵¹. Tais interesses diferenciados podem ser expressos nos movimentos das elites locais que reivindicaram a separação da região que representavam da província de Minas Gerais⁵².

Apesar de as pesquisas mencionadas problematizarem a diversidade de interesses das elites mineiras que compunham a província de Minas Gerais, entende-se que, acerca do nordeste da província mineira, é necessário ampliar a discussão para além da necessidade da representatividade política e problematizar a constituição identitária e as relações comerciais estabelecidas entre o nordeste da então província de

⁴⁷ SARAIVA, 2008, p. 21.

⁴⁸ FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015, p. 9.

⁴⁹ Idem, p. 9-11.

⁵⁰ Idem, p. 358.

⁵¹ Idem, p. 58-59.

⁵² Idem, p. 104-105.

Minas Gerais com a província da Bahia e os projetos de colonização e comércio desenvolvidos em meados do século XIX envolvendo as mencionadas regiões e a relação desses elementos com a reivindicação pelo provincialismo da região, constituindo-a em uma única província – a província de Minas Novas.

O objetivo central deste trabalho é demonstrar como a expansão do território agrário do município de Minas Novas ocorreu, concomitante aos projetos econômicos de implementação de vias de transporte e comunicação entre o nordeste da província de Minas Gerais, com a reivindicação da elite regional por maior participação no governo central, autonomia legislativa e tributária sobre o território do nordeste de Minas Gerais, o qual estava em expansão, e sua agregação ao sul da província da Bahia. Para tanto, a pretensão inicial foi de analisar as formas de acesso à terra no município de Minas Novas, identificar os principais meios de acesso à terra utilizados pela elite agrária para promoção da concentração fundiária; mapear as áreas de ocupação preferencial da elite agrária; analisar as motivações da elite agrária por ocupar determinadas áreas do município em detrimento de outras; identificar a inserção da elite agrária de Minas Novas nos projetos econômicos de interação comercial do nordeste da província de Minas Gerais com o litoral baiano; e, por fim, compreender a inserção da elite regional do nordeste mineiro, da qual a elite de Minas Novas fazia parte, nas relações de poder no Império e suas reivindicações por maior participação no governo central e autonomia na gerência da região do nordeste de Minas Novas e sul da Bahia que, cada vez mais, estreitavam seus vínculos econômicos e sociais.

O recorte temporal contempla o período de 1834 a 1857. Esse período foi escolhido por abarcar as primeiras iniciativas do governo provincial em explorar o território adjacente à área leste do município de Minas Novas até a efetiva colonização do referido território, através da ação dos fazendeiros de Minas Novas e da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri que invadiram o território, até então povoado pelos indígenas, com a construção de estradas, criação de gado e plantios agrícolas. Concomitante à expansão territorial do lado leste do município de Minas Novas, o governo baiano adentrou pelo sul do município de Minas Novas, através do rio Jequitinhonha, construindo estradas e melhorando a navegação do mencionado rio com o objetivo de estreitar e potencializar as relações comerciais entre Minas Novas e a província da Bahia. Todas essas ações geraram uma expectativa de progresso econômico para o município e necessidade de maior domínio sobre o território em

expansão, o que instigou a apresentação do projeto de criação da província de Minas Novas na Câmara dos Deputados em 1856, reapresentado e refutado em 1857.

De acordo com a historiografia, o século XIX foi o momento em que se consolidou a reorganização econômica, na província de Minas Gerais, iniciada ainda no século XVIII, quando ocorreu a redistribuição espacial da população, em razão da diminuição da produção aurífera.⁵³ A intensificação do mercado interno, também iniciada no século XVIII, conforme demonstrado por Cláudia Maria das Graças Chaves, ao analisar o funcionamento do mercado interno da capitania de Minas Gerais,⁵⁴ trouxe vigor para a região de núcleo de povoação mais antiga que, por sua vez, reinventou-se “pela exploração das atividades econômicas das regiões localizadas na periferia, ou das regiões dos Gerais do norte, das matas do leste e dos campos de cerrado do oeste”⁵⁵.

A pecuária foi uma das responsáveis pela remodelagem do espaço econômico da província de Minas. Ângelo Alves Carrara apontou em seus estudos que a criação de gado, concentrada no Vale do rio São Francisco, no início do século XVIII, tornou-se a atividade econômica primordial no sul de Minas, especialmente, nas freguesias de Pouso Alegre e Pitangui, no século XIX. Outro elemento destacado pelo pesquisador como novidade econômica da pecuária, no século XIX, foi a criação de mulas e asnos nas freguesias de Serro e Mato Dentro e na região onde, posteriormente, estariam os municípios de Uberaba, Patrocínio e Frutal. Essas transformações econômicas na pecuária mineira, de acordo com Carrara, estavam articuladas com a expansão da cafeicultura em São Paulo e com a praça mercantil do Rio de Janeiro.⁵⁶ O Rio de Janeiro, notadamente a partir de 1808, configurou-se como importante mercado consumidor para os produtos exportados pela província de Minas Gerais.⁵⁷ A diversificação econômica presente nas unidades produtivas, desde meados do século XVIII, consolidou-se na primeira metade do XIX, e grande parte daquilo que se

⁵³ PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 278.

⁵⁴ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

⁵⁵ PAIVA e RODARTE, 2013, p. 290.

⁵⁶ CARRARA, Ângelo Alves. A pecuária: rebanhos e distribuição geográfica. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 318-20.

⁵⁷ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento de Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 20.

produzia em Minas Gerais passou a ser destinado ao Rio de Janeiro, conforme argumenta Carla Carvalho de Almeida⁵⁸.

A intensificação do mercado interno mineiro foi acompanhada de mudanças na configuração da população da província de Minas Gerais. Segundo Clotilde Andrade Paiva e Mário Marcos Sampaio Rodarte, a população de Minas, em 1830, era composta por 848.177 habitantes – 572.099 livres e 276.098 escravos⁵⁹. No intervalo de quarenta anos, a população mineira teve um crescimento anual de 2,3%, chegando a um montante de 2.083.545 habitantes em 1872⁶⁰. Os autores apontam que a população cresceu com mais intensidade na periferia da província, ou seja, nas regiões leste e oeste, em virtude, nas palavras dos pesquisadores, das “condições favoráveis do crescimento natural, associado à migração em direção à fronteira”⁶¹, situação em que Minas Novas estava inserida. O Sertão do Rio Doce e Minas Novas que, em 1830, contavam com 55.272 habitantes livres e 17.207 escravos, contabilizando um total de 72.479 habitantes – o que representava 8,5% da população da província⁶² –, em 1872, tiveram um crescimento que elevou esse número para 212.147 habitantes – 191.068 livres e 21.079 escravos. Isso representava 10,2% do total de habitantes da província de Minas Gerais, situação que colocava Minas Novas como a quarta região com maior número de habitantes em 1872⁶³, de modo que, se em 1830 havia em Minas Novas e Sertão do Rio Doce um povoamento que pode ser considerado incipiente; em 1872, atingiu um crescimento anual de 2,7%, como mostram Paiva e Rodarte.⁶⁴ Os autores atribuem esse crescimento ao dinamismo econômico das relações estabelecidas com a Bahia. Dos termos da região norte da província de Minas Gerais que mantinham relações comerciais com a Bahia, no século XIX, Minas Novas assumiu uma posição de destaque, especialmente com o sul da Bahia.

Entre 1839-1854, de acordo com os cálculos de Restitutti, as exportações mineiras eram compostas por “café (22,8%), bovinos e derivados (19,4%), suínos e derivados (15,5%), ouro (18,4%), diamantes (9,3%), fumo e derivados (7,6%), algodão

⁵⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial 1750-1822*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2010, p. 22.

⁵⁹ PAIVA e RODARTE, 2013, p. 279.

⁶⁰ Idem, p. 282.

⁶¹ Idem, p. 283.

⁶² Idem, p. 281.

⁶³ Idem, p. 282.

⁶⁴ Idem, p. 288.

e derivados (4,3%), entre outros (2,6%)”⁶⁵. Minas Novas era a região que apresentava maior participação nas exportações do norte da província de Minas Gerais, entre 1815 e 1884.⁶⁶ Contribuiu com 1.484 t do algodão exportado, entre 1818 e 1819, equivalentes a 8% do produto exportado por Minas Gerais, além de outras 117,5 t⁶⁷ destinadas ao mercado consumidor da província da Bahia e à praça comercial do Rio de Janeiro.

O crescimento populacional, juntamente com as oportunidades de comércio com vistas ao abastecimento do consumo local, mercado interno e interprovincial, gerava constantemente demandas por maiores porções de terras agricultáveis e propícias à criação de gado. Essa demanda era decorrente do fato de que não se fazia uso de tecnologias avançadas e se praticava uma pecuária e agricultura extensivas. Os naturalistas Spix e Martius, em visita a Minas Novas, em 1818, descreveram com detalhes o ritual de preparação da terra para o plantio. De acordo com os viajantes, inicialmente, limpava-se a terra pelo uso da queimada. Com dois ou três anos, o solo já estava esgotado, o que requeria seu abandono por cerca de dez a doze anos, quando, então, formava-se uma capoeira⁶⁸ e o ciclo recomeçava. Essa técnica rudimentar implicava necessidade de grandes extensões de terra para a prática da agricultura – cerca de oito léguas quadradas para cultivar gêneros como fumo, feijão, mandioca, milho e algodão⁶⁹.

Ao lado da prática da agricultura extensiva, havia também o conflito entre agricultores e criadores de gado que disputavam espaço para a produção. Em abril de 1833, a Câmara de Minas Novas aprovou, em seu código de posturas, um aditamento que proibia os pecuaristas de criar gado vacum ou cavalariças soltos, sem a presença de pastor, “aquém do rio Jequitinhonha”, ou seja, nas proximidades do centro urbano da freguesia de São Pedro do Fanado. Essa medida beneficiava os agricultores que reclamavam dos prejuízos causados pela invasão do gado em suas roças. Segundo Saint-Hilaire, o gado era prejudicial, principalmente, aos produtores de algodão, pois

⁶⁵ RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial*, Minas Gerais, 1839-1884. Dissertação. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2006, p. 106.

⁶⁶ RESTITUTTI, 2006, p. 167.

⁶⁷ Idem, p. 172.

⁶⁸ De acordo com Elione Guimarães, a capoeira diz respeito às terras “que já haviam sido utilizadas para a produção de uma lavoura – de gêneros ou do produto de exportação – e que se encontravam em pousio. No período de descanso, essas terras desenvolviam uma vegetação secundária”, que seria derrubada após o período de pousio e daria origem a nova produção de alimentos. GUIMARÃES, Elione. Capoeira. In: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 90.

⁶⁹ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Tomo II. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968, p. 61 e 64.

apreciava as folhas do algodoeiro e, também, pelo fato de, ao se encostarem nos caules, jogarem ao chão os flocos de algodão já maduros, tendo rápido acesso a eles⁷⁰.

Essa postura acarretou severas críticas dos criadores de gado à câmara dos vereadores, conforme comprovado em um ofício, assinado por centenas de criadores, enviado à Câmara de Minas Novas em dezembro de 1833. No ofício, os produtores alegavam que a proibição em relação à criação de gado resultava em prejuízos aos pecuaristas, por obrigá-los a investir em cercamentos, além de ter instigado a prática, entre os agricultores, de matar o gado que invadia suas culturas. Os criadores de gado argumentavam favoravelmente à pecuária, alegando que a criação de gado *vacum*, *muar* e *equídeo* era uma tradição, desde os tempos de origem do município de Minas Novas, e era significativa a contribuição com os impostos aos cofres públicos através da exportação da produção para a Bahia. Esclareciam, ainda, que, naquele município, a criação de gado era realizada em fazendas que distavam cerca de oito a doze léguas do centro mais povoado do município onde se praticava a agricultura.⁷¹

Apesar da contestação dos criadores de gado que se manifestaram por meio da assinatura do referido ofício, manteve-se a proibição de se criar gado solto na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Na lei número vinte e seis, Antônio Paulino Limpo de Abreu, vice-presidente da província de Minas Gerais, decretou:

[...] ninguém poderá criar gado *vacum* no termo de Minas Novas aquém do rio Jequitinhonha, senão em terras próprias, ou nas de quem para isso obtiver faculdade, sendo além disso obrigado a cercá-las, ou a pôr tantos pastores, quantos sejam necessários para evitar que o gado passe para os terrenos alheios.⁷²

Ainda, segundo a lei, estariam isentos de tais obrigações aqueles produtores que possuíssem terrenos em lugares onde o gado não causasse danos à agricultura, situação que ficaria sob a responsabilidade de fiscalização da câmara municipal.⁷³

Havia, portanto, uma situação comum à agricultura e à pecuária em Minas Novas: a necessidade de novas terras para produção. A hipótese desta tese é de que, na primeira década do século XIX, a elite agrária da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, em face das demandas por maior expansão territorial, tenha organizado a

⁷⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000, p. 294.

⁷¹ APM. SP1-33, caixa 129, documento n. 63 de 08-10-1833.

⁷² APM. ABREU, Antônio Paulino Limpo. Lei número 26 de 04-04-1835.

⁷³ *Idem*.

distribuição da terra visando à manutenção e crescimento do seu poder econômico e agrário. Para comprovação dessa hipótese, foi selecionado, como recorte temporal de estudo, o período de 1834 a 1857, que se justifica por abarcar o período de expansão da fronteira agrícola do termo de Minas Novas, especialmente da fronteira da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Além disso, o período de discussão e instalação da Lei de Terras de 1850 permite discutir a distribuição da terra em Minas Novas, no contexto em que o governo imperial buscava regulamentar o acesso a terra no Império. Portanto, busca-se analisar a expansão territorial na região leste da freguesia de São Pedro do Fanado – freguesia cabeça do termo de Minas Novas – correlacionando-a com o processo de construção de vias de construção de canais fluviais no município de Minas Novas e sua relação com a disputa de poder junto ao governo central para a construção de um território composto pelas Comarcas mineiras do Jequitinhonha, Serro, São Francisco e pelas Comarcas baianas de Porto Seguro e Caravelas com a denominação de Província de Minas Novas. Para isso, procura-se entender a transformação e construção do espaço constituído pela freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, por ser freguesia cabeça do município e por ser fronteira à Mata Atlântica, área para onde ocorreu a expansão territorial na segunda metade do século XIX. No intuito de demonstrar esse espaço em transformação, tomaram-se como base as seguintes questões: quais eram as formas de acesso a terra na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, na primeira metade do século XIX? De que forma a terra estava distribuída na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas? De que maneira se deu o acesso à terra na região de fronteira da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas? Havia concentração fundiária na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas? Em caso positivo, quais estratégias foram utilizadas pelos proprietários de terra para a concentração fundiária? Em quais áreas da freguesia de São Pedro do Fanado existiam os maiores índices de concentração fundiária? Quais as implicações da exploração das terras situadas na fronteira da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas para a reorganização territorial do termo de Minas Novas? Quais as relações dos fazendeiros da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas com os projetos econômicos de construção de estradas e navegação fluvial em curso, no município de Minas Novas? Qual a relação dos projetos econômicos em curso no município de Minas Novas com a transformação territorial do referido município? Quais as relações estabelecidas entre o norte mineiro e a Bahia e suas implicações na constituição de uma nova unidade territorial?

As respostas a tais questões poderão contribuir para o entendimento da conformação do território que se conhece atualmente como nordeste mineiro, elucidando as suas convergências econômicas, sociais e políticas com o sul da Bahia, em um contexto em que se pretendia a conformação do nordeste mineiro com o sul baiano em uma província administrativamente autônoma em relação às províncias da Bahia e de Minas Gerais.

Fontes e metodologia da pesquisa

Neste estudo, conta-se com um corpo documental diversificado. Dentre as fontes centrais do trabalho, encontram-se os Registros Paroquiais de Terra (RPTs)⁷⁴, produzidos entre 1855 a 1857, seguindo as determinações do artigo 92 do decreto de janeiro de 1854. Este artigo determinava que os registros deveriam ser lavrados até junho de 1857⁷⁵. Do total de 821 RPTs da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 203 (24,72%) foram lavrados em 1855; 615 (74,9%) em 1856; e apenas 3 (0,36%) em 1857. O primeiro registro data de 09 de março de 1855 e o último, de 21 de abril de 1857. A discussão dos RPTs é complementada com dados dos inventários *post mortem*, produzidos na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. As informações dessa documentação foram integrados por outros elementos de fontes de natureza diversa como o mapa de autoria de João José da Silva Teodoro, datado de 1847⁷⁶, relatos de viajantes, relatórios de presidente de província de Minas Gerais e da Bahia (1837-1857), ofícios da câmara de vereadores de Minas Novas, encaminhados ao governo da província de Minas Gerais, memórias e corografias sobre o município de Minas Novas, Anais da Câmara dos Deputados (1854-1857), relatórios e ofícios produzidas pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri de autoria de Teófilo Benedito Ottoni e engenheiros da Companhia, relatórios produzidos pelo engenheiro Inocêncio Veloso Pederneiras durante a exploração do rio Jequitinhonha entre os anos

⁷⁴ Deste ponto em diante, para se referir aos Registros Paroquiais de Terra, será utilizada apenas a sigla RPT.

⁷⁵ LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira; CARRARA, Ângelo Alves. Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos Registros Paroquiais de Terra: a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG). In: *IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, São Paulo, 2012, p. 6.

⁷⁶ Agradecimentos ao professor Ângelo Alves Carrara, pela presteza em chamar a atenção para a existência deste mapa e, gentilmente, ceder uma cópia, para enriquecimento desta pesquisa.

de 1852-1854, requerimentos de fazendeiros de Minas Novas aos Governo Geral e Atas da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais.

Para se chegar à constituição do corpo documental de uma pesquisa, nem sempre os caminhos percorridos são retilíneos e a trajetória célere. Foram diversas as instituições pesquisadas para o recolhimento do rol de fontes. No Arquivo Público Mineiro, autorizaram, para este estudo, o acesso aos RPTs, às atas da Assembleia Legislativa Provincial, aos despachos e ofícios da Câmara de Minas Novas, às correspondências trocadas entre o governo da Província de Minas Gerais com o governo da Província da Bahia, possibilitando o acesso às informações sobre a ação conjunta dos dois governos na melhoria da navegação do rio Jequitinhonha e construção de estradas e melhoria das já existentes, abrangendo, portanto, as terras mineiras e baianas cortadas pelo Jequitinhonha. Na Biblioteca Nacional, foi possível o acesso à requerimentos de fazendeiros do município de Minas Novas ao governo Imperial solicitando permissão para colonização dos indígenas habitantes no município e solicitação de pagamento por atividades desempenhadas na condição de professor do município. Consulta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possibilitou o acesso a relatos de funcionários do governo provincial que percorreram o município de Minas Novas e a análise das potencialidades de navegação e de exploração agrícola das terras do município, bem como o conhecimento da biografia de José Eloy Ottoni, personalidade que no início do século XIX residiu e lecionou na cidade de Minas Novas, constituindo descendentes que posteriormente tiveram papel relevante na política local e no processo de ampliação da fronteira agrícola na direção leste da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas – principal freguesia do município de Minas Novas – e na colonização dos indígenas locais.

Além disso, foi realizada uma jornada pelas cidades do Vale do Jequitinhonha – região resultante do antigo município de Minas Novas, elegendo-se as cidades que no século XIX comportavam centros comerciais e administrativos do município. Visitou-se a cidade de Araçuaí com pesquisa na sede da diocese, nos cartórios locais e, também, pessoas da cidade consideradas pelos moradores como “guardiões da memória local”. Em Araçuaí, houve acolhida calorosa de seus habitantes embora não fosse obtido nenhum documento que pudesse auxiliar nesta pesquisa. A justificativa para a ausência de documentos que remontam ao século XIX e início do século XX é a de que houve na cidade uma enchente, no ano de 1979, quando parte da cidade foi inundada tendo sido

essa documentação destruída pelas águas⁷⁷. O percurso contemplou as cidades Berilo, com pesquisa na paróquia local, e Chapada do Norte. Também em Chapada do Norte não houve êxito no acesso aos arquivos da prefeitura, sob alegação de que a documentação existente estava sob condições precárias de manuseio e, por isso, inacessível ao público. O maior tempo dispensado à pesquisa documental na região do antigo termo de Minas Novas ocorreu na própria cidade de Minas Novas.

A estada em Minas Novas perdurou por cerca de nove meses. No primeiro mês, residindo em Minas Novas, o trabalho foi árduo, extremamente caótico e angustiante na procura da documentação para a pesquisa. O primeiro contato foi com a secretaria de cultura da prefeitura. Por pesquisa prévia, era conhecida a existência de um acervo documental sob custódia da prefeitura que possivelmente contemplaria o recorte temporal da pesquisa. Entretanto, ao chegar à cidade, a pesquisadora foi informada pelo secretário de cultura de que a documentação existente já se encontrava encaixotada para higienização e restauração, por meio de um convênio estabelecido entre a prefeitura de Minas Novas e Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e Universidade Federal de Juiz de Fora. Como a documentação já se encontrava armazenada aguardando apenas o transporte para a cidade de Diamantina, lócus do processo de restauração, inviabilizando-se a consulta à referida documentação.

Diante dessa situação, ampliou-se a busca para os cartórios locais e em visitas aos memorialistas de Minas Novas. A partir de um contato feito com um antigo pároco da cidade de Minas Novas, foi possível o contato com algumas pessoas da referida cidade, que abriram as portas da comunidade local. No cartório de registro civil de Minas Novas, por meio da funcionária Piedade, foi possível analisar todos os livros de registro de batismo e casamento do século XIX. Entretanto, os livros conservados no cartório abarcavam apenas os anos de 1890 a 1897. Mesmo não contemplando o período previsto para esta pesquisa, cuidou-se de fotografar a documentação gentilmente disponibilizada para utilização em pesquisas vindouras e como forma de manutenção do registro da documentação, visto que os originais estão em processo de deterioração.

⁷⁷ Essa mesma situação foi vivenciada por outros pesquisadores, ao percorrerem o antigo termo de Minas Novas, em busca de documentação anterior ao século XX. Ver: ANDRADE, Bruno Mateus Pereira. *O Sertão do Jequitinhonha: demografia e família nas matas de São Miguel do Jequitinhonha (1889-1911)*. Monografia. Curso de História. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, p. 37.

No Cartório de imóveis rurais, foi dada a inaceitável notícia de que os livros mais antigos do cartório datavam de 1930, sendo que os anteriores foram supostamente queimados pela esposa de um antigo funcionário do cartório. Nos cartórios de Primeiro e Segundo Ofício, informaram, simplesmente, que não havia documentação do século XIX. Na paróquia de Minas Novas, foi utilizado esse argumento de não existência de documentação anterior ao século XX. Segundo o pároco local, toda a documentação fora encaminhada para a diocese de Araçuaí e perdida na já citada enchente de 1979.

A partir dessas negativas, o destino da busca conduziu ao Fórum da cidade. Após as tramitações burocráticas e certo tempo de espera, o juiz local permitiu acesso aos inventários *post-mortem* armazenados em uma pequena sala no segundo piso do Fórum. A estada da pesquisadora no fórum era restrita ao período da tarde, nos dias em que não havia audiência, pois, a permanência naquelas dependências, por determinação do juiz, deveria ser acompanhada pelo segurança do edifício. Foram disponibilizadas 250 caixas de arquivo para pesquisa. Há de se informar que não havia identificação do conteúdo das caixas, exceto em algumas poucas em que constava o registro do ano, mas essa informação também era equivocada e não correspondia ao período da documentação existente na referida caixa. A documentação do século XIX encontrava-se mesclada com processos litigiosos do século XX. Após a abertura de todas as caixas e separação dos documentos por década, foi possível fotografar 128 inventários *post-mortem* para o período de 1806 a 1893. Contudo, tais inventários eram originários de diferentes freguesias do antigo termo de Minas Novas. Apenas 27 dos inventários coletados correspondiam aos residentes da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, no período de 1830-1859, os quais foram utilizados nesta pesquisa. Vale mencionar que há no fórum de Minas Novas um local, denominado pelos funcionários de sala das armas, em que se encontram armazenados documentos do século XIX, entretanto, não foi permitido acesso ao referido local, por ser o depósito de armas.

As tardes de pesquisa no fórum de Minas Novas foram intercaladas com manhãs de visitas aos memorialistas, pesquisadores e moradores mais antigos da cidade. Essas incursões na comunidade local foram feitas com o objetivo de ‘garimpar’ alguma documentação que fosse útil. Os diversos cafés, almoços e conversas foram permeados pela escuta das histórias das festas do Rosário, dos bailes de início do século XX e por fotos das personalidades políticas de Minas Novas. Apenas um morador local forneceu uma cópia do livro de notas do cartório de Segundo Ofício, datada de 1851-1856, sob a promessa de que não seria divulgada a identidade dele.

Portanto, a documentação disposta de forma serial foi constituída apenas dos RPTs que foram de suma importância para a análise da ocupação, apropriação da terra e concentração fundiária da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Pelo cruzamento com ofícios de fazendeiros de Minas Novas, relatos da Câmara de vereadores de Minas Novas sobre a situação da freguesia e conflitos entre fazendeiros e os indígenas locais, assim como relatos de estudiosos que percorreram a freguesia em foco, na primeira metade do XIX, foi possível perceber e analisar o avanço da fronteira agrícola da freguesia na primeira metade do século XIX.

Para conduzir a análise sobre a distribuição de terras na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, pautou-se, neste estudo, na metodologia da história agrária. Tomou-se como base, sobretudo, o estudo de Emmanuel Le Roy Ladurie sobre os agricultores do Languedoc. Neste estudo, o autor relata que seu objetivo inicial consistia no estudo das origens do capitalismo no meio rural do Languedoc. Entretanto, com o avanço de sua imersão nas fontes, o autor pôde perceber movimentos de oscilação da estrutura agrária que consistia em um primeiro momento de esfacelamento da terra, com aumento do número de proprietários e diminuição da área média por proprietário. Esse movimento era seguido da fase de concentração fundiária que, por sua vez, não era definitiva nem irreversível, pois, “de novo o parcelamento reafirmava os seus direitos, de novo inchava o efetivo dos titulares do solo”⁷⁸. Conforme palavras de Ladurie, esse fenômeno de alternância entre o parcelamento de terras ao longo das gerações e a concentração fundiária, desvendou, aos seus olhos, as mudanças da estrutura social ao longo dos séculos, possibilitando a análise da extensa duração da história rural. Dessa maneira, os estudos de Ladurie sobre o mundo agrário do Languedoc assentam-se em categorias de longa e breve duração, assemelhando-se metodologicamente aos de Fernand Braudel.

Fernand Braudel e Emmanuel Le Roy Ladurie fazem parte de um grupo de pesquisadores que nos anos de 1950 começaram a ampliar estudos sobre história social e econômica, produzindo renovação metodológica, privilegiando uma história quantitativa, causando alterações na forma como o historiador até então encarava o tempo histórico, ou seja, o historiador passou a focar sua atenção para o tempo de longa duração. O interesse pela história que Braudel intitula de tradicional, assentada no estudo dos grandes acontecimentos, cedeu espaço para o estudo das variações dos

⁷⁸ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Os camponeses do Languedoc*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 12.

preços, para a progressão demográfica, o movimento dos salários, as varrições das taxas de lucro, para a produção e circulação dos produtos⁷⁹. Dessa forma, os historiadores passaram a ter como objeto de análise as estruturas sociais. Braudel define estrutura como “uma realidade que o tempo demora a desgastar e a transportar”⁸⁰. O autor argumenta ainda que [...]

[...] certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Em argumentação semelhante, Ladurie menciona que seu interesse em estudar os camponeses do Languedoc assenta-se na análise das variáveis de longa tendência que o autor define como aquelas que estão sujeitas a inflexões duradouras e a movimentos seculares,⁸¹

como a população, a produção, o produto regional, os preços, a renda, a dízima, o fisco, a usura, o lucro e os salários. Junto a essas categorias, o autor buscou situar o próprio homem, ou seja, os camponeses do Languedoc e os seus grupos sociais, considerando ainda a religião, o folclore e as revoltas agrárias. Isso significa que, por meio da análise das estruturas agrárias, Ladurie insere o estudo do camponês – aquele que é caracterizado pela policultura e pelo autoconsumo familiar – lançando luz sobre as relações patriarcais e estabelecimento das grandes linhagens e modificações na demografia, na mão de obra, nos salários e suas relações com a paisagem rural, com as formas de exploração da terra, com as técnicas, com a produção e com as modificações na dieta da época. A partir do uso de documentos locais, Ladurie realiza uma história total da vida agrária no Languedoc, nos séculos XI ao XVIII, sem perder de vista o tempo breve “da irregularidade das colheitas e os caprichos da oferta”⁸², com enfoque regional.

A interface da história com a geografia em estudos de história agrária, torna-se fundamental. Conforme Braudel argumenta, a realidade geográfica constitui limite que se impõe aos homens, do qual ele não está livre para furtar-se ao relacionamento com o espaço geográfico onde vive. Nas palavras do autor, “o homem é prisioneiro desde há séculos dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído de que não se pode separar nem correr o risco de voltar

⁷⁹ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 10-12.

⁸⁰ Idem, p. 14.

⁸¹ LADURIE, 1997, p. 16.

⁸² Idem, p. 16, 38-45, 320.

a pôr tudo em causa”⁸³. A proposta de análise do mundo rural, buscando problematizar a ação humana em interface com o espaço com o qual ocupa, serviu como âncora metodológica para esta pesquisa.

Não se pretendeu realizar uma história total da vida agrária de Minas Novas, mas inspirou-se no trabalho realizado por Ladurie, buscando privilegiar a análise das estruturas agrárias e a ação humana na reordenação espacial do município de Minas Novas entre os anos de 1834 a 1857, ou seja, realizar um estudo agrário com enfoque regional.

Conforme argumenta Maria Yeda Linhares, a história agrária surgiu no século XX, oriunda do encontro da geografia humana com a história. De um lado, estava o historiador, preocupado em entender a ação humana ao longo do tempo e, do outro lado, o geógrafo, que buscava analisar a relação do homem com o meio físico.⁸⁴ A agricultura, portanto, por ser a atividade que, ao longo do tempo, constituiu a principal atividade de agregação de homens e mulheres, tornou-se objeto de interesse comum aos historiadores e geógrafos que buscavam problematizar a ação humana e o espaço ao longo do tempo. As novas abordagens, “centradas no estudo das estruturas e paisagens agrárias, bem como a organização do espaço rural”, desenvolveram-se “no plano da história regional e local”.⁸⁵ A história da agricultura, segundo a autora, “combina o trabalho, a terra e a tecnologia, segundo condições sociais específicas”. Por isso, a análise histórica deve contemplar o sistema socioeconômico, as condições de acesso a terra, as normas jurídicas de propriedade, o meio geográfico, as condições de uso da terra, o perfil demográfico, profissional e as hierarquias sociais⁸⁶. Para esses objetivos, o enfoque regional é o mais apropriado, conforme ensina Ciro Flamarion Cardoso, por permitir “perceber uma realidade bastante mais complexa que as médias que constituem os dados agregados ocultam”⁸⁷. O enfoque regional possibilita, portanto, problematizar a ação do homem no tempo sem perder de vista sua relação com o espaço.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma apresentação da freguesia, buscando-se analisar a produção econômica e as relações sociais, comerciais e administrativas estabelecidas entre a freguesia de São Pedro e a

⁸³ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p.14.

⁸⁴ LINHARES, Maria Yeda. História Agrária: o encontro com a geografia humana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 165.

⁸⁵ LINHARES, 1997, p. 166.

⁸⁶ Idem, p. 170.

⁸⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 75-76.

então província da Bahia e com outras regiões da província de Minas Gerais. Nesse capítulo, o intuito da pesquisadora foi analisar a região de Minas Novas como uma região que ao longo da sua história esteve economicamente e socialmente muito mais próxima da província da Bahia que das demais regiões da província de Minas Gerais. Essa ligação identitária e comercial remonta ao século XVIII, quando as “minas novas” do ouro foram descobertas e sua administração ficou sob a responsabilidade do Bispo e da Capitania da Bahia. A base documental que dá suporte ao primeiro capítulo consiste em relatos de viajantes do século XIX que visitaram o termo de Minas Novas, de notas corográficas sobre a região, relatórios de presidente da província de Minas Gerais e da Bahia e de inventários *post mortem* dos produtores rurais da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

No segundo capítulo, inicia-se a análise sobre a estrutura fundiária da freguesia de São Pedro. Com base nos RPTs, foram identificadas as formas de acesso a terra na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, as quais consistiram em arrematação, compra, herança, posse, dádiva, doação, dote e a combinação dessas categorias entre si, resultando em propriedades adquiridas por arrematação-herança; compra dádiva; compra-dote; compra-herança; compra-herança-dádiva, compra-posse; compra-herança-posse; barganha-compra; barganha- posse; compra; dádiva-posse; doação-compra e posse-herança. A partir da hidrografia da freguesia de São Pedro como ponto de referência, fez-se um mapeamento das áreas das freguesias em que tais propriedades estavam localizadas, o que permitiu dividir a freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas em três regiões – uma de colonização antiga com predomínio de terras oriundas da compra combinada a elementos de transmissão da terra intrafamiliar como a herança, doação e o dote, com localização próxima ao centro urbano da freguesia, ou seja, nas proximidades da cidade de Minas Novas. Outra região que foi classificada de intermediária, marcada pela transição do mercado de terras para a posse. E, por fim, uma região com predomínio de posse da terra, situada na região de expansão da fronteira agrícola da freguesia que diz respeito à região de colonização efetivada a partir de 1847.

Após a análise das formas de acesso a terra, torna-se fundamental entender o modo como foi viabilizado e de que maneira as formas de acesso a terra contribuíram para ampliação dos domínios e da concentração fundiária. Portanto, no terceiro capítulo, a discussão se pauta na distribuição da terra na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Busca-se, usando-se os dados dos RPTs, mostrar a relação entre as

formas de acesso a terra e a concentração fundiária, predominante, sobretudo, na região de expansão da fronteira agrícola da freguesia.

Essa expansão territorial foi acompanhada de maior inserção da elite regional do nordeste de Minas na câmara dos deputados e, paralelo à exploração econômica do nordeste da província, com centro no município de Minas Novas, materializada na construção de canais de comunicação e comércio nos rios Mucuri e Jequitinhonha – principais rios que atravessavam o então município de Minas Novas – donde emergiram as reivindicações por nova regionalização do nordeste mineiro e sul baiano com a apresentação de um projeto de criação da província de Minas Novas na câmara dos deputados. Nota-se que a proposição dessa nova província agregava interesses comerciais advindos dos projetos de transporte e comércio entre o nordeste mineiro e o sul da Bahia, sendo também motivada pelos vínculos econômicos, administrativos e identitários que remontam ao século XVIII, quando as “Minas Novas”, por ordem do Governo Geral, foram vinculadas à capitania da Bahia.

No quarto capítulo, portanto, contempla-se a análise da inserção de famílias de grandes fazendeiros e políticos locais nos projetos de interesse provincial e imperial de abertura de vias de comunicação e transporte, o que aponta, especialmente, para o interesse econômico local da exploração do território adjacente à freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

O mencionado projeto de criação da província de Minas Novas é discutido no quinto capítulo, quando se analisa o impacto das atividades de expansão territorial e econômica locais, na projeção de possível independência legislativa do termo de Minas Novas, em relação à província de Minas Gerais, traduzido na defesa política do projeto de criação da província de Minas Novas, que teria sede administrativa, caso fosse aprovado, na cidade de Minas Novas. Nesse capítulo, a autora buscou evidenciar os principais argumentos que fundamentaram a sua defesa no Parlamento brasileiro pelos deputados Paula da Fonseca e Joaquim César, ambos naturais do nordeste mineiro, sendo o primeiro oriundo do Serro e o segundo da cidade de Minas Novas. Como questão de fundo à defesa da criação da província de Minas Novas, estava a reivindicação da elite de Minas Novas, por dominar não apenas territorialmente as terras que eram disponibilizadas com a expulsão do indígena e tracejadas por estradas carroçáveis, mas, também, apropriar-se de forma tributária e legislativa de uma região marcada por intensa relação entre mineiros e baianos. Esse intercâmbio não se restringia apenas às relações comerciais e sociais, mas tinha marcas administrativas da capitania e

posterior província da Bahia, conforme ficou evidenciado pelas ações dos presidentes de província da Bahia que investiram na limpeza do rio Jequitinhonha e Pardo, com vistas a uma melhor navegação do rio e à construção de estradas que acompanhavam o leito desses rios com o intuito de ligar antigas áreas desmembradas da Bahia no século XVIII. Se pelo Jequitinhonha os munícipes de Minas Novas relacionavam-se com os baianos, desde o século XVIII, tais relações foram ainda mais aproximadas na segunda metade do século XIX, quando a lentidão dos transportes foi esmaecida pela exploração das terras do Sertão do Leste e navegação a vapor das águas do Mucuri. Portanto, compreende-se que, no século XIX, a área do Mucuri não pode ser entendida como região independente de Minas Novas. O seu vínculo ao município de Minas Novas, para além do administrativo, estava marcado pela relação social e econômica dos minas-novenses que adentraram aquelas terras e fizeram do Mucuri uma expansão de suas propriedades e atividades agrícolas, rumo ao sul da Bahia. Assim sendo, defende-se ao longo deste estudo que o município de Minas Novas, o nascente território do Mucuri juntamente com o litoral sul baiano, conformava um complexo regional, marcado por transações sociais, econômicas e territoriais.

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO ESPACIAL DO TERMO DE MINAS NOVAS: DA PROVÍNCIA DA BAHIA À PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

1.1. Minas Novas na regionalização da província de Minas Gerais

Como bem disse o escritor Guimarães Rosa, “Minas são muitas”. É justamente a análise destas muitas “Minas” que se busca problematizar neste capítulo, a fim de situar o objeto deste estudo que é a freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, sede do município de Minas Novas, no século XIX.

Conforme assinalado na introdução, Minas Gerais não se constituiu ao longo do século XIX como um todo homogêneo. A diversidade econômica, diversidade de interesses políticos não possibilita entender a província de Minas Gerais como uma unidade. Isso exige que, ao se debruçar nas Minas Gerais do século XIX, o estudioso se veja desafiado a considerar as diversas Minas existentes, ao mesmo tempo que não há consenso acerca da divisão das diferentes regionalizações para a província de Minas Gerais. A historiografia tem dado diferentes interpretações para compreender a diversidade e complexidade política, econômica e social da província de Minas Gerais que, apesar de todas as propostas separatistas ao longo do século XIX manteve-se indivisível. Laird Bergad em estudo sobre a economia e a demografia escrava optou por demonstrar a diversidade econômica e social da província seguindo as divisões administrativas das comarcas. O autor dividiu Minas Gerais em quatro regiões para o período de 1808: comarca de Sabará, Rio das Mortes, Vila Rica e Serro Frio.⁸⁸ Mediante as redivisões administrativas da província, o autor apresentou para o período de 1821 cinco regiões: Paracatu, Sabará, Rio das Mortes, Vila Rica e Serro Frio.⁸⁹ Em razão do acréscimo e supressões administrativas, o mapa construído por Bergad para Minas Gerais de 1833 apresentou um emaranhado maior de comarcas, a saber: São Francisco, Jequitinhonha, Serro, Ouro Preto, Paraibuna, Rio das Mortes, Sapucaí, Rio das Velhas e Paracatu.⁹⁰ Em 1854, à regionalização administrativa de Minas foram acrescentadas as comarcas de Piracicava, Muriaé, Baependi, Jaguari, Rio Verde, Rio

⁸⁸ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 37.

⁸⁹ Idem, p. 38.

⁹⁰ Idem, p. 39.

Grande, Indaiá, Paranaíba e Paraná.⁹¹ Por fim, o último mapa construído por Bergad, pontuando as comarcas de Minas Gerais refere-se ao ano de 1868. Naquele ano, o território mineiro estava dividido em vinte e duas comarcas: Paraná, Paranaíba, Paracatu, São Francisco, Jequitaiá, Rio das Velhas, Indaiá, Rio Grande, Sapucaí, Jaguari, Baependi, Rio das Mortes, Pará, Sabará, Ouro Preto, Paraibuna, Pomba, Muriaé, Piracicava, Serro, Jequitinhonha e Rio Pardo.⁹²

Já Clotilde de Andrade Paiva, com o intuito de evidenciar as distinções econômicas, optou por construir uma regionalização, tomando como referência as atividades econômicas realizadas nas diferentes partes da província mineira. Através das listas nominativas de habitantes, elaboradas em 1831-1832 e dos relatos de viajantes que percorreram Minas Gerais na primeira metade do século XIX, Paiva propõe a regionalização da província de Minas Gerais em dezoito unidades espaciais. Ao analisar a economia mineira na primeira metade do século XIX, a autora defende a existência da diversidade produtiva. Segundo ela, a “referência a vários tipos de estabelecimentos: fábricas (de aguardente, de ferro, de chapéus, de fumo, de lã, de louças etc.); fazendas de criação, lavoura ou ambos; engenhos (de cana, de serrar); [...] isto é, uma multiplicidade de unidades produtivas e profissionais diferenciadas que apontam na mesma direção”.⁹³ Essas atividades denotam a existência de diversificação e dinamismo na economia mineira nas primeiras décadas do século XIX, ‘em que diferentes atividades agropecuárias e de transformação coexistiram com a mineração’.⁹⁴

As dezoito unidades espaciais propostas por Paiva são: Extremo Noroeste, Vale do Alto Médio São Francisco, Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo, Araxá, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste.⁹⁵ A autora reuniu essas dezoito unidades espaciais em três grupos, tomando por referência os níveis de desenvolvimento econômico, classificando-as em maior, médio e menor desenvolvimento.⁹⁶

⁹¹ BERGAD, 2004, p. 40.

⁹² Idem, p. 41.

⁹³ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFCH-USP, 1996, p. 28.

⁹⁴ Idem, p. 28 e 164.

⁹⁵ PAIVA, 1996, p. 93.

⁹⁶ Idem, p. 97.

Para medir o nível de desenvolvimento de cada região, a pesquisadora considerou as seguintes variáveis: tamanho da população, condição social dos habitantes, composição por sexos, cor-origem, idade, posse de escravos e ocupação.⁹⁷ A partir dessas variáveis, Paiva identificou que as regiões Sudeste, Mineradora Central Oeste, Diamantina e Intermediária de Pitangui-Tamanduá constituem o grupo com maior desenvolvimento. A região Sudeste destacou-se pela atividade comercial-exportadora de produtos agropecuários para o Rio de Janeiro. Além disso, era a região de entreposto comercial, em que São João Del Rei constituía o aglomerado urbano, onde se comercializavam víveres oriundos da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá e de Minas Novas. Tais mercadorias eram destinadas ao comércio do Rio de Janeiro.

A região Mineradora Central Oeste exportava para o Rio de Janeiro uma diversidade de produtos como ouro, pedras preciosas, tecidos e doces. Essa região também era um centro distribuidor das mercadorias que importava do Rio de Janeiro, com um número significativo de casas de negócios e grande número e diversidade de artesãos.⁹⁸

Diamantina era caracterizada pela extração de diamante e ouro, com expressivo comércio inter-regional, articulado com as regiões vizinhas.⁹⁹ Já, na região intermediária de Pitangui-Tamanduá, a produção de suínos e tabaco coexistia “com várias produções de menor vulto: ouro, toucinho, bovinos, algodão e cavalos, todos destinados ao Rio de Janeiro”.¹⁰⁰ Segundo Paiva, nessa região, praticava-se a agropecuária e a mesma era autossuficiente na produção de gêneros de abastecimento. Os produtos da região além de serem comercializados com o Rio de Janeiro também eram enviados para o comércio da região Sudeste.

O grupo de regiões composto por Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Triângulo, Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce foi classificado por Paiva como o grupo de menor desenvolvimento econômico. Paiva argumenta que, apesar de Minas Novas exportar um algodão que era bem aceito no mercado, a riqueza produzida não ficava nas mãos dos produtores locais, uma vez que a comercialização do

⁹⁷ PAIVA, 1996, p. 98-100, 102 e 104.

⁹⁸ Idem, p. 116.

⁹⁹ PAIVA, 1996, p. 116-117.

¹⁰⁰ Idem, p. 117.

algodão era feita por intermediários.¹⁰¹ Paiva analisa que para Paracatu apenas o couro se destacava no comércio provincial. Já o Sertão era produtor de cavalos, bovinos, salitre e desenvolvia atividades relacionadas ao beneficiamento do couro e gêneros de abastecimento. Esses produtos tinham como destino especialmente a província da Bahia. Entretanto, Paiva ressalta que os produtores vendiam seus produtos a preços muito baixos, por isso não gerava riqueza local. O Sertão do Alto São Francisco também era produtor de bovinos e algodão, mas, segundo Paiva, essas atividades não tinham importância em nível provincial.¹⁰² A produção do Triângulo consistia na criação de bovinos e produção de víveres para consumo local e venda em Paracatu. O Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce foram caracterizados pela baixa densidade demográfica, extensões de matas virgens e presença de indígenas.¹⁰³

O terceiro grupo de regiões, organizado por Paiva, é composto por Araxá, Sul Central, Vale do Alto Médio São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Mata e Sudoeste. Na região Sul Central, havia produção de ouro e existência de fazendas com diversidade de produção. No Vale do Alto Médio São Francisco, por sua vez, além da criação de bovinos, também, cultivavam o algodão que era vendido para a Bahia. Nessa região, a pesca coexistia com a agricultura.¹⁰⁴

No Médio Baixo Rio das Velhas, predominava a extração de ouro, atividades agropecuárias incipientes e havia um entreposto comercial distribuidor de mercadorias oriundas do Rio de Janeiro. A Mineradora Central Leste era produtora de algodão e víveres comercializados com Diamantina. A região da Mata foi caracterizada pela produção de mantimentos para abastecimento das vendas situadas às margens das estradas que tinham como objetivo o suprimento das tropas que por lá transitavam.¹⁰⁵

A regionalização proposta por Paiva tem suscitado entre os pesquisadores algumas críticas, especialmente pelo fato de a autora se pautar nos relatos de viajantes para definir as unidades regionais, e por delimitá-las considerando apenas os aspectos demográficos e econômicos. Luiz Fernando Saraiva considera que, ao regionalizar Minas Gerais no século XIX, é necessário considerar também os aspectos políticos, uma vez que a diversidade econômica e social da província mineira desdobrou-se em uma

¹⁰¹ PAIVA, 1996, p. 118-119.

¹⁰² Idem, p. 119-120.

¹⁰³ Idem, p. 121.

¹⁰⁴ Idem, p. 124.

¹⁰⁵ Idem, p. 124-125.

estrutura política peculiar, marcada por interesses divergentes.¹⁰⁶ Apesar de reconhecer o mérito da regionalização em dezoito regiões, Saraiva entende que essa divisão não possibilita a análise dos “diferentes movimentos de povoamento e construção de identidades políticas distintas que irão se estabelecer nas Minas Gerais” para os períodos posteriores a 1830 e 1840. O pesquisador aponta que essa regionalização não comporta especialmente a análise da expansão da cafeicultura da zona da mata mineira, objeto de estudo do autor.¹⁰⁷

A proposta de Saraiva é que se regionalize Minas Gerais do século XIX, considerando a diversidade de identidade e política, cruzando esses dados com as atividades econômicas. Assim, o autor divide Minas Gerais em sete unidades, a saber Centro, Norte, Leste, Mata, Sul, Triângulo e Oeste, avaliando a “sua evolução histórica, suas principais características econômicas, demográficas” e suas “diversas identidades políticas”.¹⁰⁸ Há de se mencionar que Saraiva ressalta que a região Norte estava em formação, dada a expansão da população em direção a parte leste, sobretudo, “depois da criação da Companhia do Vale do rio Mucuri por Teófilo Benedito Otoni”.¹⁰⁹ Na Figura 1, encontra-se o mapa construído por Saraiva, a partir dos dados de John Wirth.¹¹⁰

Dentre as unidades regionais propostas por Saraiva, nesta pesquisa, detém-se apenas na análise da região Norte e Leste, por abarcar a região delimitada para estudo. A região Norte-Leste definida por Saraiva compreende o espaço ocupado em 1831-1833 pelos municípios de São Romão, Januária, Vila do Príncipe (Serro), Diamantina, Curvelo; Minas Novas e Rio Pardo.¹¹¹

Segundo o pesquisador, essa região apresentava grande diversidade econômica, que consistia na extração de diamantes, metalurgia de ferro, manufatura têxtil, manufatura de couro e atividades agropastoris veiculadas ao mercado interno. Os principais produtos agrícolas eram a cana, o milho, arroz, feijão e café.¹¹² Essa região possuía o menor número de escravos recenseados na província de Minas Gerais em 1872, com uma população contabilizada em 30.787 escravos, o que representava 24,13% dos escravos da província.¹¹³

¹⁰⁶ SARAIVA, 2008, p. 59.

¹⁰⁷ Idem, p. 82.

¹⁰⁸ Idem, p.84.

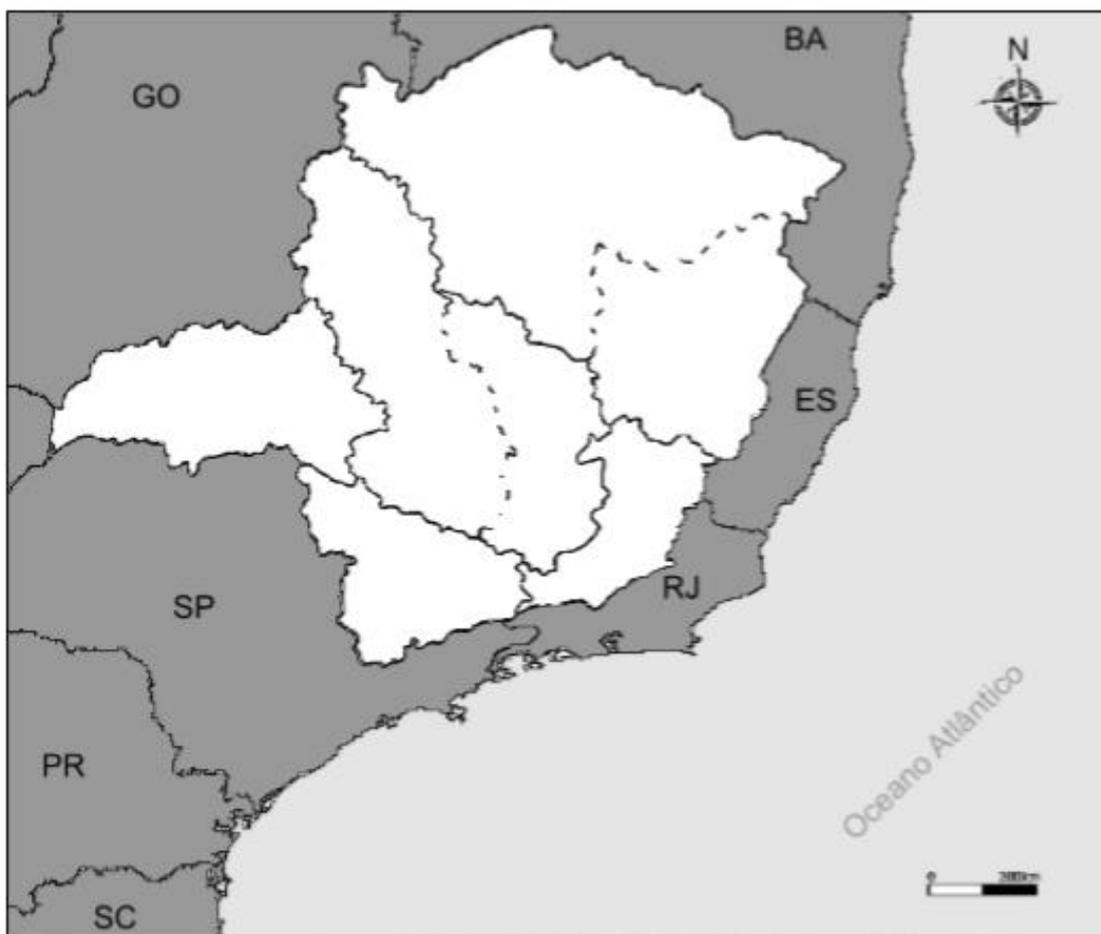
¹⁰⁹ Idem, p. 85.

¹¹⁰ Idem, p. 86.

¹¹¹ Idem, p. 103.

¹¹² Idem, p103-104.

¹¹³ Idem, p. 93 e 103.



Fonte: Mapa elaborado por Luiz Fernando Saraiva a partir dos dados de WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 – 1937*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 42. In: SARAIVA, 2008, p. 46.

Figura 1: Mapa de Minas Gerais elaborado por Luiz Fernando Saraiva.

Dentre os municípios que compunham a região, Minas Novas apresentava o maior número de habitantes, com um total de 28.362. Desse número, 21.526 eram livres e 6.836 escravos. Entretanto, só Vila do Príncipe contava 9.564 escravos, e uma população livre de 3.101, totalizando 12.665 habitantes.¹¹⁴

A respeito da identidade política, Saraiva destaca que os líderes políticos mais importantes da região norte foram Antônio Cândido da Cruz Machado – presidente da província de Goiás em 1854, de Maranhão em 1855, da Bahia em 1873 e nomeado senador por Minas Gerais, em 1874; Bento Barroso Pereira – Ministro da Guerra e da Marinha em 1824 e senador por Pernambuco em 1832; João da Mata Machado –

¹¹⁴ O autor utilizou listas nominativas de habitantes de 1831-1832 e o relatório de Presidente de Província de 1845 para contabilizar o número de habitantes de cada município. Cf.: SARAIVA, 2008, p. 104.

ministro das relações exteriores em 1884 e Teófilo Benedito Ottoni,¹¹⁵ deputado provincial em Minas Gerais em 1835, deputado geral por Minas Gerais nos períodos de 1838- 1841; 1844-1848; 1860-1864 e senador por Minas Gerais de 1864 a 1869.

Há de se considerar, entretanto, que as relações políticas do norte da província de Minas Gerais, especialmente Minas Novas, não se restringiram ao território da província mineira. É fundamental que se considerem, também, os laços estabelecidos com a fronteira província da Bahia. Isso sugere que, além das relações comerciais que Minas Novas estabeleceu com a Bahia, estabeleceu-se, também, estreita proximidade social, sobretudo, com o sertão e sul baiano desde o século XVIII. Essa aproximação gestada no processo de formação da região nordeste da província de Minas Gerais, levou-a, em meados do século XIX, a requerer a sua independência em relação à província de Minas Gerais e constituir, juntamente com o sul baiano, uma nova província no Império do Brasil, com sede administrativa em Minas Novas. Por isso, nesta pesquisa, considera-se que o nordeste de Minas Gerais, especificamente os municípios que formaram a comarca do Jequitinhonha, deve ter suas relações com a vizinha província da Bahia analisadas, buscando-se evidenciar não apenas os elementos comerciais que fizeram com que essa região se aproximasse mais da Bahia que das demais regiões da província de Minas Gerais.

Conforme analisa Ilmar Mattos, uma região não pode se restringir aos limites administrativos ou ser definida apenas pela distribuição da população em um dado território. O que define uma região, para o autor, é a articulação entre espaço e tempo na dimensão social. Em outras palavras, significa dizer que os limites de uma região resultam de “uma construção que se efetua a partir da vida social dos homens, dos processos adaptativos e associativos que vivem, além das formas de consciência social que lhes correspondem”.¹¹⁶

As relações sociais que também perpassam pela constituição histórica das regiões devem ser consideradas, ao se problematizar a regionalização de Minas Gerais. Isso torna o trabalho do pesquisador do espaço mineiro uma tarefa árdua, mediante as dificuldades ao se discutir um espaço em formação, com delimitações territoriais em constituição, como é o caso da comarca do Jequitinhonha, no século XIX. É importante dizer que os limites entre o município de Minas Novas, tanto pelo lado leste como pelo

¹¹⁵ SARAIVA, 2008, p. 104-105.

¹¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 23-24.

lado oeste, ainda não estavam definidos em relação ao sul da Bahia. Tanto as terras banhadas pelo rio Mucuri – lado leste da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas que era a sede do município de Minas Novas -, como as fronteiras das terras banhadas pelo rio Jequitinhonha com a Bahia, até meados do século XIX, estavam por definir. Há também de se considerar que as relações sociais estabelecidas entre as diferentes regiões de Minas Gerais com as províncias vizinhas advieram da sobreposição de limites eclesiásticos, administrativos e fiscais, fazendo com que diversos municípios da província de Minas Gerais pertencessem a curatos que ultrapassavam os limites administrativos da província. Os municípios de Diamantina, Rio Pardo, Minas Novas, Grão Mongol, Januária (com exceção da freguesia de Januária que pertencia à diocese de Pernambuco) e Formigas pertenciam ao bispado da Bahia, enquanto os municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Jaguari, Campanha, Jacuí, Caldas e Passos pertenciam à diocese de São Paulo. Dores do Indaiá, São Romão, a freguesia de Januária e Paracatu pertenciam à diocese de Pernambuco; Mar de Espanha, Leopoldina, à diocese do Rio de Janeiro; e Araxá, Uberaba, Patrocínio e Desemboque pertenciam à diocese de Goiás.¹¹⁷

A diversidade cultural, social e econômica de Minas Gerais deu origem aos movimentos separatistas que, segundo Saraiva, foram potencializados pelas modificações econômicas resultantes da chegada da família real ao Brasil em 1808.¹¹⁸ Para além de uma reorganização política e institucional dentro do processo de consolidação do Estado Nacional, esses movimentos separatistas também podem ser analisados “como formas de ver o espaço e nele exercer poder de maneira a produzir novas realidades político-territoriais”.¹¹⁹

1.2 Aproximação político territorial do município de Minas Novas com a Bahia

O município de Minas Novas, ao longo do tempo, teve uma relação territorial diferenciada com o que veio a ser a província da Bahia. A aproximação do município de Minas Novas com a Bahia remonta à sua organização político administrativa no início do século XVIII. As “novas minas” de ouro, descobertas no rio Bom Sucesso – afluente

¹¹⁷ VASCONCELLOS, Francisco Diogo Pereira. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentado na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura de 1855*. Ouro Preto, 1855.

¹¹⁸ SARAIVA, 2008, p. 22. Sobre as modificações econômicas do sul da província da Minas Gerais com a vida da família real em 1808; Cf. LENHARO, 1993.

¹¹⁹ CASTRO, 2012, p. 27.

do rio Araçuaí –, em 1727, por Sebastião Leme do Prado, foram comunicadas ao Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, governador geral da capitania da Bahia, em 1728.¹²⁰ A anexação das Minas Novas do Araçuaí ao governo e ao arcebispado baiano gerou discussões entre os governadores da Bahia e da então recém-criada capitania de Minas Gerais acerca dos limites territoriais. Segundo Raphael Freitas Santos, em 1728, o Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ordenou “que não obedecessem aqueles mineiros, nem ao governo destas Minas nem ao Ouvidor Geral da dita comarca, entendendo que o tal descobrimento era pertencente à jurisdição da Bahia”.¹²¹ Do lado mineiro, o governo argumentava que aquelas minas eram “parte de sua jurisdição, já que estariam abaixo do rio Verde – limite entre as Minas e a Bahia, conforme havia definido o Conde de Assumar”.¹²² Segundo Santos, o governo baiano replicava, defendendo que o acesso dos minas-novenses à capital da Bahia seria facilitado pela proximidade com o litoral e pelo transporte marítimo.¹²³

Da parte dos habitantes de Minas Novas, havia o desejo de pertencerem à Bahia, conforme informações de Antônio Ferreira do Vale, ouvidor do Serro Frio:

[...] porque uns por endividados e outros por criminosos desejam longe a justiça, por distar deles a dita cidade [da Bahia] mais de um mês de jornada e todos pretendem livrar-se da Real Casa de Fundição (...), querendo a imitação de Jacobina e Rio das Contas, pertencentes a mesma cidade, pagar os quintos por bateias.¹²⁴

A indefinição dos limites entre Minas Gerais e Bahia fez com que Minas Novas fosse anexada à capitania da Bahia até 1757. Em 02 de outubro de 1730, o Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses criou na freguesia de São Pedro do Fanado a vila que foi denominada de Vila do Bom Sucesso de Minas Novas.¹²⁵ A vila pertenceu à comarca do Serro Frio até 1742, quando foi criada a ouvidoria de Jacobina no sul da

¹²⁰ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981, p. 189-190.

¹²¹ CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, sobre a deserção dos mineiros para Novas minas e sobre o descaminho do ouro. AHU – Cons. Ultram. – Brasil-Minas Gerais Avulsos -: cx. 13 doc. 40 – 30-11-1728 apud SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 131.

¹²² SANTOS, 2013, p. 131

¹²³ Idem, p. 132.

¹²⁴ PARECER do Conselho Ultramarino sobre a informação do ouvidor geral da Comarca do Serro do Frio, Antônio Ferreira do Vale, relativa aos descobrimentos das Minas nos sertões da Bahia. AHU – Cons. Ultram. – Brasil-Minas Gerais Avulsos: cx. 14 doc. 14 – 14-03-1729 apud SANTOS, 2013, p. 132.

¹²⁵ CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil: desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I*. Tomo II. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, Quai Voltaire, n. 11, 1839, p. 80.

Bahia e “foi-lhe anexada a vila de Minas Novas”.¹²⁶ Posteriormente, em decreto de 10 de maio de 1757 do Conselho Ultramarino, Minas Novas foi incorporada à capitania de Minas Gerais.¹²⁷ Apesar da anexação de Minas Novas à capitania de Minas Gerais, Raphael Freitas Santos assegura que não houve “alteração imediata na tributação. Demorou pelo menos dez anos após a mudança de jurisdição para que os impostos passassem a ser cobrados por contratadores subordinados ao governo de Minas Gerais”.¹²⁸

A proximidade de Minas Novas com a Bahia, somada às relações sociais e culturais, estabelecidas entre Minas Novas e o sul da Bahia, constituíram redes de interesses econômicos em comum que permitiram que essas localidades viessem a manifestar o desejo de constituição de uma nova província no Império do Brasil, em que o sul da Bahia e o nordeste de Minas Gerais formariam uma única unidade administrativa com a capital na cidade de Minas Novas. Assim, a proximidade social, cultural e comercial de Minas Novas com a Bahia acabou por transformar o município de Minas Novas em um território que se identificava muito mais com a Bahia que com Minas Gerais. Em razão dos interesses econômicos, tanto os mineiros de Minas Novas quanto os baianos do sul da Bahia procuraram expandir os limites geográficos que os separavam, colonizando os indígenas e o território ocupado por eles – derrubando a Mata Atlântica, construindo estradas e promovendo a navegação dos rios Jequitinhonha e Mucuri – principais rios navegáveis que ligavam Minas Novas ao litoral baiano –, sustentando suas atividades econômicas na mineração, agricultura, pecuária e no comércio da produção daí decorrente.¹²⁹

Segundo os relatos do naturalista francês Saint Hilaire, em viagem ao termo de Minas Novas, em 1818, o município de Minas Novas era limitado ao norte pela província da Bahia, ao sul pela comarca do Serro Frio, a oeste pela Comarca de Sabará e a leste por florestas.¹³⁰ As florestas faziam parte do que se conhecia como sertão leste,

¹²⁶ Câmara dos deputados. Primeiro ano da Undécima Legislatura, sessão de 1861. Tomo 5. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1861, Apêndice, p. 58.

¹²⁷ SANTOS, José Felício. Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro Frio (província de Minas Gerais). Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868, p. 123.

¹²⁸ SANTOS, 2013, p. 135.

¹²⁹ Extrato das informações prestadas pelas câmaras municipais em cumprimento das circulares de 28 de novembro de 1853 e 11 de novembro de 1854. In: VASCONCELLOS, 1855.

¹³⁰ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 193.

formado pelas bacias dos rios Jequitinhonha, Mucuri e parte do rio Paraíba do Sul.¹³¹ No mapa apresentado a seguir (Figura 2), mostra-se a atual divisão geográfica dos municípios baianos de Caravelas e Porto Seguro, no litoral baiano, e os Vales do Mucuri e Jequitinhonha, correspondente, no século XIX, ao termo de Minas Novas, possibilitando visualizar a proximidade geográfica entre Minas Novas e o sul da Bahia:

¹³¹ CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, n. 6, julho de 1988, p. 1.

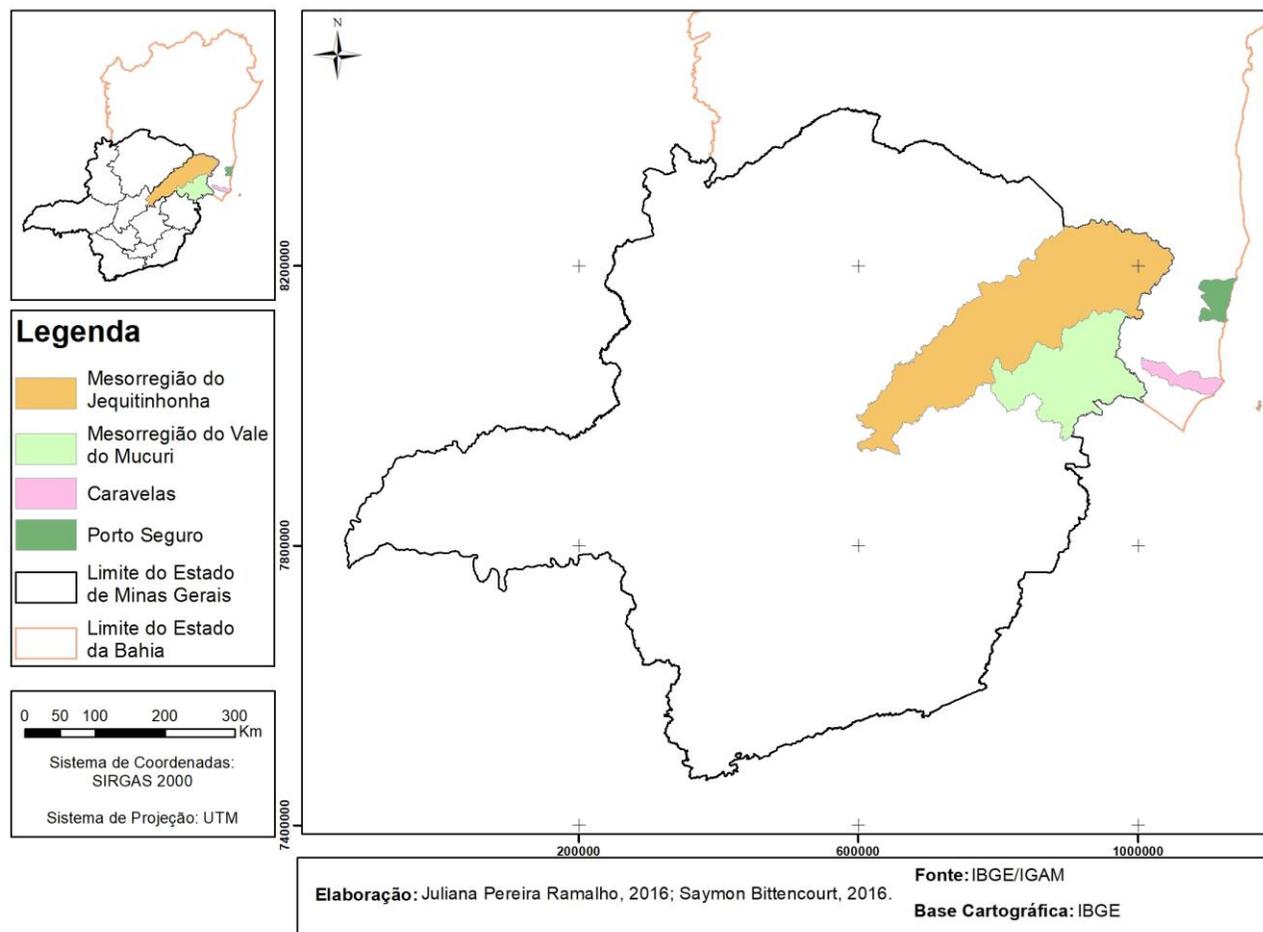


Figura 2: Localização dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha (MG); e municípios de Porto Seguro e Caravelas (BA).

1.3 População de Minas Novas: livres, negros escravizados e indígenas

O termo de Minas Novas, no início do século XIX, era ladeado pela Mata Atlântica que, durante o período auge da exploração do ouro e diamante em Minas Gerais, foi utilizada como barreira natural contra o contrabando, sendo descrita pelo francês Saint-Hilaire, ao percorrer a província do Espírito Santo até o rio Doce, em 1818. Segundo Saint-Hilaire, a região que se iniciava acima do rio Guandu na Província do Espírito Santo e adentrava as terras banhadas pelos rios Cuité, Manhuaçu, Ibituruna, Suaçuí Pequeno e Suaçuí Grande – todos afluentes do rio Doce – e prolongava por todo o vale do rio Doce era uma verdadeira barreira natural que dificultava a comunicação do litoral do Espírito Santo e litoral baiano com a província de Minas Gerais. Essa região era abrigo de diferentes grupos indígenas e apresentava grande diversidade de fauna e flora. Assim, Saint-Hilaire a descreveu:

[...] como em todas as florestas primitivas aqui é muito variada, mas encontrei poucas plantas floridas. Em muitos lugares, entretanto, o chão estava juncado de corolas roxas e de suas folhas novas, que são purpurinas. Essas florestas servem de refúgio a grande número de animais selvagens, como veados, onças, pecaris, antas e inúmeras espécies de macacos. Nessa época eram também asilo de tribos errantes de botocudos, dos quais os colonos só falavam com pavor.¹³²

As diversas quedas de água do rio Doce e de seus afluentes dificultavam a navegação, o que tornava a região pouco movimentada. Além disso, a densidade da floresta contribuía para criação de um ambiente sombrio, provocando melancolia no ânimo daqueles que aventuravam adentrar aquelas matas. Saint-Hilaire narrou essas impressões de tristeza e melancolia por ocasião de sua viagem de Vitória, capital da província do Espírito Santo, ao rio Doce:

completa calma reinava em toda natureza e o silêncio do ermo era apenas perturbado pelo canto de umas pequenas cigarras e pelo barulho dos remos de que se serviam meus canoieiros. Solidões vastas assim tem qualquer coisa de imponente e eu me sentia humilhado diante desta natureza tão possante e austera; minha imaginação se assustava, quando eu pensava que as matas imensas que me cercavam se estendiam para o norte, muito além do rio Grande de Belmonte; que elas ocupam toda a parte leste da Província de Minas Gerais.¹³³

¹³² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 88.

¹³³ Idem, p. 90.

O pouco movimento de viajantes, aliado à exuberância da Mata Atlântica e à presença dos indígenas constituíam o cenário ideal para a criação de fantasias aterrorizantes que se espalharam no imaginário popular. Era comum, até meados do século XIX, a crença de que a região leste de Minas Gerais até a embocadura do rio Doce, no litoral no Espírito Santo, era uma “região pavorosa, onde se era devorado pelos insetos, atacado por doenças perigosas e onde, sem cessar, corria-se o risco de ser massacrado pelos botocudos”.¹³⁴ Dessa forma, os obstáculos naturais – dificuldade de se transitar em uma mata fechada ou de navegar em seus rios, ricos em quedas de água –, a presença indígena e o medo de moléstias e ataques de insetos constituíam verdadeira barreira natural à colonização do leste mineiro.

Além disso, com o objetivo de impedir o avanço da exploração do ouro e de seu contrabando, o Governo Geral proibiu iniciativas que colocassem a capitania de Minas Gerais em comunicação com a capitania do Espírito Santo,¹³⁵ mantendo os sertões do leste inacessíveis ao povoamento e à colonização, na primeira metade do XVIII¹³⁶. Entretanto, no decorrer do século XIX, com o avanço da agricultura, pecuária e comércio, essa região foi cada vez mais explorada e, conseqüentemente, passou por um crescimento populacional, conforme se pode observar no termo de Minas Novas.

Em 1812, o termo de Minas Novas era formado por seis freguesias: Nossa Senhora de Bom Sucesso do Fanado (sede do termo), Santa Cruz da Chapada, Nossa Senhora da Conceição da Água Suja, Nossa Senhora da Conceição do Sucuriú, São Domingos e Nossa Senhora do Rio Pardo. Além dessas freguesias, havia também os arraiais de Itacambira, Barreiras, São João, Araçuaí, Nossa Senhora da Penha e Piedade e os povoados de Brejo das Almas, Cabeceiras do Rio Verde, Serra do Encantado, Serra Branca, Conceição, Santo Antônio do Gorutuba, Prata, Olhos d’água e Maravilha.¹³⁷

Segundo Laird W. Bergard, a população de Minas Gerais, em 1833, era de 768.666 habitantes e a população da comarca do Rio Jequitinhonha¹³⁸ era de 49.757 habitantes, o que correspondia a 6,5% da população total da província.¹³⁹ Entretanto, em 1872, o número da população da comarca do Jequitinhonha saltou para 213.190, representando 10,1% da população total de Minas Gerais que, segundo o senso de 1872,

¹³⁴ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 92.

¹³⁵ Idem, p. 108.

¹³⁶ AMANTINO, Márcia. Sertões, índios e quilombolas. *RPM*, v. 50, n.1, janeiro-junho de 2014, p. 95.

¹³⁷ SPIX e MARTIUS, 1968, p. 76.

¹³⁸ A comarca do Rio Jequitinhonha era formada em 1833 pelos termos de Minas Novas e Rio Pardo.

¹³⁹ BERGAD, 2004, p. 167.

era de 2102.689¹⁴⁰. Bergad argumenta que a existência de “regiões não colonizadas, contíguas à Bahia e ao Espírito Santo, atraía a população que buscava terras disponíveis”¹⁴¹ interessada no cultivo de algodão, no distrito da cidade de Minas Novas, e no garimpo do ouro de aluvião, ao longo do rio Araçuaí, o que promoveu o crescimento demográfico naquela região.¹⁴² Segundo o historiador, ocorreram transformações significativas no padrão de distribuição regional da população de Minas Gerais, entre 1833 e 1872. As comarcas de Ouro Preto, Serro, Rio das Velhas e Rio das Mortes continuaram a perder sua parcela relativa da população, enquanto as comarcas de Paracatu, São Francisco e Jequitinhonha “aumentaram sua participação na população total, passando de 16,4% a 22,8% entre 1833 e 1872; Paracatu e Jequitinhonha apresentaram os maiores índices de crescimento anual: 3,7%”.¹⁴³ A facilidade de acesso às terras devolutas para a agricultura e pecuária, no município de Minas Novas, atraía migrantes para o município. Segundo Bergad, no ano de 1808, a população do município de Minas Novas era de 19.136 habitantes. Em 1818, esse número saltou para 26.693 habitantes, conforme se pode visualizar no Quadro 1, mostrado a seguir.

Há de se ressaltar que o número de habitantes descritos não considerou a população indígena. Apesar de não ter sido localizado o número exato de indígenas que habitavam o município de Minas Novas, não se pode negar a existência de diversas tribos indígenas que residiam naquelas terras, e que durante o século XIX tiveram suas terras usurpadas pelos colonizadores que destruíram a Mata Atlântica e as aldeias ali existentes.

¹⁴⁰ BERGAD, 2004, p. 167..

¹⁴¹ Idem, p. 169.

¹⁴² Idem, p. 167-168.

¹⁴³ Idem, p. 171.

Quadro 1: População do município de Minas Novas em 1808 e 1821

Termo de Minas Novas	Ano: 1808	Ano: 1821
Homens brancos	1.039	1.981
Mulheres brancas	1.149	1.903
Branco de sexo desconhecido	1.076	-
Total de brancos	3.264	3.884
Mulatos livres	1.824	3.968
Mulatas livres	1.750	5.042
Mulatos livres de sexo desconhecido	810	-
Total de mulatos livres	4.384	9.010
Negros livres	1.673	3.750
Negras livres	1.594	1.976
Negros livres de sexo desconhecido	647	-
Total de negros livres	3.914	5.726
Mulatos escravos	525	2.157
Mulatas escravas	444	693
Escravos mulatos de sexo desconhecido	22	-
Total de mulatos escravos	991	2.850
Negros escravos	4.785	2.306
Negras escravas	1.695	2.917
Escravos negros de sexo desconhecido	103	-
Total de negros escravos	6.583	5.223
Total de negros e mulatos livres	3.947	7.718
Total de negras e mulatas livres	3.344	7.018
Total de negros e mulatos livres de sexo desconhecido	1.457	-
Total de negros e mulatos livres	8.298	14.736
Total de escravos de sexo desconhecido	125	-
Total de escravas negras e mulatas	2.139	3.610
Total de escravos negros e mulatos	5.310	4.463
Total de escravos	7.574	8.073
Total de homens	9.846	14.162
Total de mulheres	6.632	12.531
Total de sexo desconhecido	2.658	-
População total	19.136	26.693

Fonte: BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 324-327.

Por ocasião da exploração das terras do Mucuri, Teófilo Otoni identificou os seguintes grupos indígenas: macuni, malali, maxakali, naknenuk, aranã, bakuê, buturuna, jiporok.¹⁴⁴ Os macuni, malali e maxakali eram falantes do maxacali¹⁴⁵ e eram

¹⁴⁴ OTTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 41.

¹⁴⁵ RUELLAS, Taciana Begalli de Oliveira. *Alto dos Bois e os indígenas na província de Minas Gerais: civilização e progresso no ideário oitocentista*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Diamantina, 2015, p. 46.

grupos rivais dos grupos denominados, genericamente, de botocudos. Os botocudos englobavam os grupos indígenas naknenuk, aranã, bakuê, buturuna, jiporok. Segundo Missagia, os diversos grupos botocudos eram falantes da mesma língua e partilhavam do mesmo “sistema cosmo-sociológico, através do qual podiam representar-se, e identificar-se, de acordo, por exemplo, com os mesmos heróis fundadores”¹⁴⁶, ao contrário dos maxacali que viviam em constante disputa com os botocudos.

O matemático e geógrafo José Joaquim da Rocha¹⁴⁷ identificou, em 1798, todo o norte da província como sertão habitado por indígenas de diversas nações, conforme se pode analisar pelo mapa mostrado na Figura 3.

¹⁴⁶ MATTOS, Izabel Missagia. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas Gerais*. Bauru, São Paulo: Edusc-ANPOCS, 2004, p. 43.

¹⁴⁷ José Joaquim da Rocha, segundo Júnia Ferreira Furtado, era “filho do capitão Luís da Rocha e de dona Maria Plauto. Nasceu em São Miguel da Vila de Souza, sul de Aveiro, bispado de Extremadura”. Ele viveu em Minas Gerais entre 1763 a 1804, ano em que faleceu. No período em que residiu em Minas Gerais, produziu cartas cartográficas, além de escrever três memórias históricas sobre a capitania. A sua primeira memória, intitulada Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais, foi dedicada ao governador Dom Rodrigo José de Meneses, que lhe concedeu como gratificação a “patente de sargento-mor das ordenanças dos distritos das capelas de São Luís da Conquista e Santo Antônio da Barra, do termo da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. s. v. 17, n. 2, p.161 e 163.



Fonte: APM. SI007, doc 05. Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas de José Joaquim da Rocha, 1798.

g **Figura 3:** Mapa da capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas de José Joaquim da Rocha, 1798.

É importante esclarecer que o mapa construído por José Joaquim da Rocha foi realizado no contexto de idealização do projeto de navegação do Rio Doce, entre o fim do século XVIII e início do século XIX, que colocaria a então capitania de Minas Gerais em comunicação com a capitania do Espírito Santo e que, segundo Cláudia Maria das Graças Chaves, pretendia estimular o comércio no norte da capitania de Minas Gerais¹⁴⁸, assim como mais tarde, em 1847, pretendeu-se com a criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri que objetivava tornar o rio Mucuri navegável.

José Joaquim da Rocha retrata no mapa mostrado acima a oposição existente entre os chamados botocudos e os malali. Rocha descreve os botocudos como “bárbaros” e “comedores de carne humana”, enquanto os malali são descritos pelo autor como aliados dos colonizadores no enfrentamento aos botocudos. Rocha destacou em seu mapa que, em 1782, os malali se apresentaram perante ele com seiscentos arcos para combaterem os botocudos. Em busca de alimento e proteção, esses índios teriam se aliado aos colonos para enfrentarem seus inimigos. De acordo com Teófilo Otoni, em 1787, os malali foram perseguidos pelos naknenuk e buscaram refúgio em Alto dos Bois, povoado distante nove léguas da cidade de Minas Novas¹⁴⁹.

Os naknenuk viviam na região onde é a atual cidade de Poté, e quando entravam em conflito com os jiporok, refugiavam-se junto aos colonos, residentes na região de Minas Novas e no litoral baiano¹⁵⁰. Essas alianças permitiam que os colonos utilizassem fartamente a mão de obra indígena em suas propriedades. Otoni relata que, em 1844, as tribos lideradas pelos caciques Jiporok, Mec-Mek e Potik instalaram-se em São José do Porto Alegre e lá foram utilizados no transporte de madeira para a construção da igreja São José. Nos distritos de Minas Novas, o uso da mão de obra indígena era muito comum. O naturalista Saint-Hilaire, ao visitar o distrito de São Miguel do Jequitinhonha, registrou que algumas tribos mantinham estreito contato com os colonizadores locais e eram exploradas por eles. Ao adentrar a tribo liderada pelo cacique Tujicaráma, observou que a mesma, assim como a tribo liderada pelo cacique Joahima, estava “inteiramente familiarizada com os portugueses. Por ligeira retribuição de alimentos, ajudava de tempos em tempos os colonos da vizinhança, e alguns dos

¹⁴⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2001, p. 118.

¹⁴⁹ OTTONI, 2002, p. 43.

¹⁵⁰ Idem, p. 49.

indivíduos que a compunham já sabiam alguma coisa da língua portuguesa.”¹⁵¹ Saint-Hilaire relatou que, ao adentrar a aldeia, encontrou um grupo de índios que regressavam do trabalho na habitação de um lavrador, “e recebera espigas de milho em pagamento”.¹⁵²

Além de prestarem serviços para os colonos, os índios eram frequentemente vítimas da violência e atrocidades praticadas pelos colonizadores. Dentre essas atrocidades, consta o rapto das crianças indígenas. Teófilo Ottoni relata que, por ocasião da construção da igreja de São José, no município baiano de São José do Porto Alegre, em 1844, os kurucas – crianças indígenas – foram distribuídos entre os roceiros¹⁵³. Essas crianças eram submetidas ao trabalho doméstico e eram vítimas da violência praticada por aqueles que as raptavam. O viajante francês Saint-Hilaire narra que, em sua visita a São Miguel, distrito de Minas Novas, em 1818, visitou a tribo do cacique Joahima, acompanhado do militar Julião Fernandes Leão. Durante a visita, ele solicitou ao cacique a doação de um dos jovens da tribo para que pudesse toma-lo para si. O cacique, por sua vez, recusou o seu pedido, argumentando que “querendo cultivar a terra, eles não podiam dispensar os filhos. Em seguida, acrescentou [...] que havia entre os brancos bastantes mulheres para nos dar filhos, e não tínhamos necessidade de vir buscar os dos botocudos”¹⁵⁴. Ao que tudo indica, o botânico foi persistente em seu intuito de adquirir um indígena. Ao visitar a tribo de Tujicarâma solicitou ao seu líder de nome Jan-oé a doação de um dos seus filhos. A liderança indígena respondeu que todos os seus filhos estavam na mata colhendo cocos, mas em compensação entregou uma menina pequena. Saint-Hilaire narra que

[...] até o momento da partida, a menina parecera muito satisfeita, e não demonstrava o menor embaraço; mas quando seus parentes a deixaram, apertou em seus braços o comandante [Julião Fernandes Leão] que a acariciara muito; algumas lágrimas vieram-lhe aos olhos, e ela escondeu o rosto no peito daquele que parecia ter escolhido para protetor. [...] em seguida adormeceu, e, ao acordar, vimo-la fundir-se em lagrimas. Dirigia-se ora ao comandante, ora a mim, ora a nossos remadores, e suplicava-nos que a levássemos para a companhia de seus pais¹⁵⁵.

¹⁵¹ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 266.

¹⁵² Idem, p. 266.

¹⁵³ OTTONI, 2002, p. 49.

¹⁵⁴ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 258

¹⁵⁵ Idem, p. 268.

Esse relato de Saint-Hilaire demonstra que a violência praticada pelos colonizadores contra as crianças indígenas era algo muito comum. Retirar uma criança indígena do seu seio familiar não causava nenhum tipo de constrangimento às autoridades locais nem a Saint-Hilaire. É importante esclarecer que o sequestro das crianças indígenas não pode ser visto como uma tentativa de promoção de melhores condições de vida para os indígenas, e sim como uma agressão à população indígena. Segundo Teófilo Otoni, o roubo e o comércio das crianças indígenas alimentava os constantes conflitos entre os povos indígenas e os fazendeiros locais. Apesar de Otoni condenar o comércio dos kurucas, assumiu que durante sua expedição pelo Mucuri recebeu como presente do índio Potik um kuruca. Teófilo Otoni o transportou para o Rio de Janeiro com o intuito de transformá-lo “em instrumento da civilização de seus patrícios e parentes”¹⁵⁶, porém o referido indiozinho acabou por falecer em pouco tempo¹⁵⁷.

O crescimento populacional no município de Minas Novas, resultante do avanço do colonizador pelas terras habitadas pelos indígenas, constituiu-se, portanto, em uma história de violência, raptos, estupro de meninas e mulheres indígenas e muitas lágrimas de crianças indígenas.

1.4 Organização jurídico-administrativa do município de Minas Novas no século XVIII e século XIX

Com o crescimento populacional, o termo de Minas Novas sofreu diversas modificações jurídico-administrativas e eclesiásticas em todo o seu território. Em 1831, por exemplo, perdeu a importante freguesia de Rio Pardo, que foi elevada a foro de vila. Rio Pardo, desde o século XVIII, foi um importante arraial, pela sua localização, na fronteira entre Minas Gerais e Bahia. Era no arraial de Rio Pardo que se encontrava instalado o registro, ou seja, o posto fiscal no século XVIII e, posteriormente, a recebedoria em 1839. As recebedorias, de acordo com Edneila Rodrigues Chaves,

¹⁵⁶ OTTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 54.

¹⁵⁷ Idem.

tinham como objetivo arrecadar impostos de importação e exportação sobre os gêneros em circulação.¹⁵⁸

Desde o século XVIII, a então capitania de Minas Gerais estava interligada à capitania da Bahia através dos chamados “Caminhos dos Sertões e dos Currais da Bahia”. Conforme analisou Raphael Freitas Santos, esses caminhos “era um emaranhado de estradas, atalhos e picadas, que convergiam em direção ao rio São Francisco, tanto na sua parte baiana, quanto na mineira”.¹⁵⁹ Um dos caminhos que colocava Minas Novas em contato com a Bahia era o chamado “caminho de dentro pelas Macaúbas”. Esse caminho “começava em Santa Luzia, (naquele período apenas um arraial da freguesia de Roça Grande) e passava por Macaúbas, Taquaraçu e Jaboticatubas”,¹⁶⁰ chegando até o Tijuco. Do Tijuco podia se chegar ao litoral baiano através da navegação do rio Jequitinhonha e de seus afluentes ou pelas estradas que margeavam o rio Jequitinhonha.

Rio Pardo era, portanto, um dos caminhos que abasteciam o termo de Minas Novas, e que, no final do século XVIII, segundo Ângelo Alves Carrara, concentrou a maior parte do comércio entre o norte de Minas, Bahia e Minas Novas. As maiores carregações, especialmente de escravos, que por ali transitavam, segundo o pesquisador, dirigiam-se a Minas Novas, em decorrência de uma possível demanda de mão de obra para a produção do algodão para exportação.¹⁶¹

Em 1840, o referido termo sofreu mais uma perda territorial com o desmembramento da freguesia de Grão Mongol. Segundo as determinações da Assembleia Provincial de Minas Gerais, o novo município – de Grão Mongol – passou a ser composto pela povoação de Grão Mongol, denominada de Vila dos Diamantes, e pelos distritos de Santo Antônio do Gorutuba, São José do Gorutuba e Tremendal.¹⁶² Mas, essas modificações na administração do território de Minas Novas não se restringiram às perdas territoriais com o desmembramento de suas freguesias.

Em 1833, foi criada a comarca do Jequitinhonha, e Minas Novas foi escolhida como sede da nova comarca, abrangendo os termos de Minas Novas e Rio Pardo, área

¹⁵⁸ CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico - a região Norte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, set.-dez. 2013, p. 836 e 842.

¹⁵⁹ SANTOS, 2013, p.64.

¹⁶⁰ Idem, p. 75.

¹⁶¹ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 141.

¹⁶² APM, Assembleia Provincial e Congresso Mineiro, AL 031, n. 51 de 20 de fevereiro de 1840.

desmembrada da comarca do Serro Frio.¹⁶³ Tornar-se sede de comarca significava tornar-se o espaço em que se definiam questões que exigiam tribunais de júri e ações de alto valor financeiro, executadas pelos juízes de direito, conforme analisa Luiz Fernando Saraiva.¹⁶⁴ Segundo o historiador, era a sede da comarca que sediava o tribunal de 2ª Instância, em que “se resolviam a maior parte dos litígios referentes a crimes, cobranças de dívidas acima de determinados valores, execuções e disputas por bens e heranças”.¹⁶⁵ Como sede de comarca, Minas Novas ampliava seu espaço de poder administrativo, possibilitando à população local comodidade no acesso a serviços que antes só poderiam ser obtidos na Vila do Príncipe, sede da comarca do Serro Frio. É preciso considerar, ainda, a questão política e sua relação com o poder local. O autor informa que a sede da comarca era “cabeça de distrito em relação aos processos eleitorais e permitia aos grupos dominantes maior influência nestas eleições.”¹⁶⁶ Desse modo, ao se tornar sede da comarca, a população era beneficiada com acesso aos serviços jurídicos, e também foi ampliado o espaço político da elite de Minas Novas que, a partir de então, teria a possibilidade de intervir nos resultados eleitorais.

A ampliação do poder político da elite minas-novense pode ser exemplificada por outra importante mudança administrativa, ocorrida sete anos após Minas Novas ser elevada à categoria de sede de comarca. A então Vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, também conhecida como Vila do Fanado, criada em 1730 para atender às necessidades administrativas e fiscais do poder régio, em virtude das jazidas auríferas encontradas, foi elevada à categoria de cidade de Minas Novas, pela lei 163, sancionada pelo presidente da província de Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga, em abril de 1840.¹⁶⁷ Isso implicou, na prática, a criação de mais dois cargos de vereadores, em conformidade com as disposições do artigo 1º da lei de 1º de outubro de 1828, que estabelecia o número de nove vereadores para as cidades e de sete vereadores para as Vilas.¹⁶⁸ Para entender a importância do cargo de vereador, é interessante proceder a uma rápida incursão no histórico das câmaras.

As câmaras remontam à Idade Média e eram habilitadas a atuar como camarários apenas aqueles que possuíssem riquezas. No período colonial, o poder local

¹⁶³ CHAVES, 2013, p. 838.

¹⁶⁴ SARAIVA, 2008, p. 25.

¹⁶⁵ SARAIVA, 2008, p. 30.

¹⁶⁶ Idem, p. 30.

¹⁶⁷ CHAVES, 2013, p. 826; APM, lei n.163 de 6 de abril de 1840.

¹⁶⁸ Lei de 1º de outubro de 1828. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03-leis/lim-LIM-1-10-1828.htm> em 01 de junho de 2016.

da câmara, segundo Iara Lis F. S. Carvalho Souza, perpassava pela administração, pela justiça e pelo policiamento. Ainda de acordo com a autora, além de as câmaras representarem os interesses da cidade, configuravam-se como local da elite. Era a partir da câmara que “se organizava uma hierarquia local, designando quem podia ou não participar da administração local e, ou uso da palavra numa esfera de poder reconhecida pela metrópole”.¹⁶⁹ Sendo assim, para a metrópole portuguesa, as câmaras eram um canal de comunicação entre o local e a metrópole e constituíam “uma espécie de continuidade do rei” na colônia.¹⁷⁰ É importante esclarecer que, diferentemente do período colonial em que as câmaras tinham ampla autonomia na condução da vida local, no Brasil império, com a Lei Regulamentar de 1828, as câmaras foram transformadas em “corporações meramente administrativas”, tendo em vista que eram submetidas à Assembleia Provincial e ao Presidente da Província.¹⁷¹ Entretanto, deve-se admitir que as câmaras continuaram a ser um importante elo que permitia o acesso da elite local ao poder provincial. Portanto, ocupar um cargo na câmara não significava apenas dispêndio de tempo na administração do bem público, mas representava, ainda, uma estratégia na defesa dos interesses da elite local. Assim, com o título de cidade, a elite do termo de Minas Novas ganhou mais duas cadeiras de acesso ao poder político e administrativo da província.

Entre 1843 e 1853, ocorreram mais duas modificações administrativas no território de Minas Novas com a criação da freguesia de Santo Antônio do Calhau e do distrito de Salto Grande, conforme será analisado a seguir. Em 1850, foi criada a freguesia de Santo Antônio do Calhau, através da lei número 471, de 1º de junho de 1850¹⁷². De acordo com Luiz Fernando Saraiva, no século XIX, a elevação de um distrito à categoria de freguesia tinha uma importância não apenas eclesiástica, mas também um “status e autonomia das localidades além de ser uma etapa no processo que acabaria dando origem a uma vila ou município”. O autor acresce que as freguesias podiam contar com serviços cartoriais, presença constante de um padre, “a presença de um juiz de paz era mais ‘fácil’, além do que, automaticamente, as paróquias se

¹⁶⁹ SOUZA, 1997, p. 196.

¹⁷⁰ Idem, p. 198.

¹⁷¹ PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Câmara municipal: um pequeno histórico. In: CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.) *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop-PPGHIS, 2012, p. 17-18.

¹⁷² APM. Lei n. 471 de 1º de junho de 1850. Acesso em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-leis_mineiras-brtacervo.php?cid=1087&op=1 em 01 de junho de 2016.

organizavam em colégios eleitorais, garantindo a realização das eleições.¹⁷³ Esse movimento na organização administrativa, eclesiástica e política era também resultante do dinamismo econômico e do crescimento populacional dos povoados que compunham o termo de Minas Novas. No povoado de Santo Antônio do Calhau, localizava-se um dos caminhos que ligavam Minas Novas à Bahia, o que o tornava um dos pontos importantes para o comércio do termo.

Nas imediações do povoado, às margens do rio Araçuaí, eram feitos o carregamento e a descarga de canoas que desciam e subiam o Jequitinhonha transportando gêneros oriundos da Bahia, e os produtos que saíam de Minas Novas com destino ao mercado baiano. Nas margens do rio Araçuaí, nas imediações do povoado de Santo Antônio do Calhau, situavam-se os pontos de coleta de impostos sobre os gêneros que circulavam por aqueles caminhos. De acordo com o naturalista francês Saint Hilaire, existiam, ao longo do Araçuaí, diversos portos de embarque das canoas ou de travessia e era nesses portos que se cobravam os impostos sobre os produtos em circulação; por isso era proibida a travessia em locais que não fossem os portos.¹⁷⁴ É interessante observar que na década de 1850 o movimento de criação de freguesias no município de Minas Novas ocorreu em pontos estratégicos de fronteira entre o município e a província da Bahia e em pontos de comércio mais intensos do termo.

O distrito de Salto Grande, criado em 19 de fevereiro de 1840, por solicitação da câmara de Minas Novas e anexado à freguesia de São Miguel da 7ª Divisão,¹⁷⁵ tinha localização estratégica na fronteira e no comércio entre o município de Minas Novas e o sul da Bahia, por se situar às margens do rio Jequitinhonha. Segundo o viajante francês e naturalista Auguste Saint Hilaire, a navegação pelo Jequitinhonha era extremamente difícil entre a sede da freguesia de São Miguel e Belmonte, na Bahia. Tal dificuldade se traduzia nas cachoeiras ali existentes, o que obrigava os canoeiros a descarregar suas

¹⁷³ SARAIVA, 2008, p. 26.

¹⁷⁴ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 288.

¹⁷⁵ A 7ª Divisão se refere à um quartel militar instalado no povoado de São Miguel do Jequitinhonha, atual cidade de Jequitinhonha. A sua construção está inserida no contexto de conquista e colonização dos índios residentes no chamado Sertão do Leste. Segundo o Frei Samuel Tetteroo, antes mesmo da construção da 7ª, outras seis divisões militares foram criadas no rio Doce. Dadas as grandes extensões sob responsabilidade das divisões do rio Doce, houve a necessidade por parte do governo da capitania de Minas Gerais de criar um quartel que contemplasse as atividades de colonização do território e dos indígenas do Jequitinhonha. TETTEROO, Frei Samuel, O. F. M *Memória histórica e geográfica do Município de Jequitinhonha*. Teófilo Ottoni-MG: Tipografia São Francisco, 1919, p. 214; GUERRERO, Patrícia. *Canoa não é força, é opinião: o Vale do Jequitinhonha contado e cantado por canoeiros*. Dissertação. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 104; APM. Assembleia Provincial e Congresso Mineiro, AL 031, n. 50 de 19 de fevereiro de 1840.

canoas e carregá-las novamente por três vezes: a primeira ocorria na localidade conhecida como cachoeira do Inferno, a segunda descarga-recarga dava-se em Salto Grande e a última ocorria em uma localidade denominada Cachoeirinha. Dessas três paradas, Salto Grande era a que oferecia o maior empecilho à navegação. Como o próprio nome sugere, havia ali uma cachoeira com uma altura que os habitantes locais calculavam ser de duzentos palmos.¹⁷⁶ Isso obrigava não apenas a retirada das mercadorias das canoas – como ocorria na cachoeira do Inferno e em cachoeirinha – mas também o transporte das canoas por terra, até ultrapassar o trecho não navegável.¹⁷⁷ As dificuldades de navegação de Salto Grande configuraram também um salto no povoamento e na importância comercial do povoado que limitava geograficamente Minas Novas com a Bahia. Em 1853, a sede da freguesia de São Miguel da 7ª Divisão foi transferida para Salto Grande, tornando-o lócus das ações do juiz de paz.¹⁷⁸ No Quadro 2, apresenta-se a reconfiguração territorial e administrativa do termo de Minas Novas, discriminando-se suas freguesias e distritos existentes entre 1843 e 1854.

¹⁷⁶ De acordo com Manoela da Silva Pedroza, um palmo corresponde a 0,22 metros. Portanto, duzentos palmos correspondem a 44 metros. In: PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional* (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX). Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2008, p. xxi.

¹⁷⁷ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 260.

¹⁷⁸ APM. Ata da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, sessão de 4 de junho de 1853.

Quadro 2: Relação das freguesias e distritos do município de Minas Novas em 1843, 1845 e 1854

1843		1845		1854	
Freguesia	Distrito	Freguesia	Distrito	Freguesia	Distrito
São Pedro do Fanado de Minas Novas	Cidade de Minas Novas	São Pedro do Fanado de Minas Novas	Cidade de Minas Novas	São Pedro do Fanado de Minas Novas	Cidade de Minas Novas
Santa Cruz da Chapada	Santa Cruz da Chapada	Santa Cruz da Chapada	Chapada		Capelinha ou Senhora da Graça
São Domingos	São Domingos	São Domingos	São Domingos	Santa Cruz da Chapada	Chapada
Nossa Senhora da Conceição D'Água Suja do Sucuriú	Água Suja	Nossa Senhora da Conceição D'Água Suja do Sucuriú	Água Suja	São Domingos	São Domingos
	Sucuriú		Sucuriú	Nossa Senhora da Conceição D'Água Suja do Sucuriú	Água Suja
	Calhau		Calhau	do Sucuriú	Sucuriú
Freguesia de São Miguel da 7ª Divisão	São Miguel	São Miguel da 7ª Divisão	São Miguel	Santo Antônio do Calhau	Calhau
	Itinga		Itinga	Nossa Senhora da Piedade de Minas Novas Piedade	Piedade
Nossa Senhora da Piedade de Minas Novas	Piedade	Nossa Senhora da Piedade de Minas Novas	Piedade	São Sebastião do Salto Grande	São Sebastião do Salto Grande
	Barreiras		Barreiras		São Miguel
São João Batista	São João Batista	São João Batista	São João Batista		São João Batista
	Capelinha ou Nossa Senhora das Graças	Santo Antônio do Itacambira	Capelinha ou Nossa Senhora da Graça	São João Batista	São João Batista
-	-		Itacambira	-	-
-	-		Serra do Grão Mongol	-	-

Fonte: SILVA, Quintiliano José. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1846*. Ouro Preto, 1846; VASCONCELOS, Francisco Diogo Ferreira de. *Relatório apresentado ao seu sucessor José Lopes da Silva Vianna*. Ouro Preto, 1854; VEIGA, Bernardo Jacinto. *Exposição feita ao seu sucessor Francisco José de Sousa Soares D' Andrea*. Rio de Janeiro, 1843.

O dinamismo comercial e a exploração agrícola em vigor no termo de Minas Novas eram traduzidos não apenas no reordenamento administrativo do seu território, como também na reconfiguração populacional do termo. Em 1855, a população total do município de Minas Novas era de 95.771 habitantes: 85.771 livres e 10.000 escravos. Essa população estava assim distribuída: São Pedro do Fanado de Minas Novas - 15.000; Piedade - 8.000; Barreiras - 4.000; São João - 10.000; Santo Antônio do Calhau - 9.000; Itinga - 7.371; São Miguel - 2.000; Salto Grande - 400; Capelinha - 6.000; Chapada - 12.000; Água Suja - 6.000; Sucuriú - 6.000; e São Domingos - 10.000.¹⁷⁹ Nota-se que, entre as freguesias e os povoados que estavam situados geograficamente nos limites do município com as matas do chamado Sertão do Leste, destacavam-se, em povoamento, a freguesia de São Pedro do Fanado - sede do termo de Minas Novas - e o povoado de Capelinha. O crescimento populacional do distrito de Capelinha e da freguesia de São Pedro do Fanado é resultante do interesse de agricultores e criadores de gado que se dirigiam para as terras da Mata Atlântica situadas na região leste da cidade de Minas Novas, constituindo-se, conseqüentemente, nos maiores proprietários de terra da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

1.5 Agricultura, pecuária e mineração: a diversificação das atividades econômicas em São Pedro do Fanado de Minas Novas no século XIX

Conforme assinalado anteriormente, as atividades econômicas do município de Minas Novas assentavam-se na agricultura, pecuária, mineração e produção de aguardente, nos queijos, na produção de fios e de tecidos de algodão, no sabão, azeite, na produção de farinha de mandioca e de milho, produção de rapaduras e açúcar, que eram comercializados localmente, nos cento e dezessete estabelecimentos comerciais do termo de Minas Novas,¹⁸⁰ e também destinados à província da Bahia ou encaminhados para o abastecimento do mercado interno da província de Minas Gerais e à praça comercial do Rio de Janeiro, como era o caso do algodão. O município de Minas Novas foi, no século XIX, uma das regiões do norte da província de Minas Gerais que muito

¹⁷⁹ Extrato das informações prestadas pelas câmaras municipais em cumprimento das circulares de 28 de novembro de 1853 e 11 de novembro de 1854. In: VASCONCELLOS, 1855.

¹⁸⁰ Relação das boticas e casas de negócio existentes nos municípios da província de Minas Gerais extraída das respostas dadas pelas câmaras de vereadores à circular de 10 de novembro de 1854. In: VASCONCELLOS, 1855.

contribuiu para o dinamismo do seu mercado. Entretanto, a constituição da economia agrícola de Minas Novas remonta ao século XVIII.

Ao estudar a produção de alimentos na comarca do Serro Frio no século XVIII – comarca da qual Minas Novas fez parte no século XVIII –, José Newton Coelho Meneses constatou que aquela sociedade, caracterizada pelo pesquisador como uma sociedade em construção – formada por portugueses oriundos, sobretudo, do norte de Portugal, por africanos e por brasileiros de outras regiões – dedicava-se à produção de alimentos e, “em sua quase totalidade, tinha outra atividade ocupacional, como a de funcionários da administração colonial, comerciantes e mineradores”, além de atuarem como fornecedores de escravos para a Real Extração de Diamantes”.¹⁸¹ Segundo o autor, a diversificação ocupacional da comarca do Serro Frio perpassava toda a pirâmide social, formada por homens livres e homens escravizados. O autor ressalta que isso remete à diversificação econômica e à fundação da sociedade mineira, “que não se fixou apenas na produção mineral e que, dessa forma, não se tornou mais ou menos rica ou decadente com a queda dessa produção”.¹⁸² O município de Minas Novas também tinha participação nesse dinamismo econômico, descrito por Meneses, associando agricultura, criação de gado e mineração.

As informações acessadas neste estudo, por meio dos fragmentos deixados pelos testamentos e inventários *post mortem* da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, para o período de 1833 a 1859, descortinam um cenário rural dinâmico e produtivo. A agricultura compartilha espaço e mão de obra com a pecuária, atividades manufatureiras e com a mineração. Como exemplo da junção dessas três atividades, pode ser citado o caso de Alexandre José Coelho.

Alexandre José Coelho era natural do bispado do Porto, filho legítimo de Manoel João da Silva e Custódia Coelho Leal, e residia na fazenda Conceição, localizada na região que corresponde ao atual município de Novo Cruzeiro. Em meados de 1840, era ladeada pela extensa Mata Atlântica que cobria todo o vale banhado pelo rio Mucuri e seus afluentes, ou seja, situava-se na fronteira entre a freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas e as terras habitadas por indígenas de diversas etnias – as quais são analisadas no terceiro capítulo – e que dominavam aquele território.

¹⁸¹ MENESES, José Newton Coelho. Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio - século XVIII. *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2000, p. 123, 125.

¹⁸² MENESES, 2000, p. 125.

Entre os instrumentos de trabalho de Alexandre Coelho encontravam-se duas alavancas, três picões, um almocafre, duas foiceadeiras, ferramentas utilizadas na prática da mineração. Alexandre Coelho também se dedicava à extração de madeira. Os instrumentos relacionados a essa prática, mencionados em seu inventário, foram um ferro de retalhar, uma enxó, uma serra, dois machados, uma plaina, um ralo de metal, uma juntora e um tronco de madeira avaliado em 2\$000 (Dois mil réis). Seu rebanho era bem modesto, composto por três bois e um cavalo. Não foi feita descrição de nenhuma plantação, mas a presença de uma prensa de mandioca, uma gangorra,¹⁸³ um engenho de cana e um moinho revelam que, em sua propriedade, produzia-se farinha de mandioca e de milho, além dos derivados da cana, havendo menção a um engenho de cana. Alexandre Coelho também se dedicava ao processamento do algodão, atividade revelada por quatro rodas de fiar e dois teares, entre seus pertences. Todas essas atividades foram desenvolvidas em seus 165 alqueires de terras e com base na mão de obra de vinte e seis escravos que foram colocados no seu inventário por ocasião da partilha de seus bens entre os herdeiros.¹⁸⁴

Outro caso que exemplifica as diversas atividades concomitantes desenvolvidas por um único proprietário de terras em São Pedro do Fanado é o de Francisco Ferreira Coelho. Tenente da guarda nacional, alternava suas atividades econômicas entre a mineração, a agricultura e a criação de carneiros. Entre os instrumentos de trabalho descritos em seu inventário, encontram-se uma balança de pesar ouro que possivelmente era utilizada na pesagem do ouro extraído nas paragens de Minas Novas. A extração do ouro e de pedras preciosas como águas-marinhas, turmalinas, ametistas e topázio era prática comum especialmente nos rios Araçuai, Calhau, Piauí, Três Americanas e Itinga, que percorriam o termo de Minas Novas,¹⁸⁵ banhando diferentes freguesias. O rebanho presente nas propriedades de Francisco Coelho, por ocasião da feitura de seu inventário,

¹⁸³ No município de Minas Novas, a gangorra é sinônimo de monjolo. In: MARTINS, Marcos Lobato. Uma das relações sociedade-natureza no Vale do Mucuri:1852-1983. *Tempos Históricos*, v. 19, 1º semestre de 2015, p. 416. O monjolo, segundo Sérgio Buarque de Holanda, é oriundo do extremo oriente, e possui duas peças principais: um pilão que consiste em um bojo onde se aloja o cereal a ser esfolado ou triturado, e uma haste fixada em um eixo transversal em uma das extremidades, conhecida como mão de pilão. O monjolo pode ser de dois tipos: monjolo de pé e monjolo de água. O monjolo de pé requer que uma pessoa fique em pé em cima da tábua que prende a mão do pilão, de forma que, quando faz força sobre a ponta livre da tábua, a mão do pilão desça sobre o bojo, ou seja, sobre o pilão, e esfole ou triture o cereal. Já o monjolo de água tem o movimento proporcionado pela força da água que, quando cai sobre a extremidade oposta à mão do pilão, força-a a descer e a mão do pilão a subir. Ao descer, elimina-se a água, e a mão do pilão desce sobre o cereal depositado no bojo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1957, p. 229-230, 235-236.

¹⁸⁴ FMN. Inventário *post-mortem* de Alexandre José Coelho, maço 104, 1855.

¹⁸⁵ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 194.

consistia em dois cavalos, uma égua, um boi de carro e oito cabeças de carneiros. Francisco Coelho contava ainda com uma tenda de ferreiro para a confecção de artefatos necessários ao funcionamento e à manutenção de suas propriedades, nas quais mantinha casas de morar, moinho e engenho de moer cana.

A produção agrícola também contava com certo grau de diversificação. Manoel Marques Coelho de Abreu,¹⁸⁶ nascido na freguesia de São Pedro do Fanado, casado com Jacinta Maria de Jesus, falecido em 1841, deixou entre seus documentos o registro de pagamento de dízimo referente ao ano de 1829. No documento consta que Manoel Marques havia produzido, em sua fazenda Boa Vista, no ano de 1829, cento e oitenta alqueires de milho, sessenta e nove alqueires de feijão e dezoito alqueires de amendoim. É importante notar que o milho ao lado da mandioca eram os gêneros alimentícios mais comuns de se encontrar nas propriedades de São Pedro do Fanado, o que é perceptível através da existência das gangorras e tendas de farinha de mandioca encontradas na descrição de bens dos inventários *post mortem* da freguesia.

A mandioca, o milho, o feijão e a cana de açúcar podiam ser cultivados paralelamente ao algodão na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Nas terras de Antônio José da Costa, juntamente com o algodão, também eram cultivadas a mandioca, cana-de-açúcar e milho.¹⁸⁷ Ao falecer, em 1842, Antônio José da Costa deixou a seus herdeiros um cafezal, um mandiocal, um canavial, três arrobas de algodão em caroço, três arrobas de algodão sem caroço e mais cento e quarenta alqueires de milho. Cláudia Chaves informa que o cultivo do algodão não requeria grandes cuidados e poderia ser plantado simultaneamente ao milho,¹⁸⁸ o que justifica a associação do plantio do algodão com outros tipos de cultura nas terras de Antônio José da Costa. Costa fazia uso da mão de obra escrava e contava ainda com os instrumentos de trabalho necessários à tecelagem do algodão, fabrico do fubá, fabrico da farinha de mandioca, produção de aguardente e do açúcar. Entre o rol de seus instrumentos de trabalho, encontram-se dois teares e uma urdideira,¹⁸⁹ um ferro de engomar com sua alcunha, que, possivelmente, eram utilizados pelo escravo de nome Joaquim, de cinquenta anos, oficial alfaiate, elencado entre os seus escravos. Em relação à produção

¹⁸⁶ FMN. Inventário *post-mortem* de Manoel Marques de Abreu, maço 86, 1841.

¹⁸⁷ FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio José da Costa, maço sem identificação, iniciado em 1842 e não finalizado.

¹⁸⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 96.

¹⁸⁹ Segundo o dicionário da língua portuguesa, a urdideira é uma peça onde se preparam os fios, para passá-los ao tear.

de fubá e de farinha de mandioca, foram identificados em seu inventário uma gangorra, uma madeira grande de peneirar fubá, um moinho e uma roda de ralar mandioca. Para o fabrico de aguardente e açúcar, constavam uma caixa de aparar garapa de cana, uma escumadeira de ferro de engenho, três alambiques, três tanques de armazenar aguardente e doze formas de açúcar. A aguardente produzida nas terras de Antônio José da Costa era destinada ao mercado, o que foi confirmado por uma parcela de sua dívida ativa no valor 104\$000 (Cento e quatro mil réis) referentes à venda de oito cargas de aguardente a Raimundo Lutero Ferreira. A produção dos derivados da cana era comum entre os produtores do município. Em 1854, a câmara dos vereadores de Minas Novas informou ao governo provincial que nesse município existiam setenta e oito engenhos, movidos por bois, para fabricação de aguardente, e cento e sessenta e oito engenhos, também movidos por bois, para a fabricação de açúcar e rapadura, totalizando duzentos e quarenta e seis engenhos.¹⁹⁰

Ao lado dos produtos agrícolas destinados ao consumo das unidades produtivas e ao mercado, foram encontrados, também, as carnes e os produtos manufaturados de origem animal, como mostra a produção de José Carneiro Coelho. Proprietário das fazendas Marimbau e Mata do Ouro Fino, em Capelinha, José Carneiro Coelho dedicava-se especialmente à criação de gado bovino e suíno. Este último era destinado à comercialização, fato sinalizado pela descrição de uma dívida ativa no valor de 60\$000 (Sessenta mil réis), referente a seis capados de seis arrobas vendidos a Manoel Pereira Cardoso.¹⁹¹

A diversificação econômica das unidades produtivas e comercialização de seus produtos não era exclusividade dos grandes produtores. As práticas de Ana Moreira Coelho são exemplares das diversas atividades desenvolvidas também pelos pequenos e médios proprietários de terra. Ana Moreira Coelho, residente no povoado de Capelinha, falecida em 1856, era possuidora de uma fazenda de quarenta alqueires de terra, denominada Capucho, avaliada em um conto de réis. Para seus herdeiros, nove filhos e onze netos, ela deixara, na fazenda Capucho, seis éguas, um potro, duas vacas com cria, dois garrotes e três novilhas, dois milheiros de telha e doze arcos de braúna. No chiqueiro, os louvados encontraram vinte cabeças de porco e, entre os mantimentos,

¹⁹⁰ Relação dos engenhos da província de Minas Gerais extraída das respostas dadas pelas câmaras de vereadores à circular de 10 de novembro de 1854. Seção do Arquivo da Secretária da Presidência de Minas Gerais, 17 de março de 1855. In: VASCONCELLOS, 1855.

¹⁹¹ FMN. Inventário *post-mortem* de José Carneiro Coelho, maço 50, 1854.

foram registrados cinquenta alqueires de milho e cinco sacas de sal. Apesar de não ter sido encontrado algodão, entre os bens de Ana, a descrição de uma roda de fiar algodão, avaliada em 5\$000 (Cinco mil réis), alerta para a possibilidade de que uma das suas atividades econômicas estivesse relacionada com a manufatura do produto. Em tal atividade, possivelmente, empregava-se a mão de obra das escravas Tereza de Benguela, Rita e Damásia.¹⁹²

O algodão era o produto agrícola de Minas Novas com maior aceitação no mercado externo. Saint-Hilaire, em visita ao termo em 1817, observara que as paróquias de São Pedro do Fanado, Água Suja, São Domingos e a Sétima Divisão eram as localidades do termo em que o produto era cultivado em maiores quantidades.¹⁹³ O naturalista Spix assinalou que, em 1817, a província de Minas Gerais havia exportado para o Rio de Janeiro 70.407 arrobas de algodão, ao lado de 20.000 arrobas de café e 54.281 arrobas de fumo. A maior parte do algodão, segundo Spix, era oriunda do termo de Minas Novas, o qual era transportado em lombos de mulas. Cada mula carregava, em média, oito arrobas de algodão divididos em bruacas, recipiente confeccionado em couro de boi bruto.¹⁹⁴ Minas Novas era também fornecedora de algodão para os povoados próximos à Vila do Príncipe, como Tapera, localidade em que os habitantes se dedicavam especialmente à produção de tecidos de algodão, colchas, lençóis e chapéus de algodão, destinados à praça comercial do Rio de Janeiro.¹⁹⁵ Importante ressaltar que o algodão figurava entre os principais produtos de exportação da província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Segundo Laird W. Bergad, entre os anos de 1818 e 1819 a exportação do algodão e de produtos têxteis respondeu por 34% do valor total das exportações mineiras¹⁹⁶. Estes dados estão descritos no Quadro 3, mostrado a seguir.

¹⁹² FMN. Inventário *post-mortem* de Ana Moreira Coelho, maço 04, 1856.

¹⁹³ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 194.

¹⁹⁴ SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1720-1820*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 72.

¹⁹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: editora Itatiaia Ltda, 2006, p. 47.

¹⁹⁶ BERGAD, 2004, p.81.

Quadro 3: Exportação do algodão em Minas Gerais, 1818-1819

Produto	Medida	Volume exportado em unidades
Algodão em rama	Arroba	91.994
Pano de algodão	Vara	1.242.543
Toalhas com guardanapos	Unidade	16.120

Fonte: BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 83.

Embora houvesse uma queda nas exportações, em 1828, o algodão continuou a figurar entre os principais produtos de exportação da província de Minas Gerais. Pelos cálculos realizados por Bergad, foram exportadas 6.246 arrobas de algodão em rama, 28 novelos de algodão, 1.486 arrobas de pano fino de algodão e 2.365.367 arrobas de pano grosso de algodão¹⁹⁷.

Em estudo sobre a produção artesanal de fios e tecidos na província de Minas Gerais, no século XIX, Concessa Vaz de Macedo argumenta que essa atividade “expandiu-se consideravelmente, tornando-se uma indústria cujos trabalhadores eram tipicamente mulheres¹⁹⁸. Nas listas nominativas de habitantes da província de Minas Gerais, produzidas entre 1831-1832, a autora constatou um total de 406 homens – 283 livres e 123 escravos – ocupados na produção de fios e tecidos. Em contrapartida, 41.902 mulheres – 33.597 livres e 8.305 escravas – exerciam a função de produzir fios e tecidos¹⁹⁹. Segundo Macedo, esses dados significam, em termos percentuais, que 28,34% da população mineira estava ocupada com a produção de fios e tecidos²⁰⁰, o que tornava a “Indústria de Transformação eminentemente feminina”²⁰¹ em Minas Gerais, entre os anos de 1831-1832. A preponderância do trabalho feminino nas atividades de transformação têxtil permaneceu por todo o século XIX. A autora identificou, pelo censo de 1872, 139.488 trabalhadores na produção têxtil. Desse número, 50,5% dos

¹⁹⁷ BERGAD, 2004, p. 84.

¹⁹⁸ MACEDO, Concessa Vaz de. A Indústria Têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, jan-jun 2006, p. 212.

¹⁹⁹ Idem, p. 219.

²⁰⁰ Idem, p. 220.

²⁰¹ Idem, p. 224.

trabalhadores estavam em Minas Gerais e “mais de 90% da força de trabalho era composta de mulheres, tanto em Minas quanto no país como um todo”²⁰².

Em Minas Novas, o algodão ou os instrumentos utilizados na transformação do algodão em fios e tecidos eram elementos presentes nos inventários consultados para a freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Antônio Lopes Vieira, natural da freguesia de São Pedro do Fanado, vivia no sítio Campo Alegre com sua esposa e onze escravos, e possuía nove cabeças de gado vacum, dois cavalos, duas éguas e cinco bois de carro, utilizados em seu engenho para produção de aguardente.²⁰³ Dedicava-se ainda ao cultivo do café e árvores de espinho²⁰⁴ em suas terras. Além dessas atividades, Antônio Vieira também estava inserido no mercado local de algodão. Entre suas dívidas passivas, encontrou-se o débito a ser pago no valor de 6\$400 (Seis mil e quatrocentos réis) a Antônio Lopes Ferreira, referente à compra de quatro arrobas de algodão.²⁰⁵

Há de se mencionar que o algodão de Minas Novas tinha boa aceitação no mercado externo. O naturalista Spix, em sua visita a Minas Novas, em 1818, observou que os ingleses preferiam o algodão de Minas Novas, dada a resistência de suas fibras e a alvura, que seria resultante do clima seco da região.²⁰⁶ A boa qualidade e o preço baixo do algodão, quando comprado em Minas Novas, atraíam os comerciantes estrangeiros, ingleses e franceses, que buscavam as melhores ofertas.²⁰⁷ Era esse interesse comercial pelo algodão que colocava o termo de Minas Novas em uma situação econômica dinâmica, com relevante participação nas exportações algodoeiras da província de Minas Gerais.

Entre os anos de 1822 a 1830, o valor do algodão de Minas Novas era superior ao valor do algodão produzido nas demais regiões de Minas Gerais. Na lista dos produtos exportados no Rio de Janeiro, publicada pelo jornal *O Espelho*, em janeiro de 1822, o algodão de Minas Novas encontrava-se com valor superior ao de Minas Gerais. Enquanto a arroba do algodão de Minas Novas era vendida no valor de 6\$000 (Seis mil réis), o algodão produzido nas demais regiões de Minas Gerais era vendido a 5\$000

²⁰² MACEDO, 2006, p. 230.

²⁰³ FMN. Inventário de Antônio Lopes Vieira, maço 01, 1838.

²⁰⁴ As árvores de espinhos que inferimos ser árvores frutíferas como laranjeiras e limoeiros eram plantadas ao lado de hortaliças, às margens de lagoas e riachos e eram destinadas à dieta local, conforme informações de August Saint-Hilaire. In: SAINT-HILAIRE, 2006, p. 32.

²⁰⁵ FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Vieira, mar. 01, 1838.

²⁰⁶ SPIX, 1981, p. 72; e SPIX e MARTIUS 1968, p. 61.

²⁰⁷ SPIX e MARTIUS 1968, p. 62.

(Cinco mil réis).²⁰⁸ Essa mesma situação seria repetida oito anos mais tarde. Em 1830, o jornal do Comércio noticiou que a arroba do algodão de Minas Gerais era vendida a 4\$800 (Quatro mil e oitocentos réis) a arroba, enquanto o algodão de Minas Novas era vendido a 6\$000 (Seis mil réis) a arroba.²⁰⁹

Cristiano Corte Restitutti analisa que as exportações mineiras de algodão, ao longo do século XIX, vivenciaram dois momentos de grandes remessas de algodão em rama para fora da província: o primeiro entre 1816 e 1824; e o segundo entre 1864 e 1872. No primeiro período, especificamente nos anos de 1818 e 1819, o pesquisador identificou que foi registrada a exportação de 1.484 toneladas de algodão. Desse montante, 117,5 t eram oriundas da recebedoria do rio Pardo, localidade que abrigava o registro dos produtos provenientes de Minas Novas. No segundo momento de auge das exportações mineiras de algodão, o pesquisador encontrou o registro de 394 t anuais para toda a província e de 17 t anuais provenientes das recebedorias de rio Pardo e Salto Grande, ambas localizadas na comarca do Jequitinhonha, região do termo de Minas Novas.²¹⁰

De 1840 a 1850, a maior parte do algodão de Minas Novas foi exportada para a Bahia, representando 16% das exportações mineiras totais de algodão. Entre 1864 e 1873, a participação caiu para 4% nas exportações, com 17 t anuais do produto. Entre 1873 e 1884, o economista calcula que as exportações mineiras de algodão tenham sido de 40 t anuais, tendo saído de Minas Novas 6 t anuais, o que representou 15% das exportações algodoeiras de Minas Gerais.²¹¹

A exportação dos produtos do termo de Minas Novas ocorria, tanto por navegação, quanto por estradas de terra. Até meados de 1850, o escoamento via navegação acontecia exclusivamente através do rio Jequitinhonha. Posteriormente, a partir de 1855, a exportação dos produtos de Minas Novas também se fez nas estradas que ligavam Minas Novas a Filadélfia, atual município de Teófilo Otoni, e pelo rio Mucuri, dado este mais discutido no terceiro capítulo desta tese.

De acordo com o relatório do presidente de província de Minas Gerais, Francisco José de Souza Soares d'Andrea, no ano de 1844, pelo porto do Calhau foram

²⁰⁸ *Jornal O Espelho*. Preços correntes dos gêneros de exportação. Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1822, número 14, s-p.

²⁰⁹ *Jornal do Comércio*. Preços Correntes dos gêneros de exportação em grosso. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1830, p. 04.

²¹⁰ RESTITUTTI, 2006, p. 169-170.

²¹¹ *Idem*, p. 170.

exportados algodão, couro, gado e toucinho²¹². Segundo o citado relatório, foi registrado o trânsito de sessenta canoas, com capacidade de 130 arrobas, que subiam e desciam o rio Jequitinhonha, principiando no porto de Calhau, localidade onde atualmente se encontra o município de Araçuaí, até Belmonte, na província da Bahia.²¹³

No ano de 1853, por esse mesmo rio, foi registrada a exportação de quatrocentas e cinquenta e uma malas com mantimentos, fardos de algodão em rama e mantas de algodão levados de Minas Novas para a Bahia. A quantidade de algodão contido nessas malas foi calculada pelo major Inocêncio Veloso Pederneiras em duas mil arrobas. Em contrapartida, no mesmo ano, o termo de Minas Novas importou quinhentas e setenta e cinco canoas de sal e setenta e seis canoas de fazendas e de farinha da Bahia.²¹⁴ O comércio entre Minas Novas e a província da Bahia sempre foi objeto de atenção, especialmente do governo da Bahia. Por isso, no século XIX, houve empenho do governo da província da Bahia em melhorar as vias de comunicação, por meio da navegação do rio Jequitinhonha e rio Pardo, da construção de novas estradas e reparos naquelas já existentes, com o intuito de intensificar o comércio de animais, algodão e outros mantimentos entre Minas Novas e Bahia.

O percurso do rio Jequitinhonha, segundo Caio Prado Junior, foi feito pela primeira vez em 1764, pelo capitão-mor de Belmonte, João da Silva Santos, que identificou que o rio Belmonte era o mesmo rio Jequitinhonha.²¹⁵ Com o objetivo de facilitar o transporte das mercadorias, foi construída, ao longo do Jequitinhonha, uma estrada, ligando Minas Novas a Quartel do Salto, atual cidade de Salto da Divisa, “onde depois de contornadas as cachoeiras, se embarcava a mercadoria”.²¹⁶ O principal produto de interesse dos baianos era o algodão de Minas Novas que o governo baiano considerava ser exportado através daquela província em quantidades ínfimas. João Maurício Wanderley, presidente da província da Bahia, em fala direcionada à Assembleia Legislativa em março de 1853, considerou que essa situação era um entrave comercial a ser resolvido através de melhoria nas estradas já existentes, da

²¹² D'ANDREA, Francisco José de Souza Soares. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1844 pelo presidente da província Francisco José de Souza Soares D'Andrea*. Rio de Janeiro: Tipografia e Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1844, p. 46.

²¹³ Idem.

²¹⁴ APM. SP, PP1-45; caixa 01, Comissão dos Rios Pardo e Jequitinhonha. Relatório do major de engenheiros Inocêncio Veloso Pederneiras, documento n 36 de janeiro de 1854.

²¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 245.

²¹⁶ PRADO JÚNIOR, 2006, p. 245.

potencialização da navegação do Jequitinhonha e do policiamento de suas margens. Esses elementos, na perspectiva do governo baiano, seriam fundamentais para colocá-los em condições de concorrência com o mercado do Rio de Janeiro na comercialização do algodão e do ouro produzidos no termo de Minas Novas²¹⁷. Os produtos exportados do termo de Minas Novas para o Rio de Janeiro eram enviados primeiramente em lombo de burros para São João Del Rei e então remetidos ao Rio de Janeiro. O comerciante inglês John Luccock, em passagem pela comarca do Rio das Mortes, no início do século XIX, assegurou a participação ativa do termo de Minas Novas na feira de São João Del Rei que, conforme relato do viajante, acontecia todas as quintas-feiras.²¹⁸ Por sua localização próxima à fronteira com o Rio de Janeiro, São João Del Rei era um centro aglutinador das “exportações de diferentes regiões da província”,²¹⁹ inclusive de Minas Novas.

Era, portanto, com a finalidade de melhorar as condições de transporte e facilitar o comércio com a Bahia, evitando a concorrência com localidades como São João Del Rei e Rio de Janeiro, que o governo baiano, no século XIX, implementou ações no intuito de facilitar e potencializar as relações comerciais com Minas Novas. Em 1842, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, presidente da província da Bahia, registrou uma solicitação de ajuda financeira, no valor de quatro contos de reis, junto à Assembleia Legislativa, de autoria do juiz de direito de Caravelas, para promover melhorias na estrada que ligava as comarcas do Jequitinhonha e Caravelas. A justificativa de tal solicitação era a necessidade de intensificação do “comércio de gados e outros gêneros”²²⁰ oriundos de Minas Novas. Além disso, o presidente da província da Bahia solicitava à Assembleia Legislativa daquela província a aprovação de 1:627\$800 (Um conto seiscentos e vinte e sete mil e oitocentos réis) para ser utilizado no policiamento e na melhoria da navegação do rio Jequitinhonha, algo que Vasconcelos considerava fundamental para o comércio entre Belmonte e Minas Novas,²²¹ a fim de intensificar o comércio entre as duas províncias.

²¹⁷ WANDERLEY, João Maurício. *Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia*. Bahia, Typ. Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1853, p. 77.

²¹⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 316.

²¹⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 39.

²²⁰ VASCONCELOS, Joaquim José Pinheiro. *Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia*. Bahia, Typ. de J.A. Portella e Companhia, 1842, p. 11.

²²¹ VASCONCELOS, 1842, p. 11.

De acordo com o engenheiro Inocêncio Veloso Pederneiras, em 1852, o governo baiano tomou a iniciativa de solicitar apoio do governo imperial e da província de Minas Gerais para melhorar a navegação do rio Jequitinhonha.²²² Essa iniciativa do governo baiano foi comandada pelo citado engenheiro Inocêncio Veloso Pederneiras, sendo esta uma ação conjunta dos governos provinciais de Minas Gerais e da Bahia, apoiados pelo governo imperial, e visava a ampliação da segurança dos comerciantes que trafegavam pelo rio Jequitinhonha e alimentavam o comércio entre Minas Novas e Bahia, ao mesmo tempo em que pretendiam colonizar os indígenas e povoar as matas do Jequitinhonha com famílias de agricultores,²²³ discussão a ser retomada no quinto capítulo desta pesquisa. Em relação ao policiamento das margens do rio Jequitinhonha, a estratégia do major Pederneiras era de espalhar cerca de sessenta praças no percurso navegável do rio, iniciando-se na freguesia de Santo Antônio do Calhau, abrangendo tanto a parte baiana quanto a mineira. Além do policiamento, o major Pederneiras previa o povoamento do curso do rio Jequitinhonha e, para isso, buscava atrair famílias de agricultores para que construíssem “povoações agrícolas que servissem de núcleos ao desenvolvimento futuro d’aquelas regiões”.²²⁴

Essas ações de incentivo à agricultura e à construção de vias de escoamento de seus produtos resultaram da política oitocentista de promoção da chamada “vocação agrícola” do Brasil. Meados do século XIX foram, segundo estudiosos da História da Agricultura no Brasil, um dos momentos em que se discutiu a “crise” de transi o do sistema socioecon mico. Enquanto os EUA e a Europa experimentavam a acelera o do desenvolvimento industrial, o Brasil vivenciava uma crise de abastecimento e carestia dos gêneros alimentícios.²²⁵ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Silva afirmam que, para muitos políticos conservadores, insatisfeitos com a Lei Eusébio de Queirós, a razão da desarticula o da lavoura e do encarecimento dos gêneros alimentícios era a cessaa o do tráfico negreiro. Para os liberais, as raízes dessa situa o centravam-se no monopólio oriundo de capitais disponíveis, com a cessaa o do tráfico, reunidos em

²²² APM. SP; PP1-45, caixa 01, Relatório da Comissão dos Rios Pardo e Jequitinhonha – Relatório do major de engenheiros Inocêncio Veloso Pederneiras em janeiro de 1854.

²²³ BARBOZA, Antônio. *Relatório apresentado ao seu sucessor José Lopes da Silva Vianna*. Ouro Preto, 1852; VIANNA, José Lopes da Silva. *Relatório apresentado ao seu sucessor Francisco Diogo Ferreira de Vasconcelos*. Ouro Preto, 1853.

²²⁴ APM. SP; PP1-45, caixa 01, Relatório da Comissão dos Rios Pardo e Jequitinhonha – Relatório do major de engenheiros Inocêncio Veloso Pederneiras em janeiro de 1854, p. 5.

²²⁵ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 16.

associações de crédito e controladores do comércio de gêneros alimentícios.²²⁶ O que se observa desses debates é, sobretudo, a ideia liberal de que o Brasil era portador de “uma vocação agrícola”.²²⁷ Empreendimentos de ações de colonização e expansão da agricultura, fossem através da ação conjunta das províncias de Minas Gerais e Bahia, na parte nordeste do termo de Minas Novas, fossem através da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, ao leste da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, conforme discutido no terceiro capítulo, eram não apenas de interesse do Estado Imperial, como também das elites locais que viam seus interesses de expansão econômica com a exploração das terras e mão de obra indígenas representados nas ações de incentivos agrícola e comercial ali instalados.

Dada a boa qualidade e aceitação do algodão no mercado consumidor, Minas Novas tornava-se alvo de interesse comercial tanto de comerciantes baianos como daqueles pertencentes à praça comercial do Rio de Janeiro. Essa demanda comercial gerava, na elite agrária de São Pedro do Fanado, constante ambição por maiores parcelas de terras onde pudessem desenvolver, sobretudo, a agricultura em quantidades satisfatórias para atendimento ao mercado consumidor. Essa situação gerava um movimentado mercado de terras, como evidenciado no segundo capítulo, e um rápido povoamento e apossamento das florestas adjacentes ao termo, acarretando altos níveis de concentração fundiária na freguesia, conforme descrição nos capítulos seguintes.

²²⁶ LINHARES; SILVA, 1981, p. 35.

²²⁷ Idem, p. 36.

CAPÍTULO 2: MERCADO DE TERRAS E HERANÇA NA TRANSMISSÃO DA TERRA EM SÃO PEDRO DO FANADO DE MINAS NOVAS

Neste capítulo, apresenta-se a análise da estrutura fundiária da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Propõe-se discutir as formas de acesso a terra e o mercado fundiário em vigor nessas freguesias, na primeira metade do século XIX.

Ao analisar a distribuição de terras em sociedades pré-capitalistas, Ângelo Alves Carrara reitera a importância dos estudos sobre estrutura fundiária no Brasil e afirma que ela “está no princípio e no fim de todo o processo de produção da vida dessa sociedade”.²²⁸ Ainda, nas palavras do autor, tal importância advém do fato de a economia dessas sociedades ter sua base na agricultura ou na criação de gado, ou, ainda, na conjugação dessas duas atividades. Trilhando essa perspectiva, neste capítulo, são privilegiados os RPTs – Registros Paroquiais de Terra²²⁹ – para a análise da estrutura fundiária juntamente com os inventários *post mortem* da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Pela importância dos RPTs neste estudo, cumpre detalhar a análise dessa fonte.

2.1 Os registros paroquiais de terra e a lei de terras de 1850

Primeiramente, é importante destacar que os RPTs são uma documentação proveniente da lei de terras, aprovada em 1850²³⁰ e regulamentada em 1854. O projeto da lei de terras foi aprovado na Câmara dos deputados em 3 de setembro e tornou-se a Lei 601 em 18 de setembro de 1850²³¹. Em 1854, foi regulamentada e criada a Repartição de Terras Públicas, tendo sido nomeados os funcionários que mediriam as terras e determinado pela lei que autoridades como juízes e delegados de polícia deveriam informar ao governo a existência de terras devolutas, ficando os párocos

²²⁸ CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX*. Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Democracia. Série Estudos 1. Mariana: 1999, p. 6.

²²⁹ Conforme foi dito na introdução os RPT encontram-se disponíveis no Arquivo Público Mineiro.

²³⁰ BRASIL. “Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03-Leis-L0601-1850.htm. Acesso em 01 de janeiro de 2014.

²³¹ Idem.

responsáveis por fazer o registro das terras de suas respectivas freguesias²³². Entretanto, a lei de 1850 não foi efetivamente aplicada. José Murilo de Carvalho afirma que a política de terras ficou praticamente restrita ao debate legislativo, aos relatórios dos ministérios do Império e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Isso porque, conforme expresso pelo autor, “ela foi vetada pelos barões”²³³. Os debates acerca da política de terras, analisados por José Murilo Carvalho, explicitam forte oposição dos proprietários de terra, que reclamavam das excessivas despesas que sofreriam com taxas, impostos e demarcação das terras, além da possível perda da propriedade por parte dos maus pagadores de tais impostos.²³⁴ Carvalho demonstra que o impasse em aceitar a implementação da política de terras se deve ao fato de que muitos fazendeiros entendiam ser essa uma maneira de socializar os custos com a importação da mão de obra imigrante. Os representantes de províncias como Minas Gerais e São Paulo, que ainda não sofriam a carência de mão de obra, e também os cafeicultores do Rio de Janeiro, não acolheram a proposta legislativa que, ao mesmo tempo em que beneficiaria os cafeicultores com a divisão dos custos com importação de imigrantes, pelo pagamento de impostos, causaria transformações na estrutura agrária do país. Por fim, ao ser aprovada, pontos polêmicos, no debate da lei de terras, como imposto territorial e perda da propriedade para quem não registrasse a propriedade possuída no prazo estabelecido, já haviam sido substituídos por multas²³⁵.

Na análise de José Murilo Carvalho, ficou visível que a lei de terras era “letra morta”, pois o Estado não havia conseguido revalidar e legitimar grande parte de posses e sesmarias, e as terras públicas continuaram a ser invadidas, o que mostrou “a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários”.²³⁶ Apesar de a lei de terras ter se transformado em “letra morta”, a documentação que dela resultou é de suma importância como documentos históricos para análise da estrutura fundiária das diferentes regiões do Brasil.

Pedro Mendes Loureiro e Marcelo Magalhães Godoy, estudando a relação entre espaço, população, estrutura fundiária e dinamismo econômico, na província de Minas Gerais, apontaram alta potencialidade para o uso dos RPTs como fonte primária. Os

²³² CARVALHO, José Murilo. A política de terras: o veto dos barões. In: *A construção da ordem: a elite política. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 341.

²³³ CARVALHO, 2003, p. 331.

²³⁴ Idem, p. 336-337.

²³⁵ CARVALHO, 2003, p. 340.

²³⁶ Idem, 350.

autores utilizaram como variáveis o número de distritos existentes em 1831 e 1832, o número de paróquias existentes em 1872, a população existente nesses dois períodos e cruzaram com os RPTs, para analisar a representatividade da sua produção para o território da província de Minas Gerais. Concluíram que os RPTs de Minas Gerais apresentaram ampla cobertura espacial e representatividade satisfatória, evidenciando que sua produção não foi encarada com descaso na província de Minas Gerais. Segundo eles, os RPTs foram elaborados para a maior parte da província, e a alta proporção de códices remanescentes possibilitou que fossem usados para estudos em diferentes escalas – provincial, regional, municipal ou paroquial.²³⁷ Na mesma perspectiva argumentativa de Loureiro e Godoy, vários trabalhos acadêmicos são conduzidos, avaliando-se fatos da província de Minas Gerais, utilizando os RPTs como fontes documentais. Eliane Aparecida Duarte Batista com base nos RPTs da vila de Piranga, analisou o papel de mulheres proprietárias que buscavam, especialmente através da compra, o acesso à propriedade rural.²³⁸ Também para Piranga, Gusthavo Lemos fez amplo uso dos RPTs para discutir as estratégias de famílias canavieiras no acesso e manutenção da propriedade rural.²³⁹

Ângelo Alves Carrara e Rafael Martins de Oliveira Laguardia, em trabalho inovador sobre uma metodologia de georreferenciamento para distribuição espacial das propriedades rurais, declaradas nos RPTs, defendem que foi a prática social e as condições históricas de cada localidade que definiram o caráter de cada registro de terra. Isso significa que a falta de “uniformidade dos registros” é de “razão material” e não pode ser confundida “com razões de forma, como o zelo maior ou menor dos párocos”.²⁴⁰ Os pesquisadores afirmaram que, em regiões de características camponesas, os registros refletem relações com a terra de modo diferente de regiões de predomínio do latifúndio escravista. Carrara e Laguardia apontam Relações de vizinhança como

²³⁷ LOUREIRO, Pedro Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Os Registros Paroquiais de Terra na História e na Historiografia: estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *XIV Seminário sobre Economia Mineira*, 2010, Diamantina, p. 3-4, 22.

²³⁸ BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da terra: as proprietárias na Vila de Piranga*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em História, 2016, p. 134.

²³⁹ LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola - Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2014.

²⁴⁰ CARRARA, Ângelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do Georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *sÆculum – Revista de História*, v. 29, João Pessoa, jul.-dez. 2013, p. 211.

outra variável que interfere nas “condições objetivas de produção dos registros”, o que poderia levar um declarante a identificar ou não o seu extremante.²⁴¹ São, portanto, estas condições que acarretam a falta de uniformidade dos RPTs.

Essas variações nas informações dos RPTs são observadas, não apenas quando se compara uma freguesia com outra, mas é possível observar diferenciações nos RPTs de uma mesma paróquia, como é o caso deste estudo. Elencam-se a seguir algumas observações acerca das limitações dos RPTs de São Pedro do Fanado e as medidas adotadas nesta pesquisa a fim de contorná-las. Primeiramente, destaca-se o fato de um mesmo declarante ter feito mais de um registro em caso de mais de uma propriedade. Ademais, não é incomum encontrar em um único registro declaração de mais de uma propriedade. Isso quer dizer que o número de registros não pode ser confundido com o número de declarantes, nem com o número de propriedades declaradas. Tal situação explica o fato de terem sido encontrados 810 declarantes e 870 propriedades nos 821 RPTs analisados na amostra deste estudo.²⁴²

Em segundo lugar, não se pode deixar de mencionar que, entre as limitações encontradas nos RPTs de São Pedro, há problemas referentes aos declarantes. Há casos em que o declarante que registrou a propriedade informou de modo generalizado os demais possuidores da terra. Como exemplo, o caso de Justiniano Mendes Guimarães, que informou possuir um sítio em comum com “os herdeiros do finado Gonçalo Ramos.”²⁴³ Entretanto, não se sabe quem são os herdeiros de Gonçalo Ramos nem quantos eram esses herdeiros. Em casos como esse, considera-se apenas o declarante para realização do cálculo do número de proprietário.

Outro fato a ser destacado nos RPTs de São Pedro do Fanado diz respeito à ausência de informação sobre a dimensão das propriedades em 51,53% das declarações. Dos oitocentos e vinte e um RPTs, apenas 398 apresentaram as dimensões da propriedade declarada. É necessário problematizar as condições históricas que influenciaram a ausência desse dado. Ao estudar e analisar os RPTs em questão, percebeu-se que 55% dos registros que declararam a terra proveniente da posse não informam a extensão da propriedade, enquanto apenas 37% daqueles que mencionaram a compra como forma de aquisição da terra não informaram a extensão da propriedade

²⁴¹ CARRARA e LAGUARDIA, 2013, p. 210-212.

²⁴² Encontra-se no Anexo IA a relação dos declarantes encontrados nos RPTs de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

²⁴³ APM. RPT de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro 1868- 809, Justiniano Mendes Guimarães e os herdeiros de Gonçalo Ramos.

declarada. Isso significa maior probabilidade de um declarante informar a área ocupada por sua propriedade entre aqueles que adquiriram a terra por compra, e menor entre aqueles que usufruíam dela pela posse. Há de se considerar que os registros de posse de terra de São Pedro do Fanado estavam predominantemente localizados na região banhada pelo rio Mucuri, área de recente colonização, o que trazia aos ocupantes a possibilidade de alargamento das propriedades instaladas nesse entorno, inferindo-se ser esse o motivo da alta porcentagem de registros que não informaram a extensão das terras declaradas, nessa região do município de Minas Novas.

Além disso, muitos declarantes que informaram as dimensões da propriedade não o fizeram de forma precisa. O exemplo da declaração de João de Souza Pinheiro ilustra esta situação. Ele declarou:

[...] sou senhor e possuidor de uma sorte de terras de cultura e de criar nas margens do córrego denominado Sabará, cuja fazenda denominada Sabará. Cujas confrontações são as que seguem: divide pela parte de cima com terras de herdeiros do finado Mateus de Souza Pereira e pela parte de baixo com terras de Joaquim Martins, pela parte direita, estando se olhando o rio acima, com terras de Inocêncio Correia da Rocha e esquerda com terras do meu filho João de Souza Pinheiro Júnior, cujas terras tem pouco mais ou menos de comprimento, meia légua e de largura outro tanto e possuo por compra e tenho os competentes títulos. Por esta forma tenho cumprido com o dever que a lei me impõe. Cidade de Minas Novas, quatro de setembro de mil oitocentos cinquenta e cinco. João de Souza Pinheiro.²⁴⁴ [Grifos da pesquisadora]

Conforme destacado nesse texto, a extensão e a largura da propriedade de João de Souza Pinheiro não são precisas. O declarante atribui *mais ou menos* meia légua de largura e meia légua de comprimento. Isso significa que o cálculo da área ocupada pelas propriedades declaradas nos 398 RPTs que informaram as dimensões das propriedades declaradas contém um dado aproximado. Acredita-se, entretanto, que essas limitações não são impedimentos para uso dos RPTs como fonte histórica e que esse tipo de problema não se configura exclusivamente nos RPTs, podendo ser encontrados em outros tipos de fontes coevas. Rafael Martins O. Laguardia e Ângelo Alves Carrara apontam que, em escrituras de compra e venda de imóveis rurais, “muitas vezes nem mesmo a extensão ou os limites da propriedade sequer são mencionados”²⁴⁵. Cumpre

²⁴⁴ APM. RPT de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro 1347- 157, João de Sousa Pinheiro.

²⁴⁵ LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira; CARRARA, Ângelo Alves. Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos Registros Paroquiais de Terra: a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna

discordar, portanto, de José Murilo Carvalho, quando afirma que os RPT são pouco confiáveis, por conta das incorreções nas declarações.²⁴⁶ Pelo cruzamento dos RPTs com outras fontes, a exemplo dos inventários *post mortem*, mapas e relatos de viajantes e funcionários do Estado que estiveram no município de Minas Novas, como mostrado e discutido no decorrer deste trabalho, conclui-se que as informações dos RPTs de São Pedro do Fanado de Minas Novas não se configuram em inverdades acerca das propriedades declaradas, o que permite o seu uso como fonte de dados para a pesquisa histórica.

Conforme mencionado na introdução, são poucos os documentos do século XIX restantes nos arquivos da cidade de Minas Novas, além de se encontrarem em difíceis condições de pesquisa. Os inventários *post mortem* utilizados nesta pesquisa estão sob custódia do fórum da cidade de Minas Novas e seu corpus documental é composto por vinte e seis inventários de indivíduos que declararam ser possuidores de terras e residentes na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. O uso desses inventários foi fundamental para a coleta de informações sobre a vida material dos declarantes de terra, de forma a possibilitar compreensão da vida econômica do meio rural da freguesia em estudo. Com a análise dos inventários, buscou-se estudar a condição de vida do inventariado, suas dívidas passivas (dívidas a pagar), dívidas ativas (dívidas a receber), seus bens móveis e imóveis, produção agrícola, pecuária, instrumentos de trabalho e escravos. É importante salientar que os inventários contemplam apenas as pessoas que deixaram bens à posteridade, o que restringiu o nosso acesso apenas ao conhecimento dos vestígios de indivíduos pertencentes a uma parcela da sociedade, ou seja, à parcela dos indivíduos que acumularam bens ao longo da vida. Esses fragmentos dos inventários foram cruzados com os dados dos RPTs, o que permitiu conhecer o universo material das terras inventariadas e declaradas nos RPTs. Além disso, foram utilizados, neste estudo, documentos avulsos produzidos pela câmara de Minas Novas.

(Juiz de Fora, MG). In: *IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, São Paulo, 2012, p. 9.

²⁴⁶ CARVALHO, 2003, p. 346.

2.2 Os registros paroquiais de terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas

Para análise dos RPTs, foi considerado o número de declarações realizadas, o número de possuidores declarantes, o tipo de acesso a terra declarados, a extensão das propriedades declaradas e a localização das propriedades declaradas. As formas de acesso a terra declaradas nos RPTs foram variadas: arrematação (2), barganha (5), compra (278), dádiva (9), doação (22), dote (11), herança (126), posse (108), concessão para usufruto da terra, autorizada pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri (7). Essa Companhia que atuou na região leste da fronteira da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas é abordada com detalhes no terceiro capítulo desta tese.

Eliane Aparecida Duarte Batista, estudando o perfil de mulheres proprietárias de terra da Vila de Piranga, constatou que para a Vila de Piranga o acesso a terra ocorria por meio de um mercado de terras entremeado por relações de vizinhança, parentesco e afinidade. Segundo a autora, em Piranga, “havia a possibilidade de transações de terras através da compra e venda, mas à terra também era atribuído valor de vivência e afeto – familiar – pois a lida proporcionava afeição com atividades agrárias e o cuidado com a terra.”²⁴⁷. A situação descrita pela pesquisadora para a vila de Piranga assemelha-se à situação encontrada na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. A posse da terra em São Pedro do Fanado circulava através de relações familiares, de amizade e proximidade, como se pode perceber através da doação, dádiva, herança e também pela compra entre parentes e vizinhos.

Em São Pedro do Fanado de Minas Novas, o mercado de terras coexistia com um hibridismo de estratégias fundiárias, como arrematação-herança; barganha-compra; barganha-posse; compra-dádiva; compra-dote; compra-herança; compra-posse; compra-dádiva-herança, compra-herança-posse; dádiva-posse, doação-compra; posse-herança, conforme se pode observar no Quadro 4, apresentado a seguir.

A análise dos RPTs evidencia um ativo mercado de terras na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. É salutar notar que realidade semelhante foi encontrada para outras regiões da província de Minas Gerais, no mesmo período.

²⁴⁷ BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da terra: as proprietárias na Vila de Piranga*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em História, 2016, p. 22.

Quadro 4: Formas de aquisição da terra em São Pedro do Fanado – Registros Paroquiais de Terra, 1855-1857

Meios de ocupação do solo e acesso à propriedade da terra	Quantidade de registros
Não informam o acesso	209
Compra	278
Herança	126
Posse	108
Herança-compra	28
Doação	22
Dote	11
Dádiva	9
Concessão feita pela Companhia do Mucuri	7
Barganha	5
Compra-dote	4
Compra-posse	3
Arrematação	2
Barganha-compra	2
Arrematação-Herança	1
Barganha-Posse	1
Compra-dádiva	1
Compra-Herança-Posse	1
Compra-Herança-Dádiva	1
Dádiva-Posse	1
Doação-compra	1
Posse -Herança	1
Total	821

Fonte: APM. Repartição especial de terras públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1>.

Batista identificou que na Vila de Piranga grande parte das terras era obtida por meio da compra e da herança.²⁴⁸ Situação análoga foi descrita por Camila Pelinsari Silva, para Ponte Nova: 26,94% das 412 propriedades analisadas pela autora foram adquiridas pela compra e 25,72% pela herança.²⁴⁹ Como se pode observar, já em meados do século XIX, havia na província de Minas Gerais um significativo mercado de terras.

²⁴⁸ BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da terra: as proprietárias na Vila de Piranga*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em História, 2016, p. 34.

²⁴⁹ SILVA, Camila Pelinsari. *Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteira: Ponte Nova, 1855-1888*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2013, p. 53.

É importante ressaltar que Minas Gerais, desde o período colonial, ocupou uma posição diferenciada no que se refere às concessões de terra. Em decorrência da circulação monetária proporcionada pela mineração, a terra trocava rapidamente de mãos, proporcionando ao mercado “uma outra forma de acesso à propriedade”, enquanto as sesmarias se constituíram em “instrumentos menores de acesso a terra”.²⁵⁰ Essa gênese do mercado de terra é muito importante para compreensão da proeminência da compra em São Pedro do Fanado, no decorrer do século XIX. Esse mercado de terras, portanto, não pode ser lido apenas como um efeito da lei de terras de 1850, mas como consequência do povoamento e das formas de exploração econômica desenvolvidas nas Minas, desde os tempos coloniais, como já analisou Ângelo Alves Carrara.

Considerando-se que o povoamento de São Pedro do Fanado decorreu da descoberta de “minas novas”, em meados do século XVIII, a análise de Carrara sobre o mercado de terras na capitania de Minas Gerais ajuda a compreender esse proeminente mercado de terras encontrado em São Pedro do Fanado. Os estudiosos da história agrária vêm chamando a atenção para o fato de que o mercado de terras moderno, no Brasil, não pode ser considerado apenas como fruto da lei da oferta e da procura. Nas palavras de Jacob Gorender, a “disponibilidade de terras não pode ser considerada com a latitude indefinida”,²⁵¹ isto é, há fatores como a fertilidade e a localização que interferem na escolha de uma região em detrimento de outra. A razão de ser do mercado de terras deve, portanto, ser compreendida de forma localizada, uma vez que cada local ou complexo regional “engendrava o seu próprio mercado e quase estabelecia regras próprias para o seu funcionamento”.²⁵²

Em São Pedro do Fanado, o mercado de terras estava relacionado ao que se pode denominar de “pressão econômica direcionada”,²⁵³ ou seja, as parcelas de solo agricultável transacionadas por meio da compra e venda estavam concentradas em duas regiões da freguesia – região de povoamento mais antigo da freguesia e a área

²⁵⁰ CARRARA, 1999, p. 12-13.

²⁵¹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Expressão popular: Perseu Abramo, 2016, p. 414.

²⁵² CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo, Editora brasiliense, 1987, p. 121.

²⁵³ O conceito de “pressão econômica direcionada” foi cunhado por Lemos para se referir às “demandas pelas parcelas preferenciais de solo cultivável”. Ver LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola - Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014, p. 50.

intermediária de expansão da fronteira agrícola de São Pedro do Fanado de Minas Novas. A primeira se refere à região de povoamento mais antigo, banhada pelos rios e córregos mais próximos à cidade de Minas Novas, portanto, nas proximidades do centro urbano do termo. São feitas referências às áreas localizadas às margens dos rios Capivari, Buriti, Fanado, Ribeirão da Folha e nas cabeceiras do Araçuaí. Pela Figura 4, pode-se visualizar no mapa a posição geográfica da cidade de Minas Novas e dos mencionados rios.²⁵⁴

²⁵⁴ Para confecção dos mapas a partir dos RPTs, consultamos os seguintes trabalhos: LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria... georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terra*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2011, p. 100-114; CARRARA, Ângelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros paroquiais de terras: a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856. *IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. USP, 2012; CARRARA, Ângelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *sÆculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 29, jul.-dez. de 2013, p. 209-229; TEIXEIRA, Flávio Augusto de Freitas. *Sobre as terras de São Sebastião: estudo e representação cartográfica da freguesia do Anta nos sertões do Leste (1855-1858)*. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2016, p. 116-129.

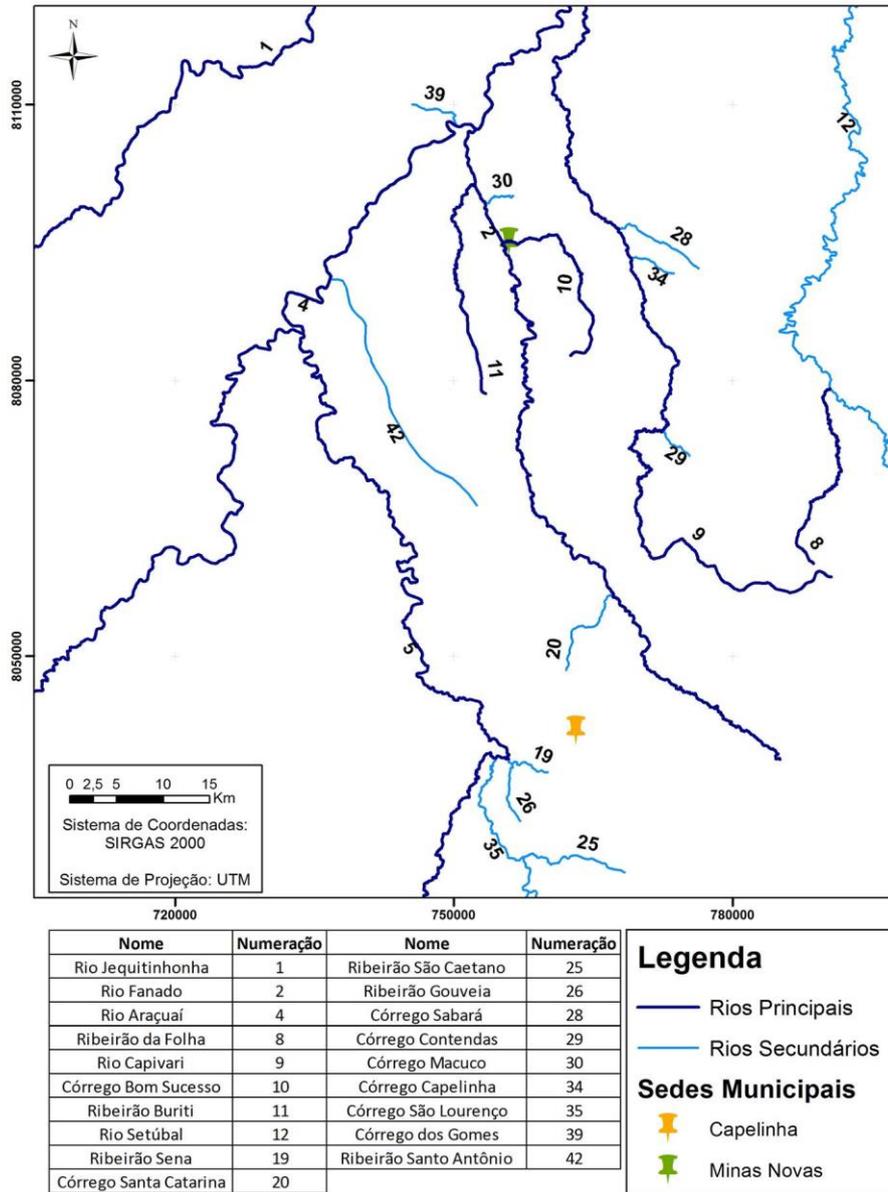


Figura 4: Localização de Minas Novas e dos rios com maior incidência de terras comercializadas.

Essa região de povoamento mais antigo é uma área em que a compra dividiu espaço com um mercado de terras fundamentado em relações sociais e familiares. Ao lado da compra, encontram-se, nessa região, as maiores concentrações de propriedades adquiridas por meio da herança, do dote e da doação, sendo a área da freguesia com maior concentração de pequenos proprietários. É relevante destacar que a compra foi responsável pela apropriação das terras que compunham as pequenas propriedades da freguesia de São Pedro do Fanado, processo atribuído ao esfacelamento das propriedades, ao longo das gerações, através da herança, dos dotes e das doações intrafamiliares. No Quadro 5, está descrita a espacialização das propriedades em São Pedro do Fanado de Minas Novas, considerando-se as variáveis localização e meio de acesso a terra.²⁵⁵

Quadro 5: Localização de posses e propriedades em São Pedro do Fanado, considerando-se o meio de acesso

Localidade	Terras adquiridas por compra	Terras adquiridas por herança	Terras adquiridas por herança e compra	Terras adquiridas por posses	Terras adquiridas por posse e compra	Terras adquiridas por compra herança posse	Terras adquiridas por dote	Terras adquiridas por compra e dote	Compra e dádiva	Terras adquiridas por compra-herança-dádiva	Terras adquiridas por doação
Água Boa (Capelinha)	5	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Água Fria	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Água Preta	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto dos Bois	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Araçuá	6	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Areias (Filadélfia)	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Barreiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barrinha (Capelinha)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Buriti	5	4	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Cachoeira Alegre	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cansanção	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capivari	15	8	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Cavaco	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira (Capelinha)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cedro (Capelinha)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cocais	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contendas	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Córrego das Almas	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Córrego Dantas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Córrego D'água	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua...

²⁵⁵ É necessário esclarecer que este quadro não contempla a totalidade dos RPTs analisados, pois muitas declarações não trouxeram elementos de localização das propriedades que possibilitassem distribuí-las na hidrografia da freguesia em estudo.

Quadro 5: Cont.

Localidade	Terras adquiridas por compra	Terras adquiridas por herança	Terras adquiridas por herança e compra	Terras adquiridas por posses	Terras adquiridas por posse e compra	Terras adquiridas por compra herança posse	Terras adquiridas por dote	Terras adquiridas por compra e dote	Compra e dádiva	Terras adquiridas por compra-herança- dádiva	Terras adquiridas por doação
Duas Barras	-	1		-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Fanado	21	6		-	-	-	1	-	-	-	2
Córrego Fundo	-	1		-	-	-	-	-	-	-	-
Córrego Grande	-	1		-	-	-	-	-	-	-	-
São Félix (Capelinha)	1	-		-	1	-	-	-	-	-	-
Formigas	1	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Gangorras	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Gomes	1	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Gouveia	1	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Gravatá	1	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Indaiá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Itamarandiba (Capelinha)	7	1		-	-	-	-	-	-	-	-
Jambeiro	1	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Jaú (Capelinha)	1	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Jequitinhonha	-	1		-	-	-	-	-	-	-	-
Lapinha	1	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Lava-Pés	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macaubas	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macuco	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Malacacheta (Mucuri)	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Maquito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montes Claros	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mucuri e afluentes	2	-	-	59	-	-	-	-	-	-	-
Mucuruzinho ou Mucuri Pequeno	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Olaria	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ouro	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ouro Fino	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pai Miguel	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paciência	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmeiras			1								
Palmital	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pires (Capelinha)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poço d'água	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quiba Bateia	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeirão da Folha	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeirão da Trindade	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Ribeirão do Meio	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sabará	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Bárbara (Capelinha)	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Quitéria	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Rita	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio	9	3	1	1	-	-	1	-	-	-	1
São Felipe	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São João da Mata (Alto dos Bois)	2	3	-	2	-	-	-	-	-	-	1
São José	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Lourenço (Capelinha)	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sapé	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Saudade (Mucuri)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua...

Quadro 5: Cont.

Localidade	Terras adquiridas por compra	Terras adquiridas por herança	Terras adquiridas por herança e compra	Terras adquiridas por posses	Terras adquiridas por posse e compra	Terras adquiridas por compra herança posse	Terras adquiridas por dote	Terras adquiridas por compra e dote	Compra e dádiva	Terras adquiridas por compra-herança- dádiva	Terras adquiridas por doação
Ribeirão do Sena (Capelinha)	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setubal	8	6	1	6	-	-	-	1	-	-	2
Surubim (Capelinha)	7	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Tigre	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Todos os Santos (Mucuri)	1	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-
Três Barras	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tribuna	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trindade	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Urupuca	3	5	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Vazante	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vermelho (Capelinha)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: APM. Repartição especial de terras Públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1>.

A partir da análise dos dados desse quadro, fica explícita a concomitância da compra com processos familiares na transmissão e apropriação da terra. A maior expressão da compra de terras encontra-se entre as propriedades localizadas no rio Fanado, um dos rios mais próximos da cidade de Minas Novas, conforme mostrado na Figura 2. No rio Fanado, há vinte e uma propriedades oriundas da compra, outras seis adquiridas por herança, uma por dote e duas por doação. Em seguida, está o rio Capivari, com quinze propriedades oriundas da compra, oito por posse, uma propriedade originária da compra-posse e outra propriedade por dote. O rio Santo Antônio foi outra localidade com recorrência expressiva da compra (9), aliada com herança (3), com a conjunção da posse e compra (1), dote (1) e doação (1). Os rios Araçuaí, Buriti e Bom Sucesso também foram rios com as mesmas características dos já citados. São rios próximos a cidade de Minas Novas, com expressivo mercado movimentado pela compra e pelas relações sociais-familiares. No rio Araçuaí, estavam seis propriedades adquiridas por compra, três por herança e uma por compra-herança. No rio Buriti, o número de propriedade por compra foi cinco; quatro declaradas como provenientes da herança, uma por doação e outra por herança-dádiva. No Bom Sucesso, foi possível localizar três propriedades adquiridas por compra, duas por doação e uma por posse. Percebe-se que nessa região a recorrência à posse como meio de acesso ao solo foi muito baixa, o que demonstra o esgotamento de matas disponíveis para exploração nas proximidades do centro urbano da freguesia de São Pedro do Fanado.

Esses dados possibilitam afirmar que a compra de terra em São Pedro do Fanado é um elemento característico da área de povoamento mais antigo da freguesia. À medida que foram analisadas as declarações dos possuidores de terra, localizados nas margens das matas virgens existentes na freguesia, tal situação se modifica.

A região banhada pelos rios Setubinha, Surubim e Urupuca, próxima ao distrito de Nossa Senhora das Graças, também conhecida como Capelinha, hoje atual cidade de Capelinha, apresentou um número maior de declarantes de terra, posseiros, quando se compara com a região de povoamento mais antigo da freguesia, conforme expresso pelos seguintes números: no rio Setubal foram oito propriedades por compra, seis por herança, uma por compra-herança, uma por dádiva, duas por doação e seis propriedades originárias da posse. Nas margens do rio Surubim, foram declaradas sete propriedades adquiridas por compra, três por herança e sete por posse. Essa região, por se caracterizar pela transição do mercado de terras para a posse, foi denominada neste estudo de região intermediária de expansão da fronteira agrícola da freguesia. Essa área, até o ano de 1847, configurou-se como limites territoriais entre a freguesia de São Pedro do Fanado e as terras indígenas.²⁵⁶ O seu povoamento por fazendeiros foi impulsionado, sobretudo, pela criação do destacamento policial no Alto dos Bois, que facilitou o contato e a colonização dos índios Malali²⁵⁷, habitantes daquelas redondezas, deixando suas terras disponíveis à exploração dos agricultores e criadores de gado de São Pedro. Isso promoveu o alargamento da fronteira agrícola da freguesia em direção ao rio Mucuri, processo que foi intensificado a partir de 1847, com a criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri por Teófilo Otoni.

Como já afirmado no primeiro capítulo, tanto a pecuária como a agricultura praticadas em Minas Novas faziam uso de rudimentar tecnologia, o que implicava esgotamento do solo nos primeiros anos de exploração. A média de vida útil de um terreno destinado ao plantio do algodão, principal produto de exportação do município de Minas Novas, era de quatro anos. Isso gerava constante demanda por solos que fossem férteis e contassem com fartura de água, elementos necessários ao estabelecimento de novas fazendas. Essas demandas eram supridas pelas terras da Mata

²⁵⁶ Neste estudo, chegou-se aos limites territoriais entre a freguesia de São do Fanado de Minas Novas e as terras indígenas para o ano de 1847, a partir da análise do mapa da província de Minas Gerais, datado de 1847, elaborado por João José da Silva Teodoro.

²⁵⁷ Conforme analisamos no primeiro capítulo, os índios Malali eram falantes do maxacali e viviam na região de Alto dos Bois.

Atlântica que, após a derrubada das árvores e das queimadas, apresentavam condições ideais para a prática da agricultura e formação de pastos para alimento do gado.

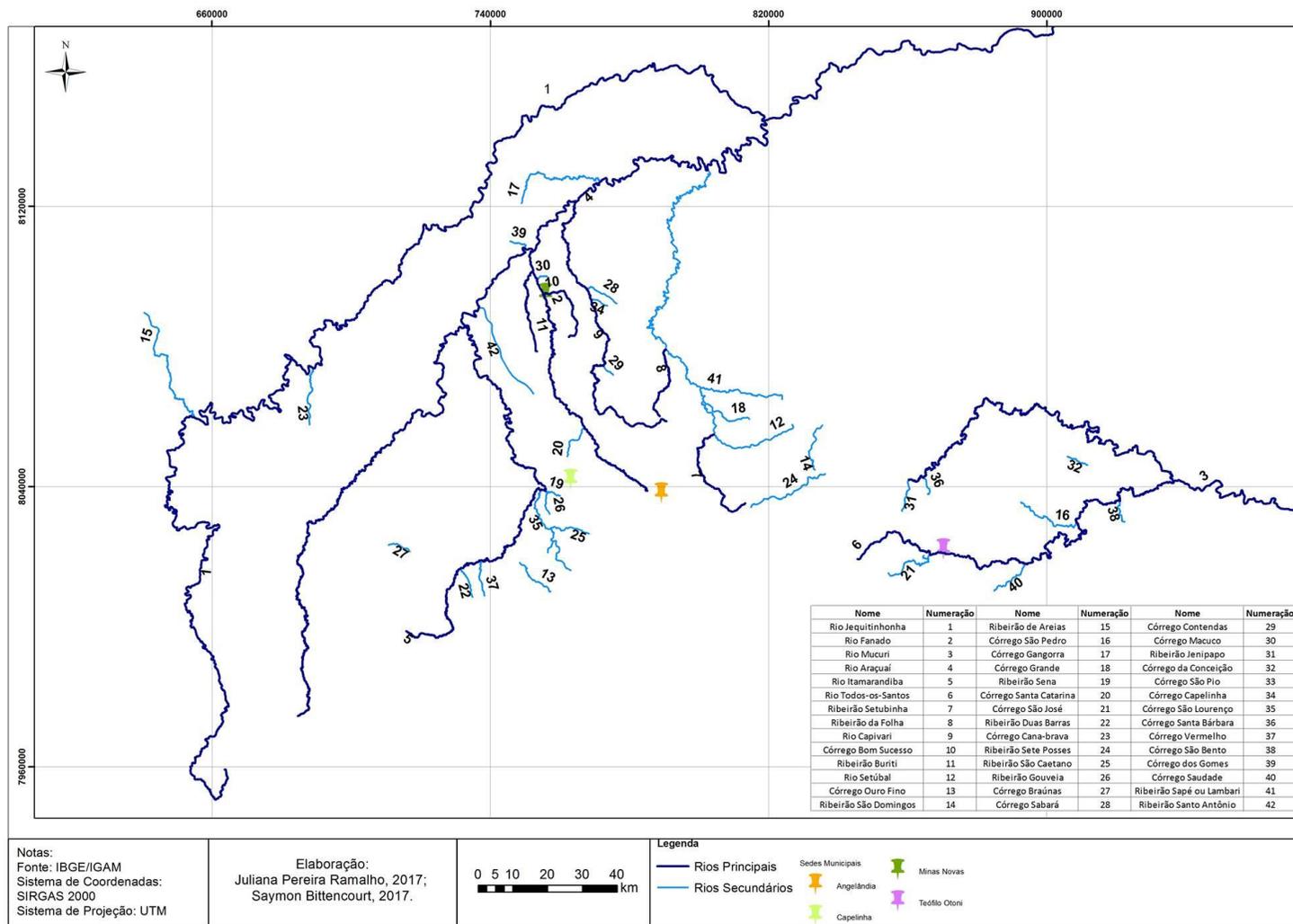
A intensificação de propriedades oriundas da posse foi, portanto, o elemento que dá sinais da existência de maior disponibilidade de terras virgens para apropriação, fazendo com que o mercado perdesse forças, mas isso não significa a inexistência da compra e venda da terra na região de colonização recente. Nas margens do Mucuri e seus afluentes, havia seis propriedades fruto de proprietários absenteístas,²⁵⁸ que se apossaram da terra com o intuito de lucrarem com sua venda. Em 1857, Teófilo Benedito Ottoni noticiou uma destas transações:

[...] as terras já começam a ter valor no Mucuri, a tal ponto que um colono vendeu por 3:000\$00, com consentimento da companhia, o direito que tinha ao seu lote de terras, que aliás lhe custaria, na forma do contrato, somente 300\$000! O vendedor foi o Sr. Fernando Schlobach, e o comprador a Exma. Sra. D. Francisca José Coelho da Silva.²⁵⁹

No mapa mostrado na Figura 5, é possível visualizar os rios que compuseram as três regiões da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, cujos registros de propriedades rurais foram encontrados. Nele, destacam-se a cidade de Minas Novas, centro de aglomeração das pequenas propriedades, oriundas especialmente da compra; Capelinha e Angelândia, região que, até 1847, caracterizava-se como região fronteiriça entre a freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas e o território indígena; e, por fim, a região banhada pelo rio Mucuri, área caracterizada como de colonização tardia, pois a intensificação de sua exploração ocorreu pós 1847, com a atuação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. A Cia do Mucuri, por meio da construção de estradas, de canais de navegação no rio Mucuri e da criação de Filadélfia, atual Teófilo Ottoni – sede administrativa da Cia do Mucuri – efetivou o povoamento do vale banhado pelo rio Mucuri e seus afluentes.

²⁵⁸ De acordo com Carlos Bacellar, os proprietários absenteístas estavam relacionados a uma visão capitalista da agricultura. No Oeste Paulista, os proprietários absenteístas adquiriam uma segunda propriedade e nela não residiam, utilizando-a para aquisição do lucro com vistas a justificar o capital investido na compra. Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU-Unicamp, 1997, p. 138.

²⁵⁹ OTTONI, Teófilo Benedito. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857*, p. 24. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.



66 **Figura 5:** Localização da cidade de Minas Novas e afluentes do rio Mucuri.

2.3 O mercado de terras e elite agrária em São Pedro do Fanado de Minas Novas

O mercado de terras em São Pedro do Fanado de Minas Novas era composto de relações de compra e venda, associado a relações sociais e familiares. Essa associação de elementos não mercantis e mercantis na apropriação da terra pode ser visualizada nos fragmentos do cotidiano de muitos proprietários de terra de São Pedro do Fanado.

Dentre os elementos não mercantis, podem-se destacar as relações familiares. A compra entre pais, sogros e parentes denotam a existência de um mercado de terras em que se procurava manter a terra no seio familiar. Como exemplo dessa prática, pode-se citar Joaquim José de Araújo que comprou de seu pai, Francisco José de Araújo, o sítio São Caetano, contendo um quarto de léguas de extensão²⁶⁰. Manoel Martins dos Santos também comprou de seu sogro Bernardo Batista do Nascimento parte das terras dos sítios Palmital e Córrego D'Água, situados em Água Boa²⁶¹. Essas terras de Manoel Martins faziam divisas com o sítio Córrego D'Água, de seu cunhado João Batista do Nascimento²⁶² e com o sítio Palmital que sua cunhada, Rosa Batista do Nascimento, obteve por doação feito por seu tio Francisco Batista do Nascimento²⁶³.

Mas, no mercado de terras de São Pedro do Fanado, também havia aqueles indivíduos que não tinham interesse ou condições de manter a propriedade da terra e a colocava em circulação através da venda às pessoas fora do seu círculo de parentesco. Algumas viúvas, em razão das dificuldades de manter ativa a produção de suas terras, acabavam por disponibilizá-las ao mercado. Bernardo Lopes de Sousa, por exemplo, comprou a fazenda Córrego Seco, situada em Alto dos Bois, da viúva de José Lopes. Pelo sobrenome, infere-se que Bernardo Lopes de Sousa possuía relações de parentesco com José Lopes²⁶⁴. Manoel José Gomes Torres também comprou um sítio da viúva de Pedro Luiz Pego.²⁶⁵ Ponciano José da Costa foi outro produtor rural que comprou terras pertencentes à viúva de Miguel Salomão²⁶⁶. Tais terras eram denominadas de sítio

²⁶⁰ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1626-517, Joaquim José de Araújo.

²⁶¹ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1509-394, Manoel Martins dos Santos.

²⁶² APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1515-402, João Batista do Nascimento.

²⁶³ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1512-398, Rosa Batista do Nascimento.

²⁶⁴ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1609-497, Bernardo Lopes de Sousa.

²⁶⁵ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1610-499, Manoel Jose Gomes Torres.

²⁶⁶ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1631-523, Ponciano José da Costa.

Mangabeira e eram compostas por “terras de cultura” e “campos de criar”. No inventário de Ludovina Marques da Cunha²⁶⁷, esposa de Ponciano José da Costa, realizado em 1881, consta que no sítio Mangabeira fabricava-se açúcar e aguardente, além de criação de burros, utilizados no transporte da produção do sítio. O trabalho desenvolvido no sítio comprado da viúva de Miguel Salomão consistia na mão de obra de dez escravos.

A hipótese é que a dificuldade em manter a produção, especialmente por causa da ausência de mão de obra, levava muitos possuidores a venderem suas terras. José Carneiro Coelho, casado com Joana Alves de Oliveira, pai de sete filhos com idade entre quatorze e um ano, criador de gado bovino, vendeu parte de suas terras²⁶⁸. Essas terras vendidas a Raimundo Pereira de Carvalho eram compostas por “terras de cultura e criação”, contendo três quartos de léguas de comprimento e um quarto de légua de largura²⁶⁹. É importante mencionar que José Carneiro Coelho não possuía escravos, conforme descrito em seu inventário, o que levou a inferir que não possuindo mão de obra suficiente para a exploração de todas as suas terras, desfez-se de parte delas.

A disponibilização de terras no mercado e o uso de relações familiares, de proximidade e de amizade, também possibilitavam a formação de grandes porções de terra nas mãos de um único indivíduo, conforme se pode exemplificar com o caso do coronel José Bento Nogueira, proprietário de terras e político local, que lançou mão de relações familiares e de vizinhança para expandir as propriedades da família através do mercado.

De acordo com o genealogista Valdivino Ferreira, José Bento Nogueira era natural de Queluz, atual cidade de Conselheiro Lafaiete, tendo sido designado em 1823 para servir no destacamento policial de Minas Novas.²⁷⁰ Em Minas Novas, José Bento Nogueira casou-se com Jacintha, filha do tenente Jacinto Alves da Costa. As terras de José Bento foram registradas em uma única declaração e estavam distribuídas em cinco propriedades:²⁷¹ a fazenda Buriti, comprada dos herdeiros do Comendador João Pereira de Araújo Pinto, que fazia divisas com a fazenda do Pombinho de propriedade de seu

²⁶⁷ FMN. Inventário de Ludovina Marques da Cunha, maço 75, 1881.

²⁶⁸ FMN. Inventário de José Carneiro Coelho, maço 50, 1854.

²⁶⁹ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1631-107, Raimundo Pereira de Carvalho.

²⁷⁰ FERREIRA, Valdivino Pereira. *Genealogia norte-mineira: resumo genealógico das grandes famílias norte mineiras e do sudoeste baiano (1660-1950)*. Turmalina: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2003, p. 81.

²⁷¹ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1260-4, José Bento Nogueira.

sogro; um sítio, que também fazia divisas com a fazenda do sogro e com os herdeiros de Pedro Soares; uma parte de terras que se encontrava “em comum com os herdeiros de Pedro Soares”; uma parte de terras na fazenda Pombinho, que ele mantinha “em meação” com seu sogro Jacinto; e, por fim, um sítio comprado de João Soares Cardoso e da mulher deste.

O que se pôde observar no caso do coronel José Bento Nogueira é o fato de ele ter se interessado pela compra de terras circunvizinhas à fazenda de seu sogro, numa demonstração do seu interesse em ampliar a extensão das propriedades da família. Por ocasião de seu falecimento, em outubro de 1877, em seu inventário, foram arroladas as propriedades declaradas por Nogueira nos RPTs de 1855, incluída a fazenda do Pombinho, que fora de propriedade do sogro, revelando que, apesar da existência de diversos outros herdeiros, Nogueira foi o sucessor preferencial e manteve intacta em suas mãos a referida fazenda. Todas essas propriedades, avaliadas em 3:750\$000 (Três contos e setecentos e cinquenta mil réis), colocavam-no no rol dos grandes proprietários de terra da freguesia de São Pedro do Fanado, com um total de trezentos alqueires de terra para plantar e “algum campo de criar”, às margens do rio Buriti, região de ocupação preferencial que, como comentado anteriormente, era uma das zonas da freguesia em que a apropriação da terra se dava majoritariamente pela compra e posse.

Há de se ressaltar que a preferência por uma região em detrimento da outra deve levar em consideração elementos como fertilidade do solo, infraestrutura para escoamento da produção e água – essencial não só para saciar homens e animais, como também força motriz para funcionamento de engenhos, gangorras e moinhos movidos a água. Conforme observou Saint-Hilaire, para edificação de uma fazenda em Minas Novas, assim como em outras paragens do império, “não é a posição agradável que decide da escolha de um local para edificação; a vantagem de gozar de um curso de água é a única coisa que se leva em conta.”²⁷² Os rios Capivari, Buriti, Fanado, Itamarandiba, além de serem relativamente próximos a Minas Novas, dispoendo de estradas e pontes, eram abundantes em veios de água, dando condições de funcionamento aos moinhos e engenhos localizados no entorno.²⁷³ Eram essas

²⁷² SAINT-HILAIRE, 2000, p. 295.

²⁷³ Os relatórios de presidente de província de Minas Gerais de 1843 a 1855 revelam que os rios da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas que receberam maior atenção da Câmara em relação à construção de estradas e pontes foram os Rios Araçuai, Capivari e Fanado.

condições físicas, ambientais e estruturais que tornaram as propriedades de José Bento Nogueira produtivas e situadas no rol das grandes fazendas da freguesia.

Contando com a mão de obra de quinze escravos, as atividades econômicas desenvolvidas nas terras de Nogueira eram a agricultura, produção de cachaça e criação de gado cavalari e suíno. Encontram-se em suas propriedades rurais dezoito alqueires de arroz, quarenta alqueires de milho, duzentos e vinte barris de aguardente nos dois tanques da fazenda Pombinho, e quarenta e três barris de aguardente no “tanque da cidade” – mantidos em seu estabelecimento comercial na cidade de Minas Novas.²⁷⁴ A criação de animais estava restrita a sete cabeças de animais cavalares, que permite inferir serem utilizados especialmente no transporte e na produção da fazenda, e a criação de gado suíno, utilizada para o consumo interno, uma vez que consistia em um número pequeno de animais: cinco porcas, três porcos capados e soltos e três capados gordos no chiqueiro. Certamente, parte da produção das terras de Nogueira era destinada ao mercado local e regional, sobretudo, os derivados da cana, já que mantinha na sede do termo um estabelecimento comercial. Era do comércio e da concessão de crédito que advinham suas maiores parcelas que compuseram o seu montante-mor no valor de 61:364\$194 (Sessenta e um contos, trezentos e sessenta e quatro mil e cento e noventa e quatro réis). Ele era dono de uma loja no centro da cidade de Minas Novas, onde se encontravam fazendas, ferragens, objetos de armarinho, molhados e a cachaça produzida em suas próprias terras. Ao lado desses produtos mais corriqueiros, havia também produtos luxuosos, encontrados apenas nas casas mais abastadas da freguesia, como as louças e “imagens do país”²⁷⁵. Através da sua loja, Nogueira mantinha uma ampla rede de crédito por “vender fiado”, o que o tornava um homem de prestígio e de domínio entre seus devedores. Sobre a concessão de crédito em Minas Novas, assim expressou Saint-Hilaire, por ocasião de sua passagem pela região, no início do XIX:

[...] não há no termo de Minas Novas tantas pessoas ricas como em muitas outras partes da província; mas também existe aí menos miséria. Não se veem em absoluto, como em torno de Vila Rica, povoações quase abandonadas, e fazendas caindo em ruínas [...] os próprios negros andam mais bem vestidos do que em outros lugares. No entanto, é preciso que se diga, um obstáculo opõe-se ao bem-estar dos habitantes dessa região; é o costume que há de vender-se tudo a

²⁷⁴ Ao falecer, José Bento Nogueira deixou seis moradas de casa na cidade de Minas Novas, não tendo sido localizado neste estudo em qual destas casas Nogueira mantinha o seu tanque de aguardente. Cf.: FMN. Inventário de José Bento Nogueira e sua mulher, maço 53, 1877.

²⁷⁵ Não foi possível identificar o que seriam as ‘imagens do país’ descritas no inventário de José Bento Nogueira.

crédito. [...] O vendedor que corre risco, não quer desfazer-se de sua mercadoria senão por preços superiores ao seu valor real. [...]. Em cada povoação existe, geralmente, um homem rico, que vende assim mercadorias a crédito a todos os seus vizinhos, e que por isso, os mantém em completa dependência. O comprador de poucos recursos não ousa recusar nada a quem, por assim dizer, se tornou o árbitro da sorte de sua família.²⁷⁶

José Bento Nogueira também era político e deixou para a região de Minas Novas vários descendentes que dominaram o cenário agrário e político do nordeste de Minas Gerais, no fim do Império e início da República. Com o casamento de Luíza Nogueira, neta de José Bento Nogueira, com o advogado Francisco Coelho Duarte Badaró, houve a junção da família Nogueira com a família Badaró, dando início à família Badaró que legou para a República vários políticos que ocuparam cargos de prefeitos nas cidades do atual Vale do Jequitinhonha, e se inseriram no poder legislativo estadual e federal. Francisco Badaró nasceu em 02 de maio de 1860 na Fazenda Liberdade, no distrito de Guarapiranga, atual município de Piranga-Minas Gerais. Ele era filho de Justiniano Corsino Duarte Badaró e de Olímpia Mariana Badaró, família de proprietários de terras e de políticos em Guarapiranga. Francisco Badaró iniciou seus estudos no Colégio do Caraça. Em 1875, matriculou-se no Colégio Mineiro, em Ouro Preto, capital da província, e em novembro de 1883 diplomou-se bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1884, com a morte de Antônio Joaquim Cesar, então promotor de justiça da comarca do Jequitinhonha, Francisco Badaró foi nomeado para substituí-lo, ocasionando, por essa razão, a sua mudança para a cidade de Minas Novas.²⁷⁷ Em Minas Novas, Francisco Badaró casou-se com Luiza Nogueira, filha de José Bento Nogueira Júnior e neta de José Bento Nogueira. Com Luiza Nogueira, Francisco Badaró teve cinco filhos: Francisco Badaró Júnior, Laura Badaró Soares, Corina Nogueira Badaró, José Duarte Badaró e Benedito Nogueira Badaró. Ao inserir-se na família Nogueira, Francisco Badaró tornou-se proprietário de diversos bens. Em seu inventário, realizado em 25 de novembro de 1921,²⁷⁸ encontram-se os bens provenientes da herança da família Nogueira, a saber: uma fazenda de terras de cultura e campos de criar, com casas de morar, denominadas São José, às margens do ribeirão do Jaúba, no distrito de Piedade; uma chácara denominada Mirante, às margens do rio

²⁷⁶ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 291.

²⁷⁷ BADARÓ, Murilo. *Memórias Póstumas de Francisco Badaró: romance histórico-biográfico*. Belo Horizonte: Claro Enigma, 2008, p.17, 24, 30, 66 e 83.

²⁷⁸ FMN. Inventário de Francisco Coelho Duarte Badaró, maço 118, 1921.

Fanado, com terras de cultura; um sítio de terras denominado Brito, às margens do Fanado; duas casas no “Largo dos Badaró”; uma casa na rua da Botica; uma casa na rua São José com fundo para o “Largo dos Badaró”, onde funcionava a coletoria estadual; uma casa situada no povoado de Capelinha; uma chácara denominada Brígida, situada na cidade de São João Batista com três casas de morar; metade da terça parte do “Sobradão”; uma parte do “Sobradão” herdado do padre Antônio Mendes Nogueira²⁷⁹; cento e vinte alqueires de terra na fazenda denominada Manoel, comprada de diversos herdeiros; e cem alqueires de terras de cultura e campos de criar, em outra denominada “Bananal”, no distrito de Minas Novas. Além de herdar as terras da família Nogueira, Francisco Badaró também herdou o prestígio político daquela família no município de Minas Novas, sendo eleito deputado federal em novembro de 1890 pelo distrito de Minas Novas.

Há de se esclarecer que, em diversas ocasiões, José Bento Nogueira ocupou cargos públicos em Minas Novas. Em 1834, compôs a lista dos juízes de paz do segundo distrito da vila de Minas Novas; em 1845, foi o 3º substituto de juiz municipal e órfão do termo de Minas Novas; em 1850, foi o 4º substituto de juiz municipal e, por fim, vereador na Câmara de Minas Novas, entre 1853-1856.²⁸⁰ A tradição política de José Bento Nogueira foi perpetuada pela linhagem do seu filho José Bento Nogueira Júnior que por meio do então genro Francisco Badaró e, posteriormente, do neto Francisco Coelho Duarte Badaró Júnior e bisneto Murilo Badaró inscreveram a família Nogueira-Badaró no cenário político estadual e federal do Brasil.

João Fragoso, analisando a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro, que ele denominou de “principais da terra”, avaliou os benefícios de ocupar cargos políticos para a afirmação econômica desse grupo. A ocupação de cargos políticos, de acordo com o autor, permitia que os principais homens da terra tivessem acesso aos privilégios concedidos pela Câmara, o que resultava em possibilidades de acumulação de riquezas. Prevalencia, portanto, o que o autor denominou de economia do bem comum. Essa economia, assentada na política, requeria, por sua vez, que o sobretrabalho dela advindo fosse reinvestido na própria vida pública, para seu sustento e manutenção da

²⁷⁹ O padre Antônio Mendes Nogueira era neto do coronel José Bento Nogueira.

²⁸⁰ APM. SP, PP1-33, Caixa 130, n. 40 de 12-07-1834; SP, PP1-33; caixa 139, documento n 36 de 28 de novembro de 1845; SP, PP1-33; caixa 141, documento n. 49 de 04-06-1850; SP, PP1-33; caixa 141, documento n. 82 de 14-04-1851.

monarquia.²⁸¹ Ao que tudo indica, era dentro da lógica dessa economia que José Bento Nogueira atuava. Das seis casas de morada sitas na cidade de Minas Novas, destacam-se duas situadas na Rua da Matriz, uma que servia para funcionamento do quartel e outra denominada “Sobradão”.²⁸² Nogueira comprou, em 1853, esse último imóvel dos herdeiros do comendador João Pereira de Araújo, no valor de um conto de réis.²⁸³

O Sobradão ainda existe, entretanto, encontra-se interditado, sem condições habitáveis e até o ano de 2015 abrigou a secretaria de Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Minas Novas. É um casarão de “pau a pique, de adobes, com quatro andares, divididos por assoalhos de madeira de lei, contendo cinquenta e quatro janelas e uma porta de quatro metros a partir da entrada até atingir o primeiro pavimento.²⁸⁴ De acordo com Murilo Badaró,²⁸⁵ bisneto de José Bento Nogueira, o Sobradão foi construído para ser a sede de governo de uma pretendida província de Minas Novas, discutida no quinto capítulo.

Pelo inventário do coronel José Bento Nogueira, realizado em 1877, pode-se perceber que o prédio do Sobradão foi utilizado como espaço administrativo e de encontro da elite de Minas Novas para discussões de caráter político. No Sobradão, existiam uma mesa com duas gavetas no quarto à esquerda do salão; trinta quadros dourados nas paredes; um quadro de Dom Pedro II; quatro mesas; um lampião de salão; vinte e cinco garrafas; um urinol chinês; três bancos de encosto no salão; cinco cadeiras em palhinha; duas mesas com gavetas na sala; uma mesa grande com duas gavetas no quarto de jantar; um urinol branco novo; três tamboretas; um catre; sete caixas frasqueiras; uma estante; um vidro grande; um armário e um banco na varanda.²⁸⁶

Conclui-se, portanto, que José Bento Nogueira, valendo-se da concessão de crédito, da política e do monopólio da terra, preservou seu status econômico e simbólico, perpetuado ao longo das gerações e adentrou o período republicano com

²⁸¹ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 249-250.

²⁸² Ver foto do prédio no Anexo 1A, datado de março de 2015.

²⁸³ Livro de Notas n. 37, 1851-1856, folhas 11 ao verso da folha 14. Documento sob custódia de um morador de Minas Novas que não permitiu a divulgação do seu nome.

²⁸⁴ BADARÓ, Murilo. *Memórias Póstumas de Francisco Badaró: romance histórico-biográfico*. Belo Horizonte: Claro Enigma, 2008, p. 76.

²⁸⁵ Cf. BADARÓ, 2008, p. 76.

²⁸⁶ FMN. Inventário *post-mortem* de José Bento Nogueira e sua mulher, maço 53, 1877.

expoentes de sua família ocupando cargos na administração regional do norte e nordeste mineiros, e no governo estadual e federal.

2.4. A Herança e transmissão da terra em São Pedro do Fanado de Minas Novas

Outra forma muito comum de acesso a terra em São Pedro do Fanado de Minas Novas era a herança. De acordo com Maria Luiza Marcílio, a legislação portuguesa, estabelecia dois diferentes sistemas de herança: o morgadio para a nobreza, em que toda a propriedade deveria “passar para o filho mais velho”, e a partilha igualitária que estabelecia que “todos os filhos legítimos deveriam receber partes iguais dos bens de seus pais”.²⁸⁷ Como no Brasil os morgados foram raros, predominou, portanto, a partilha igualitária entre os herdeiros, conforme os preceitos jurídicos das Ordenações Filipinas.²⁸⁸

As leis de regulamentação da herança eram acompanhadas da legislação que regia o casamento e, portanto, estavam imbricadas entre si. Normalmente, os “nobres e os muitos ricos faziam um contrato de dote e arrás”²⁸⁹, em que eram estabelecidas as propriedades de cada um e a forma como deveriam ser partilhadas, por ocasião da morte de uma das partes. “Mas a forma mais comum de casamento dava ao marido, como à mulher, igual senhorio da propriedade em comum.”²⁹⁰ Dessa forma, era usual que se fizesse a meação dos bens entre o marido e a mulher, constituindo a chamada legítima. Dois terços da legítima eram divididos entre os herdeiros necessários e um terço poderia ser usado livremente pelo testador, inclusive, para beneficiar um dos herdeiros. Esse foi o caso de Ana Nunes Nogueira – pelo seu sobrenome deduz-se ser parente de José Bento Nogueira, anteriormente analisado –, que deixou em seu testamento a solicitação para que seu filho Carlos Martins escolhesse entre seus escravos um macho ou fêmea. De acordo com a testamenteira, esse era um prêmio em “remuneração dos muitos serviços que me tem prestado, a companhia com que me tem sempre amparado; e se

²⁸⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 91.

²⁸⁸ As Ordenações Filipinas vigoraram no Brasil até 1917, Cf.: BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007, p. 134.

²⁸⁹ Segundo Eliana Magnani Soares Christen, as arras referem-se às doações feitas pelo marido à sua futura esposa, visando o casamento. Ver: CHRISTEN, Eliana Magnani Soares. Arras, dote e herança: a mulher aristocrata e o patrimônio familiar na Provença (final do século X – início do século XII). *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 363.

²⁹⁰ MARCÍLIO, 2006, p. 91.

acaso não tiver lugar em direito esta minha [vontade] determino que seja tomado o seu valor da minha terça”.²⁹¹

Ana Nunes exortava seus filhos a não “demandarem” com Carlos Martins pelos bens que ele havia adquirido durante o período em que esteve a seu lado, pois se tratava de bens por ele adquirido, sem prejuízo da fazenda nem dos outros herdeiros. Alexandre José Coelho Barboza também deixou a sua terça para sua filha Germana, por ser “menor”, numa demonstração de preocupação com o dote futuro de sua filha caçula.²⁹²

Antônio José Coelho, irmão do citado Alexandre José Coelho, deixou por herdeiras dos remanescentes de sua terça as filhas legítimas de seu filho Antônio José Coelho Júnior e, além disso, doou mais um conto de réis a cada uma delas. Nesse caso, a justificativa para tal doação foi a preocupação com o futuro casamento das netas. Além das filhas de Antônio José Coelho Júnior, várias outras mulheres da família foram dotadas por Antônio José Coelho. Deixou às suas netas Maria e Feliciano 300 mil réis a cada uma, para “quando casarem”; para Carlota – neta e afilhada – a doação foi maior, 500 mil réis; para cada uma das netas, filhas de Jacintha Coelho, o dote foi de 100 mil réis. Antônio José Coelho legou ainda 100 mil réis de esmola a cada uma das filhas de seu compadre Manoel José, que se encontravam sob custódia de seu avô Araújo, devido ao falecimento dos pais. A condição prescrita por Antônio Coelho era a de que a esmola deveria ser entregue apenas “quando casarem”.²⁹³

Marcílio salienta que o dote era um sistema que garantia a “fruição direta dos bens dos pais para os filhos”²⁹⁴, sem que estes últimos tivessem de aguardar a morte dos primeiros para terem acesso aos bens através da partilha. Em São Pedro do Fanado, tanto os filhos como as filhas, sobretudo das famílias mais abastadas, recebiam doações no percurso de vida de seus pais, o que contribuía para a iniciação do novo casal e manutenção do *status* familiar. Com a morte dos pais, os filhos dotados poderiam decidir se retornariam com os bens para serem “colados” ao inventário e assim proceder à partilha igualitária entre os herdeiros, ou poderiam se abster de participar do inventário e manter os bens recebidos.²⁹⁵ Entretanto, nem sempre essa decisão de voltar os bens recebidos para colação ao inventário era uma escolha livre dos herdeiros.

²⁹¹ FMN. Inventário *post-mortem* de Ana Nunes Nogueira, maço 02, 1856.

²⁹² FMN. Inventário *post-mortem* de Alexandre José Coelho Barboza, maço 104, 1855.

²⁹³ FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio José Coelho, maço 155, 1854.

²⁹⁴ MARCÍLIO, 2006, p. 91.

²⁹⁵ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007, p. 171.

Alexandre José Coelho Barboza deixou escrito em seu testamento a obrigatoriedade de seus filhos dotados retornarem com seus respectivos dotes à colação, assim que ele se ausentasse. Ele registrou sua vontade deste modo: “declaro que dei de dote a minha filha Aguida a quantia de um conto e quinhentos mil réis, quantia que entrarão com ela em colação e o mesmo a meu filho Jacinto”.

Nesta pesquisa, constatou-se que, tanto os homens como as mulheres em São Pedro do Fanado, em meados do século XIX, recebiam dote, corroborando uma tendência encontrada por Muriel Nazarrí para São Paulo, nessa época.²⁹⁶ Isso equivale afirmar que os homens e as mulheres, especialmente aqueles pertencentes às famílias mais abastadas, não necessitavam aguardar a morte de seus pais para ter acesso aos bens familiares. Como descrito, Alexandre José Coelho dotou tanto Águida quanto Jacinto de forma igualitária em vida.

Antônio José Coelho também fez doações ainda em vida aos seus filhos. Em seu testamento, além de os legitimar e os instituir como herdeiros das duas partes de sua herança, declarou que “todos os seis filhos já estão casados e tenho dado a eles a conta de sua herança”. A Francisca, sua filha mais velha, José Coelho doou 5:630\$000 (Cinco contos e seiscentos e trinta mil réis); Feliciano José Coelho recebeu 5:400\$000 (Cinco contos e quatrocentos mil réis); Delfina José Coelho foi dotada com 5:630\$000 (Cinco contos e seiscentos e trinta mil réis); foram concedidos a Antônio José Coelho Júnior 10:500\$000 (Dez contos e quinhentos mil réis); a Jacintha Coelho 7:100\$000 (Sete contos e cem mil réis); e, por último, Antônio Ernesto Coelho foi contemplado com 8:000\$000 (Oito contos).

Até o momento, foram aqui arrolados apenas casos de dote em dinheiro, que permitia “aos dotados uma maior liberdade, no sentido da sua aplicação”.²⁹⁷ Entretanto, os dotes e as doações de bens de raiz não eram incomuns em São Pedro do Fanado. Os RPTs analisados trouxeram registros de onze propriedades declaradas como provenientes de dotes e outras quatro que combinaram o dote e a compra como meios de acesso à propriedade (Quadro 4).

²⁹⁶ Para Nazarrí, essa igualdade da dotação estava relacionada ao declínio do dote no século XIX. Argumentação esta que também é corroborada pelo trabalho de Silvia Maria Jardim Brugger para São João del Rei. De acordo com Brugger, a dotação de filhos e filhas estaria relacionada ao declínio da prática do dote, que acabava por afetar aqueles que eram mais beneficiados por ela, ou seja, as mulheres. Cf.: NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.189-191; BRUGGER, 2007, p. 184.

²⁹⁷ BRUGGER, 2007, p. 181.

Como exemplo, pode ser citada a fazenda Cavalhais, com uma légua e meia de comprimento e uma légua de largura, e a fazenda Barra, com uma légua e meia de comprimento e uma légua de largura, que Francisco Soares Xavier recebeu como dote, por ter se casado com Dona Balbina Gonçalves Coelho.²⁹⁸ Antônio Teotônio dos Santos também recebeu um terreno de um quarto de légua em quadro, como dote, que foi ofertado pelo seu sogro, Geraldo Gonçalves de Sousa.²⁹⁹

Alguns genros, ao conquistar pedaços de terras por meio do dote de suas esposas, acabavam por comprar dos outros co-herdeiros o direito de propriedade que a eles pertenciam. Foi o caso de Lauriano Leite de Sousa, que recebeu uma sorte de terras, na fazenda “Estribarria”, por dote de sua esposa Luzia Ramos da Cruz, e comprou outro pedaço de terra, dentro da mesma fazenda, da herdeira Maria Martins Pereira.³⁰⁰ Assim, tanto o dote como as doações de terra contribuíram para alimentar a concentração fundiária, colocando os dotados, como bem observou Carlos Bacellar, “num patamar socioeconômico muito mais próximo ao de seus pais”,³⁰¹ que ao restante da população.

Os herdeiros da terra em São Pedro do Fanado de Minas Novas podem ser divididos entre os herdeiros consanguíneos e aqueles que, apesar de não terem laços de parentesco, estavam ligados por relações de amizade, lealdade e proteção. Dentro desse panorama, os RPTs de 1855-1857 dão exemplos de que tanto as mulheres como os homens herdavam a terra. Seguem, inicialmente, os casos categorizados como pertencentes ao grupo dos herdeiros consanguíneos ao inventariado.

José Joaquim Carneiro declarou possuir uma fazenda de terras no lugar denominado “Água Boa”, distrito de Capelinha, havido por herança que teve de sua mulher. A extensão da fazenda declarada era de três quartos de légua de comprimento e um quarto de légua de largura.³⁰² Apesar de haver um predomínio de homens que herdavam a terra de seus pais, as mulheres também cultivavam e se mantinham na terra herdada de seus pais ou de seus maridos. Assim, Raimunda Antônia da Conceição herdou do seu marido Joaquim Carneiro Coelho uma sorte de terras de cultura e de criação, a qual também foi composta por partes de terra comprada de diferentes

²⁹⁸ APM, RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1280- 28, Francisco Soares Chavier.

²⁹⁹ APM, RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1386- 212, Antônio Teotônio dos Santos.

³⁰⁰ APM, RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1636- 529, Lauriano Leite de Sousa e outros herdeiros.

³⁰¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU-Unicamp, 1997, p. 146.

³⁰² APM, RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1401-236, Jose Joaquim Carneiro.

pessoas.³⁰³ A extensão da propriedade de Raimunda Antônia era de um quarto de légua em quadro. Outros exemplos se seguem: Maria Rodrigues de Alves herdou um sítio de terras no Ribeirão do Sena, distrito de Capelinha, da finada Ana Carneiro.³⁰⁴

Outro elemento a ser destacado era a sua manutenção “em comum” das terras herdadas, com os demais herdeiros. José Carneiro Coelho, Antônio Joaquim de Azevedo, João Carneiro Coelho, Ricarda Antônia da Conceição, Pacífico Carneiro Coelho mantinham em comum uma sorte de terras de cultura e criação, com extensão de um quarto de léguas em quadro, herdadas do finado pai Joaquim Carneiro Coelho e dos avôs João Carneiro Coelho e Antônio Tereza de Jesus.³⁰⁵ Manter a terra indivisa era até mesmo uma maneira de assegurarem a capacidade produtiva da propriedade e também o status social dos seus proprietários. Entretanto, nem sempre a quantidade de terra herdada era suficiente para produzir, e a compra entrava como solução na ampliação do pedaço herdado. Foi o que ocorreu com Floriano de Faria e “outros herdeiros”, que declararam possuir “em comum” um terreno de meio alqueire, denominado Gangorras, no Rio Capivari, herança da finada Maria Rodrigues da Fonseca, e outra parte por compra.³⁰⁶ Essa solução foi adotada por diversos outros herdeiros, conforme escrito nos vinte e oito registros de terras adquiridas, por compra-herança, descritos no Quadro 4.

O Rio Capivari era uma região de grande demanda para a constituição de grandes fazendas, e a manutenção da propriedade indivisa entre os herdeiros era uma forma de resistência e sobrevivência em meio à concentração fundiária, sobretudo, para pequenos proprietários como Floriano de Faria e seus co-herdeiros que tinham pequenas propriedades.

Os genros também entravam na linha de sucessão da terra em São Pedro do Fanado. José Lemos da Cruz declarou ter havido por herança de seu sogro, Domingos Avelino da Silva, o sítio de terras de cultura no local de nome Palmital.³⁰⁷ O mesmo

³⁰³ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1362-179, Raimunda Antônia da Conceição.

³⁰⁴ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1306-80, Maria Rodrigues de Alves.

³⁰⁵ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1361-178, José Carneiro Coelho, Antônio Joaquim de Azevedo, João Carneiro Coelho, Ricarda Antônia da Conceição, Pacífico Carneiro Coelho.

³⁰⁶ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1365- 185, Floriano de Faria e outros herdeiros.

³⁰⁷ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1517-405, José Lemos da Cruz.

ocorreu com Teodoro Rodrigues dos Santos, que herdou de seu sogro, Manoel Teixeira Pinto, o sítio São Tiago, de um quarto de léguas.³⁰⁸

E, por fim, havia também os casos de libertos que herdavam a terra de seus antigos senhores e que podem ser classificados como os herdeiros unidos por laços de lealdade e proteção. Os libertos da fazenda de Dona Feliciano Rosa Lares herdaram um sítio de terras e cultura e campos de criar que “está em comum” entre Claudino dos Santos Coimbra, seus irmãos, tios e sobrinhos.³⁰⁹ Excepcionalmente nesta pesquisa não foi possível reconstruir a teia de relações que tais libertos teceram com seus antigos senhores para herdarem a terra. Mas o simples fato de terem sido eleitos como herdeiros já é um indício de que as relações estabelecidas extrapolavam a relação de propriedade escrava.

A herança da terra por libertos não era incomum na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Em 1838, Jacintha Soares Pereira concedeu carta de liberdade aos seus então escravos, habitantes na Fazenda Bemposta, a saber: Paulo, Manoel da Paixão, Bento Romão, Ana, Vicente, Luiz, Inácia, Januária, Adriana, Bernardino, Claudino, Pedro, Florêncio, Justino, Valeriana, Antônia, Josefa, Joaquim, Albino, Quitéria, Jerônimo, Bernarda, Maria e sua criança recém-nascida de nome Jacintha. Tais escravos haviam sido herdados de seu primo, o reverendo Pedro Soares Pereira, que os deixara com a condição de serem libertos após a morte de Jacintha Soares Pereira. Entretanto, Jacintha Soares resolvera libertá-los ainda durante a sua vida, agindo assim, conforme suas palavras, de “modo próprio sem mínimo constrangimento de pessoa alguma favorecer durante a minha vida, pelos anos que lhes tenho em razão de criação, desde já lhes confio plena e irrevogável liberdade para dela gozarem como se livres nasceram de ventre materno”.³¹⁰ Além disso, Jacintha lhes concedeu a propriedade de toda a terra de cultura da Fazenda Bemposta, valendo-se “da proteção das leis civis e penais a favor da validade de tão importante garantia”. Comprometeu-se ainda “nunca os reclamar para si ou para seus herdeiros. Em troca da liberdade requeria que os mesmos a mantivesse com os “víveres precisos para a vida”.³¹¹ A fazenda Bemposta foi registrada em 1855 como “propriedade em comum” pelos libertos (antigos escravos do

³⁰⁸ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1856. Cadastro 1598-483, Teodoro Rodrigues dos Santos.

³⁰⁹ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1376-198, Claudino dos Santos Coimbra e seus irmãos, tios e sobrinhos.

³¹⁰ FMN. Inventário de José Antônio Pereira Guedes, maço 47, 1848, folha 47.

³¹¹ Idem, p, 47 e verso.

padre Pedro Soares e Jacintha Soares) e contava com a extensão de uma légua e meia de fundos.³¹²

A fazenda da Bemposta já apresentava um histórico de usufruto dos escravos que lá habitavam, antes mesmo da morte de Jacintha Soares Pereira. Fruto da sociedade entre Mariana Pereira da Silva e seu cunhado, o capitão José Soares Pereira, a fazenda Bemposta foi transferida para o padre Pedro Soares como forma de pagamento pelos cuidados prestados a sua mãe, Mariana, em tempos da enfermidade.³¹³ O padre Pedro Soares relatou que, com a morte de sua mãe, os escravos queriam deixar a sua companhia, fato que o fez dar licença aos escravos para cultivarem a terra, mantendo, porém, o direito para si da propriedade da terra e dos tais escravos. Entretanto, em 1874, contrariando o testamento de Jacintha Soares Pereira, que determinava que nenhum dos seus descendentes deveria requerer a propriedade da terra herdada pelos libertos, os seus sobrinhos, filhos de José Antônio Pereira Guedes, solicitaram a partilha da fazenda Bemposta e a propriedade das partes que lhes cabiam. O requerimento era decorrente do fato de José Antônio Pereira Guedes, pai dos requerentes, não ter deixado terras entre seus bens, apenas benfeitorias compostas por uma morada de casas cobertas de telha, um moinho novo, gangorra, rego de água em terras denominadas Canto Alegre, de propriedade de José Ferreira Coelho, parente da esposa de José Antônio Pereira Guedes. Os herdeiros de Antônio Pereira Guedes herdaram gado, cavalos e escravos, mas não herdaram a propriedade da terra. Por serem sobrinhos de Jacintha Soares Pereira e parentes sanguíneos do padre Pedro Soares, esses herdeiros reclamaram a partilha da fazenda Bemposta, dada como herança aos libertos.³¹⁴ Excepcionalmente, não foi possível mapear o findar da querela da partilha da fazenda Bemposta, mas este caso é um significativo exemplo de uma das maneiras de acesso a terra, por parte dos libertos, na freguesia de São Pedro do Fanado.

2.5 Concentração fundiária em São Pedro do Fanado

A terra em São Pedro do Fanado estava distribuída de forma desigual, fruto de um mercado de terra associado a estratégias familiares e complementado com a posse,

³¹² APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1855. Cadastro 1302-72.

³¹³ FMN. Testamento do padre Pedro Soares Pereira, 1828. In: inventário do José Antônio Pereira Guedes, maço 47.

³¹⁴ FMN. Inventário *post-mortem* de José Antônio Pereira Guedes, maço 47, 1848.

especialmente na região do Mucuri, que contribuía para que largas áreas do solo ocupado ficassem concentradas em poucas mãos. Por meio das informações obtidas nos RPTs, chegou-se a uma área aproximada de 1.058.597,50 ha, distribuída em propriedades de pequeno e grande portes.³¹⁵ As pequenas propriedades estavam localizadas nas proximidades da cidade de Minas Novas e as maiores encontravam-se nas proximidades do rio Mucuri, região de exploração intensificada, após 1847, com a atuação da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri.

A estrutura fundiária de São Pedro do Fanado de Minas Novas pode ser mais bem visualizada no Quadro 6, apresentado a seguir.

Quadro 6: Distribuição das propriedades declaradas em áreas (ha)

Área (ha)	Número de propriedades	Área total declarada (ha)
Até 50	101	2.180,50
51 a 100	40	2.904,52
101 a 150	16	2.159,85
151 a 200	2	363,00
201 a 250	8	1.823,30
251 a 300	52	14.247,75
301 a 350	2	679,90
351 a 400	—	—
401 a 450	2	816,75
451 a 500	3	1.449,11
501 a 550	17	9.256,50
551 a 800	—	—
801 a 850	8	6.534,00
851 a 900	10	8.552,99
901 a 950	—	—
951 a 1.000	4	3.872,00
1.001 a 1.050	—	—
1.051 a 1.100	33	35.937,00
1.101 a 1.450	—	—
1.451 a 1.500	1	1.452

Continua...

³¹⁵ Da amostra inicial desta pesquisa, de 821 registros de terra, apenas 398 possibilitaram dados para o cálculo da superfície ocupada pelas terras da freguesia. Foram utilizados critérios pouco rígidos no cálculo da área, pois, para aqueles registros que apresentaram apenas a testada da propriedade, foi considerada a mesma medida para o fundo, a fim de não se perder um considerável número de registros e eliminar informações importantes na análise da constituição da concentração fundiária. Para a exaustiva elaboração desse cálculo, foram convertidas as diversas unidades de medida descritas nos registros em alqueire e posteriormente em hectare. Utilizou-se o alqueire mineiro (1 alqueire = 4,84). Para isso, foram consultados documentos sobre unidades de medidas agrárias e a bibliografia especializada, a saber: CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo, editora brasiliense, 1987; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006; LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996; LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola - Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014; PEDROZA, 2008; PIMENTEL, Manoel. *A arte de navegar*. Lisboa, 1748.

Quadro 6: Cont.

Área (ha)	Número de propriedades	Área total declarada (ha)
1.501 a 1.600	—	—
1.601 a 1.650	9	14.701,50
1.651 a 1.900	—	—
1901 a 1950	5	9.622,11
1.951 a 2.150	—	—
2.151 a 2.200	12	21.780,00
2.201 a 2.450	—	—
2.451 a 2.500	8	19.601,50
2.501 a 2950	—	—
2951 a 3.000	1	2.994,75
3.001 a 3.250	—	—
3.251 a 3.300	1	3.267,00
3.301 a 3.400	—	—
3.401 a 3.450	12	41.054,33
3.451 a 4.350	—	—
4.351 a 4.400	27	117.612,00
4.401 a 4.850	—	—
4.851 a 4.900	1	4.900,50
4.901 a 5.400	—	—
5.401 a 5.450	2	10.890,00
5.451 a 6.500	—	—
6.501 a 6.550	2	13.068,00
6.551 a 7.600	—	—
7651 a 7.700	4	30.790,75
7.771 a 8700	—	—
8.701 a 8.750	1	8.712,00
8.751 a 9.800	—	—
9.801 a 9.850	1	9.801,00
9.851 a 13.650	—	—
13.651 a 13.700	2	27.369,56
13.701 a 17.400	—	—
17.401 a 17.450	4	69.696,00
17.451 a 21.350	—	—
21.351 a 21.400	1	21.382,47
21.401 a 25.100	—	—
26.101 a 26.150	1	26.136,00
26.151 a 30.750	—	—
30.751 a 30.800	1	30.790,75
30.801 a 39.200	—	—
39.201 a 39.250	1	39.204,00
39.251 a 46.000	—	—
46.001 a 46.050	1	46.010,25
46.051 a 65.300	—	—
65.301 a 65.350	1	65.340,00
65.351 a 69.650	—	—
69.651 a 69.700	1	69.696,00
69.701 a 85.500	—	—
85.501 a 85.550	1	85.529,86
85.551 a 88.200	—	—
88.201 a 88.250	2	176.418,00
Total	401	1.058.597,5

Fonte: APM. Repartição especial de terras públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1.

Pela análise dos dados do Quadro 6, pode-se observar que, em meados do século XIX, a distribuição da terra apresentava elevado nível de desigualdade. Enquanto 243 propriedades com área de até 550 ha ocupavam 3,38% da área total, outras 68 propriedades, com área entre 2.501 a 88.250 ha, ocupavam 85% do total da área apurada nesta pesquisa. A expressiva superfície ocupada pelas grandes propriedades causara estranheza a Saint-Hilaire, o que o levou a registrar da seguinte maneira:

[...] entre Alto dos Bois e Vila do Fanado, passei pelas terras de uma fazenda que tem doze léguas de extensão; a de José Caetano de Melo tem vinte de circunferência e, em geral, domínios de tal vastidão não são raros nesse país. Mais uma vez o primeiro a fundar algum estabelecimento, disseram-me, subiu a uma colina e exclamou: “toda a terra que avisto daqui me pertence”; e essas propriedades gigantescas ficaram, de certo modo, consagradas pelo tempo, e o consentimento tácito dos vizinhos.³¹⁶

Neste estudo, não foram encontradas propriedades com a extensão apontada por Saint-Hilaire, mas isso não quer dizer que não existissem, sobretudo, pelo fato de que a ideia de propriedade, no contexto em análise, assemelha-se à de domínio senhorial. Ou seja, o domínio de um grande proprietário se estendia sobre outras pequenas propriedades. A maior propriedade encontrada nos dados desta pesquisa foi declarada por Jacinta Sanches Brandão, que a herdou do seu finado marido, o alferes Dervando Germano Sanches Brandão.³¹⁷ Com uma extensão de cinco léguas em círculo, denominada “Ribeirão dos Santos”, sua fazenda estava localizada às margens do Ribeirão Capivari, que, como mostrado no Quadro 3, era uma das zonas de ocupação preferencial, com intenso mercado de terras. Foram obtidas poucas informações a respeito de Jacinta Sanches Brandão, apenas o fato de que ela possuía cinquenta e um escravos que foram alforriados após a sua morte.³¹⁸

Os RPTs revelam que havia em São Pedro do Fanado grande número de pequenos proprietários que disputavam espaço com as grandes propriedades, assentadas na agricultura, na pecuária, na produção de cachaça, farinha de milho, farinha de mandioca e produção de um dos melhores queijos produzidos na província de Minas Gerais. O queijo de melhor qualidade produzido em São Pedro do Fanado de Minas Novas era fabricado em Alto dos Bois, região de clima propício à criação do gado

³¹⁶ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 220.

³¹⁷ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1855. Cadastro 1262-06, Jacinta Sanches Brandão.

³¹⁸ FMN. Petição do curador geral dos órfãos, José Agostinho de Melo Peregrino e Silva. Minas Novas, de 5 de janeiro de 1869.

vacum e produção de leite, atributo que justifica a denominação do lugar. Assim, Saint-Hilaire analisou a relação entre a qualidade do queijo com o clima de Alto dos Bois:

[...] enquanto que nas florestas que se estendem de Rio de Janeiro a Barbacena, e até nos campos artificiais de Catas Altas, Vila do Príncipe, etc., não se obtêm das vacas senão um leite quase insípido, o de Alto dos Bois poderia rivalizar com o melhor da Europa, e os queijos desse lugar são igualmente de gosto muito agradável. Sente-se que as ervas aquosas da floresta não podem tornar o leite tão cremoso como as plantas aromáticas e as gramíneas de consistência seca que cobrem as colinas de Minas Novas, e, em particular, Alto dos Bois.³¹⁹

A criação de gado nessas paragens, de acordo com o autor, era propiciada pelo fácil acesso a terra, uma vez que “com capitais bem pouco consideráveis, pode-se ficar [...] proprietário de um território imenso, e, sem dúvida, se reservaria para a posteridade o mais rico dos estabelecimentos”.³²⁰ Considerando o baixo nível de desenvolvimento das técnicas agrícolas, o plantio necessitava de áreas que funcionassem como reservas técnicas, a fim de proporcionar o deslocamento da plantação para novas áreas, quando o solo cultivado perdesse a fertilidade,³²¹ algo que era essencial, sobretudo, para a produção do algodão. Os naturalistas Spix e Martius apontaram que, nas regiões mais baixas de Minas Novas, normalmente, o solo era abandonado com um ano de plantio do algodão. Já nas partes mais altas o abandono ocorria entre dois e três anos. O esgotamento da fertilidade da terra e a existência de matas virgens tornava preferível a mudança contínua de terreno ao trabalho de recuperação do algodão com mais de três anos de vida.³²² A ausência de irrigação e de adubos requeria que os produtores de algodão utilizassem largas extensões de terra para conseguirem uma produção considerável. Aproximadamente três a quatro léguas eram utilizadas por um fazendeiro para produção do algodão.

Verifica-se, portanto, que a agricultura ao lado da pecuária extensiva justifica a concentração fundiária em São Pedro do Fanado de Minas Novas. A necessidade de terras virgens para produção agrícola ou cultivo de pastos para alimento do gado, conjugado com a necessidade de abertura de vias de comunicação com o litoral, impulsionava a exploração das terras de domínio indígena e transformava a posse na

³¹⁹ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 218.

³²⁰ Idem, p. 218.

³²¹ GORENDER, 2016, p. 399.

³²² SPIX e MARTIUS 1968, p. 61.

principal forma de acesso ao solo pela elite agrária de São Pedro do Fanado de Minas Novas, conforme análise apresentada no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 3: ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONCENTRAÇÃO DE TERRAS EM SÃO PEDRO DO FANADO DE MINAS NOVAS

A intensificação da expansão da fronteira agrícola, na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, em sua parte leste, na segunda metade do século XIX, foi um processo protagonizado especialmente pela elite de Minas Novas. A busca por rotas de transporte alternativo que dessem acesso dos produtores de Minas Novas ao mercado interprovincial, juntamente com a necessidade de terras férteis e água para abastecimento das fazendas, impulsionou os fazendeiros de São Pedro do Fanado de Minas Novas em direção às terras banhadas pelo rio Mucuri. No mapa mostrado a seguir (Figura 6), pode-se visualizar a localização da cidade de Minas Nova, sede do termo de Minas Novas, e os rios Jequitinhonha, utilizado como rota comercial desde o século XVIII, e Mucuri, objeto de exploração econômica e fluvial no século XIX.

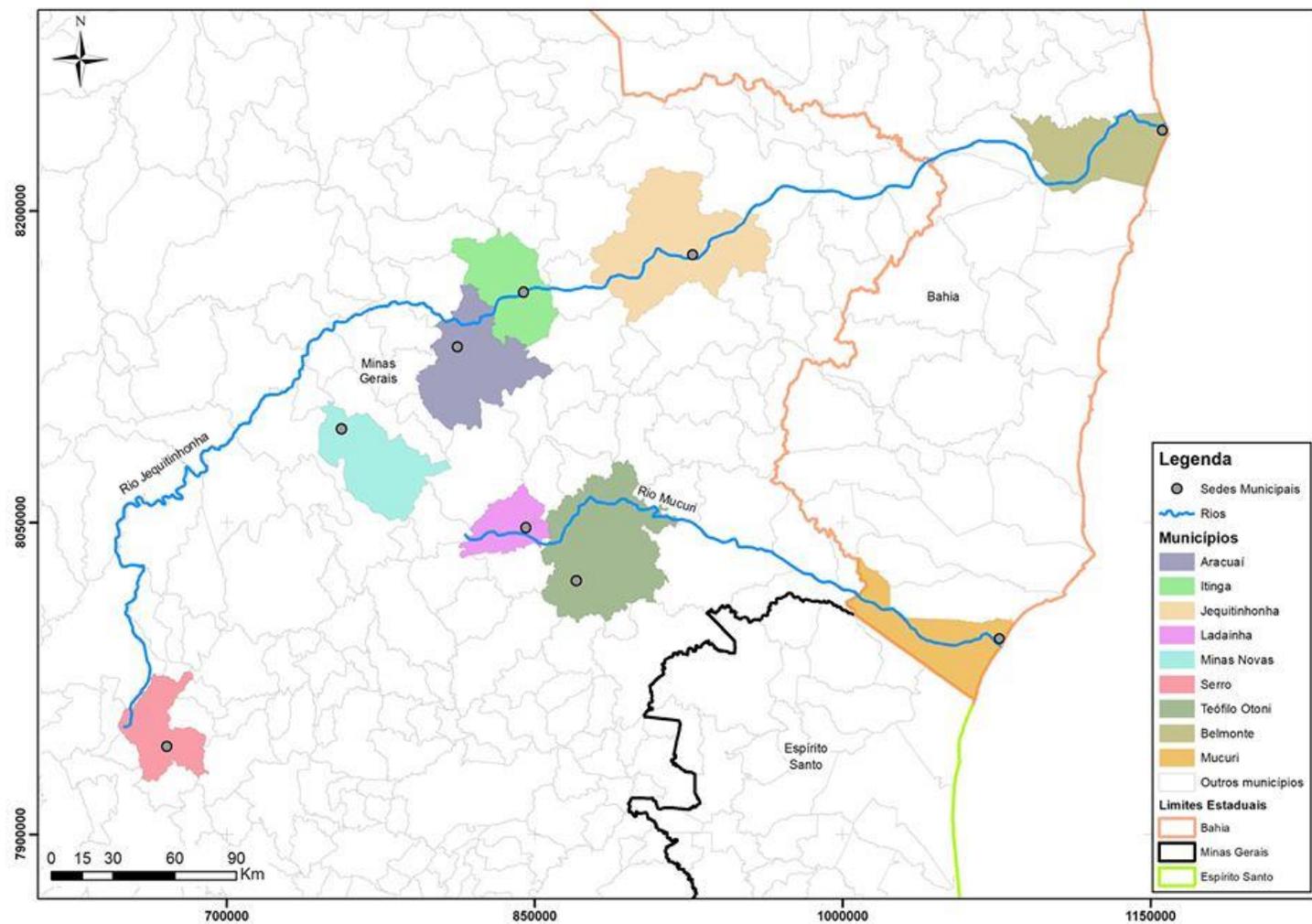


Figura 6: Localização da sede do termo de Minas Novas e dos rios Jequitinhonha e Mucuri.

O movimento de apropriação de terras por meio da posse está intimamente relacionado com a implementação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri que começou a atuar na região em 1847, o que torna essencial a análise da referida Companhia para melhor discutir a ação dos fazendeiros de Minas Novas na expansão da fronteira agrícola da freguesia.

A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri foi criada, em 1847, por Teófilo Benedito Ottoni e seu irmão Honório Ottoni. Idealizada dentro de um contexto político em que se buscava criar um caminho alternativo que ligasse as comarcas do norte e nordeste de Minas Gerais ao litoral, a Companhia do Mucuri tinha como “meta a construção de uma via que transporia a selva tropical atlântica para conectar as cidades, vilas e arraiais do norte e nordeste de Minas Gerais à praça comercial do Rio de Janeiro”.³²³

Para isso, os irmãos Ottoni, conforme análise de Weder Silva, visavam construir estradas carroçáveis, ligando o vale do Mucuri às cidades de Minas Novas, Serro e Diamantina; criar uma via fluvial no rio Mucuri, o que permitiria a comunicação entre as comarcas do Jequitinhonha e Serro Frio ao litoral da Bahia e do Espírito Santo; navegação de cabotagem entre Bahia e Rio de Janeiro; criação de um porto fluvial em Santa Clara, no território mineiro, e um porto no litoral da Bahia. Ao lado dessas atividades de transporte, os irmãos Ottoni ambicionavam também o povoamento do Mucuri, através do assentamento de colonos que a Companhia faria em suas terras, ao longo das vias de comunicação entre Minas Gerais e o litoral.³²⁴ Para funcionamento da Companhia do Mucuri, Teófilo Ottoni fundou Filadélfia, destinada a ser o centro administrativo da empresa, situada nas proximidades do rio Todos os Santos, conforme mostrada na carta topográfica (Figura 7) a seguir.

³²³ SILVA, WEDER Pereira. *Colonização, política e negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009, p. 30.

³²⁴ SILVA, WEDER, 2009, p. 31.



Fonte: APM. SP 087. Carta topográfica de Filadélfia – Colônia do Mucuri – copiada por Gabriel Hort, 10 de junho de 1886.

Figura 7: Carta topográfica de Filadélfia.

As comarcas que se pretendia beneficiar com os empreendimentos da Companhia do Mucuri abrangiam as cidades de Diamantina, Serro, Minas Novas e as vilas de Conceição, Santo Antônio do Grão Mongol e rio Pardo. Segundo as palavras do próprio Teófilo Ottoni, os empreendimentos da Companhia do Mucuri iriam fomentar o comércio e a agricultura de exportação das comarcas do norte e nordeste de Minas, com grandes vantagens, especialmente para o termo de Minas Novas,³²⁵ o que conseqüentemente atingiria os demais municípios do norte e nordeste, posto que Minas Novas encontrava-se no centro das comarcas do Jequitinhonha e Serro Frio.³²⁶ Por ocasião da divulgação da Companhia do Mucuri, através da publicação do panfleto “Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do rio Mucuri”, em 1847, Teófilo Ottoni assim se expressou sobre o crescimento econômico do termo de Minas Novas com a ação da Companhia do Mucuri:

[...] se a fertilidade das terras e as tão preconizadas riquezas da Serra das Americanas atraírem, como é mais que provável, a colonização para aqueles pontos, é evidente que o termo de Minas Novas, hoje tão abatido, tendo fáceis meios de transportar os seus algodões e outros muitos gêneros que produz em tão grande abundância, virá brevemente a ser um dos mais florescentes municípios da província.³²⁷

Teófilo Ottoni entendia que a rapidez do transporte fomentaria o comércio de Minas Novas. Enquanto pela estrada de Ouro Preto ao Paraibuna, trajeto pelo qual se fazia a exportação dos produtos de Minas Novas para o Rio de Janeiro, gastavam-se cerca de 80 dias, com a navegação do Mucuri, segundo as estimativas de Teófilo Ottoni, esse tempo seria reduzido a 24 dias.³²⁸ As vantagens seriam ampliadas com o baixo custo do transporte. Ottoni argumentava que o preço que se pagava pelo transporte de uma arroba, de Minas Novas ao Rio de Janeiro, passando pela estrada do Paraibuna, era de 4\$000 (Quatro mil réis). Pela navegação do Mucuri e suas estradas, esse preço seria reduzido a 1\$600 (mil e seiscentos réis).³²⁹

Para levar avante tais atividades, os irmãos Ottoni, seguindo a legislação da época, conquistaram a aprovação de leis por parte da Assembleia Provincial, da Câmara

³²⁵ OTTONI, Teófilo Benedito. Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, 1847, p. 5. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri* a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo público Mineiro, 2007.

³²⁶ OTTONI, 2007, p. 14.

³²⁷ Idem, p. 09.

³²⁸ OTTONI, 2007, p. 15.

³²⁹ OTTONI, 2007, 14-15.

dos Deputados e do Senado, para a incorporação da Companhia do Mucuri.³³⁰ Por parte do governo imperial, a Companhia do Mucuri obteve a exclusividade da navegação a vapor entre o porto de São José de Porto Alegre (Bahia), Rio de Janeiro e a Bahia; exclusividade de navegação do rio Mucuri, com exceção para as canoas de pescaria ou para aquelas movidas a um só pau e que transportassem produtos do próprio dono; direito de marcar fretes do Rio de Janeiro para qualquer ponto do município de Minas Novas, desde que não se excedesse a metade dos preços dos transportes da época, ou seja, cerca de dois mil réis; com direito de ao fim de quarenta anos receber do governo o valor do investimento, feito pela Companhia, em armazéns, canais, comportas, diques, ou, caso o governo não fizesse a restituição, a Companhia teria seus privilégios prorrogados por mais quarenta anos. Além disso, o governo imperial cedeu à Companhia do Mucuri dez léguas quadradas de terras, consideradas devolutas, na parte mineira do Mucuri, com a finalidade de, no prazo de dez anos, cada légua quadrada ser cultivada e povoada por, no mínimo, sessenta casais de colonos.³³¹

Por parte do governo provincial de Minas Gerais, a Companhia do Mucuri recebeu isenção de impostos de importação e exportação sobre as mercadorias transportadas pelo Mucuri; exclusivo para a abertura de estradas às margens do Mucuri até Minas Novas, e de Minas Novas ao Serro e Diamantina; garantia da presença de 30 soldados às margens do Mucuri para manutenção da segurança dos empreendimentos feitos pela Companhia e compra de um quarto das apólices da empresa, disponibilizadas ao mercado.³³²

Além das vantagens para o comércio, apontadas acima, Teófilo Ottoni preconizava ainda realizar a colonização dos indígenas, elemento de grande interesse dos fazendeiros que visavam ampliar seus potentados agrários para o Mucuri. Uma das primeiras iniciativas de Teófilo Ottoni, nesse sentido, foi solicitar apoio a seu primo

³³⁰ SILVA, WEDER, 2009, p. 63.

³³¹ OTTONI, Teófilo Benedito. Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, 1847; Documento 8: Condições para incorporação de uma companhia nacional de navegação e comércio, que terá por objeto franquear a navegação do Rio Mucuri, desde a sua foz na província da Bahia até o ponto em que for ou puder tornar-se praticável a navegação do mesmo rio, p. 42-45. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo público Mineiro, 2007, p. 15-6

³³² OTTONI, Teófilo Benedito. Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, 1847, p. 16; Documento 9: Termo de Contrato para a organização de uma companhia de navegação e comércio sobre o rio Mucuri celebrado entre a Companhia do Mucuri e o governo da província de Minas Gerais, p. 48. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo público Mineiro, 2007.

Honório Esteves Ottoni, natural de Minas Novas, vereador pela Câmara de Minas Novas entre os anos de 1837 a 1840 e diretor dos índios do Mucuri em 1847. Além do apoio de seus familiares minas-novenses, Teófilo Ottoni recebeu apoio da elite local, representada pelos políticos Antônio Joaquim César, Silvério José da Costa e Francisco Fulgêncio Alves Pereira,³³³ conforme assinalado no quadro abaixo, em que se pode visualizar os vereadores que compuseram a câmara dos vereadores de Minas Novas entre os anos 1837 a 1856.

Quadro 7: Vereadores de Minas Novas no período de 1837 a 1856

1837-1840	1841-1844	1845-1848	1849-1852 ³³⁴	1853-1856
Sargento Mor Silvério José da Costa	Teotônio Pereira de Magalhães e Castro	Vigário José Pacífico Peregrino e Silva	Padre José Pacífico Peregrino e Silva	Plácido José da Costa
Padre João Gonçalves Mendes	Francisco Fulgêncio Alves Pereira	Coronel Antônio Joaquim Cesar	Antônio Ernesto da Costa	Coronel José Bento Nogueira
Padre José Cristianissimo Costa	Coronel Tristão Vieira Ottoni	Padre João Gonçalves Mendes	–	João Batista Cardoso Rocha
Coronel Pereira de Carvalho	Padre José Pacífico Peregrino e Silva	Teotônio Pereira de Magalhães e Castro	–	Herculano Cesar de Miranda Ribeiro
Tenente Coronel João Alves de Araújo	Camilo Tristão dos Santos	Padre José Tiago de Siqueira	–	José Antônio Costa
Tenente Tristão Adrião Ferreira dos Santos	Ignácio Carlos Moreira Murta	Silvério José da Costa	–	Capitão João Pinheiro Torres
Honório Esteves Ottoni	Nuno Teixeira Lages	Tristão Vieira Ottoni	–	Antônio Xavier de Miranda Barboza
	Padre João Gonçalves Mendes	Nuno Teixeira Lages	–	Candido José Rivelino do Amaral
	Joaquim Antônio Cesar de Aguiar	Quartel Mestre Antônio José Coelho	–	José Marques das Neves

Fonte: Organizado pela pesquisadora. Dados do Arquivo Público Mineiro. PP1-33, caixa 132, documento n 62, PP1-33, caixa 136, documento n. 02; PP1-33 caixa 138, documento n. 46; PP1-33, caixa 142, documento n. 19; Despacho da Câmara de Minas Novas, 22 de fevereiro de 1849. IN: FORUM DE MINAS NOVAS, Inventário de Antônio José da Costa iniciado em 1842 e não finalizado.

³³³ OTTONI, 2007, p. 8.

³³⁴ Para a legislatura dos anos de 1849 a 1852 localizou-se apenas o nome do presidente da Câmara, o Padre José Pacífico Peregrino e Silva e o do vice-presidente, vereador Antônio Ernesto da Costa. Estas informações foram retiradas do despacho expedido pela Câmara de Minas Novas ao requerimento de Silvério José da Costa, datados respectivamente de 22 de fevereiro de 1849, os quais constam no inventário de Antônio José da Costa, iniciado em 1842 e não finalizado.

Francisco Fulgêncio Alves Pereira já havia ocupado vários cargos públicos no nordeste de Minas, o que o tornava um homem conhecido e com contatos em toda a região, facilitando a comunicação entre Teófilo Ottoni e os demais chefes locais. Em 1838, ele foi eleito para o cargo de promotor público da Comarca do Jequitinhonha e, por ocasião da dita eleição, a Câmara dos vereadores de Minas Novas o descreveu como “cidadão constantemente ativo na vida pública regional”, por já ter ocupado o cargo de promotor público no Serro, de escrivão de órfãos em Minas Novas e “dotado de inteireza e probidade”, o que o capacitara para exercer o cargo de vereador em Minas Novas, entre os anos de 1840 a 1844.³³⁵

Deve-se considerar que esses cidadãos eram proprietários de terras e tinham grande interesse na colonização do Vale do Mucuri para exploração agrícola e pecuária de suas propriedades. Alguns deles, conforme descrito no capítulo seguinte, antes mesmo de 1847, já possuíam fazendas nas proximidades das matas circundantes do rio Mucuri, e constantemente entravam em conflito com os nativos. Silvério José da Costa, por exemplo, além do interesse nas rotas comerciais a serem construídas no Mucuri, que beneficiariam o escoamento da sua produção de algodão, situada no Alto dos Bois, ambicionava a colonização dos indígenas, o que possibilitaria usufruto daquelas terras.

Contando com esse interesse dos fazendeiros locais pelo transporte e pela exploração das terras do Mucuri, Teófilo Ottoni embrenhou-se em 1847 e em 1852 pelo interior do Mucuri, sempre auxiliado pelos fazendeiros de Minas Novas. Em 1847, Teófilo Ottoni dividiu sua expedição em dois grupos. De Minas Novas, conforme a descrição de Teófilo Ottoni, saiu um grupo “composto de gente da melhor de Minas Novas”, liderado por Feliciano Lopes da Silva, a quem Ottoni identificou como “rico proprietário e seu amigo”.³³⁶ O intuito dos expedicionários de Minas Novas era encontrar com Teófilo Ottoni que adentrara o Mucuri pelo litoral baiano. Em 1852, outra expedição foi organizada. Do Alto dos Bois, saiu um grupo de pessoas, entre as quais estavam seu primo Manoel Esteves Ottoni, seu irmão Augusto Benedito Ottoni, Casimiro Gomes Leal, Silvério José da Costa e filhos. O objetivo desse grupo era percorrer o rio Todos os Santos e encontrar com Teófilo Ottoni que saíra de Santa Clara,

³³⁵ APM. SP, PP1-33, caixa 134, documento n. 58 de 29 de março de 1838; SP, PP1-33, caixa 136, documento n. 02 de 02 de janeiro de 1841.

³³⁶ OTTONI, Teófilo Bendito. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Ottoni ao Sr. Joaquim Manuel de Macedo, p. 51. In: DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

acompanhado de seu cunhado Joaquim José de Araújo Maia.³³⁷ Nessa expedição, ao mesmo tempo em que abriam picadas na floresta, construindo vias de acesso ao Mucuri, os expedicionários tentavam estabelecer relações amigáveis com os nativos. Ottoni descreveu deste modo um desses encontros:

[...] um grupo de trabalhadores administrados pelo Sr. José Silvério da Costa, pressentiu os selvagens ao passar pelo Urucu; chamou-os, seguiu-os, ofereceu-lhes presentes, mas obstinadamente recusaram parlamentar, e como se teimasse em chegar à fala, internaram-se pelo mato protestando em tom ameaçador, que não queriam falar com portugueses. Deixou-se lhes porém o tributo do machado, e de farinha que os sujeitos à sorrelfa carregaram.³³⁸

Essa parceria entre os fazendeiros de Minas Novas e os Ottoni foi benéfica, não apenas para a Companhia do Mucuri, por ser localmente bem aceita pela comunidade de Minas Novas e por contar com o auxílio nos empreendimentos no Mucuri, mas também por colocar os primeiros em situação privilegiada na apropriação e exploração das terras do Mucuri. Muitos fazendeiros tornaram-se prestadores de serviço à Companhia, atuando no transporte e na construção de estradas, ao mesmo tempo em que se apropriavam de largas extensões de terra. José de Araújo Maia – cunhado de Teófilo Ottoni, por exemplo, atuou na construção da estrada de Santa Clara à Filadélfia, empregando o serviço de cerca de 140 homens à Companhia do Mucuri³³⁹. Em dezembro de 1854, Maia retirou seus homens do serviço da Companhia do Mucuri e achou mais lucrativo empregá-los na construção de uma fazenda, que ele denominou de Monte Cristo, em homenagem ao romancista francês Alexandre Dumas³⁴⁰. A fazenda Monte Cristo localizava-se no Ribeirão Poton e limitava-se com as terras de Augusto Benedito Ottoni, Manoel Esteves Ottoni, Leonardo Esteves Ottoni, com os índios Poton e com as águas do rio São Mateus, no Espírito Santo. De acordo com o mapa de autoria do engenheiro e agrimensor do município de Minas Novas Charles Pelatan, a fazenda Monte Cristo possuía 27.278,7 braças de perímetro e 16.174.282 braças quadradas de superfície³⁴¹. Auxiliado pela mão de obra de cerca de 100 africanos escravizados e de

³³⁷ OTTONI, 2002, p. 59.

³³⁸ Idem, p. 61.

³³⁹ Relatório do Diretor da Companhia do Mucuri, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1855, p. 2; e Relatório de José Carlos de Carvalho enviado a Teófilo Benedito Ottoni em dezembro de 1854, p. 2. In: VASCONCELLOS, 1855.

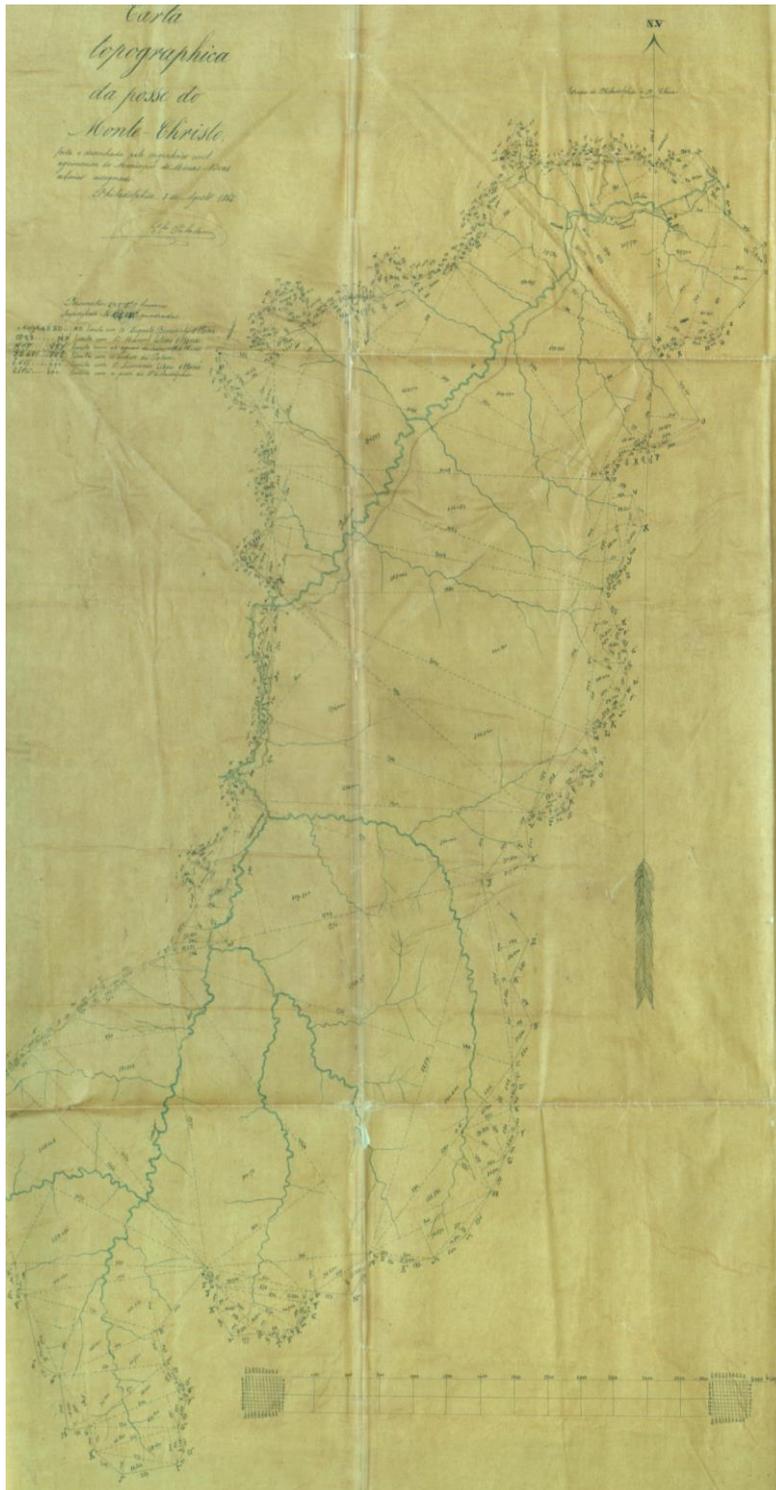
³⁴⁰ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagens através da América do Sul*. v. 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006, p. 280.

³⁴¹ APM. SP 003. Carta topográfica da posse Monte Cristo, desenhada por Charles Pelatan, engenheiro civil e agrimensor do município de Minas Novas, 08 de agosto de 1862.

indígenas – que recebiam ferramentas como moeda³⁴² pelo trabalho desempenhado –, Maia dedicava-se ao cultivo da cana de açúcar – produzindo açúcar e aguardente –, e ao plantio de café. Quando Tschudi visitou a fazenda Monte Cristo, em 1858, relatou que havia ali cerca de meio milhão de mudas de café.³⁴³ A fazenda Monte Cristo era cortada pela estrada que ligava Santa Clara a Filadélfia, conforme se pode observar na carta topográfica da posse Monte Cristo (Figura 8).

³⁴² TSCHUDI, 2006, p. 280.

³⁴³ Idem, p. 280.



Fonte: APM. SP 003. Carta topográfica da posse Monte Cristo, desenhada por Charles Pelatan, engenheiro civil e agrimensor do município de Minas Novas, 08 de agosto de 1862.

Figura 8: Carta topográfica da posse Monte Cristo.

Além de café, milho, mandioca e feijão, os fazendeiros buscavam as terras do Mucuri para o plantio do algodão. Antônio José Veloso Soares cultivava em suas terras café e algodão. Segundo Tschudi, a extensa plantação de algodão de Antônio Soares recompensava “em centenas de vezes seus trabalhos”.³⁴⁴ O sistema de cultivo do algodão em São Pedro do Fanado assemelhava-se ao plantio em outras regiões do Império como a província do Rio de Janeiro, o Maranhão e São Paulo, onde se praticava o cultivo itinerante. Segundo Jacob Gorender, no Maranhão, o algodoeiro produzia duas ou três safras em um terreno recém-explorado.³⁴⁵ Isso significa que, considerando-se a necessidade de uma reserva técnica, a extensão ocupada por um produtor ultrapassava a área efetivamente cultivada.

Em São Pedro do Fanado de Minas Novas, as maiores fazendas estavam concentradas na área de fronteira da freguesia, o que contribuiu para o elevado índice de concentração fundiária. Enquanto 221 proprietários exploravam 24.290,76 ha, o que representava 2,4% da área total ocupada pelos declarantes de terra, entre 1855 e 1857, outros 178 proprietários detinham 1.032.605,17 ha, o que demonstra a densa concentração fundiária.

A concentração fundiária, na província de Minas Gerais, no século XIX, não era algo específico de São Pedro do Fanado. Estudos sobre a estrutura agrária de diferentes freguesias da província de Minas Gerais demonstram essa mesma tendência. Keila Cecília Melo, em estudo sobre a Vila de São José, entre os anos de 1830 e 1856, concluiu que naquela região imperava a concentração fundiária, com 22,8% dos proprietários dominando 84% de todas as propriedades declaradas.³⁴⁶ Para a Vila de Piranga, na zona da mata mineira, Eliane Aparecida Duarte Batista também encontrou nos RPTs de 1855-1856 elevada taxa de concentração fundiária: sete proprietários detinham 9.800 alqueires, o que representava 62,43% do total de terras declaradas, tendo sido 15.696,25 alqueires analisados pela pesquisadora.³⁴⁷ Camila Pelinsari Silva também encontrou as mesmas características de concentração fundiária para Ponte

³⁴⁴ TSCHUDI, 2006, p. 231.

³⁴⁵ GORENDER, 2016, p. 401.

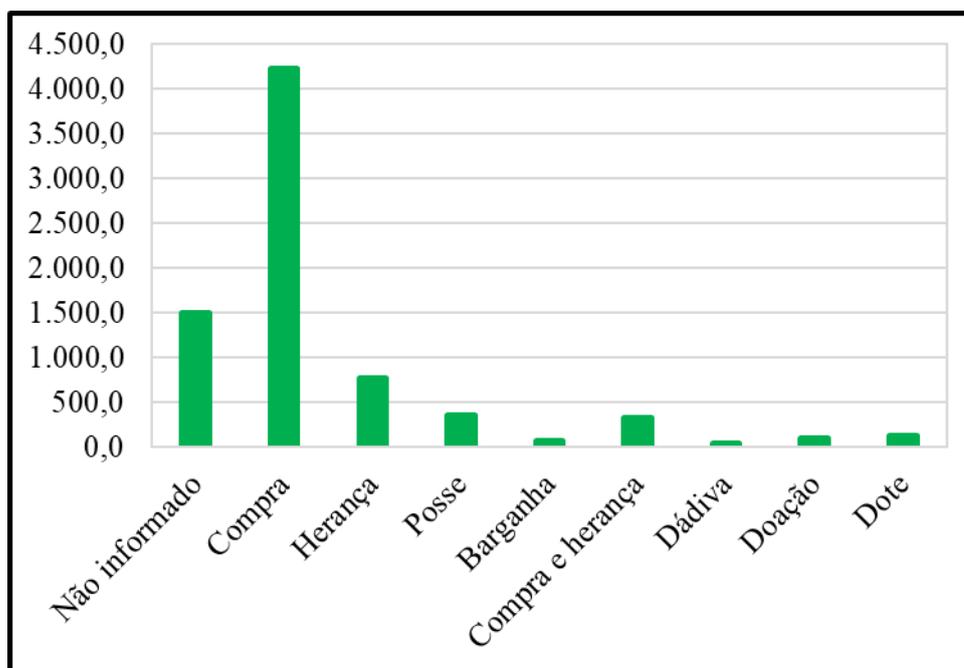
³⁴⁶ MELO, Keila Cecília. *Senhores e Possuidores: estrutura fundiária, unidades rurais pró-indiviso e o mercado de terras em Minas Gerais – São José das Mortes, c. 1830 a c. 1856*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rei. Programa de Pós-graduação em História, 2015, p. 58.

³⁴⁷ BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da terra: as proprietárias na Vila de Piranga*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em História, 2016, p. 51.

Nova, também na zona da mata mineira, com a coexistência de pequenas propriedades com a discrepância de áreas ocupadas por elas.³⁴⁸

Em São Pedro do Fanado, as propriedades com área até 200 ha eram resultantes de mecanismos simples de acesso a terra. Da área de 7.697,87,81 que se encontrava ocupada por tais propriedades, a maior parcela era formada por terras adquiridas pela compra, o que representou 56,13% do total dessas propriedades. A herança foi responsável pela origem da parcela de 772,83 ha, ou seja, 10, 25 e, curiosamente, a posse veio em terceiro lugar, sendo responsável por 358, 77 – 4,76% da área ocupada. Isso demonstra que a posse não era o mecanismo mais comum de aquisição da terra para os pequenos proprietários.

Pela Figura 9, pode-se observar as diferentes formas de aquisição das propriedades com área de até 200 ha em São Pedro do Fanado de Minas Novas:



Fonte: APM. Repartição especial de terras públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1>.

Figura 9: Forma de acesso x área das propriedades de até 200 ha.

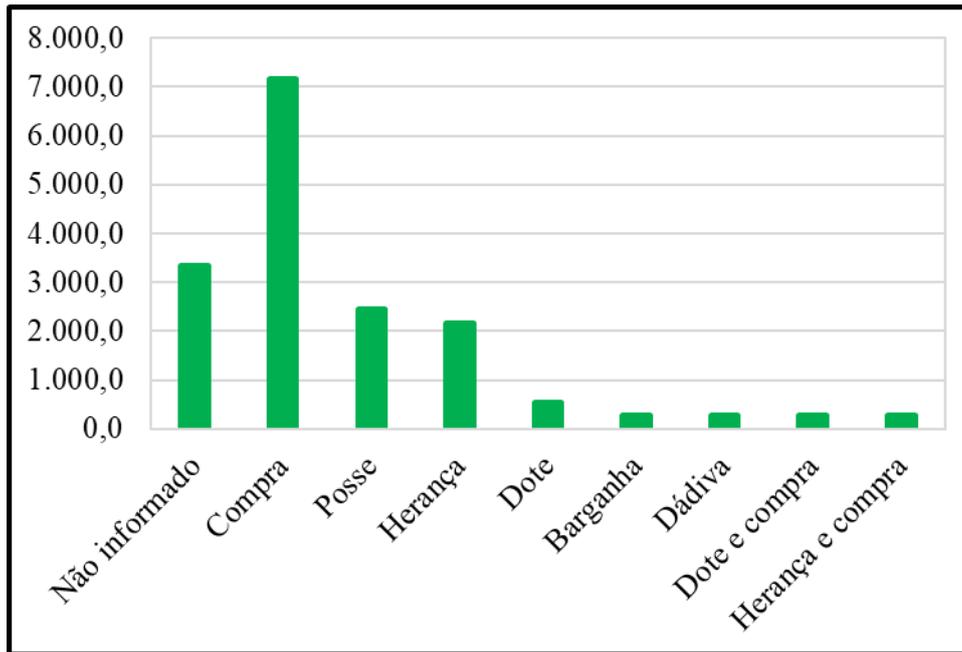
³⁴⁸ SILVA, Camila Pelinsari. *Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteira: Ponte Nova, 1855-1888*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em História, 2013, p. 52-53.

As categorias compostas, ou seja, a combinação de mais de uma categoria de acesso a terra, tiveram baixa participação na formação das pequenas propriedades. Apenas 4,38% da área declarada nos RPTs foi resultante da compra-herança, conforme mostrado na Figura 5. A compra aliada à herança foi, sobretudo, uma forma de recuperação da capacidade produtiva da propriedade herdada, conforme o caso de Joaquim de Araújo Antunes³⁴⁹ que herdou uma parte do sítio Lagoa e comprou as partes de seus irmãos, angariando, desse modo, uma propriedade de 68,6 ha. Houve, nesse caso, a participação do dote, da doação e da dádiva na forma de apropriação de 3,76% da área das pequenas propriedades.

Já para as propriedades com área entre 201 ha e 400 ha existe modificação nas formas de acesso a terra. Mesmo com o predomínio da compra, representando 42,74% da área ocupada por essas propriedades, a posse foi a segunda categoria mais usual na aquisição da terra desses proprietários. Isso significa dizer que 14,62% da área ocupada pelas propriedades com área entre 201ha e 400 ha foi originária da posse. O restante da área, correspondente a 42,64%, foi oriunda de herança, dádiva, barganha, dote e, em alguns casos, da combinação da compra com o dote, e da herança com a compra.

Na Figura 10, mostra-se a participação das diferentes formas de acesso a terra na constituição das propriedades com área entre 200 ha e 400 ha da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

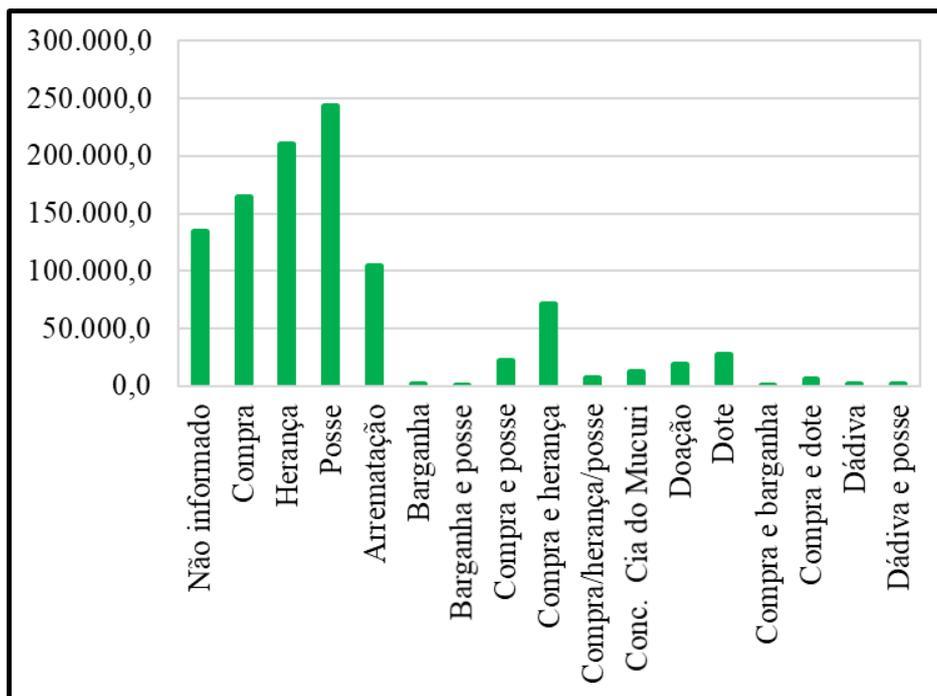
³⁴⁹APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro 1530-422, Joaquim José de Araújo Antunes.



Fonte: APM. Repartição especial de terras públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1>.

Figura 10: Forma de acesso x área das propriedades de terra entre 200 e 400 ha.

Diferentemente do que ocorreu com as pequenas e médias propriedades, a posse constituiu o elemento principal na forma de aquisição das grandes propriedades, conforme mostrado na Figura 11.



Fonte: APM. Repartição especial de terras públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1>.

Figura 11: Forma de acesso x área das propriedades de terra acima de 400 ha.

Evidencia-se que a grande propriedade fundiária da freguesia de São Pedro do Fanado foi ocasionada, fundamentalmente, a partir do patrimônio público, algo que, de acordo com Lígia Osório Silva, é uma das características da constituição da propriedade da terra no Brasil.³⁵⁰

Lígia Silva assevera que a disseminação da posse foi impulsionada, sobretudo, pelas alterações econômicas da colônia, pelo desenvolvimento da mineração da capitania de Minas Gerais, por exemplo, que impulsionou o crescimento populacional e a necessidade de ocupação e abertura de novas áreas que viessem a atender as necessidades de produção de alimento, e criação de animais para abastecimento dos núcleos mineradores.

Assim, a posse era o meio mais eficaz de aquisição da terra, visto que muitos homens temiam não conseguir “comprovar serem homens de posse”³⁵¹ e conquistar a

³⁵⁰ SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 13-14.

³⁵¹ SILVA, 1996, p. 60.

aprovação da solicitação de uma sesmaria. Acrescente-se a essa variável o fator de que a ocupação do interior “não contava com o beneplácito das autoridades coloniais, que mantiveram sempre a esperança de encontrar metais preciosos e não queriam perder o controle sobre as terras interioranas”.³⁵² Desse modo, a posse, inicialmente associada à pequena propriedade, criada pela necessidade, mudou-se, adquirindo as características latifundiárias da sesmaria.³⁵³ De 1822, período em que o regime de sesmarias foi abolido, até 1850, a posse reinou como única forma de aquisição e de domínio.³⁵⁴

Em São Pedro do Fanado, a posse de terras se estendeu pós 1850, o que demonstra que nessa localidade o Estado Imperial não foi capaz de estagnar particulares a se apropriarem das terras públicas. Nesse sentido, corrobora-se a afirmação de Secreto, quando a autora argumenta que o Estado teve oportunidade de comandar o avanço da fronteira com a lei de 1850. Ao congelar a posse, fecharia artificialmente a fronteira, “criando um mercado de terras onde estas seriam um bem limitado. Mas quem comandou esse avanço foram os particulares”,³⁵⁵ mostrando a incapacidade do Estado em centralizar a distribuição e organização da vida fundiária da nascente nação.

Em Minas Novas, a própria Repartição Geral de Terras reconheceu a incapacidade de o Estado fazer valer a prática da lei de 1850 naquelas paragens. Assim informava o relatório da Repartição de Terras divulgado em 1856:

[...] aproveitando a abertura da estrada do Mucuri, vão-se cada vez usurpando mais posses ao longo dela e pelo interior das matas, pelo que cumpre demarcar quanto antes o que pertence ao Estado para salvar-se alguma coisa.³⁵⁶

O predomínio das posses no Mucuri pode ser constatado nos RPTs de São Pedro do Fanado de Minas Novas, em que a maioria dos declarantes informaram ter se apropriado da terra pela posse, estando localizados às margens do Mucuri ou de seus afluentes. Pela Figura 12, pode-se visualizar a distribuição das posses na freguesia em estudo.

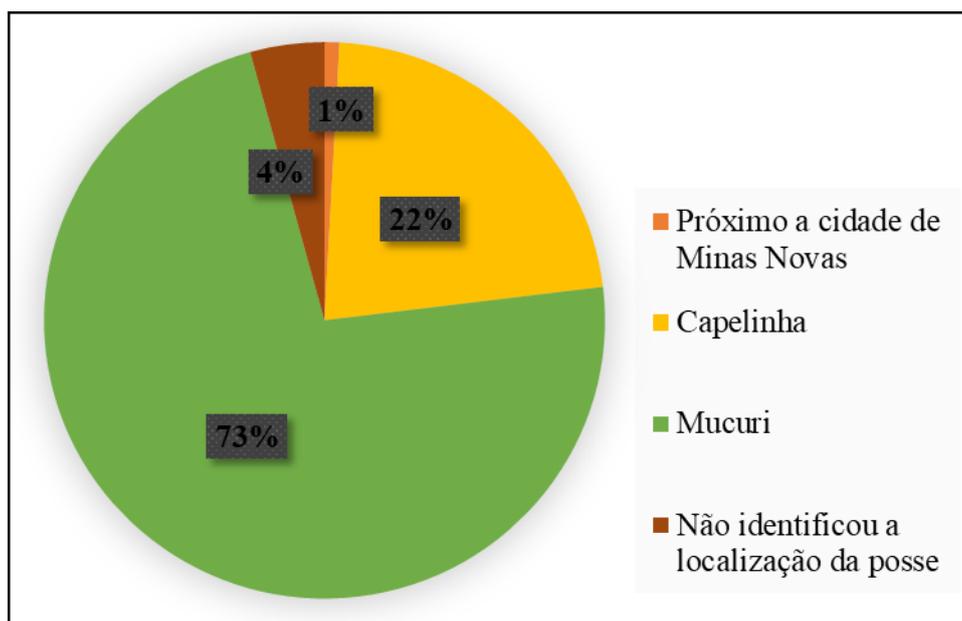
³⁵² SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 60.

³⁵³ SECRETO, Maria Verónica. A legislação sobre terras no século XIX. Definindo o conceito de propriedade. In: LIMA, Napoleão de; DELGADO, Nelson G.; MOREIRA, Roberto José (orgs.) *Mundo rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007, p. 43.

³⁵⁴ SILVA, 1996, p. 81.

³⁵⁵ SECRETO, 2007, p. 48.

³⁵⁶ Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira Coelho Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1856, p. 8. Acesso em <https://arisp.files.wordpress.com-2009-10-relatorio-ministro-imperio-1855.pdf>, em 16 de março de 2015.



Fonte: APM. Repartição especial de terras públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1>.

Figura 12: Localização das propriedades oriundas de posse.

Como mostrado na Figura 12, uma ínfima parte das propriedades declaradas nos RPTs adquiridas via posse localizava-se nas proximidades de Minas Novas. Tais terras estavam sob os domínios de Firmino Fernandes da Costa e sua mulher Francisca Soares da Silva que se declararam senhores e possuidores de uma fazenda de cultura e criação no rio Bom Sucesso, obtida por posse em 1846, com uma légua de comprimento e meia légua de largura.³⁵⁷

A maioria das posses estava localizada na região do Mucuri. As oitenta e cinco declarações de terra realizadas entre os anos de 1855 e 1857, situadas no Vale banhado pelo rio Mucuri não podem ser desvinculadas da atuação da Companhia do Mucuri. A construção de estradas e de rotas fluviais atraíam os posseiros para o interior do Mucuri. Ao se analisar a distribuição espacial dessas posses, constatou-se que estas situavam-se às margens do rio Todos os Santos, do Mucuri e dos rios que desembocavam no

³⁵⁷ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro 1476-346, Firmiano Fernandes da Costa e sua mulher Francisca Soares da Silva.

Mucuri, o que facilitava o acesso a Filadélfia – centro comercial e urbano que Teófilo Otoni projetara para ser o centro administrativo da Companhia do Mucuri, às margens do rio Todos Santos, e que será discutido adiante. Esse centro comercial projetava para a região investimentos em curto prazo e que seria um bom negócio para se investir, o que atraía os posseiros e seus investimentos para as terras do Mucuri. No Quadro 8, está descrita a distribuição das posses nas proximidades do Mucuri e seus afluentes.

Fica evidente que a ocupação do Mucuri funcionou como centro aglutinador de organização do espaço e de redefinição da territorialidade da freguesia de São Pedro do Fanado, movimento que foi acompanhado de pretensões políticas de tornar essa região uma província independente de Minas Gerais e da Bahia, conforme mostrado no quinto capítulo.

Quadro 8: Localização das posses existentes na região do Mucuri em meados de 1850

Localidade e rios afluentes do rio Mucuri	Quantidade de Posses encontradas nos RPTs
Bacué	1
Bananal	1
Cachoeira	1
Conceição	1
Criciúma	1
Filadélfia	9
Malacacheta	1
Mandaçaia	2
Manso do Galinho	1
Mucuri Pequeno	3
Urupuca	1
Poté	3
Ribeirão do Inferno	2
Ribeirão Quarta-Feira	1
Ribeirão Puaia	1
Ribeirão Santa Ana	3
Ribeirão Santa Bárbara	1
Ribeirão Santo Antônio	2
Ribeirão São Domingos	2
Ribeirão do Trinque	1
Rio Mucuri	23
Rio Todos os Santos	19
Sete Posses	4
Tamanduá	1
Total	85

Fonte: APM. Repartição especial de terras públicas. Série 1: RPT: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br-modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1>.

No mapa mostrado na Figura 13, pode-se visualizar a atual cidade de Teófilo Otoni, antiga Filadélfia, e os rios em que se abrigavam as posses declaradas nos RPTs.

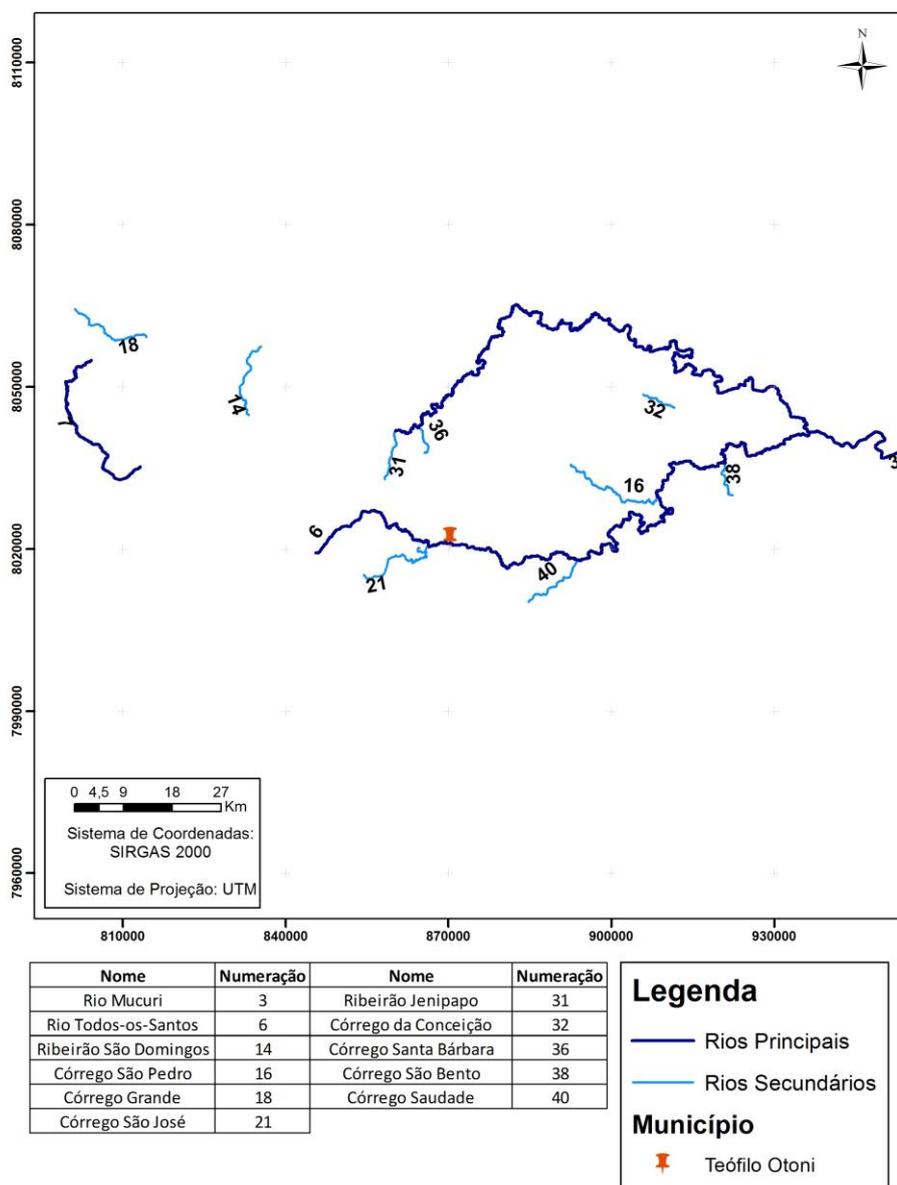


Figura 13: localização das posses na região do Mucuri – freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

Ligia Osório afirma, de forma abrangente, que a história agrária e de incorporação de terras no Brasil nunca se deu exatamente pela simples existência de terras abundantes. Veronica Secreto lembra que, além disso, essa ocupação poderia ser entendida a partir de três níveis de disponibilidade: física, jurídica e econômica.

Juridicamente, após a independência, o Brasil poderia se dispor soberanamente de seu território. Entretanto, fisicamente, os exploradores esbarravam na presença indígena e na densa mata. Tal limitação poderia ser excluída por aqueles que tivessem o poder econômico, ou seja, homens que dispusessem de mão de obra para explorar a terra.³⁵⁸ Para tornar a terra passível de ocupação econômica, foi “necessário expulsar, matar ou subjugar os indígenas que se encontravam nelas”.³⁵⁹

3.1 Os indígenas e as terras do Mucuri

Genericamente, os índios habitantes do rio Mucuri foram denominados pelos portugueses, no século XIX, de botocudos, devido ao uso de pedaços de madeira nos lábios e nas orelhas, parecidos com um batoque. Os botocudos se autodesignavam borum e, segundo Izabel Missagia Matos, apesar de falantes de uma mesma língua e de compartilharem um mesmo sistema cosmo-sociológico de representação e identificação, possuíam diferenças dialetais e, muitas vezes, apresentavam rivalidades entre si.³⁶⁰ Os grupos identificados como botocudos na região do Mucuri e que constantemente entravam em conflito com os fazendeiros locais foram os Aranã, Naknenuk, Pojichá, Jiporok, Bakue e Porohum³⁶¹.

Segundo o engenheiro alemão Henrique Gerber, os aranãs habitavam as margens do Surubim e Suaçuí, ou seja, as proximidades da cidade de Minas Novas. Os naknenuks ou “habitantes da serra” eram formados por uma confederação de diversas tribos espalhadas nos vales dos rios Todos os Santos, Poté e Mucuri. Os pojichá habitavam as proximidades de Filadélfia, atual cidade de Teófilo Otoni; os jiporok residiam às margens do Urucu e na parte baixa do rio Mucuri, nas proximidades do litoral baiano. Já os bakue estavam espalhados pelas margens do Mucuri³⁶². Com a ação da Companhia do Mucuri, os indígenas, antes senhores do Mucuri, foram encurralados em uma área declarada, em 1857, pelo irmão de Teófilo Otoni e então diretor dos índios

³⁵⁸ SECRETO, 2007, p. 50-51.

³⁵⁹ SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 26-27.

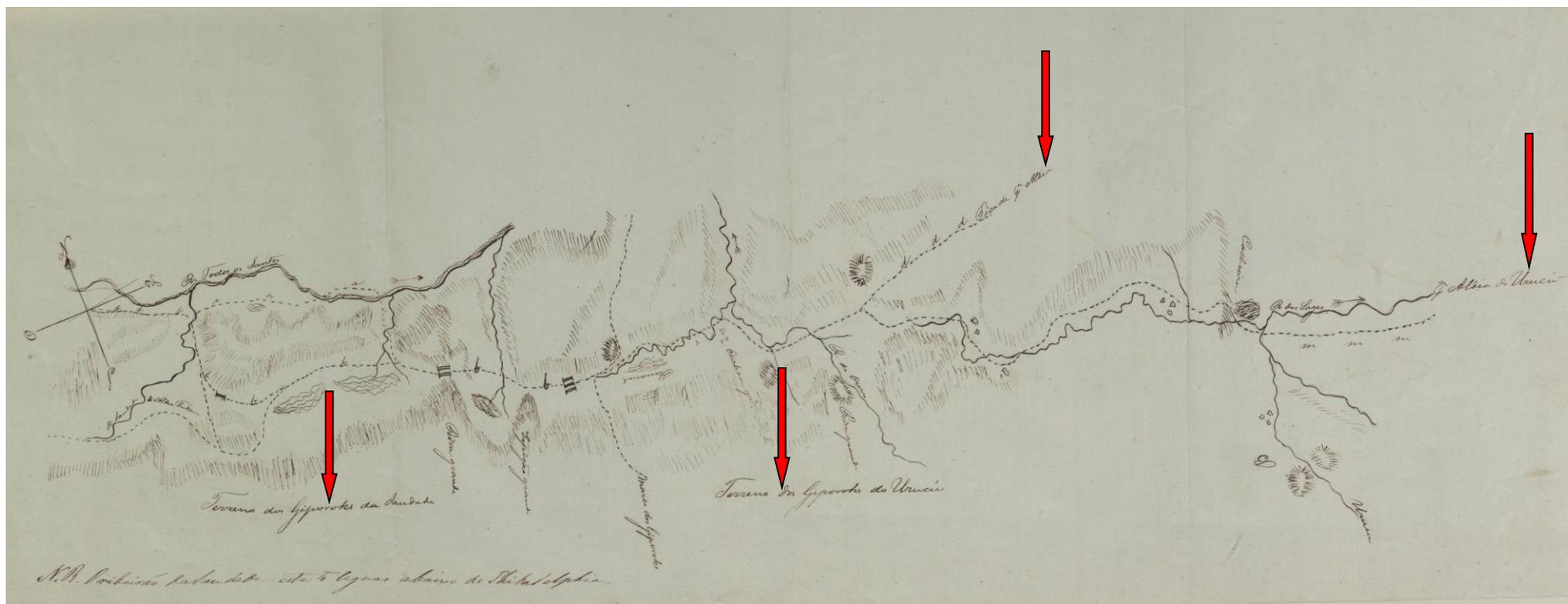
³⁶⁰ MATTOS, 2004, p. 43.

³⁶¹ No primeiro capítulo, foram apresentados os grupos indígenas que eram genericamente identificados pelos colonizadores no século XIX como botocudos.

³⁶² GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013, p. 93-94.

no Mucuri, Augusto Benedito Ottoni, como composta de sete terrenos que eram ocupados e cultivados pelos índios: 1 - Ribeirão Poté (desde sua barra no Mucuri por cima da frente da Companhia até as cabeceiras onde é ocupado pelo Poté; 2 - Os terrenos entre o Poté e os Craitam ocupados com roças e capoeiras dos índios João Nuno e companheiros; 3 - O Ribeirão do Mucuri do Cracatam desde o aldeamento desse nome até as cabeceiras, ocupado pelo Capitão Cracatam e sua tribo; 4 - Córrego das Cricúmas que divide com terras da Companhia do Mucuri, pertencente ao capitão Timóteo com sua tribo; 5 - As cabeceiras do Ribeirão Potón ocupadas pelos capitães Crispim, Inhamé e suas tribos; 6 - Córrego da Cana Braba que entra no rio Todos os Santos, pertencente ao capitão Pojichá e sua tribo; 7 - Ribeirão do Urucu desde sua barra no Mucuri até o Ribeirão da Aldeia, ocupado pelo capitão Mek-mek e sua tribo.³⁶³ Contudo, os RPTs que contêm as declarações das terras destinadas aos indígenas não trazem informações sobre a vizinhança e os limites, o que impossibilitou a construção de um mapa georreferenciado dos novos aldeamentos. Entretanto, através do mapa da picada da estrada entre o rio Todos os Santos e a aldeia Urucu (Figura 14), desenhado pelo engenheiro Robert Schlobach, é possível identificar as aldeias dos índios Girporok nas proximidades do ribeirão da Saudade e da aldeia dos índios Mek-Mek no Urucu.

³⁶³ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1857. Cadastro 1877-7, Augusto Benedito Ottoni.



Fonte: APM. Seção Provincial. Fundo: Presidência da província. Série: documentação recebida. Subsérie: obras públicas. Assunto:-local: Cia. União e Indústria-Cia do Mucuri. Caixa 76, doc. 06.

Figura 14: Esboço da picada da estrada para o Urucu.

O aldeamento dos indígenas por meio da Companhia do Mucuri finalmente atendia a requisição dos fazendeiros de Minas Novas que, desde o início do século XIX, solicitavam ao governo provincial apoio militar para colonização dos indígenas do Mucuri, conforme discussão descrita no capítulo seguinte.

Além da concentração das posses na região do rio Mucuri, havia também terras apossadas nas proximidades de Capelinha. Como apresentado na Figura 8, 22% das declarações de posse dos RPTs, isto é, 26 declarantes, tinham o domínio de terras localizadas próximas ao nascente distrito de Capelinha. Tais posses estavam distribuídas em localidades como Água Boa, Alto dos Bois (distrito do atual município de Angelândia), e às margens dos riachos São Félix, Canão Bravo, do rio Setúbal e do Ribeirão Setubinha. Essa região representava, até 1847, os limites entre a freguesia de São Pedro do Fanado e o sertão habitado pelos indígenas.

Há de se considerar, no entanto, que, ao lado da posse, outras práticas contribuíram para a concentração e distribuição desigual da terra em São Pedro do Fanado de Minas Novas. Ao se compararem os mecanismos de apropriação territorial acionados pelos grandes, médios e pequenos proprietários rurais, ressalta-se o fato de que os grandes proprietários faziam uso de maior diversificação e combinação de práticas no domínio da terra. Ao combinar diferentes categorias, como se pode observar nos casos de junção de compra-posse, compra-herança, compra-dote, dádiva-posse, bem como no adiantamento em vida da herança a um dos herdeiros, por doação, compreende-se que, ao lado das posses, a combinação de elementos mercantis com os não mercantis foi fundamental para a concentração fundiária em São Pedro do Fanado de Minas Novas.

3.2 A doação de terras e a concentração fundiária na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas

Maria Sarita Mota e Maria Verónica Secreto,³⁶⁴ ao analisarem a doação de propriedades no XIX, no Rio de Janeiro, apontam que a “doação, mesmo não sendo uma transação comercial, permitia o acesso a terra, revelando formas não mercantis de

³⁶⁴ MOTA, Maria Sarita; SECRETO, Maria Verónica. Por uma vontade: doação e propriedade no Oitocentos. In: MOTTA, Márcia; SECRETO, Maria Verónica. *O Direito às Avelãs: por uma história Social da Propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

acumulação e transmissão da riqueza”.³⁶⁵ Ao selecionar a doação como objeto de estudo, Mota e Secreto definiram três aspectos característicos dessa prática, a saber: a) doação era a forma mais acessível de dispor dos bens; b) contribuía para consagrar a propriedade no Brasil, pois estava livre das amarras contratuais; e c) possibilitava, desde a instalação da coroa portuguesa, a propriedade eclesiástica.³⁶⁶ Entre essas três características, há de se destacar a importância da doação intrafamiliar no processo de transferência dos bens.

Conforme mencionado, na freguesia de São Pedro do Fanado, sobretudo na parte central da Freguesia, nas proximidades do centro urbano da freguesia, a aquisição da terra se dava de forma predominante através da compra e da herança. A doação, nesse entremeio, pode ser considerada a forma de contraposição ao esfacelamento que poderia ser provocado pelas vendas ou pela divisão da terra entre os herdeiros, constituindo um dos mecanismos de perpetuação da terra no seio familiar.

É interessante observar que todas as propriedades doadas entre parentes estavam localizadas nas redondezas da cidade de Minas Novas e na região de Capelinha, o que pode ser constatado pela menção de rios que cortam o centro urbano, como os rios Bom Sucesso, Fanado e Setúbal, além de outros dados que mencionam proximidade com a cidade, como o “terreno pequeno” localizado no “subúrbio da cidade”, registrado por Joaquim Eugênio Gonçalves Pires,³⁶⁷ ou a “chácara” de Maria Umbelino Querinos e Ana Luiza da Purificação,³⁶⁸ também localizada “próxima ao subúrbio da cidade”. Dessa forma, o ato de doar um terreno, uma chácara ou uma fazenda, em uma localidade com predominância da venda e da herança, reafirma o caráter de manutenção da terra no seio familiar. Esse argumento pode ser exemplificado pelo caso de Carlos da Costa Freire.

Carlos da Costa Freire era filho do sargento Silvério José da Costa, originário de uma importante família de fazendeiros da Freguesia, envolvida nos assuntos políticos e administrativos da região. Todos os membros da família eram senhores de terra, com propriedades localizadas entre os rios Capivari e Setúbal, possuíam uma das maiores escravarias que se encontra para a freguesia e estavam envolvidos no comércio de

³⁶⁵ MOTA e SECRETO, 2011, p. 159.

³⁶⁶ Ibidem, p. 161.

³⁶⁷ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1602- 489, Joaquim Eugênio Gonçalves Pires.

³⁶⁸ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1594- 479, Maria Umbelino Querinos e Ana Luiza da Purificação.

algodão, aguardente e gado vacum.³⁶⁹ Silvério José da Costa era casado com Irene Pereira Freire e com ela teve seis filhos.³⁷⁰ Carlos da Costa Freire, José Silvério da Costa, Ignácio Costa Freire, Antônio Ernesto da Costa Freire, Irene da Costa Freire e Amália da Costa Freire. O patrimônio fundiário de Silvério José da Costa, espalhado às margens dos rios Capivari, Setúbal e Mucuri, foi construído por compras e por posses.

Com o objetivo de ampliar seu patrimônio, Silvério José da Costa priorizou a compra de fazendas que fossem geograficamente próximas, ou que fossem interligadas pelo mesmo rio. Assim, a Fazenda da Boa Vista, comprada de “diversas pessoas”, com extensão de cem alqueires, tinha casas e benfeitorias, com matos de plantar e campos de criar, localizada às margens do Capivari³⁷¹. Era próxima à Fazenda Magadeiro,³⁷² também obtida por compra, contendo uma légua de campos e poucos matos, fazendo extremas com a barra do Capivari. Outra fazenda adquirida por compra foi a fazenda Santa Cruz³⁷³, localizada no rio Setúbal, com divisas fronteiriças com Antônio José da Costa, seu sobrinho. Essa mesma fazenda tinha seus limites definidos pela Fazenda do Espírito Santo, doada por Silvério José da Costa a seu primogênito Carlos da Costa Freire.

Ao doar a Fazenda Espírito Santo a seu filho, Silvério José da Costa e esposa garantiam, para a posteridade, o domínio da terra, perpetuando seu prestígio econômico e social. Como comentado, a Fazenda do Espírito Santo era vizinha da Fazenda Santa Cruz, que, após a morte de Silvério José da Costa, teve seu domínio transferido aos seus herdeiros. Com isso, mesmo que a fazenda Santa Cruz e demais fazendas de Silvério fossem divididas entre seus herdeiros, como mandavam os preceitos jurídicos da época, a Fazenda Espírito Santo permaneceria intacta nas mãos de seu filho mais velho,³⁷⁴ possibilitando sua reprodução social e econômica como fazendeiro. A doação, nesse caso, funcionou como forma de preservação da propriedade e do *status quo* no processo

³⁶⁹ FMN. Inventário *post mortem* de Plácido José da Costa, maço 98, 1870.

³⁷⁰ APM. Lista Nominativa de Habitantes da Freguesia de Minas Novas, 1831-1832. Fogo do Sargento Mor Silvério José da Costa.

³⁷¹ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro144-300, Irene Pereira Freire e seus filhos.

³⁷² APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro147-303, Irene Pereira Freire e seus filhos.

³⁷³ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro144-301, Irene Pereira Freire e seus filhos.

³⁷⁴ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1449- 307, Carlos da Costa Freire.

de transmissão intrafamiliar. De acordo com Maria Sarita Mota e Maria Verónica Secreto, o fato de [...]

[...] doar (ou testar) pressupõe a propriedade de algo, ou seja, o direito de gozar e dispor materialmente da coisa ao mesmo tempo em que exclui terceiros das faculdades inerentes a este direito. [...] Portanto, testar ou doar está ligado à própria instituição da propriedade, compreendida como um processo contínuo e marcado pelas transformações das relações sociais.”³⁷⁵

Nessa perspectiva, a doação de terras, mesmo não sendo uma transação comercial, permitia o acesso a terra, revelando mais uma contribuição para concentração fundiária. Aliás, a família de José da Costa não poupou esforços para manutenção e aumento de suas propriedades concentradas às margens dos rios Capivari e Setúbal. Até mesmo as vendas foram feitas entre os próprios parentes. Tal situação é evidenciada na transação comercial entre o advogado Antônio Ernesto da Costa e seu irmão Carlos da Costa Freire, do sítio Trovoadas, nas cabeceiras do Capivari³⁷⁶. Ainda, houve a compra da Fazenda Alaô, localizada nas cabeceiras do Setúbal³⁷⁷, que Carlos da Costa Freire fez a seu irmão José Silvério da Costa e sua mulher Maria Amélia Silverina da Costa. Em contraposição, nem sempre, as compras feitas pelos descendentes de Antônio José da Costa ocorriam entre seus parentes. Um exemplo foi a compra do sítio de Antônio dos Santos e sua mulher, localizado entre o rio Capivari e o rio Tiririca, feita por Antônio Ernesto da Costa.³⁷⁸ Além da compra das terras de terceiros, “os Josés da Costa” também se inseriram na realização de posses localizadas na região do Mucuri, envolvendo-se em tramitações que solidificaram seu poder agrário na sociedade de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

Outra forma de preservação da propriedade entre familiares, evidenciada, sobretudo, entre os José da Costa, foi o casamento. José Silvério da Costa e Carlos da Costa Freire, filhos de Silvério José da Costa, casaram-se, respectivamente, com suas primas Maria Amélia Silverina da Costa e Carolina Plácida José da Costa (filhas de

³⁷⁵ MOTA, *Op. cit.* p. 158.

³⁷⁶ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1448- 305, Antônio Ernesto da Costa.

³⁷⁷ FMN. Escritura de compra e venda da Fazenda Alô. In: Processo de Ação Civil, número 729, p. 8, maço 24, 1878.

³⁷⁸ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1447- 304, Antônio Ernesto da Costa.

Plácido José da Costa).³⁷⁹ Casando entre si, expandindo a fronteira interna de suas fazendas através da posse, os José da Costa agregaram ainda a dádiva, como prática de construção de seu séquito de devedores e ampliação do seu poder social e político.

A dádiva remete a um comportamento identificado pela antropologia econômica regido pela lógica da reciprocidade, conforme indica Marcel Mauss em seu clássico estudo sobre o tema.³⁸⁰ Para Pierre Bourdieu, o sistema da dádiva e da retribuição é um modo de criação de devedores, marcado por um espaço de tempo, pois aquele que dá, apesar de ser agente de um ato aparentemente gratuito, espera (ainda que haja os ingratos) a possibilidade de retribuição, o que retém o receptor em uma espécie de dívida moral. O tempo teria nesse entremeio a “função de colocar um véu entre a dádiva e a retribuição, permitindo que dois atos simétricos parecessem atos singulares, sem relação”,³⁸¹ ou seja, aquele que dá não deixa explícito que oferece esperando retorno, assim como aquele que retribui não explicita que sua atitude tem relação com a dádiva anteriormente recebida.

A oferta de terras em forma de dádiva pelos José da Costa era uma estratégia na construção desses elos de devedores velados que a eles estariam atrelados por laços de dependência. Esses laços eram importantes, à medida que possibilitavam proteção e domínio de homens que lhes poderiam ser úteis, frente às possíveis querelas com os adversários. Apenas para exemplificar a necessidade de pertencer a um grupo de aliados naquela sociedade, é válido citar um conflito entre Silvério José da Costa e Herculano Cézar de Miranda Costa.

Silvério José da Costa, além de fazendeiro, também político, teve participação na vida pública local. Ele ocupou o cargo de vereador em duas ocasiões, de 1837-1840 e de 1845-1848. Em 1847, ele foi eleito como suplente do juiz municipal de Minas Novas. Quando fora destituído do cargo de suplente de juiz, Silvério José da Costa não aceitou o fato pacificamente. De acordo com as autoridades policiais locais, Silvério José da Costa, como forma de vingança contra o tenente coronel Francisco Inocêncio de Miranda Ribeiro, seu substituto, espancara o filho do seu oponente – Herculano Cezar de Miranda Ribeiro. Diante de tal fato, as forças policiais de Minas Novas se viram sem

³⁷⁹ Informações acerca do casamento dos sujeitos acima mencionados foram obtidas pelo cruzamento de diferentes documentos relacionados à família, como os inventários de Plácido, escrituras de compra e venda e os Registros de Paroquiais de Terra.

³⁸⁰ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974.

³⁸¹ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papiurus, 1996, p. 159.

condições militares de colocar fim às práticas violentas de Silvério e prendê-lo. Tal situação obrigou o delegado de polícia local a solicitar auxílio à guarda nacional e à Companhia de Pedestre, auxílio este que lhe foi negado. Diante da falta de apoio das autoridades locais, o delegado de polícia foi obrigado a recorrer ao governo provincial. Em fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1849, o presidente José Idelfonso relatou que após conhecimento dos fatos, ordenava [...]

[...] ao comandante de pedestres a prestação do auxílio pedido e do mais que necessário fosse para manter-se o respeito às devidas leis e autoridades. Efetuando o auxílio da força de 20 praças da companhia de pedestres, Silvério José da Costa, com o pretexto de que o delegado pretendia assassiná-lo, fortificou-se em sua casa chegando a reunir mais de 50 homens armados, e assim se colocou em atitude de perfeita resistência às autoridades locais, chegando o seu excesso ao ponto de proibir a passagem de soldados pela porta de sua residência; e de fato no dia 18 de março tendo sido preso um seu escravo, saiu com gente armada para o tirar da prisão. No dia 19 foi perseguido por dois filhos seus e um escravo um dos pedestres (*sic*), que passava por sua porta, e no dia 20 foram disparados de dentro de sua casa dois tiros contra os pedestres Antônio Soares e João Evangelista que por ali passavam, ficando aquele gravemente ferido nas costas. Em tais circunstâncias o delegado de polícia requisitou da guarda nacional, e da mesma companhia de pedestres maior auxílio para desarmar o dito Silvério, e efetuar a sua prisão, visto achar-se iniciado em crimes, que não admitiam fiança. Ao aproximar-se maior força à cidade de Minas Novas, evadiu-se com seu séquito o dito Silvério no dia 26 de abril para a sua fazenda da Boa Vista, onde foi procurado por uma escolta, que da cidade de Minas Novas saiu no dia 14 de maio, por constar que estava ajuntando mais gente para acometer a cidade; mas não foi encontrado. Convém notar-se que ao mesmo tempo em que Silvério José da Costa se dizia ameaçado em sua existência, ele e seus filhos andavam livremente pela cidade, e não sofreram ofensa alguma. Também o delegado de polícia ao mesmo tempo que buscava o auxílio de força para manter o respeito às leis procurou por meios pacíficos desarmar a Silvério, pedindo a intervenção da Câmara municipal, que, entretanto, não julgou conveniente tomar deliberação alguma a respeito e nem fez comunicação alguma com o governo.³⁸² [Grifos da pesquisadora].

Evidencia-se, na transcrição acima, o poder de Silvério José da Costa como um desafio às autoridades policiais provinciais, o que era agravado pela omissão de instâncias como a câmara de vereadores e o grande número de homens que estavam sob os domínios de Silvério José da Costa. Esse episódio é uma demonstração do reflexo da influência das raízes rurais na vida política do Império. De acordo com Sérgio Buarque

³⁸² RAMOS, José Idelfonso de Sousa. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1849*. Ouro Preto, Typ. Imp. de B.X.P. de Souza, 1849, p. 7.

de Holanda, a política predominante no Império, até 1888, foi estruturada no modelo de família patriarcal da colônia em que os vínculos biológicos e afetivos que unem o chefe aos seus descendentes e agregados. A vida política dentro dessa estrutura se configura em uma extensão da vida familiar e, conseqüentemente, uma invasão do público pelo privado.³⁸³ Desafiando todas as instituições legais da província, Silvério José da Costa valia-se das relações de amizade e de poder estabelecidas em seus domínios territoriais. Não se pode deixar de mencionar o fato de sua fazenda constituir um local de proteção e refúgio, situação que se pode atribuir às relações de amizade estabelecidas entre os homens que os rodeavam territorialmente. Silvério José da Costa já havia percebido que os atos de presentear e fazer “afagos” poderiam surtir efeitos de subordinação, obediência e docilidade. Oferecer terras como dádiva era mais um recurso usado por ele na manutenção do seu poder agrário e político, sobretudo, nas novas terras do Mucuri, palco não só dos conflitos entre fazendeiros e indígenas, como também de disputas entre os próprios fazendeiros, pelo domínio das novas terras e da mão de obra indígena nelas empregada.

No Mucuri, Silvério José da Costa ofereceu uma parte de terra a Manuel da Costa Pereira³⁸⁴ e outra a Romualdo Rodrigues da Fonseca.³⁸⁵ Seu filho, José Silvério da Costa, seguindo os passos do pai, também ofereceu como dádiva outras duas partes de terra, uma a Pedro da Costa Pereira³⁸⁶ e outra a Justino da Rocha Barreiras,³⁸⁷ também no Mucuri.

O que se depreende da análise realizada neste capítulo é que a junção de estratégias mercantis, como a compra com a dádiva, a doação e especialmente a posse de terras, favorecida pelos empreendimentos da Companhia do Mucuri no território mineiro, foi determinante na concentração fundiária da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

³⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 79 e 82.

³⁸⁴ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1855. Cadastro1291-48, Manuel da Costa Pereira.

³⁸⁵ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1855. Cadastro1292-49, Romualdo Rodrigues da Fonseca.

³⁸⁶ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1855. Cadastro1299-67, Pedro da Costa Pereira.

³⁸⁷ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1855. Cadastro1299-68, Justino da Rocha Barreiras.

CAPÍTULO 4: EXPANDIR, DOMINAR E LEGISLAR: A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DO FANADO E O PROJETO DE CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MINAS NOVAS NO SÉCULO XIX

No capítulo anterior, demonstrou-se que a colonização das terras no Mucuri contribuiu de modo significativo para a concentração fundiária na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Evidenciaram-se os argumentos de que a construção de vias de comunicação e transporte no Mucuri juntamente com a colonização dos nativos pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri contribuíram para a intensificação da apropriação daquelas terras pelos fazendeiros da freguesia de São Pedro do Fanado. Além disso, buscou-se mostrar que o projeto econômico de Teófilo Ottoni teve ampla aceitação entre a elite de Minas Novas. Tal aceitação é justificada pelo interesse que os fazendeiros locais tinham em alargar suas propriedades em direção ao Mucuri, processo já iniciado no início do século XIX, anterior à criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri.

4.1 A expansão da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas: antecedentes de um projeto provincial

Neste capítulo, é analisada a ação de três famílias fazendeiras da freguesia de São Pedro do Fanado que foram ativas na colonização e expansão da fronteira agrícola da freguesia em direção ao Mucuri e a relação da expansão da fronteira agrícola com o projeto de criação da província de Minas Novas. Essa análise foca nas propriedades, benfeitorias e mão de obra utilizada por essas famílias em suas atividades econômicas. Propõe-se, com isso, entender o perfil dos fazendeiros que ambicionavam colonizar o Mucuri e se inserirem nos projetos do governo da província e do império na colonização e no povoamento da região, conhecida como integrante do Sertão do Leste.

No século XIX, com a diminuição da produção aurífera, as regiões da província de Minas Gerais que integravam o chamado Sertão do Leste passaram a ser atrativas para aqueles que ambicionavam expandir seus negócios a partir de novas possibilidades.³⁸⁸ Dentro do termo de Minas Novas, eram dois os caminhos tomados

³⁸⁸ MATTOS, Izabel Missagia. Povos em Movimento nos sertões do Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica

pelos seus habitantes para adentrar esses sertões: um caminho se dava pela barra do rio Araçuaí³⁸⁹ e adentrava o leito do rio Jequitinhonha, o que originou a região que hoje é conhecida como baixo Jequitinhonha; o outro caminho era feito pelas cabeceiras dos rios Fanado e Setúbal, em direção ao povoado de Alto dos Bois e às nascentes do rio Mucuri,³⁹⁰ no atual município de Ladainha – Vale do Mucuri. Neste trabalho, prioriza-se o estudo do segundo itinerário, tendo em vista que essa região era o foco da investida dos moradores da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, com o objetivo de expandir a produção agropecuária da freguesia.³⁹¹

No contexto da política provincial e imperial de expansão do povoamento, e da atividade agrícola nos Sertões do Leste, foi criada para o município de Minas Novas a 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha com a instalação de quartéis em seu território. Um desses quartéis, o de Alto dos Bois, foi construído em 1814 nas proximidades da cidade de Minas Novas, nos domínios territoriais da freguesia de São Pedro do Fanado. Com a instalação das forças militares em Alto dos Bois, houve um movimento de apropriação de terras naquela área da freguesia³⁹². Um movimento paulatino em que os próprios membros do quartel de Alto dos Bois se apossaram das terras, especialmente aquelas situadas à margem das estradas, construídas para ligar o quartel à cidade de Minas Novas. Assim, os membros do corpo militar do quartel de Alto dos Bois passaram a ser personagens centrais na expansão da fronteira agrícola daquela freguesia.

O tenente Francisco Ferreira Coelho, membro do quartel do Alto dos Bois, casado com dona Maria Doroteia de Almeida, foi um dos primeiros posseiros daquela localidade. Sobre a apropriação de suas terras, ele descreveu, em setembro de 1821, que

[...] dirigindo-se à mata das cabeceiras do Setúbal, entranhando com outros colonos que obsequiaram ao mesmo, acompanharam a fim de demonstrarem ao suplicante em que lugar poderia pôr as suas posses, o seu estabelecimento. Com efeito, assinalaram um córrego que denominaram Brejaúbas, o qual se achava devoluto, povoado apenas

Editora: Companhia do Tempo, 2013, p. 72; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os kurukas no mercado colonial. *RPM*, v. 47, n. 1, janeiro-junho de 2011, p. 82.

³⁸⁹ O rio Araçuaí deságua no rio Jequitinhonha nas proximidades do antigo distrito de Santo Antônio do Calhau, hoje cidade de Araçuaí.

³⁹⁰ RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da Terra*. Belo Horizonte: CEDEFES: 1996, p. 18.

³⁹¹ RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri*, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

³⁹² De acordo com Ribeiro, os caminhos para adentrar as matas no termo de Minas Novas eram pelo quartel de Alto dos Bois ou margeando o rio Araçuaí e descendo o rio Jequitinhonha, que atravessa Minas e adentra a Bahia. Cf. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. A economia do varejo: agricultura, governo e mercados locais no nordeste de Minas Gerais nos começos do século XX. In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2000, p. 179.

dos índios botocudos, e ali o suplicante com indivisível trabalho e risco de sua própria vida pôs as suas posses na barra do dito córrego aonde apossou e plantou bananeiras, algodão e mamona, depois do que se retirou”.³⁹³

Essas entradas e a usurpação das terras indígenas eram feitas por indivíduos que se organizavam em grupo para poder enfrentar com mais eficácia os conflitos com os nativos, procurando estabelecer suas posses em traçados que acompanhassem a direção de empreendimentos militares estabelecidos na região. Essa ocupação das terras não caracterizava um processo pacífico. Havia disputas pelo espaço, tanto entre os nativos e os posseiros, quanto entre os próprios posseiros.

De acordo com Francisco Ferreira Coelho, em 1823, Antônio José da Costa havia invadido as terras da família dos Ferreira Coelho, em Alto dos Bois. A invasão foi acompanhada de destruição do plantio de algodão e mamona existentes naquelas terras. Para reaver sua propriedade, recorreu ao governo província e solicitou, em nome dos serviços militares prestados à província, que o governador solucionasse as contendas entre ele e Antônio José da Costa. Francisco alegava que, por ele ser tenente da guarda nacional, com dedicação à vida militar no município de Minas Novas por mais de trinta anos e pelas despesas que ele mesmo custeava com seus uniformes e diligências do ofício militar no quartel de Alto dos Bois, merecia atenção e uma solução favorável a sua causa. Para melhor entendimento da argumentação de Francisco Coelho, é necessário explicitar como se dava a organização interna desses quartéis. De acordo com Espíndola, o corpo da tropa dos quartéis era escolhido pelo comandante da divisão, e os praças eram responsáveis pelo seu próprio sustento.³⁹⁴ Todas as despesas com esse tipo de serviço militar eram compensadas com as vantagens indiretas que o trabalho proporcionava. É dentro dessa organização e de expectativa de benefícios para si mesmo que se busca entender a ênfase que Francisco Coelho almejou, ao requerer um posicionamento do governo da província, de forma a resolver o conflito com seu oponente, Antônio José da Costa, que, por sua vez, também ambicionava novas terras.

João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, ao analisarem a formação da fronteira afirmaram que a mesma se “constituiu em espaço privilegiado para a prestação de

³⁹³ FMN. Requerimento de Francisco Ferreira Coelho, enviado no dia 23 de setembro de 1823 ao governo de Minas Gerais, anexo ao Inventário *post-mortem* de Antônio José da Costa, folha 208, em 13 de março de 1849.

³⁹⁴ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 59.

serviços, realização de conquistas e outras práticas de acrescentamento social, político e religioso da monarquia”.³⁹⁵ No contexto do Brasil Imperial, a atuação nas fronteiras do “sertão” continuou a ser celeiro de oportunidades de crescimento econômico e social para os sujeitos que ali atuavam. É por isso que o tenente Francisco Coelho lançava mão de uma argumentação que enaltecia seus investimentos pessoais no atendimento ao serviço público, e requeria intervenção do governo da capitania a seu favor, para conseguir reaver suas terras. Como testemunhas do seu protagonismo no apossamento das terras em litígio, Francisco Ferreira Coelho solicitava que ouvissem como testemunhas o comandante e o diretor dos índios Antônio Gomes Leal, José Gomes Leal, Francisco de Oliveira, dois índios domésticos e o comandante da Guarda do Alto dos Bois ou outra pessoa ordenada.³⁹⁶ O conflito se estendeu até a morte Antônio José da Costa, o que fez com que o tenente Francisco Coelho envolvesse os filhos do guarda-mor nas discussões pelas posses das referidas terras.

Ponciano José da Costa, filho do guarda-mor Antônio José da Costa, também questionava a legitimidade da posse de seu pai sobre as terras requeridas por Francisco Coelho. De acordo com Ponciano, as terras da Fazenda da Mata, situadas no rio Setúbal, e parte das terras que compunham a fazenda denominada São Caetano pertenciam a ele, não a seu pai. Tais terras, declarava Ponciano, eram fruto de posses lançadas ainda em 1821, por ocasião da expedição liderada por Francisco Ferreira Coelho à região do Alto dos Bois. Usando o próprio Francisco Coelho como testemunha a seu favor, Ponciano José da Costa solicitava a seu irmão inventariante que retirasse as fazendas do inventário de seu pai, o citado guarda-mor.

Ao que tudo indica, a versão narrada por Ponciano era verídica, pois o terceiro herdeiro do guarda-mor - Silvério José da Costa -, solicitou a seu irmão e inventariante de seu pai - Plácido José da Costa -, que atendesse à solicitação de Ponciano e retirasse as terras do inventário dos bens do pai. Plácido José da Costa não concordou com tal proposta e as terras não foram partilhadas, ficando o inventário sem conclusão. Assim, nem Ponciano, nem Francisco Coelho conseguiriam reaver as posses em disputa. A derrota de Francisco Ferreira Coelho e Ponciano José da Costa foi confirmada em 1856, quando as fazendas da Mata, São Caetano e Maurício foram declaradas por Plácido José

³⁹⁵ FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p. 20.

³⁹⁶ FMN. Requerimento de Francisco Ferreira Coelho, enviado no dia 23 de setembro de 1823, anexo ao Inventário *post-mortem* de Antônio José da Costa, folha 208, em 13 de março de 1849.

da Costa como propriedades “em comum” pertencentes a ele e aos herdeiros de seu pai.³⁹⁷

Observa-se que a política de expansão das fronteiras estava intrinsecamente relacionada com o jogo político que envolvia o novo projeto provincial. A expansão na direção oeste da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas foi fortemente impulsionada pelo projeto de colonização das terras banhadas pelo rio Mucuri. Isso se evidencia com a mobilização política dos vereadores da câmara de Minas Novas que constantemente faziam solicitações ao governo imperial para auxílio na colonização daquelas terras. Nas suas justificativas, os vereadores reiteravam a necessidade de “civilizar” o território e dominar os temíveis “índios botocudos”. Dessa forma, grupos de fazendeiros-militares-políticos avançavam nas matas do Mucuri, buscando terras, pedras preciosas, índios, via de comunicação para o mar e a expansão do seu poder econômico, social e político sobre o território dos nativos.

4.2 Colonização do Mucuri: a elite de Minas Novas e a expansão da fronteira agrícola de São Pedro do Fanado de Minas Novas

Segundo Ribeiro, “a história do Mucuri costuma ser resumida a um acontecimento: a aventura de Teófilo Benedito Ottoni, atilado negociante e político que nos anos de 1850 levou para as matas um empreendimento comercial de grandes dimensões”.³⁹⁸ Porém, Regina Horta já demonstrou como a colonização da região, que remonta aos fins do século XVIII, teria sido muito mais ampla e complexa, contando com várias tentativas frustradas de outros colonizadores.³⁹⁹ Para Ribeiro, esses aventureiros que adentravam as terras do Mucuri eram “herdeiros deserdados” de Minas Novas que buscavam “lavras, terras férteis para lavouras e índios para serem preados”.⁴⁰⁰ Segundo o pesquisador os deserdados da terra eram pessoas de poucos bens, filhos de camponeses que para manter a estabilidade econômica e demográfica do meio rural, não podiam herdar e permanecer na terra. A mata do Mucuri oferecia para

³⁹⁷ Cf. os RPT números 619, 620 e 621 do Livro 2, Freguesia de São Pedro do Fanado, de 18-04-1856.

³⁹⁸ RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri*, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013, p. 13.

³⁹⁹ DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 16.

⁴⁰⁰ RIBEIRO, 2013, p. 24, 28 e 54.

estas pessoas “oportunidades promissoras de ocupação, produção e melhoria de vida, maiores que aquelas que poderiam encontrar nas grotas e chapadas de Minas Novas”.⁴⁰¹

Entretanto, observou-se, neste estudo, que sobretudo, no início do século XIX, na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, a existência de um grupo coeso de grandes fazendeiros locais que ambicionavam a colonização do Mucuri. Foram esses os fazendeiros analisados e descritos neste capítulo. Para isso, as seguintes perguntas direcionaram esta investigação: quem eram esses homens? Quais eram os seus interesses em alargar as fronteiras da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas? Quais as atividades desempenhadas por eles? Que tipo de mão de obra utilizavam em suas atividades? Para responder a esses questionamentos, procedeu-se ao estudo de três famílias fazendeiras que, desde a primeira metade do século XIX, estavam imbuídas do propósito de explorar o Mucuri e colonizar os nativos da região. Essas famílias eram chefiadas por Francisco Ferreira Coelho, Antônio José da Costa e Antônio José Coelho.

Para construir a análise, foi utilizada a documentação produzida pela Câmara de Minas Novas, como ofícios enviados ao governo provincial, requerimentos dos proprietários de terra à Câmara de Minas Novas, relatórios de presidente de província, relatório produzido por Victor Renault, engenheiro que percorreu o Mucuri em 1837, relatos de Teófilo Ottoni sobre o Mucuri e região, além de inventários *post mortem* de Francisco Ferreira Coelho, Antônio José da Costa e Antônio José Coelho. Ao lado da documentação citada, utilizou-se o mapa da Província de Minas Gerais, de autoria de João José da Silva Teodoro, datado de 1847.

O inventário do tenente Francisco Ferreira Coelho⁴⁰² mostra elementos que esclarecem os anseios da elite local por novas terras na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. Ao falecer, em 1851, Francisco Coelho deixou 13 filhos com idade entre 46 anos e 28 anos. Com um monte mor no valor de 7:846\$942 (Sete contos e oitocentos e quarenta e seis mil e novecentos e quarenta e dois réis), o mobiliário da casa do tenente Coelho era modesto, exceto pela presença de sete pares de colheres de prata e quatro imagens. Os demais elementos encontrados em seu domicílio eram triviais nas residências da freguesia: catres encourados, mesas com gavetas, “preguiceira” de sala, candeeiro de latão e banco.

⁴⁰¹ RIBEIRO, 2013, p. 54.

⁴⁰² FMN. Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira Coelho, maço 38, 1851.

Entre os seus bens de raiz, foram descritas umas terras no sítio do Pacheco, compradas por 10\$000 (Dez mil réis), além do sítio onde residia o casal, formado por terras de cultura, com extensão de 180 alqueires, contendo casas de morar e engenho de moer cana, avaliados em 2:000\$000 (Dois contos de réis). Além do cultivo de bananas, mamona e algodão, Francisco Ferreira Coelho também se ocupava do fabrico de aguardente, rapadura e açúcar. Entre os instrumentos utilizados nas fazendas, foram arrolados um engenho de moer cana, garrafões, bacias de arame, tachos de cobre, baús de cobre de forno, almofariz de bronze, caixas encouradas, serra braçal e um moinho.

O rebanho bovino e cavalariço de Francisco Ferreira Coelho era modesto, quando comparado com o rebanho de seu vizinho Antônio José da Costa. Francisco Coelho possuía dois cavalos, uma égua, um boi de carro e arreios – três cangas e três cangalhas. As ferramentas usadas em suas terras eram fabricadas dentro de suas propriedades, na tenda de ferreiro, declarada em seu inventário. Além da agricultura e da criação de carneiros, o tenente Francisco Ferreira Coelho complementava sua economia com a prática da mineração, o que é atestado pela descrição de uma balança de pesar ouro e um prato de estanho, entre seus bens. As diferentes atividades por ele desenvolvidas tinham como base a mão de obra de dezessete escravos. Desejava ampliar a produção agrícola, razão de sua demanda por terras virgens, onde pudesse cultivar algodão e mamona. Isso justifica o seu conflito pela posse das terras em Alto dos Bois.

O seu oponente no conflito pelas terras em Alto dos Bois, Antônio José da Costa, pode ser considerado um dos expoentes dos grandes proprietários de escravos e de terras do termo de Minas Novas. O guarda-mor Antônio José da Costa era português, nascido em São Pedro Xavier, filho legítimo de José Alves da Costa e Maria da Costa; casou-se com Ana Ferreira de Figueiredo, com quem teve três filhos - Silvério José da Costa, Ponciano José da Costa e Plácido José da Costa. Em Minas Novas, sua família dedicava-se à agricultura, pecuária, mineração e ao comércio. Nessas atividades, empregava setenta escravos: trinta e dois com idade entre 0 e 14 anos; 20 com idade entre 15 e 44 anos; e outros dezoito escravos com mais de 44 anos.⁴⁰³

Os produtos agrícolas encontrados nas propriedades de Antônio José da Costa consistiam em três arrobas de algodão em caroço, duzentos e doze barris de aguardente, cem arrobas de açúcar, cento e quarenta alqueires de milho, três arrobas de algodão puro, um mandiocal, um cafezal e um canavial. Seu rebanho era composto de vinte e

⁴⁰³ FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio José da Costa, maço sem numeração, 1842.

três cabeças de equinos, trezentos e quarenta cabeças de gado vacum, destinadas à venda e ao consumo interno das propriedades – conforme informou o herdeiro Ponciano José da Costa –, e de capados destinados ao comércio.⁴⁰⁴

A família de José da Costa teve participação ativa na vida pública na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas. O próprio guarda-mor, além de ser membro da Companhia de Caçadores de Montanha do rio Jequitinhonha⁴⁰⁵, foi também juiz de paz em Minas Novas em 1837.⁴⁰⁶ Plácido José da Costa – o filho mais velho de Antônio José da Costa – era coronel da Companhia de Pedestre do rio Jequitinhonha; assumiu o posto de chefe de estado maior da guarda nacional do município de Minas Novas em setembro de 1850,⁴⁰⁷ foi nomeado juiz de paz da Vila de Minas Novas, em 1834; ocupou o cargo de juiz municipal do termo de Minas Novas, em 1838; foi primeiro substituto de juiz municipal em 1850,⁴⁰⁸ tendo sido, também, vereador em Minas Novas, de 1853 a 1856.⁴⁰⁹

Já o coronel Silvério José da Costa foi presidente da Câmara de vereadores de Minas Novas em 1834 e de 1837-1840⁴¹⁰; suplente de delegado de educação primária em 1835 e 1843;⁴¹¹ 2º substituto de juiz municipal e de órfãos em 1843;⁴¹² substituto de juiz municipal em 1847;⁴¹³ delegado de polícia em 1848;⁴¹⁴ e vereador no período de

⁴⁰⁴ Ver relação dos bens que estavam em poder do herdeiro Silvério José da Costa. In: FMN. Inventário do guarda-mor Antônio José da Costa, maço sem numeração, 1842.

⁴⁰⁵ Segundo Andrade, as divisões militares, criadas no início do século XIX, em 1839 foram substituídas por companhias de caçadores de montanha. A 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha uniu-se à 5ª Divisão que atuava nos rios Doce e Mucuri, formando a 2ª Companhia de Caçadores de Montanha. Em 1845 esta instituição foi substituída pela Companhia de Pedestres. Ver: ANDRADE, Bruno Mateus Pereira. *O Sertão do Jequitinhonha: demografia e família nas matas de São Miguel do Jequitinhonha (1889-1911)*. Monografia. Curso de História. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, p. 22-23.

⁴⁰⁶ APM. SP; PP1-33, caixa 133, documento n. 21, de 07 de janeiro de 1837.

⁴⁰⁷ Mapa da relação nominal dos comandantes superiores, chefes de estado maior e comandantes dos corpos da Guarda Nacional da província de Minas Gerais, nomeados em virtude da lei 602, de 19 de setembro de 1850. In: Relatório apresentado ao presidente da província de Minas Gerais, Francisco Diogo Ferreira de Vasconcelos, pelo seu antecessor José Lopes da Silva Vianna, Ouro Preto, 1853.

⁴⁰⁸ Mapa da relação dos substitutos dos juizes municipais da província de Minas Gerais, com declaração das datas em que foram nomeados. In: Relatório apresentado ao presidente da província de Minas Gerais, Francisco Diogo Ferreira de Vasconcelos, pelo seu antecessor José Lopes da Silva Vianna, Ouro Preto, 1853.

⁴⁰⁹ APM. SP, PP1-33, caixa 130, documento n. 40 de 12 de julho de 1834; SP, PP1-33, Caixa 134 de 29 de março de 1838; SP, PP1-33; caixa 141, documento n 49 de 04 de junho de 1850. Sobre a participação do major Plácido José da Costa ver quadro de vereadores em Anexo.

⁴¹⁰ Silvério José da Costa. Documento 1. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007, p. 23.

⁴¹¹ APM. SP, PP1-33; caixa 131, documento n. 41 de 13 de julho de 1835 e SP, PP1-33, Caixa 137, documento n. 43 de 05 de agosto de 1843.

⁴¹² APM. SP, PP1-33, caixa 137, documento n. 55 de 19 de outubro de 1843.

⁴¹³ APM. SP, PP1-33; caixa 140, documento n. 26 de 29 de janeiro de 1847.

⁴¹⁴ APM. SP, PP1-33; caixa 141, documento n. 20 de 20 de dezembro de 1848.

1845 a 1848.⁴¹⁵ Essas inserções na vida pública, especialmente os cargos de vereadores, possibilitaram à família dos José da Costa uma atuação efetiva na política de expansão da fronteira da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas em direção às matas do Mucuri.

O interesse em colonizar o Mucuri esteve interligado ao projeto do governo imperial e provincial em explorar o transporte fluvial de Minas Gerais. As autoridades governamentais entendiam que a navegação dos diferentes rios da província reduziria o valor dos fretes e diminuiria o tempo gasto no transporte de passageiros e cargas até os portos do litoral. Colonizar o índio, povoar o território banhado pelos rios Doce, São Francisco, Jequitinhonha, Mucuri e promover a navegação dos citados rios eram objetivos que compunham o projeto de navegação fluvial da Província de Minas Gerais. Saint-Hilaire, por ocasião de sua passagem por Minas Novas, sugeriu que a navegação do rio Doce promoveria grande benefício para os produtores de algodão do termo. De acordo com ele, o algodão poderia ser transportado passando por Peçanha até o rio Suaçuí, daí chegaria ao rio Doce e finalmente ao litoral.⁴¹⁶

Em 1837, Antônio da Costa Pinto reforçava a necessidade de se realizar estudo técnico sobre o rio Jequitinhonha, com vistas à promoção de sua navegação.⁴¹⁷ Essa temática esteve presente nos assuntos do governo nos anos seguintes. Em 1843, o então presidente da província Francisco José de Souza Soares d'Andréa argumentava que o Jequitinhonha tinha potencial de navegabilidade maior que o do rio Doce. D'Andrea defendia que era necessário realizar uma parceria entre o governo da Província de Minas Gerais e o da Província da Bahia; e com auxílio do Governo Geral criar uma companhia de navegação do Jequitinhonha. Segundo Andréa, em relação ao rio Doce, o Jequitinhonha tinha a vantagem de “entrar no mar por um porto muito frequentado, tornando marítimo muitos lugares do interior desta Província [Minas Gerais]”.⁴¹⁸ Em 1844, Andréa reforçou seu discurso sobre a importância de se promover a navegação do Jequitinhonha e potencializar o transporte de cargas e pessoas que se praticava entre Minas Gerais e Bahia, via navegação.⁴¹⁹ Paralelo às discussões sobre a navegação do rio

⁴¹⁵ A participação do coronel Silvério José da Costa consta no quadro de vereadores em Anexo.

⁴¹⁶ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 178.

⁴¹⁷ PINTO, Antônio da Costa. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1837*. Ouro Preto: Tipografia Universal, 1837, p. 40.

⁴¹⁸ D'ANDREA, Francisco José de Souza Soares. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1843*. Ouro Preto: Typ. Do Correio de Minas, 1843, p. 38.

⁴¹⁹ D'ANDREA, 1844, p. 46.

Jequitinhonha, havia as solicitações dos fazendeiros e da Câmara dos Vereadores de Minas Novas pela exploração do rio Mucuri.

Em outubro de 1834, o presidente da província enviou à Câmara de Minas Novas um ofício em que solicitava informações sobre a melhor localidade no município, para se construir um degredo para criminosos da província.⁴²⁰ Informava-se ainda que, através da secretaria de estado, já estavam disponíveis cinquenta contos de réis para tal obra.⁴²¹ O intuito do governo, de acordo com o discurso do governador Antônio da Costa Pinto, era construir um degredo em que os presos, sob a vigilância militar, pudessem se dedicar à agricultura.⁴²²

Através de ofícios, a Câmara encaminhou a solicitação do governo provincial aos fazendeiros de Minas Novas, para que pudessem se manifestar sobre tal solicitação. Estrategicamente, os fazendeiros escolhidos pela Câmara dos vereadores de Minas Novas para emitirem o parecer ao governo provincial foram unânimes em apontar a mata que circundava o rio Mucuri como o melhor local para a construção do degredo. A expectativa dos fazendeiros locais era a de que os militares utilizados na vigilância dos prisioneiros pudessem conter também a ação dos nativos que, de acordo com os relatos enviados à Câmara de Minas Novas, atacavam os exploradores que adentravam o Mucuri. Alguns daqueles fazendeiros já exploravam terras contíguas às matas do Mucuri. Entre esses proprietários, estão a família de Antônio José da Costa, que, como discutido, desde 1821, explorava e cultivava as matas que davam acesso ao rio Mucuri. Ao lado de outros fazendeiros como Joaquim José dos Santos Passos, Marcelo Pereira Guedes, Honório Esteves Ottoni, Manoel Soares Falcão, Manoel Lemos Soares, Quintiliano Lemos Soares, Francisco Fernandes dos Santos, Ignácio José Coelho, Luiz Rodrigues Saldanha, Casimiro Nunes de Moraes, Manoel de Almeida Pacheco e João Fernandes Pires, a família dos José da Costa e Antônio Coelho se manifestaram em prol da construção do degredo nas matas do Mucuri.⁴²³

⁴²⁰ APM. SP, PP1-33, caixa 130, documento n. 56 de 20 de outubro de 1834.

⁴²¹ Silvério José da Costa. Documento 1. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (Org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007, p. 23.

⁴²² PINTO, Antônio da Costa. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1837*. Ouro Preto: Tipografia Universal, 1837, p. XXIII-XXIV.

⁴²³ Silvério José da Costa. Documento 1; Francisco Teixeira Guedes. Documento 2; Joaquim José dos Santos Passos; Marcelo Pereira Guedes, Honório Esteves Ottoni, Manoel Soares Falcão, Manoel Lemos Soares, Francisco Lemos Soares, Quintiliano Lemos Soares, Francisco Fernandes dos Santos, Inácio José Coelho, Luiz Rodrigues Saldanha, Casimiro Nunes de Moraes, Manoel de Almeida Pacheco e João Fernandes Pires. Documento 3; João Alves de Araújo. Documento 4. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (Org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte, 2007.

De acordo com Silvério José da Costa, sua fazenda situava-se nas cabeceiras do rio Setúbal e estava distante cinco léguas das cabeceiras do rio Mucuri. Silvério informava que as matas do Mucuri eram abundantes em “excelentes terras de cultura e próprias para a criação de gado vacum e cavalari, pelas suas boas qualidades de pastagem”.⁴²⁴ Além disso, Silvério mencionava existirem ali muitas pedras preciosas e, possivelmente, ouro. O único empecilho para a extração e exploração dessas riquezas eram os índios, que, segundo Silvério, “tem privado a todos de explorarem com mais frequência os haveres daquelas matas para extraírem as pedras preciosas e ouro, e que incomodam com suas correrias aos moradores e fazendeiros vizinhos”.⁴²⁵

Silvério José da Costa tinha a expectativa de que o governo provincial, através da criação do degredo e colônia no Mucuri, promoveria a colonização dos nativos que habitavam aquelas terras, o que se pode constatar por um trecho de sua missiva, encaminhada ao governo provincial:

[...] e se o Exmo. Governo da Província permitir que ali no Mucuri, principalmente entre o dito rio e o de Todos os Santos, se crie a colônia e se forme o degredo, certamente se domesticarão com muita facilidade imensa quantidade de índios que vivem ainda independentes naquelas matas que correm entre os ditos rios.⁴²⁶

Seguindo a mesma tônica do discurso acima mencionado, Antônio José Coelho descreveu as terras que margeavam o Mucuri como as melhores possíveis para cultura e criação, com abundância de água de diferentes córregos e rios. Informou ainda que, além de todas essas benesses naturais, havia ali muitas pedras preciosas e a possibilidade de existir ouro.⁴²⁷ Para Antônio Coelho, o degredo deveria ser construído entre o rio Todos os Santos e o Mucuri, e afirmava que tal estabelecimento promoveria a “elevação do município de Minas Novas”. Nessa mesma linha de enaltecimento da fertilidade das terras do Mucuri e abundância de suas águas, seguiram as informações dos demais fazendeiros.

Ao escolher fazendeiros que tinham interesse em explorar aquelas matas, a Câmara construiu um discurso homogêneo, que legitimava o direcionamento da

⁴²⁴ Silvério José da Costa. Documento 1. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007, p. 23.

⁴²⁵ Idem, p. 23.

⁴²⁶ Idem, p. 24.

⁴²⁷ APM. SP, PP1-33, caixa 130, documento n. 63, de 12 de novembro de 1834.

construção do degredo no Mucuri, o que facilitaria a inserção dos fazendeiros na colonização daquelas terras.

Ao analisar a questão indígena, no século XIX, Manuela Carneiro da Cunha defende a hipótese de que, no Império, o interesse pelo índio “deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”.⁴²⁸ Acresce que, nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais, a mão de obra indígena era amplamente utilizada pelos colonizadores. Todavia, era a conquista territorial e a questão da segurança dos colonos e das rotas fluviais que direcionavam o processo da conquista.⁴²⁹ A análise feita neste estudo confirma essa hipótese de Carneiro.⁴³⁰ A elite de Minas Novas, ambiciosa por novas terras, demandava ao governo provincial apoio estrutural e militar para a dominação daqueles territórios, até então de domínio indígena, o que, na concepção local, só poderia ser feito por meio da sua civilização e seu amansamento.⁴³¹ Nesse sentido, um trecho do ofício de Silvério José da Costa é exemplar. De acordo com ele, no início daquele ano (1834), sucedeu que os índios mataram quatorze potros de sua fazenda. Em vez de responder à ação dos índios com violência, ele resolveu recepcioná-los e alimentá-los, conquistando, dessa forma, a lealdade e a amizade dos indígenas. De acordo com Silvério, foram recepcionados em sua fazenda “um número de mais de cinquenta, entre homens, mulheres e meninos, aos quais afaguei, dando roupa e gêneros comestíveis de minha lavoura, e eles se mostraram agradecidos e nenhum dano mais me fizeram até o presente”. Através de um contato amistoso, Silvério José da Costa procurava dominar os indígenas e atraí-los como mão de obra. Na Lista nominativa de 1831-1832, Silvério José da Costa informou que em

⁴²⁸ CUNHA, Manoela Carneiro da. Introdução à uma história indígena. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 16.

⁴²⁹ CUNHA, Manoela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 133.

⁴³⁰ Weder Ferreira da Silva e Regina Horta Duarte, ao analisarem a relação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, idealizada e gerida pela família Ottoni, também concordam que o interesse pelas terras habitadas pelos indígenas, assim como sua exploração acoplada à comercialização de suas riquezas naturais e construção de rotas comerciais, seja terrestre ou fluvial no Vale do Mucuri, foi a força motriz de colonização daquela região. Sobre o assunto, ver DUARTE, Regina Horta. *Conquista e Civilização na Minas Oitocentista*. In: OTTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Org.: DUARTE, Regina Horta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 31; SILVA, WEDER Pereira. *Colonização, política e negócios*: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009, p. 81-82. (Dissertação de mestrado).

⁴³¹ APM. SP, PPI-33, caixa 130, documento n. 63, de 12 de novembro de 1834; Documento 1, 2, 3, 4. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes (Org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

seu fogo habitava Rita Brasileira, índia de dez anos, que gozava da “condição de ser livre”.⁴³²

“Amansar” índio para utilizá-los como mão de obra era algo corriqueiro na freguesia de São Pedro. A família dos Gomes Leal era especialista nesse ofício. O patriarca mais antigo dessa família, localizado nesta pesquisa, foi Antônio Gomes Leal. Ele estabeleceu relações de colonização com os indígenas locais e frequentemente visitava as autoridades imperais e provinciais, acompanhado de um grupo de índios em demonstração do seu domínio sobre os indígenas de Minas Novas. Seu trabalho de domesticação dos nativos rendia-lhe benesses e títulos concedidos pelo governo, como se pode observar na ordem do governo provincial de 23 de novembro de 1822, determinando que se nomeasse Antônio Gomes Leal diretor dos índios no Alto dos Bois:

[...] o Governo Provisório encarregado por sua majestade O imperador de promover quanto seja possível a civilização dos índios reconhecendo que o suplicante do Requerimento incluso Antonio Gomes Leal, por si, e seu falecido Pai tem cooperado com louvável eficácia para tão importante ramo de administração Pública resolveu nomeá-lo Diretor dos índios do Alto dos Bois, como porém seja mister coadjuvar-se de gratidão com que possa auxiliar as despesas precisas para os diferentes objetos próprios a extrair os Índios e constituí-los uteis a si, e à sociedade, envia a V. Ex^a. o dito Requerimento para que fazendo-o presente na Junta da Fazenda, obtenha o suplicante benigno deferimento de sua pertença, a fim de que sirva de estímulo a outros Diretores, e assim se venha com mais brevidade a economizar as avultadas despesas que exige o entretenimento de Divisões, aliás indispensáveis para defender os fazendeiros, em quanto os índios se apresentam em atitude hostil⁴³³. [Grifos da pesquisadora].

Os Gomes Leal souberam atrair para os arredores de suas propriedades tribos inteiras, transformando-se, inclusive, em autoridades locais entre os indígenas. Ao visitar Minas Novas, em 1817, Saint-Hilaire, noticiou que Antônio Gomes Leal era responsável por instruir os indígenas “na religião, ensiná-los a ler, escrever, contar e a lavrar a terra, empregando-os aos colonos vizinhos”⁴³⁴.

⁴³² Lista Nominativa 1831-1832, fogo de Silvério José da Costa. Disponível em: www.poplín.cedeplar.ufmg.br

⁴³³ BN. Ordem do Governo Provisional determinando que a Junta da Fazenda nomeie Antônio Gomes Leal como diretor dos índios do Alto dos Bois por sua ajuda para a civilização dos mesmos [Manuscrito]. In: http://objdigital.bn.br/objdigital2-acervo_digital-div_manuscritos-mss1436001_1448077-mss1444016.pdf Acesso em 22 de junho de 2015.

⁴³⁴ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 211-212.

Em 1840, o governador da província de Minas Gerais, Jacinto da Veiga, fez elogios a Antônio Gomes Leal pelos serviços prestados à colonização indígena em Minas Novas. De acordo com o governador, Antônio Gomes Leal tinha uma atuação marcada pela amizade com os indígenas, conquistada por “meios suaves, e ainda à custa de sacrifícios pessoais e pecuniários”.⁴³⁵

A colonização dos indígenas era uma atividade rentável para a família Gomes Leal. Eles que forneciam “indígenas mansos” aos produtores da freguesia de São Pedro do Fanado. Antônio José Coelho admitia alimentar em sua fazenda vinte e cinco botocudos e um língua,⁴³⁶ domesticados por Antônio Gomes Leal.⁴³⁷ Ao dominar terras e índios, os fazendeiros de São Pedro do Fanado agiam coerentemente com o projeto da província de expansão do seu território e, conseqüentemente, constituíam uma nação civilizada, tarefa pretendida pelo governo imperial.⁴³⁸

Ainda que o interesse pela mão de obra indígena fosse importante, a exploração das terras do Mucuri era vista pelos fazendeiros como essencial para a civilização e o progresso do município, sendo o indígena um “problema” a ser resolvido. Assim como Silvério José da Costa, Antônio Coelho também defendia a urgência em colonizar os nativos. Para ele, as matas do Mucuri, lócus de riquezas, de terras férteis e de água abundante, apresentava um “embaraço”. Havia grande “infestação de botocudos selvagens” que causaram à sua fazenda grandes prejuízos, ao destruir suas plantações, criação do gado vacum e cavalariço, além de colocar em constante estado de perigo sua vida e a vida dos outros proprietários vizinhos.

De acordo com Coelho, a ação dos nativos deveria ser impedida pela presença do Estado e, para isso, Coelho sugeriu a instalação de “uma guarda no rio Mucuri”, o que dificultaria as invasões indígenas e promoveria a civilização do município de Minas Novas. Como contrapartida à presença militar no Mucuri, o fazendeiro se comprometia a construir uma estrada com seus próprios recursos, principiando em sua fazenda até o

⁴³⁵ Jacinto da Veiga. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1840*. Ouro Preto: Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1840, p. 443.

⁴³⁶ Língua era um índio que cumpria a função de intérprete.

⁴³⁷ APM. SP, PP1-33, caixa 131, documento n. 37, de 12 de maio de 1835.

⁴³⁸ É importante notar que, mesmo com o discurso de que o trabalho indígena era remunerado, o que denota uma estratégia de os fazendeiros de São Pedro do Fanado demonstrarem que cumpriam a lei, já que a escravização indígena era proibida,⁴³⁸ havia o que Isabel Missagia denominou “estratégia de escambo com os potentados locais” quando, em troca de proteção contra as aldeias rivais e comida, os índios, especialmente os falantes do maxacali, eram subjugados “à condição de escravos. Cf.: IZABEL Missagia. Povos em Movimento nos sertões do Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 79.

rio Mucuri. Além disso, incumbiu-se de fazer uma roça na dita estrada, com a finalidade de oferecer os “mantimentos de primeira necessidade”⁴³⁹ à possível comissão que realizaria os estudos para a construção do degredo. Isso denota o interesse desse fazendeiro em materializar a possibilidade de construção do degredo nas terras do Mucuri, feito que o beneficiaria em decorrência da proximidade de sua fazenda com o local que ele indicava como ideal para a construção da colônia para os presos. Coelho entendia que os militares ali instalados poderiam pôr fim à “infestação do gentio”, que, constantemente, “atacava sua fazenda e dificultava suas atividades na mata”.⁴⁴⁰ Em 1836, o engenheiro francês Victor Renault foi contratado pelo presidente da província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto, para analisar as potencialidades do Mucuri para navegação e para a construção do degredo.

Em Minas Novas, Victor Renault contou com a colaboração da Câmara dos Vereadores e com os fazendeiros locais. Estes entendiam que “por meio daquela empresa podiam se livrar dos índios”, além de explorarem as “matas” e construir uma comunicação imediata com o litoral”.⁴⁴¹ Victor Renault destaca que dentre os fazendeiros que contribuíram com sua expedição, Antônio José Coelho era o mais entusiasta, o que o levou a construir uma picada no meio da mata, ligando a sua fazenda Conceição até as proximidades da nascente do rio Mucuri, com o intuito de facilitar o trânsito do engenheiro naquelas matas. Cumpre descrever quem era Antônio José Coelho, já mencionado por diversas vezes.

Antônio José Coelho, diferente de José da Costa, residente nas cabeceiras do Ribeirão Sapé não teve vida política intensa. Nesta pesquisa, encontra-se apenas um registro de sua passagem pela câmara dos vereadores de Minas Novas, no período entre 1845 e 1848.⁴⁴² Entretanto, a ausência de uma vida política intensa não o fez menos importante naquela sociedade. Segundo Victor Renault, Antônio José Coelho era um “fazendeiro rico”, possuidor de “cento e tantos cativos”.⁴⁴³ Detentor do título de guarda-

⁴³⁹ APM. SP, PP1-33, caixa 131, documento n. 37, de 12 de maio de 1835.

⁴⁴⁰ As informações sobre o conflito entre indígenas e Antônio José Coelho também podem ser encontradas em RENAULT, Pedro Victor. Relatório da Exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos feita por ordem do Exmo. Governador de Minas Gerais pelo Engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. In.: *RPM*, v. 08, n.3,4, julho-dezembro, 1903, p. 1079.

⁴⁴¹ RENAULT, p. 1079.

⁴⁴² APM. PP1-33, caixa 132, documento n 62, PP1-33, caixa 136, documento n. 02; PP1-33 caixa 138, documento n. 46; PP1-33, caixa 142, documento n. 19; Despacho da Câmara de Minas Novas, 22 de fevereiro de 1849. IN: FORUM DE MINAS NOVAS, Inventário de Antônio José da Costa iniciado em 1842 e não finalizado.

⁴⁴³ RENAULT, 1903, p. 1079.

mor, Antônio José Coelho foi o proprietário mais afortunado encontrado nesta pesquisa,⁴⁴⁴ possuidor de um expressivo montante mor no valor de 90:324\$295 (Noventa contos, trezentos e vinte e quatro mil e duzentos e noventa e cinco réis).

Como outros moradores de Minas Novas, ele era português, natural do Porto, filho legítimo de Manoel João da Silva e Custódia Coelho Leal e, ao falecer, deixou seis filhos: Francisca José Coelho, Feliciano José Coelho, Jacintha Coelho, Antônio José Coelho Junior, Delfina José Coelho e Antônio Ernesto Coelho⁴⁴⁵.

A proeminência econômica de Antônio José Coelho ficou expressa nos utensílios descritos em seu inventário, sinalizando sua elevada posição econômica na freguesia de São Pedro do Fanado e a ostentação de sua moradia. Entre os artefatos, estavam doze pares de colheres de prata, duas facas de mesa de cabo de prata, um oratório grande com três imagens e um oratório pequeno de vidro com imagens. Entre os objetos de uso pessoal, destacam-se dois pares de fivelas de ouro, um chapéu de pelo fino, uma bengala e um chapéu armado com couro de folha. A casa de Antônio José Coelho era mobiliada por treze tamboretas, vinte e dois bancos, seis mesas e seis catres. Um candeeiro de metal juntamente com outros dois de folha e sete candeias de ferro iluminavam o recinto. Na cozinha, havia três caldeirões, um almofariz, quatro tachos de cobre, cinco bacias, uma caçarola e um jarro.

Realçavam-se, entre esses bens, dezessete propriedades, onde se produziam feijão, mandioca, milho e cana para produção de aguardente. Os louvados avaliaram nessas propriedades duzentos e quinze barris de aguardente, um canavial, quarenta alqueires de feijão, quatrocentos alqueires de milho e dois mandiocais. Esses produtos eram processados internamente nas propriedades, como se confirma em uma referência à existência de alambique, moinho, gangorra, prensa, e recipientes para armazenamento dos mantimentos, como caixas e garrações para depósito de cachaça.

Coelho também se dedicava à criação de gado *vacum* – possuía trinta e duas vacas, quarenta e três novilhos de dois anos, cinquenta e cinco novilhos de um ano, dezenove bois de carro – e quanto à criação de gado cavalariço e muar – vinte e sete éguas, doze cavalos, quinze mulas, quatro jumentos e três jumentas com cria. Para colocar em funcionamento toda a engrenagem econômica de suas fazendas, detinha a posse de

⁴⁴⁴ FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio José Coelho, maço 155, 1854.

⁴⁴⁵ FMN. Testamento presente no inventário *post-mortem* de Antônio José Coelho, maço 155, 1854.

noventa e oito escravos, constituindo a maior propriedade escravista identificada nesta pesquisa.⁴⁴⁶

Assim como a família dos José da Costa e dos Gomes Leal, Antônio José Coelho possuía propriedades às margens das matas circundantes ao Mucuri e, por isso, tinha grande interesse em que se efetivasse a colonização dos nativos, a fim de ampliarem suas propriedades agrárias.

Através da leitura do mapa da província de Minas Gerais, datado de 1847, de autoria de João José da Silva Teodoro⁴⁴⁷, foi possível georreferenciar as sedes das propriedades das famílias de Antônio José Coelho, dos Gomes Leal e dos José da Costa. Na Figura 11, mostra-se a fazenda Conceição, propriedade de Antônio Coelho, situada às margens do Ribeirão Sapé, através do ponto azul escuro, no atual município de Novo Cruzeiro; a fazenda Maurício, pertencente aos herdeiros de Antônio José da Costa, situada às margens do Rio Capivari está assinalada com o ponto laranja, no atual município de Minas Novas, nas proximidades da atual fazenda Alagadiço; e a fazenda de Antônio Gomes Leal, em Alto dos Bois, está identificada pelo ponto verde-escuro, no atual município de Angelândia. Observa-se que as referidas propriedades estavam localizadas no interior da freguesia de São Pedro do Fanado, avizinhandose das nascentes do Rio Mucuri, sobretudo, a fazenda Conceição, de Antônio José Coelho, limitada pela região denominada à época de Chapadão, o que corresponde atualmente aos limites dos municípios de Novo Cruzeiro-Vale do Jequitinhonha e ao município de Ladainha, na atual mesorregião do Vale do Mucuri, conforme se pode observar na Figura 15, a seguir.

⁴⁴⁶ Através da análise das listas nominativas de 1831 para o município de Minas Novas constatou-se que a média de escravo por domicílio era de 5,56%.

⁴⁴⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro-CODAC-Documentos cartográficos-[TEODORO, João José da Silva]. [1847], PD 04.

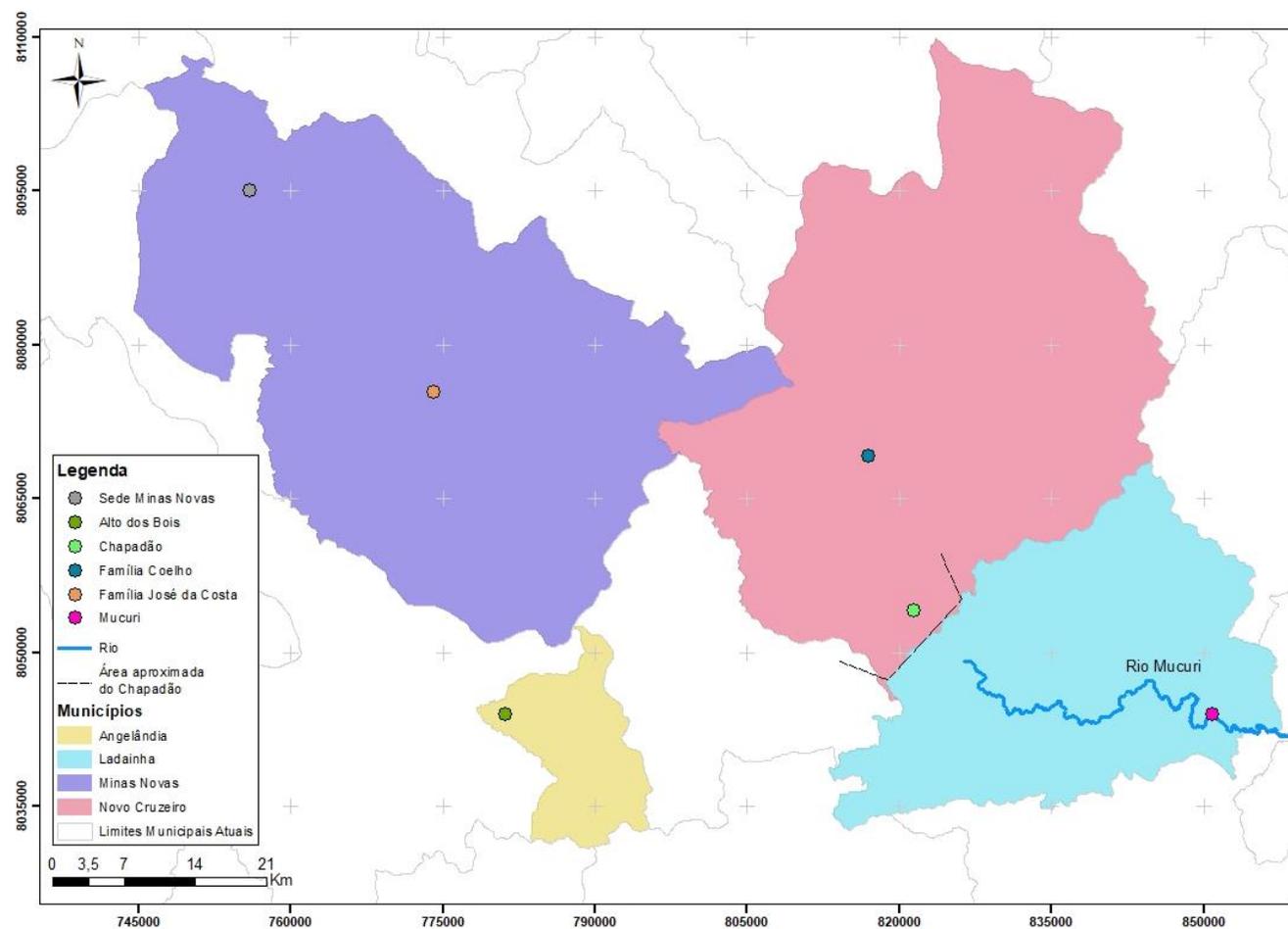


Figura 15: Localização de Minas Novas e das fazendas das famílias Coelho e José da Costa.

A colonização das matas vizinhas à freguesia de São Pedro do Fanado não era uma cobiça apenas da elite local. Em julho de 1837, Luiz Montesenhora, negociante estabelecido em Ouro Preto, em solicitação encaminhada ao governo da província, revelou que tencionava abrir uma colônia de estrangeiros em um terreno que fosse favorável à agricultura e à navegação. Segundo ele, as matas do Mucuri eram propícias à realização de tal projeto, por possuir um “rio navegável e com as melhores proporções para portas de embarque, oferecendo as mais seguras e mais fáceis comunicações com as praças do Rio de Janeiro e Bahia”. Luiz solicitava ao governo provincial que aprovasse o seu empreendimento, que, segundo sua avaliação, não traria prejuízos à “colônia de degredados e vagabundos que o governo tencionava ali estabelecer”.⁴⁴⁸

Os comerciantes baianos, desejosos da ampliação do comércio do algodão produzido em Minas Novas, também pressionavam o governo da província mineira por aberturas na mata do Mucuri. A instalação da indústria têxtil em Valença, na Bahia, era mais uma das frentes de pressão pela construção de vias de fácil comunicação do litoral baiano com os sertões de Minas Gerais. Em missiva enviada ao governador de Minas, Francisco de Souza Soares d’Andrea, em junho de 1846, o secretário do governo da província da Bahia ressaltava as dificuldades enfrentadas para concluir seu projeto de abrir uma picada para construção da estrada que atravessaria o Mucuri, ligando Minas Novas a Valença, na Bahia. Além de solicitar a colaboração do governo mineiro na abertura da estrada, o secretário da província baiana ressaltava que, em decorrência da instalação da companhia de fiação de algodão,⁴⁴⁹ em curso em Valença, os produtores iriam “preferir o porto de Valença ao do Rio de Janeiro”⁴⁵⁰ para a venda do algodão produzido no município de Minas Novas.

Entre os anos de 1815 e 1882, o termo de Minas Novas, de acordo com Cristiano Corte Restitutti, foi a principal área exportadora de algodão da província de Minas Gerais. Mesmo tendo maior proximidade com a Bahia, o algodão de Minas Novas era escoado para o Rio de Janeiro, através da fronteira central.⁴⁵¹ Em seus estudos,

⁴⁴⁸ Cf.: APM. SP, PP1-34, caixa 1, documento n. 2, de 04 de julho de 1837 e DUARTE, Regina Horta. *Conquista e Civilização na Minas Oitocentista*. In: OTTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Org.: DUARTE, Regina Horta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 23.

⁴⁴⁹ Sobre a fábrica têxtil Todos os Santos instalada em Valença-Bahia em 1836-1849 ver SANTOS, Silvana Andrade. *Entre roças, rotas e teares: o estabelecimento da fábrica têxtil Todos os Santos na Vila de Valença (Bahia, 1836-1849)*. In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*, de 08 a 11 de agosto de 2016, p. 1-8. Acesso em 01-09-2016 no endereço eletrônico: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org-resources-anais-42-1465604024_ARQUIVO_2016-AnpuhRio.pdf.

⁴⁵⁰ APM. PP1-36, caixa 2, documento n. 50 de 09-06-1846.

⁴⁵¹ RESTITUTTI, 2006, p. 152.

Restitutti afirma que, oficialmente, havia pouco algodão enviado para a Bahia. Para os últimos três semestres de 1815, Cláudia Chaves identificou, pela passagem do Caminho Novo, o mais elevado número de arrobas de algodão em ramas e em mantas, provenientes da Comarca do Serro Frio, região de localização de Minas Novas.⁴⁵² Com a abertura de estradas no Mucuri, o principal objetivo dos comerciantes baianos era competir com a praça comercial do Rio de Janeiro na compra do algodão de Minas Novas. Portanto, a colonização do Mucuri contemplava os interesses dos comerciantes baianos e dos fazendeiros de Minas Novas que seriam beneficiados com novas rotas de comércio e com a disponibilização de terras férteis para o cultivo agrícola.

A potencialidade agrícola e de navegação foi atestada por Victor Renault. Em seu relato de expedição pelos rios Mucuri e Jequitinhonha, Renault fez coro ao discurso dos fazendeiros de São Pedro do Fanado e afirmou que as terras já exploradas em Minas Novas estavam cansadas, produzindo apenas carrascos,⁴⁵³ o que resultava em perdas para o cultivo do algodão.⁴⁵⁴ A solução apontada por Victor era criar uma comunicação direta com o litoral, cultivar “fertilíssimas matas” e colonizar os nativos, necessidade latente de muitos fazendeiros que, “vendo que por meio dessa empresa [construção do degredo] podiam se livrar dos índios fizeram uma subscrição que subiu a 117\$000 (Cento e dezessete mil réis), quantia destinada a abertura de uma estrada, diminuindo, desse modo, a despesa do governo”⁴⁵⁵ e tornando sua expedição possível.

Mesmo com o laudo técnico, o degredo não saiu do papel, o que levou a Câmara de Minas Novas a se manifestar em 19 de junho de 1838, expressando seu descontentamento pela ausência de iniciativas que justificassem “tantas despesas que a nação fez ali absorver, ficando, por esse modo, desvanecidas as férteis esperanças que esse município [Minas Novas] concebido em princípio acerca do engrandecimento das propriedades de seus habitantes”.⁴⁵⁶ Para finalizar sua insatisfação, reiterava a Câmara,

⁴⁵² CHAVES, Maria das Graças. Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do século XIX. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG-Cedeplar, 2002, p. 13-14. Disponível em http://www.repositorio.ufop.br/bitstream-123456789-1390-1-EVENTO_MapasEstat%C3%ADsticosMinas.PDF. Acesso em 12 de novembro de 2016.

⁴⁵³ Carrasco se refere a terras que haviam sido exploradas e que abrigavam um tipo de vegetação rasteira.

⁴⁵⁴ RENAULT, 1903, p. 1078.

⁴⁵⁵ RENAULT, Pedro Victor. Relatório da Exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos feita por ordem do Exmo. Governador de Minas Gerais pelo Engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. In.: *RPM*, v. 08, n.3,4, julho-dezembro, 1903, p. 1079.

⁴⁵⁶ APM. SP, PP1-33, caixa 134, documento n. 38, de 19 de junho de 1838.

[...] é de grande utilidade que uma semelhante colônia seja construída naquele terreno [do Mucuri], cuja propriedade natural para o fim projetado está verificada pelos referidos encarregados, por tais considerações não deve esta Câmara omitir o intenso desejo que tem de vê-la progredir à benefício de toda a Comarca.⁴⁵⁷

Dessa maneira, a Câmara de Minas Novas expressava a desolação por não obter retorno dos investimentos feitos para o estudo do Mucuri.

4.3 O apoio dos fazendeiros de Minas Novas à Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri

Somente no fim da primeira metade do século XIX a elite de Minas Novas começou a concretizar os desejos de colonizar o Mucuri através da atuação de Teófilo Otoni e seu irmão Honório Benedito Ottoni que adquiriram, do governo da província de Minas Gerais e do Império do Brasil, concessões, favores e privilégios para criarem a Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri.⁴⁵⁸

Fazendeiros como Silvério José da Costa e familiares de Antônio José Coelho repetiram com Teófilo Ottoni as mesmas atitudes que tiveram com Victor Renault, por ocasião de sua expedição ao Mucuri. Silvério José da Costa dirigiu grupos de expedicionários que, sob a liderança de Teófilo Otoni, fizeram os primeiros contatos com os indígenas, para que a Companhia do Mucuri pudesse construir estradas, promover a navegação do Rio Mucuri e os fazendeiros estabelecerem suas fazendas.

Não se pode esquecer que a adesão dos fazendeiros de Minas Novas ao empreendimento dos Ottoni se deve também à proximidade da família Ottoni com a elite local. José Eloi Ottoni, tio dos irmãos Honório e Teófilo Ottoni foi na vila de Bom Sucesso de Minas Novas⁴⁵⁹, quando, em 1791, assumiu a cadeira de latim. Em Minas Novas, casou-se com Rosa do Nascimento, filha do coronel Manoel José Esteves,

⁴⁵⁷ APM. SP, PP1-33, caixa 134, documento n. 38, de 19 de junho de 1838.

⁴⁵⁸ DUARTE, Regina Horta. Conquista e Civilização na Minas Oitocentista. In: OTTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Org.: DUARTE, Regina Horta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 13.

⁴⁵⁹ BN. Coleção Casa dos Contos. OTTONI, José Eloi. Requerimento a Sua Majestade para que envie a procuração e o testamento do período em que trabalhou como professor de Gramática na vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 17 jul. 1809. 2 doc. (5 p.). Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br-sophia-index.asp?codigo_sophia=77742>. Acesso em: 4 nov. 2017.

residente naquela vila. Do matrimônio com Rosa do Nascimento nasceram os filhos Honório Esteves Ottoni e Edvigés Esteves Ottoni⁴⁶⁰. Honório Esteves Ottoni casou-se com Maria Pereira Guedes e atuou como camarista em Minas Novas, entre os anos de 1837 e 1840. As relações sociais e políticas estabelecidas pela família Ottoni em Minas Novas foram fundamentais para o apoio das famílias proprietárias do município ao projeto da Companhia do Mucuri, com destaque para as famílias José da Costa e Coelho. Feliciano Lopes da Silva, genro de Antônio José Coelho, foi um dos homens de confiança de Teófilo Ottoni que, em 1847, ano da primeira expedição de Teófilo Ottoni ao Mucuri, saiu de Minas Novas comandando um grupo de homens que, por meio de picadas na mata, cortaram o Vale do Mucuri até Santa Clara, local em que encontraram com Teófilo, o qual havia entrado pelo Mucuri através do litoral baiano. Sobre os homens de Minas Novas que o apoiavam, escreveu Teófilo Ottoni:

[...] a bandeira que veio ao meu encontro era composta de gente da melhor de Minas Novas, que a tudo se prestava para mostrar-me o entusiasmo com que a minha empresa era ali acolhida. Um dos expedicionários era um rico proprietário e meu falecido e saudoso amigo, Feliciano Lopes da Silva, o qual aceitando as minhas instruções, escreveu-me antes de entrar para a mata prometendo que a nossa bandeira ainda que fosse atacada pelos selvagens não faria uso das armas de fogo; que porém, lançando-se a mão sobre eles haviam de prender a alguns, e obrigá-lo a tomar conhecimento do nosso teor de catequese. Cumpria-se o pactuado.⁴⁶¹ [Grifos da pesquisadora]

Como mostrado no fragmento acima, Feliciano Lopes da Silva, aderindo à expedição de Teófilo Ottoni, adotou para si a prática de domesticação do indígena sem uso da violência, o que não pode ser visto como uma prática inovadora orientada por Teófilo Ottoni. Sabe-se que proprietários como Silvério José da Costa⁴⁶² e Antônio Gomes Leal⁴⁶³ já utilizavam o método da conquista através da “amizade” e “proteção do

⁴⁶⁰ IHGB. AZEVEDO, Moreira. Biografia dos Brasileiros Ilustres por armas, letras, virtudes, etc. José Eloy Ottoni lida na sessão de 5 de julho de 1872. *RIHGB*, Tomo 35, segunda parte, 1872, p. 504.

⁴⁶¹ OTTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Ottoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 51.

⁴⁶² OTTONI, Teófilo Benedito. Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comercio e Navegação do rio Mucury precedidas de uma exposição das vantagens da empresa por Teófilo Benedito Ottoni, documento número 1. Rio de Janeiro: Typ. E Const. de J. Villeneuve e Comp., 1847, documento número 1. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁴⁶³ Cf. MATTOS, Izabel Missagia. *Civilização e Revolta: Povos Botocudos e Indigenismo Missionário na Província de Minas*. Tese de doutorado apresentada a Universidade Estadual de Campinas em 2002.

indígena”, recebendo em troca sua docilidade na prestação de serviços nas fazendas destes senhores.⁴⁶⁴

A citação acima também traz outro relevante elemento para subsidiar a análise socioeconômica dos proprietários de terra que aderiram ao projeto de desenvolvimento liderado por Teófilo Ottoni. Como o próprio Ottoni descreve, Feliciano Lopes da Silva era um rico proprietário. Isso é ratificado não só pelas referências que a ele fez Teófilo Ottoni, como também pelos dados encontrados nas fontes aqui utilizadas. O cruzamento de dados a respeito de Feliciano Lopes da Silva, presentes em diferentes documentos, permitiu chegar a informações para traçar seu perfil socioeconômico.

Inicialmente, foi encontrado, nesta pesquisa, nas listas nominativas de 1830-31 do município de Minas Novas, com a idade de 36 anos,⁴⁶⁵ casado com Francisca José Coelho,⁴⁶⁶ filha de Antônio José Coelho, um dos fazendeiros interessados na colonização do Mucuri. Francisca José Coelho e Feliciano Lopes da Silva tiveram sete filhos: Antônio Lopes da Silva, Francisco Lopes da Silva, Feliciano Lopes da Silva (homônimo do pai), João, Guiomar, Izabel e Maria⁴⁶⁷.

O fogo chefiado por Feliciano Lopes da Silva era composto de sessenta e um escravos, com idades entre três anos e noventa e nove anos. A participação no empreendimento de Teófilo Ottoni rendeu à família de Feliciano Lopes seis posses de terra localizadas às margens do Rio Mucuri e seus afluentes, além de abrir caminhos para a inserção de seus herdeiros nos negócios da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri.

As posses de Feliciano Lopes da Silva (o pai), na região do Mucuri, foram registradas pelos seus herdeiros, após seu falecimento, em 1856, no livro 3 dos RPTs da

⁴⁶⁴ Sobre a prática de colonização pacífica do indígena colocada em curso por Teófilo Ottoni, Cf.: SILVA, WEDER Pereira. *Colonização, política e negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009, p. 98.

⁴⁶⁵ Não foi possível definir exatamente o ano de nascimento de Feliciano Lopes de Oliveira, pois as listas nominativas utilizadas nesta pesquisa foram elaboradas nos anos de 1830 e 1831, o que impossibilita saber com exatidão o ano em que Feliciano Lopes da Silva tinha 36 anos.

⁴⁶⁶ As informações sobre o estado civil de Feliciano Lopes da Silva, assim como também o nome de sua esposa, podem ser encontradas no Inventário de Antônio José Coelho, maço 155, localizado no Fórum de Minas Novas.

⁴⁶⁷ Os filhos de Feliciano Lopes da Silva são apresentados nas Listas Nominativas apenas com o primeiro nome. Pelo cruzamento das listas nominativas com os registros paroquiais de terra, foi possível chegar ao sobrenome deles, pois nos Registros Paroquiais de Terra a prole de Feliciano é apresentada com o nome e sobrenome; apenas as filhas Guiomar e Izabel não aparecem nos registros Paroquiais de Terra, o que impossibilitou chegar aos seus sobrenomes nesta pesquisa. Vale esclarecer também que Maria é apresentada como filha do casal no inventário *post mortem* de Antônio José Coelho e também no RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1810- 733, Dona Francisca José Coelho.

freguesia de São Pedro do Fanado. A primeira propriedade, declarada por Dona Francisca José Coelho, viúva de Feliciano Lopes da Silva, foi em nome de seu filho menor João, no registro 729. Nesse registro, a viúva relatou que seu filho João possuía “no Rio Mucuri um Ribeirão denominado Bemposta, bem abaixo do Quartel, pelo lado do Sul, por posse, feita por seu finado pai Feliciano Lopes da Silva, em dez de outubro de mil oitocentos e quarenta e sete”.⁴⁶⁸

Já no RPT 731, dona Francisca José Coelho declarou ser possuidora no “Rio Mucuri abaixo da primeira cachoeira, abaixo do Ribeirão de Todos os Santos, pela parte do Norte, um Ribeirão de terras de cultura, denominado Ribeirão de São Benedito, cuja extensão se ignora; havido por posse posta por seu finado marido aos dezoito de setembro de mil oitocentos e quarenta e sete”.⁴⁶⁹ Seus filhos Antônio Lopes da Silva⁴⁷⁰ e Francisco Lopes da Silva⁴⁷¹ também declararam que suas propriedades foram adquiridas por “posse feita por seu pai Feliciano Lopes da Silva”. O mesmo ocorreu com Antônio Ernesto Coelho, que se apresentou no RPT como genro de Feliciano Lopes da Silva e que “possui no morro do Galinho da parte leste uma sorte de terras de cultura, cuja extensão se ignora; havido por posse posta por seu finado sogro Feliciano Lopes da Silva”.⁴⁷²

A família de Lopes da Silva é, sobretudo, exemplo de como os fazendeiros de Minas Novas através da parceria com a Companhia do Mucuri apropriaram-se de terras e tornaram-se os maiores proprietários de terra encontrados nos RPTs de São Pedro do Fanado.

Dona Francisca José Coelho da Silva e seus filhos também fizeram parte do grupo dos primeiros foreiros de Filadélfia, com casas na localidade que viria a ser a atual cidade de Teófilo Otoni.⁴⁷³ Assim, os Lopes da Silva, herdeiros de Antônio José Coelho, alargaram seu patrimônio, expandindo-o nas conquistas de terras no Mucuri.

⁴⁶⁸ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1807- 729, Dona Francisca José Coelho.

⁴⁶⁹ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1808- 731, Dona Francisca José Coelho.

⁴⁷⁰ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1808- 730, Antônio Lopes da Silva.

⁴⁷¹ APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1809- 732, Francisco Lopes da Silva.

⁴⁷² APM. RPT da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1856. Cadastro1810- 734, Antônio Ernesto Coelho.

⁴⁷³ OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Otoni em 15 de outubro de 1857, p. 27. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes (org.) *Teófilo*

Mas a estratégia dos Lopes da Silva não consistia apenas na conquista das terras virgens, na consolidação de sua permanência nas novas terras. A extensão de suas propriedades também se fez por meio da compra de terras apossadas por terceiros. Tal prática foi colocada em ação por Dona Francisca Coelho da Silva que, após a morte do marido, passou a gerir os negócios da família, inserindo-se nas primeiras transações comerciais da terra no Mucuri, dedicando-se à instalação de engenhos e alambiques em suas propriedades.⁴⁷⁴

4.4 A expansão da fronteira agrícola na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas e o projeto de criação da província de Minas Novas.

No século XIX, o termo de Minas Novas foi cenário de duas frentes de exploração agrícola e de construção de vias de transporte que tinham como objetivo interligar a província de Minas Gerais ao litoral baiano. A proposta de criação da província de Minas Novas ocorre, portanto, em um momento de delineamento e disputas de projeto do que se queria como Estado Nacional para o Brasil. Ao se contrapor à perspectiva historiográfica defensora de que a Independência e a construção do Estado Nacional foi uma imposição para as elites regionais, Miriam Dolhnikoff argumenta que a “unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”⁴⁷⁵. Segundo a autora, para se entender o Estado brasileiro, faz-se mister analisar não apenas a elite central e a sua anuência ao discurso formulado por tal elite. É fundamental que se problematizem, também, as complexas relações entre o centro e as demais regiões. Isto porque “as elites regionais constituíram-se também como elite política”⁴⁷⁶ e seu desejo de autonomia estava imerso em um

Otoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁴⁷⁴ OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de maio de 1860, p. 32. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁴⁷⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 432.

⁴⁷⁶ Idem, p. 432.

arranjo nacional. Para a autora, o projeto de autonomia provincial foi possível por meio do pacto federalista selado nas reformas liberais de 1830 e mantidas com a revisão conservadora. Nesse pacto, as várias partes do território foram articuladas, mantendo a autonomia de cada uma delas, sob a direção do governo central. Dolhnikoff defende a revisão conservadora da década de 1840 que, apesar de ter feito modificações em alguns elementos da autonomia proporcionada pelas reformas liberais de 1830, não constituiu o fim da mencionada autonomia⁴⁷⁷. Isto porque [...]

[...] tanto conservadores como liberais defendiam modelos cujas diferenças não impediam a existência de pontos comuns, entre eles a defesa de que o centro deveria estar aparelhado para promover a articulação do todo, e ao mesmo tempo, deveria conviver com a autonomia das partes, de forma que integrasse ao estado os grupos nelas dominantes⁴⁷⁸

A autonomia regional seria um antídoto para as rebeliões separatistas, pois poderiam atingir distantes localidades, comprometendo-as com a construção do Estado Nacional. Miriam Dolhnikoff admite que a manutenção da unidade territorial pós 1830 decorreu do convívio da autonomia com o centro, assumindo, dessa maneira, características federalistas⁴⁷⁹. Conforme argumenta Martins, os primeiros anos de inauguração do Estado Nacional foi marcado por uma assimetria entre as províncias, situação oriunda das “diferenças em tamanho, população, riqueza e reforçada pelos critérios que definiram o número de representantes de cada província na Câmara”⁴⁸⁰. Isso possibilitava às províncias de maior representação mais articulação na defesa de seus interesses. Para Castro, a década de 1840 foi marcada por discursos no Parlamento em que se debatia uma nova divisão territorial. Entretanto, “não se ousava propor reformas demasiadamente arrojadas, por medo de se alterar ainda mais os ânimos das elites provinciais”⁴⁸¹. Em Minas Gerais, as discussões sobre a provincialização, ou seja, criação de novas províncias, segundo Castro, “estavam relacionadas muito mais as conveniências administrativas e disputas parlamentares do que a interesses de ordem

⁴⁷⁷ DOLHNIKOFF, 2003, p. 433.

⁴⁷⁸ Idem, p. 433.

⁴⁷⁹ Idem, p. 33.

⁴⁸⁰ MARTINS, Herbert Toledo. Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná. *Acta Sci. Human Soc. Sci.* Maringá, v. 30, n. 1, 2008, p. 10.

⁴⁸¹ CASTRO, Pérola Maria Goldefe Borges de. *Minas do Sul: espaço e política no século XIX*. Jundiá, Paco Editorial: 2016, p. 81.

militar sobre a integridade territorial do Império”⁴⁸². Desde a revolta liberal de 1842, existia uma desconfiança em relação à estabilidade política de Minas Gerais, o que levou muitos deputados a proporem a revisão dos limites de Minas, seja “emancipando algumas de suas regiões ou as anexando a outras unidades administrativas”⁴⁸³. Essas discussões estiveram presentes nos debates da quinta legislatura (1842-1844), pautada por discussões concernentes ao arranjo administrativo do Império. “Muito se discutiu, porém, poucos projetos foram concretizados, dada a interrupção dos trabalhos parlamentares pela ascensão de membros do partido de oposição ao poder”⁴⁸⁴, o quinquênio liberal de 1844-1848.

Na década de 50, a organização do território brasileiro sofreu alterações com a criação da Província de Amazonas (1850) e de Curitiba (1853). Os debates acerca da reconfiguração do território mineiro retornaram aos debates parlamentares. Ana Paula Ribeiro Freitas afirma que a bancada mineira que compunha a nona legislatura (1853-1856) “precisou enfrentar as representações de diversas freguesias mineiras que “sinalizavam para um descontentamento das diversas elites locais em relação ao pertencimento a uma província tão extensa”⁴⁸⁵. A autora analisa a influência dos debates da criação da província do Amazonas e de Curitiba sobre as câmaras municipais de Campanha, Pouso Alegre, Lavras, Baependi, Cristina, Itajubá, Três Pontas, Jacuí e Passos. Essas câmaras enviaram à assembleia provincial representações para a criação da província de Minas d’Entre Rios, dando origem ao movimento chamado de Diretório de Campanha, em 1854, em prol da criação da nova província ⁴⁸⁶.

Nesse clima de discussões sobre a reorganização do território mineiro, o norte de Minas Gerais buscou no Parlamento maior controle legislativo sobre a área de colonização que se alargava, às margens dos rios Mucuri e Jequitinhonha, apresentando o projeto de criação da província de Minas Novas em 1856. Há de se considerar que essas discussões sobre a autonomia legislativa de partes da província de Minas Gerais ocorreram no período que ficou conhecido como gabinete de conciliação (1853-1857), presidido pelo marquês de Paraná, em que se debateu e aprovou a reforma eleitoral de 1855, a qual visava modificar o sistema eleitoral, estabelecendo o voto distrital, “com a

⁴⁸² CASTRO, 2016, p. 83.

⁴⁸³ Idem, p. 84.

⁴⁸⁴ Idem, p. 81.

⁴⁸⁵ FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015, p. 104.

⁴⁸⁶ Idem, p. 105.

divisão da província em pequenos círculos eleitorais que elegeria um deputado, cada um deles”⁴⁸⁷. O intuito era aumentar o poder local, em face dos grupos políticos provinciais. Para isso, ficou “vedada a eleição das autoridades capazes de desviar o eleitor de sua livre escolha”⁴⁸⁸, como os presidentes de província e seus secretários, os comandantes de armas, generais, os inspetores de fazenda geral e provincial, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados, os juizes de direito e municipais⁴⁸⁹. Portanto, entende-se, neste trabalho, que a discussão acerca dos entraves para melhor representação local e de atendimento aos interesses locais motivou também as elites locais a demandarem maior espaço no jogo político imperial, a fim de defenderem seus interesses, o que se materializou em projetos de provincialização, inclusive, o de criação da província de Minas Novas. Há de se mencionar que especialmente o termo de Minas Novas vivenciava nesse período uma expectativa de crescimento econômico para a região.

A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, sob direção de Teófilo Ottoni, atuava na região leste do termo de Minas Novas, promovendo a navegação do rio Mucuri, construindo estradas carroçáveis com o intuito de ligar o litoral baiano às comarcas do norte de Minas pelo vale do Mucuri. Já na parte nordeste do termo de Minas Novas, o governo da província da Bahia apostava na exploração do rio Jequitinhonha, com obras de limpeza e de construção de canais e estradas às margens do Jequitinhonha, principiando na foz do rio, em território baiano, e adentrando o seu leito atingindo também o território mineiro banhado pelas águas do Jequitinhonha.

Na primeira metade do século XIX, O rio Jequitinhonha já era explorado por comerciantes baianos e mineiros do termo de Minas Novas que transitavam pelo seu leito, utilizando canoas. Entretanto, em várias partes do rio Jequitinhonha, havia cachoeiras que impossibilitavam a navegação, obrigando os canoeiros a retirarem as mercadorias transportadas da canoa e transportá-las por terra até alcançarem novamente o trecho navegável do rio. Eliminar esse tipo de problema e potencializar a navegabilidade do Jequitinhonha era pauta dos discursos dos presidentes de província de Minas Gerais. Em 1837, Antônio da Costa Pinto chamava atenção da Assembleia Legislativa Provincial para a necessidade de um estudo técnico do rio Jequitinhonha.

⁴⁸⁷ FREITAS, 2015, p. 25.

⁴⁸⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012, p. 425.

⁴⁸⁹ Idem, 425.

Em 1843, Francisco José de Souza d'Andréa, então presidente da província de Minas Gerais, classificou o Jequitinhonha como detentor de “um manancial de imensas riquezas”, merecedor de investimentos governamentais⁴⁹⁰. Ele propunha uma cooperação entre as províncias de Minas Gerais e da Bahia e do Governo Geral para a organização de uma Companhia de Navegação do rio Jequitinhonha. A proposta de D'Andrea era que, inicialmente, a Companhia deveria ser financiada com recursos públicos e no decorrer do tempo suas ações seriam vendidas e particulares assumiriam a direção dos trabalhos da empresa⁴⁹¹. D'Andrea sugeria ainda que a sede da Companhia de Navegação do Jequitinhonha fosse situada nos limites das províncias de Minas Gerais e Bahia⁴⁹², simbolizando a parceria de ambos os governos na exploração do Jequitinhonha.

D'Andrea tentava convencer os deputados mineiros de que os benefícios econômicos de tornar o Jequitinhonha navegável seriam maiores que aqueles propiciados com a navegação do rio Doce, pois o Jequitinhonha teria a vantagem de “entrar no mar por um porto muito frequentado, tornando marítimos muitos lugares do interior desta Província [Minas Gerais]”⁴⁹³. Para fundamentar sua argumentação, D'Andrea defendia que o Jequitinhonha já apresentava um incipiente transporte fluvial, sendo [...]

[...] navegado desde S. Miguel até Belmonte por mais de 60 canoas de 130 arrobas, tendo por único obstáculo de S. Miguel para baixo a cachoeira do Salto Grande, que se evita com um varadouro de quarto de légua, e recebendo-se anualmente em S. Miguel, e daí para cima até o porto do Calhau, uns doze mil alqueires de sal e outros gêneros; [no rio Jequitinhonha] desce algodão, couro, gado, toucinho e mais gêneros em troca dos importados; o que tudo quer dizer mui claramente que a sua navegação é muito interessante, e não é impossível.⁴⁹⁴

Apesar de haver a defesa de D'Andrea, não houve nenhuma intervenção governamental no sentido de materializar a Companhia de Navegação do Jequitinhonha por parte da província de Minas Gerais. A partir de 1847, a discussão do governo

⁴⁹⁰ D'ANDREA, Francisco José de Souza Soares. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1843*. Ouro Preto: Typ. Do Correio de Minas, 1843, p. 37.

⁴⁹¹ D'ANDREA, 1843, p. 37.

⁴⁹² Idem, p. 38.

⁴⁹³ Idem, p. 38.

⁴⁹⁴ Idem, p. 45-46.

provincial sobre a navegação fluvial no nordeste da província passou a ter como tema central a navegação do rio Mucuri.

O projeto de navegação do Jequitinhonha ficou abandonado por cerca de três anos, quando voltou a ser objeto de debate governamental, por ocasião dos laudos técnicos do engenheiro João José da Silva Teodoro, designado pelo governo mineiro para fazer uma análise dos trabalhos realizados pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Teodoro percorreu o interior do termo de Minas Novas, visitou as estradas em construção que ligavam Minas Novas ao porto de Santa Clara, sob responsabilidade da Companhia do Mucuri, bem como examinou as dificuldades e vantagens da navegação do Mucuri. O parecer emitido por Teodoro foi negativo em relação aos benefícios e lucros que o governo mineiro esperava angariar com a navegação e comércio do Mucuri, pois, segundo o engenheiro, o rio Mucuri possuía muitos rochedos, cachoeiras e um volume de água muito baixo, que poderia “ser comparado quando muito com a metade das [águas] do rio Jequitinhonha”. Além disso, Teodoro apontava que o Mucuri continha muitas cachoeiras e correntezas rápidas, obrigando constante descarga das canoas e transporte de mercadorias por terra⁴⁹⁵. O enaltecimento das águas do Jequitinhonha em relação às águas do Mucuri surtiu efeito no governo da província da Bahia que resgatou o antigo projeto do governo mineiro de melhorar e potencializar a navegação do Jequitinhonha.

Francisco Gonçalves Martins, então presidente da província da Bahia, em fala na Assembleia Provincial da Bahia, em 1852, apontou para a necessidade de se promover a navegação a vapor do Jequitinhonha e do rio Pardo e através desses rios integrar o comércio dos sertão e litoral baianos com o nordeste da província de Minas Gerais. Para cuidar de tal projeto, Martins designou o engenheiro Inocêncio Vellozo Pederneiras como responsável pela execução das obras de melhoria da navegação do Jequitinhonha. O projeto de navegabilidade do Jequitinhonha contemplava também a realização de aldeamentos dos indígenas habitantes nas margens do rio e a instalação de destacamentos policiais em áreas de carga e descarga de mercadorias, além da construção de centros de povoamento agrícola no curso do rio. Martins argumentava que, com essa iniciativa, a vila de Canavieiras e os sertões da comarca baiana de

⁴⁹⁵ Informações do relatório do engenheiro João José da Silva Teodoro. In: SEQUEIRA, Alexandre Joaquim. *Abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial*. Ouro Preto: Tipografia Social, 1950, p. 10-11, 14.

Conquista seriam beneficiados pela potencialização do comércio com o nordeste mineiro através dos Rios Pardos e Jequitinhonha⁴⁹⁶.

Em 1852, em discurso na abertura da Assembleia Provincial da Bahia, Martins explanou sobre as primeiras providências a serem adotadas na navegação do Jequitinhonha. A primeira medida a ser implementada para incentivar a navegação do Jequitinhonha consistiria em policiar as margens do Jequitinhonha, impedindo a ação dos indígenas, criminosos fugitivos do litoral e dos centros mais povoados da província de Minas Gerais que buscavam refúgio nas matas do Jequitinhonha, região caracterizada por Martins de “neutra” por não contar com a ação das autoridades mineiras ou baianas⁴⁹⁷. A segunda medida a ser implementada seria a navegação a vapor no Jequitinhonha. De acordo com Martins, enquanto o transporte por terra, de Minas Novas ao centro comercial do Rio de Janeiro, gastava em média dois meses, o uso da navegação a vapor em substituição às canoas promoveria um rápido e seguro transporte, colocando os agricultores do norte mineiro em contato com o centro comercial baiano em um intervalo de 15 dias, consolidando a preferência dos mineiros do norte da província pelo centro comercial da Bahia.

O projeto de navegação do Jequitinhonha defendido por Martins abarcava todo o rio principiando na parte baiana e adentrando o território mineiro até as proximidades de Minas Novas. O lado mineiro, de acordo com Martins, “abandonado pelas autoridades mineiras que empregam naturalmente esforços para outros lados” necessitava de destacamentos policiais que deveriam ser financiados pelo governo mineiro. Para isso, Martins sugeria à Assembleia Provincial busca de apoio financeiro do governo mineiro por intermédio do governo imperial para instalação de um destacamento militar nos povoados de São Miguel do Jequitinhonha e Salto, além da ampliação da estrada que contornava a cachoeira do Salto – região em que a navegação era interrompida pela presença de elevada cachoeira – tornando-a carroçável, possibilitando o transporte de maiores porções de gêneros do Porto do Salto até o “Porto de Baixo” – parte navegável do Jequitinhonha, situada no território baiano⁴⁹⁸.

⁴⁹⁶ MARTINS, Francisco Gonçalves. *Abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia*. Bahia: Tipografia Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1852, p. 46-47.

⁴⁹⁷ MARTINS, 1852, p. 47.

⁴⁹⁸ Idem, p. 48.

A manifestação do governo baiano teve aparente receptividade na província de Minas Gerais. Em fala dirigida à Assembleia Provincial de Minas Gerais o presidente de província Luiz Antônio Barboza fez a seguinte declaração:

[...] inteirado da utilidade da comissão que foi encarregado o capitão de engenheiros Inocêncio Vellozo Pederneiras nomeado pelo Ex. presidente da Bahia, expedi as convenientes ordens às Câmaras municipais e autoridades policiais da Comarca do Jequitinhonha, a fim de o auxiliarem com todos os meios à sua disposição na direção e execução de todas as obras à bem da navegação dos rios Pardos e Jequitinhonha. A empresa de que foi incumbido este oficial se for coroada de feliz sucesso, como é de esperar-se, atenta à natureza dos recursos, que foram postos à sua disposição, por ambos os governos trará milhares de benefícios, como melhoramento da navegação, e polícia dos sobreditos rios e seus tributários, aldeamento de índios, abertura de estradas, em ordem à favorecerem o estabelecimento de povoações agrícola e desenfestar a navegação dos riscos das incursões dos selvagens, dos facinorosos, que pelos rios sobem e descem, e se acoitam em suas margens⁴⁹⁹.

Em setembro de 1852, a província de Minas Gerais recebeu um ofício do governo geral solicitando o envio de 8:000\$000 (oito contos de réis) para a província da Bahia com a finalidade de cobrir gastos com a navegação e policiamento do Alto Jequitinhonha, parte mineira do rio Jequitinhonha⁵⁰⁰. Tais recursos, segundo Luiz Antônio Barbosa, foram disponibilizados pelo governo mineiro ao engenheiro Vellozo, encarregado de tais trabalhos.

Entretanto, o governo baiano parecia mais interessado no Jequitinhonha que a província de Minas Gerais. A defesa de investimento na navegação do Jequitinhonha foi amplamente defendida pelos presidentes que passaram pela província da Bahia entre os anos de 1852 e 1855. João Maurício Wanderley, em fala na abertura da Assembleia Provincial ocorrida em março de 1853, fez a seguinte avaliação do comércio entre a Bahia e o nordeste de Minas Gerais:

[...] considerando-se as vantagens que pode tirar a população do território da Província de Minas, banhado pelo Jequitinhonha e seus afluentes, de suas relações comerciais com a praça da Bahia por meio d'aquela grande via natural de comunicação, não se concebe como é que ainda hoje a maior parte dos gêneros de importação que se ali consomem, é transportada do Rio de Janeiro à costas de animais. Quatro vezes menor é a despesa de transporte pelo Jequitinhonha do que pela estrada geral da capital do Império para o norte daquela

⁴⁹⁹ BARBOZA, 1852, p. 8.

⁵⁰⁰ Idem, p.29.

província, entretanto, o comércio das comarcas do Jequitinhonha, Serro e São Francisco faz-se quase todo com o Rio de Janeiro⁵⁰¹.

Segundo Wanderley, a falta de policiamento e investimentos no Jequitinhonha impediu que a Bahia se beneficiasse do comércio de ouro e diamante produzido no nordeste da província mineira. O mesmo havia se repetido com o comércio do algodão produzido em Minas Novas. Entretanto, com o aumento da população mineira e a expansão da atividade agrícola, faltava-lhes apenas um mercado consumidor para a produção ali gerada. Diante de tal cenário, o governo baiano entendia que era o momento ideal para oferecer aos mineiros das comarcas do Norte o mercado consumidor. Para isso, o governo baiano entendeu que o melhor seria iniciar com a remoção dos obstáculos à navegação e ao comércio no Jequitinhonha.

Para este fim obteve do Governo Geral o necessário crédito, e mandou para ali o major do corpo de engenheiros Inocêncio Vellozo Pederneiras, munido dos convenientes recursos para executar os trabalhos de maior urgência, tendentes à minoração dos obstáculos materiais da navegação, regularizar e policiar esta navegação de modo a facilitar o comércio, abrir picadas laterais e melhorar as que já existem, estendendo este mesmo trabalho ao Rio Pardo, no intuito de comunicar nosso centro com a costa, e também a porção da Província de Minas banhada pelos ditos rios⁵⁰².

O primeiro ano de trabalho do governo baiano no Jequitinhonha promoveu maior intercâmbio comercial entre Minas Gerais e Bahia. No ano de 1853, foi registrado o transporte de duzentas cargas de algodão oriundas do município de Minas Novas via Jequitinhonha até o Belmonte e, posteriormente, conduzidas para Salvador. Em contrapartida, as canoas retornaram carregadas de sal e de outros gêneros, compradas da praça comercial de Salvador. Apesar de a Província da Bahia se beneficiar com a ação da Companhia do Mucuri, que ligava as comarcas do norte de Minas ao porto de Porto Alegre, o governo baiano entendia que a referida Companhia tinha como preferência a praça comercial do Rio de Janeiro e não Salvador⁵⁰³. Isso justificava, por sua vez, a necessidade da navegação do Jequitinhonha com vistas ao intercâmbio comercial entre Minas Novas e Salvador.

A navegação do Jequitinhonha surgia, dessa forma, como concorrente à Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, da família Ottoni e de acionistas. Em

⁵⁰¹ WANDERLEY, João Maurício. Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia em 1º de março de 1853. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853, p. 77.

⁵⁰² WANDERLEY, 1853, p. 78.

⁵⁰³ Idem, p. 32.

1853, Antônio Barboza, presidente da Província de Minas Gerais, constatou que o Jequitinhonha despontava como o “escolhido para disputar ao Mucuri a preponderância do comércio no norte de Minas”. Ponderava, porém, que o território do nordeste de Minas era vasto, o que o tornava capaz de atender as demandas das duas empresas, “sem o receio de que elas se destruam mutuamente”. Argumentava, ainda, que era função do poder público proteger e incentivar as empresas em curso, na expectativa de que a concorrência trouxesse prosperidade para a província⁵⁰⁴.

As notícias sobre a navegação do Jequitinhonha e a concorrência com a Companhia do Mucuri percorreram as páginas da imprensa carioca. O Jornal do Comércio informou, em 1854, que quinhentas canoas haviam percorrido o porto de Belmonte até o povoado do Calhau, considerado na época importante entreposto comercial entre a cidade de Minas Novas e o litoral baiano, onde se carregavam as canoas que iriam descer o Jequitinhonha até o litoral. De acordo com o citado jornal, as quinhentas canoas conduziram 29.985 alqueires de sal, o que revelava a potencialidade do comércio que se configurava no rio Jequitinhonha, e o validava como concorrente aos negócios da Companhia do Mucuri⁵⁰⁵. Do lado baiano, o governo garantia que “as duas empresas em nada se prejudicam, e se há rivalidade é no maior bem, que ambas procuram fazer, aproximando a população de importantes Províncias e franqueando ao seu comércio esses rios até agora abandonados à barbaridade”⁵⁰⁶.

Apesar das declarações amistosas dos governos de Minas Gerais e da Bahia acerca dos dois empreendimentos comerciais em curso no termo de Minas Novas, a navegação do Jequitinhonha gerava desvantagens à Companhia do Mucuri. Em dezembro de 1851, Teófilo Otoni enviou um ofício ao governo da província de Minas Gerais relatando as dificuldades encontradas em adquirir trabalhadores em Minas Novas para atuar nos empreendimentos em curso efetuados pela Companhia do Mucuri. Teófilo Otoni atribuía tais dificuldades aos estudos realizados e divulgados pelo engenheiro Vellozo acerca das potencialidades de navegação a vapor do Jequitinhonha. Segundo a análise do presidente de província de Minas Gerais, Luiz Antônio Barboza, a ação do governo baiano naquela área do termo de Minas Novas, juntamente com o

⁵⁰⁴ BARBOZA, Luiz Antônio. *Relatório apresentado ao seu sucessor José Lopes da Silva Vianna*. Ouro Preto, 1852, p.20.

⁵⁰⁵ OTTONI, Teófilo Benedito. *Companhia do Mucuri. História da Empresa. Importância dos seus privilégios. Alcance de seus projetos*. Rio de Janeiro. Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1856, p. 13. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes (org.). *Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo público Mineiro, 2007.

⁵⁰⁶ WANDERLEY, 1853, p.80.

parecer do engenheiro Teodoro acerca das dificuldades de navegabilidade do Mucuri, “esfriou os ânimos dos habitantes de Minas Novas pela navegação do Mucuri”⁵⁰⁷.

Diante de tal contexto, Teófilo Ottoni defendeu a Companhia do Mucuri como detentora do melhor projeto de integração do termo de Minas Novas ao litoral, inclusive, dos distritos banhados pelo Jequitinhonha. Em ofício encaminhado a Joaquim José de Araújo Maia, em 1853, e posteriormente encaminhado ao governo da província de Minas, Teófilo Ottoni declarou que todos os povoados banhados pelo Jequitinhonha e situados na região nordeste do município de Minas Novas, como os distritos de Itinga e Calhau, seriam contemplados pela construção de estradas que colocariam tais povoados em comunicação com o porto de Santa Clara nas proximidades de Filadélfia, fazendo com que tais distritos preferissem estabelecer relações comerciais com o centro administrativo da Companhia do Mucuri e abandonar a navegação do Jequitinhonha e o comércio com o porto de Belmonte na Bahia⁵⁰⁸.

Na competição com o comércio estabelecido pelo Jequitinhonha, Ottoni contava com um forte aliado: a inércia do governo mineiro no auxílio financeiro à navegação do Jequitinhonha. Apesar da liberação inicial de oito contos de réis que atendia a uma solicitação do império para a navegação do Jequitinhonha, o apoio da província de Minas Gerais ficou restrito ao campo discursivo. As reclamações do governo baiano e do engenheiro Vellozo Pederneiras são constantes na documentação consultada. Em relatório apresentado às Províncias da Bahia e de Minas Gerais, em 1854, Vellozo Pederneiras informava que os recursos disponibilizados pela província de Minas Gerais não eram suficientes para solucionar os problemas de segurança na parte mineira do Jequitinhonha. Vellozo apontava que o baixo Jequitinhonha se encontrava em plenas condições navegáveis e com segurança garantida, dados os investimentos da província da Bahia. Como exemplo, o engenheiro citava que, em 1852, havia sido instaurado um destacamento militar em Cachoeirinha, local em que os canoeiros descarregavam suas canoas e transportavam a mercadoria por terra até ultrapassarem as cachoeiras do trecho. O destacamento policial ali instaurado era estratégico e visava justamente diminuir a ação de assaltantes que constantemente agiam naquele trecho de parada

⁵⁰⁷ BARBOZA, Luiz Antônio. *Relatório apresentado ao seu sucessor José Lopes da Silva Vianna*. Ouro Preto, 1852, p. 20.

⁵⁰⁸ OTTONI, Teófilo Benedito. Ofício encaminhado à Joaquim José de Araújo Maia, p.7. In: BARBOZA, Luiz Antônio. *Relatório apresentado na sessão ordinária da Assembleia Provincial de Minas Gerais*. Ouro Preto: Typ. Do Bom Senso, 1853.

forçada para os canoeiros⁵⁰⁹. Já, no Alto Jequitinhonha, apontava o engenheiro, região sob a responsabilidade da província de Minas Gerais, a desordem era predominante, representando ameaça aos trabalhos realizados pelo governo baiano na foz do Jequitinhonha. Para citar exemplos da ação de grupos desordeiros, Vellozo narrou um episódio em que um assassino adentrou o Jequitinhonha acima, juntamente com um grupo de indígenas e, no distrito de Calhau, “ameaçaram, insultaram a quem quiseram e retiraram quando lhes bem pareceu” sem que nenhuma autoridade local tomasse atitudes enérgicas para aprisionar o assassino e seus companheiros. Vellozo enfatizava que [...]

[...] fatos semelhantes, ainda que de menor importância se repetem frequentemente em todo o Alto Jequitinhonha, podendo talvez considerar como única exceção a povoação do Salto, onde além do da vizinhança do destacamento da Cachoeira, a bem conhecida energia e atividade do subdelegado, o Sr. Felício Celestino da Motta, por alguma forma tem suprido a falta de força. Contudo é tão importante aquele ponto, tanto pode a anarquia ali influir na perturbação da ordem que temos alcançado no baixo Jequitinhonha.⁵¹⁰

Vellozo atribuía a insegurança no alto Jequitinhonha à falta de investimento do governo mineiro na região. Ele informava que, apesar das solicitações do governo baiano, via governo central, para se criar destacamentos militares no alto Jequitinhonha, o governo de Minas Gerais nada havia “providenciado acerca do dinheiro necessário à execução desta ordem”⁵¹¹.

Apesar do parco apoio mineiro, Vellozo relatou que várias iniciativas estavam em curso, como a remoção de pedras no leito do rio, o que proporcionava maior rapidez no transporte, pois evitava a constante descarga das canoas para ultrapassagem de tais empecilhos, desobstrução dos canais de Poassu que ligava o Jequitinhonha e rio Pardo ao Porto de Canavieiras, por onde se pretendia construir a passagem dos vapores da navegação costeira. Além disso, havia os trabalhos com a ampliação da estrada lateral ao Jequitinhonha, promovendo limpeza das picadas já existentes e aberturas de novos veios terrestres onde não existiam, construindo, desse modo, uma via de comunicação terrestre entre o distrito de Calhau, atual cidade de Araçuaí, a Porto Seguro, no litoral

⁵⁰⁹ APM. SP, P. P 45, Caixa 01. PEDERNEIRAS, Inocêncio Vellozo. Relatório do Major de Engenheiros Inocêncio Vellozo Pederneiras. Comissão dos Rios Pardo e Jequitinhonha. Janeiro de 1854, p. 2.

⁵¹⁰ Idem, p.3.

⁵¹¹ Idem.

baiano. Sobre a estrada na parte mineira, Vellozo apresentava as mesmas queixas de abandono financeiro por parte do governo mineiro⁵¹².

Para realizar a limpeza do leito do Jequitinhonha e Pardo, bem como a construção de estradas que margeavam tais rios, o governo baiano contava com vinte e sete africanos livres, cinco meninos com idade entre 14 e 16 anos e vinte e oito mulheres. Beatriz G. Mamigonian aponta que no século XIX foi comum valer-se de trabalho de africanos livres em obras públicas. Os africanos livres eram “aqueles emancipados em obediência às medidas de repressão ao tráfico”.⁵¹³ A autora analisa que, ao serem emancipados, os africanos deveriam cumprir catorze anos de trabalho compulsório até conquistarem a plena liberdade. Para cumprirem o período de trabalho compulsório, ficavam sob a responsabilidade de autoridades locais e eram empregados nos mais diversos tipos de trabalho na zona rural e nas cidades, sendo um deles o emprego em instituições públicas⁵¹⁴. Segundo Mamigonian, o trabalho dos “africanos livres distribuídos a particulares na Corte não era diferente daquele a que os escravos estavam submetidos”.⁵¹⁵ Africanos livres e escravos viviam sob um mesmo teto e muitos africanos livres foram ilegalmente escravizados, “não houve restrição à exploração do trabalho dos africanos livres e de apropriação dessa renda pelos concessionários”.⁵¹⁶

No Jequitinhonha, os africanos livres foram empregados na construção de estradas, limpeza do rio e também se dedicavam à preparação de roçados para plantio de milho, feijão, arroz, mandioca e legumes. Estas plantações destinavam-se ao sustento do próprio grupo de trabalho. Além disso, os africanos eram autorizados a trabalhar uma vez por semana em plantações próprias⁵¹⁷. Dessa maneira, o grupo liderado por Vellozo Pederneiras cumpria a dupla função de explorar as matas do Jequitinhonha com a prática da agricultura, bem como melhorar a navegabilidade do Jequitinhonha. Contribuía, dessa maneira, para a expansão da exploração territorial no nordeste do município de Minas Novas.

⁵¹² APM. SP, P.P 45, Caixa 01. PEDERNEIRAS, Inocêncio Vellozo. Relatório do Major de Engenheiros Inocêncio Vellozo Pederneiras. Comissão dos rios Pardo e Jequitinhonha. Janeiro de 1854, p.6-10.

⁵¹³ MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 19.

⁵¹⁴ Idem, p. 149.

⁵¹⁵ Idem, p. 144.

⁵¹⁶ Idem, p. 144.

⁵¹⁷ Idem, p. 13-14.

4.5. Expansão da exploração agrícola da comarca do Jequitinhonha e o projeto de criação da Província de Minas Novas

Em meio às críticas à inércia do governo de Minas Gerais na proteção militar aos comerciantes do Jequitinhonha e aos investimentos do governo baiano na exploração do Jequitinhonha, a elite agrária e política de Minas Novas, diretamente envolvida nas duas frentes de expansão em curso no município de Minas Novas, apresentou um projeto de criação da província de Minas Novas como forma de unificar os projetos econômicos em curso no território, além de manter maior controle administrativo sobre o novo território que se despontava com o avanço dos empreendimentos comerciais em curso, no município de Minas Novas, representados pela Companhia do Mucuri e pelo governo baiano com sua intervenção colonizadora no Rio Jequitinhonha.

Em maio de 1854, a Câmara de Minas Novas, composta pelos vereadores Plácido José da Costa, José Bento Nogueira, João Batista Cardoso Rocha, Herculano Cesar de Miranda Ribeiro, José Antônio Costa, Capitão João Pinheiro Torres, Antônio Xavier de Miranda Barboza, Cândido José Rivelino do Amaral e José Marques das Neves, enviou um ofício ao Senado do Império solicitando a criação de uma província com os mesmos limites do bispado de Diamantina⁵¹⁸, compreendendo, portanto, as comarcas do Serro, São Francisco e Jequitinhonha.

A proposta de criação de uma província abarcando todo o nordeste de Minas foi bem aceita no município de Minas Novas e a única divergência que se tinha era a respeito da sede do novo governo. Em dezembro de 1854, José Carlos de Carvalho, engenheiro da Companhia do Mucuri, expressou a Teófilo Ottoni suas impressões sobre a nova província:

[...] entre os princípios que estabelecem a prosperidade dos povos e asseguram sua tranquilidade, há um que parece compreender todas as outras: é o espírito da associação. [...]. Desenvolvendo-se agora entre nós, vai produzindo resultados satisfatórios, dos quais a empresa do Mucuri é um dos mais importantes. Não é preciso muita perspicácia para pressentir a (sic) desta empresa, ou ao menos a conclusão das comunicações que por sua causa conta se constituem, seguir-se-á bem depressa à formação de uma Província com terrenos de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, da qual a capital será Minas Novas, ou Filadélfia, que pela sua posição, e pelo esmero com que V. S. lhe está

⁵¹⁸ASIB. Sessões de Maio de 1854. Tomo I. Brasília, 1978, p. 175.

assentando os fundamentos, se tornará um grande centro comercial, uma cidade bela e rica⁵¹⁹.

Para José Carlos de Carvalho, a nova província deveria se iniciar a leste no oceano, no norte abarcar o rio Pardo e o São Francisco, e ao sul o rio Suaçuí e rio Doce até o mar, fazendo fronteira a oeste com o rio das Velhas. Carvalho acrescentava que essa área era composta por cerca de oito a dez mil léguas quadradas, e o rio Mucuri constituiria o centro de exportação e importação, ligando o Rio de Janeiro à nova província⁵²⁰.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de criação da Província de Minas Novas ganhou defensores. Ao se opor à criação da província no sul de Minas, Honório Hermeto Carneiro Leão afirmou não discordar do argumento de que a província de Minas Gerais era extensa. Entretanto, entendia que era necessária a criação de nova província no norte e não no sul de Minas Gerais:

[...] julgo senhor presidente que a comarca de Caravelas e Porto Seguro da Bahia, reunida a todo o distrito que se chama Minas Novas podia também formar uma nova província. A dificuldade que se encontra é a falta de comunicação entre estes dois centros de população, mas a navegação que se promove no Mucuri tornará no futuro esta comunicação franca e muito conveniente⁵²¹.

Apesar da explícita ligação entre o projeto de criação da Província de Minas Novas e a Companhia do Mucuri, conforme a fala de Honório Hermeto Carneiro Leão, o projeto de criação da Província de Minas Novas, apresentado na Câmara dos Deputados em 22 de agosto de 1856 pelo deputado mineiro Antônio Gabriel de Paula Fonseca, foram citados os empreendimentos no Mucuri como justificativa econômica para a existência da nova província, embasou-se a necessidade de um novo núcleo administrativo e legislativo na região, dada a demanda por maior policiamento na região do Jequitinhonha e a ineficiência do governo mineiro em atender as necessidades dos produtores situados às margens desse rio.

Paula Fonseca apontou que a navegação do Jequitinhonha era uma das obras mais importantes em curso no Império. De acordo com o deputado,

⁵¹⁹ CARVALHO, José Carlos. Documento nº 3 – Empresa do Mucuri, p. 3. In: VASCONCELLOS, Francisco Diogo Pereira. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura de 1855*. Ouro Preto: Typ. Do Bom Senso, 1855.

⁵²⁰ CARVALHO, José Carlos. Documento nº 3 – Empresa do Mucuri, p. 6. In: VASCONCELLOS, Francisco Diogo Pereira. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura de 1855*. Ouro Preto: Typ. Do Bom Senso, 1855.

⁵²¹ ACD, sessão de 17 de agosto de 1854, p. 188.

[...] por ela se fez grande comércio entre a província da Bahia e todo o norte de Minas Gerais, apesar dos obstáculos naturais que oferece o rio, os quais são fáceis de remover-se [...] porém a primeira necessidade que há de satisfazer-se para ativar o já acrescido comércio e navegação do rio é a mais rigorosa polícia em suas margens⁵²².

Paula da Fonseca acrescentava que as autoridades locais não conseguiam manter a ordem local “porque não tinham forças que as sustentassem”, possibilitando que os criminosos da Bahia e de Minas Gerais se refugassem na região, perturbando “o sossego dos cidadãos pacíficos, pondo obstáculos muito sérios ao comércio florescente que se vai efetuando naquele rio [Jequitinhonha]”⁵²³. O deputado pautava, portanto, seu argumento no impasse vivenciado pelo governo baiano em levar avante os empreendimentos no Jequitinhonha frente a falta de uma efetiva participação do governo de Ouro Preto nas proximidades da cidade de Minas Novas.

Segundo o deputado, o governo da província de Minas Gerais, apesar de se mostrar solícito com as demandas do Jequitinhonha, esbarrava na longa distância da capital com o nordeste mineiro, o que inviabilizava a “boa execução de suas ordens”. Citava, ainda, o relatório do major Vellozo Pederneiras, divulgado em 1854, exaltando as críticas do engenheiro à inércia do governo mineiro e a dificuldade em manter a ordem e segurança nos centros comerciais do município de Minas Novas, situados à margem do Jequitinhonha:

Não foi bem-sucedida a tentativa que anunciei no meu relatório passado, ia fazer policiar a povoação mineira do Salto com uma seção do destacamento de Cachoeirinha, quanto não chegava o contingente que o governo daquela província devia mandar para o serviço neste ponto e nos demais na porção navegável do rio a ela pertencente. [...] Esta força até o presente não apareceu e as autoridades locais, ou por incapacidade própria, ou por contarem fraco o apoio que ali lhes oferecia a força destacada, nada conseguiram em bem da ordem e regularidade, dando lugar, ao contrário, elas mesmas, por sua pusilanimidade, ou falta de fé em suas próprias decisões, a que o destacamento fosse perdendo a força moral, a ponto de tentarem os malvados contra a vida do comandante que à risca fazia cumprir ordens que não eram sustentadas por quem as dava. Fiz disso comunicação ao Exm. Presidente de Minas, propondo-lhe as providências que me pareciam mais urgentes, e dele espero resposta⁵²⁴.

⁵²² ACD, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 246.

⁵²³ ACD, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 246.

⁵²⁴ Idem, p. 247.

Ao citar o major Pederneiras, Paula da Fonseca reforçava que se o governo mineiro, até aquele momento, não havia enviado o reforço militar, era porque não o tinha para enviar. Porém, defendia as autoridades policiais locais, argumentando que:

[...] se as autoridades de Minas nada tem podido conseguir em bem da ordem e da regularidade, é porque não podem contar com o fraco apoio que lhes oferece a pequena força ali destacada, e não por incapacidade própria, como diz o Sr. Pederneiras; porquanto posso eu afirmar à Câmara que aquelas autoridades cumprem e procuram cada vez mais cumprir os seus deveres, posso asseverar que elas são plenamente dignas da honrosa nomeação que mereceram do governo⁵²⁵.

Para reforçar a ideia de que o problema do policiamento no Jequitinhonha era do governo de Minas e não das autoridades locais, Fonseca leu um trecho da missiva de Carlos Moreira Murta, proprietário de terras, residente no distrito do Calhau, em que o fazendeiro informava ao deputado que em várias partes do Jequitinhonha havia grupos de indígenas ameaçadores da ordem. Murta ainda assegurava que a polícia do Jequitinhonha estava “anarquizada” com a necessidade urgente de mais trinta praças para atender Itinga, São Miguel e Calhau⁵²⁶. Vale ressaltar que todos esses povoados eram estratégicos para o comércio local, pois constituíam locais de embarque e desembarque das canoas que percorriam o rio Jequitinhonha transportando gêneros. Para justificar a necessidade de policiamento do Jequitinhonha, Paula da Fonseca exortou que, no ano de 1854, foram importadas via Jequitinhonha 611 canoas carregadas de sal e gêneros diversos. Em 1855 esse número cresceu para 1.045 canoas, sendo que 932 eram de sal e 113 de gêneros diversos, o que na contabilidade do deputado representava um crescimento de 70%. Além disso, Paula da Fonseca acrescentava que o município de Minas Novas comportava também o movimento comercial do Mucuri que, com a construção de estradas, colocaria em contato as cidades de Minas Novas, Serro, Diamantina e Calhau potencializando assim o comércio local.

Fonseca considerava que nem a Bahia nem Minas Gerais eram capazes de atender todas as necessidades da população situada entre os dois rios – Jequitinhonha e Mucuri – o que justificava, portanto, a constituição de nova província naquele espaço⁵²⁷. A nova província pelo projeto apresentado por Paula da Fonseca seria formada pelas comarcas baianas de Porto Seguro e Caravelas e pela comarca mineira do

⁵²⁵ ACD, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 247.

⁵²⁶ Idem, p. 248.

⁵²⁷ ACD, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 248.

Jequitinhonha, tendo como capital a cidade de Minas Novas. Observa-se, portanto, que, apesar da defesa de Teófilo Ottoni e do engenheiro Carvalho que propunham Filadélfia como sede da nova província, Minas Novas foi preferida pela elite local como sede da pretendida província, demonstrando a voz ativa da elite local na condução do projeto.

Em 1857, o projeto de criação da Província de Minas Novas foi novamente apresentado aos parlamentares pelo então deputado e ex-vereador de Minas Novas Antônio Joaquim César. Dessa vez, a discussão do projeto foi acompanhada da oposição do deputado baiano Fiúsa. De acordo com Fiúsa, a criação da nova província representava regresso, especialmente para as comarcas da Bahia, as quais teriam como capital “uma cidade enterrada no centro dos sertões de Minas”, distante do litoral há mais de cem léguas, dificultando o acesso às medidas necessárias à boa administração para as comarcas baianas. Fiúsa acrescentava que a perda das Comarcas de Caravelas e Porto Seguro traria prejuízos territoriais para a Província da Bahia, reduzindo-a “à insignificância”⁵²⁸.

O deputado baiano pautou seu discurso na argumentação de que a criação de uma província se justificava por duas razões: segurança exterior do Império e segurança e prosperidade interior. Para Fiúsa, as comarcas em discussão eram situadas “no interior do Brasil e limitadas pelo litoral”⁵²⁹, não apresentavam nenhuma contribuição para a segurança do Império.

Joaquim César, por sua vez, contra-argumentou, afirmando que havia necessidade de segurança individual dos habitantes e de promoção da agricultura e do comércio:

[...] mas, senhores, não é também só esta a razão que pode influir para a criação de uma nova província; muitas outras são de peso e transcendentais: a instrução de um pessoal, contido nesses centros; a proteção à lavoura, ao comércio, à indústria; a boa administração da justiça civil e criminal, pondo o cidadão a salvo do vexame e arbítrio, são por certo razões poderosíssimas, e que devem calar no ânimo do legislador.

Assim como Paula da Fonseca havia argumentado acerca da distância entre Ouro Preto e Minas Novas, Joaquim César lembrou a todos que a administração da boa justiça requeria que a administração estivesse próxima da população. O deputado entendia que era necessário ampliar os domínios territoriais da nova província,

⁵²⁸ ACD, sessão de 23 de junho de 1857, p. 79.

⁵²⁹ Idem.

estabelecendo como seu limite o mesmo utilizado para definir o bispado de Diamantina. Acrescentava-se, dessa maneira, à nova província, as Comarcas de Serro e Diamantina⁵³⁰, contemplando a proposição de se criar uma província com os mesmos limites do referido bispado; proposição esta feita pela Câmara dos Vereadores de Minas Novas à Comissão de Estatística do Império, em maio de 1854.

Joaquim César justificou que a inclusão das comarcas do Serro e de São Francisco era uma maneira de ampliar para tais comarcas as vantagens que Minas Novas começava a vivenciar com a atuação da Companhia do Mucuri com a construção de estradas e transporte fluvial no rio Mucuri, facilitando a importação, exportação, comércio, indústria, agricultura e exploração das matas que circundavam Filadélfia⁵³¹. Apesar da defesa do ex-vereador de Minas Novas, a decisão sobre a criação da nova província foi adiada e não voltou a ser discutida na Câmara dos Deputados, restando, até os dias atuais, na memória coletiva dos habitantes de Minas Novas, a ideia de que uma das suas mais antigas construções, o Sobradão, foi idealizado para ser a sede do “governo de Minas Gerais”.

Para Ana Paula Ribeiro Freitas, a apresentação do projeto de criação da Província de Minas Novas representou tentativa de o deputado Paula da Fonseca criar um novo reduto eleitoral, em que o mesmo tivesse maior influência política e aumento de dividendos eleitorais⁵³². Vitor Marcos Gregório, em discussão sobre a representação política no processo de construção do Estado nacional brasileiro, no período de 1826 a 1854, também analisou a proposta de criação da província de Minas Novas sob a perspectiva da necessidade de maior representação política por parte de determinadas regiões no Parlamento⁵³³. Entretanto, compreende-se que o projeto de criação da Província de Minas Novas constituiu-se, sobretudo, em uma necessidade de se colocar sob os domínios administrativos da elite local os empreendimentos comerciais – exploração comercial e agrícola dos rios Jequitinhonha e Mucuri – em curso no termo de Minas Novas. Esses empreendimentos foram vistos como iniciativas concorrentes,

⁵³⁰ ACD, sessão de 23 de junho de 1857, p. 80.

⁵³¹ Idem.

⁵³² FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015, p. 129 e 221.

⁵³³ GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2012, p. 449-450.

que chegaram a dividir o apoio dos grandes proprietários de Minas Novas. Colocar tais atividades sob a responsabilidade de um mesmo governo, e de preferência um governo formado pela elite local, era especialmente favorável aos proprietários locais que seriam diretamente beneficiados econômica e territorialmente pela exploração do Jequitinhonha e do Mucuri. Apesar de parecer serem projetos antagônicos, a navegação do Jequitinhonha e do Mucuri são faces de um mesmo projeto que buscavam beneficiar o nordeste da província de Minas Gerais. Teófilo Ottoni reconheceu o caráter unificador do projeto de criação da província de Minas Novas. Para ele, a criação da província de Minas Novas era “uma dessas ideias (sic), que uma vez apresentadas obtêm a geral aceitação”. Ottoni entendia que a estrada de Santa Clara a Filadélfia seria a principal via de ligação entre as diferentes comarcas que comporia a nova província, o que, nas suas palavras, tornava evidente o interesse da Companhia do Mucuri em estudar e acompanhar o nascimento da nova Estrela”⁵³⁴. Vê-se, portanto, que o projeto de criação da Província de Minas Novas, ao unificar as regiões das províncias da Bahia e de Minas Gerais que estavam diretamente envolvidas no intercâmbio comercial com a exploração dos rios Jequitinhonha e Mucuri, constituía evidente estratégia da elite agrária e política de Minas Novas em realocar sob seus domínios administrativos e legislativos os empreendimentos comerciais e agrícolas em andamento naquele território. Transformar o nordeste de Minas Gerais e o sul da Bahia em nova província significava também colocar sob uma mesma administração toda uma população que, ao longo do tempo, construiu relações de proximidades entre si. Nas trocas comerciais estabelecidas desde o século XVIII entre mineiros do norte de Minas Gerais e baianos circularam não apenas mercadorias, mas relações de amizade, relações culturais e sociais foram estabelecidas. Até meados do século XIX a densa Mata Atlântica juntamente com os indígenas habitantes daquele território e as péssimas condições das vias de comunicação existentes dificultavam o livre trânsito de mineiros e baianos. Os projetos de colonização tanto do Mucuri como do Jequitinhonha trouxeram a possibilidade de maior integração de ambos os lados. A efetivação de tal integração só poderia ser protagonizada pelos maiores interessados em ter suas relações estreitadas – mineiros do nordeste e sul baianos. Pelo fato de Minas Novas constituir importante centro comercial naquela região e por ter membros da elite local na Câmara dos Deputados que faziam a

⁵³⁴ OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri em 15 de outubro de 1857. Rio de Janeiro: Typ. Imp. Const. De J. Villeneuve e Companhia, p. 15.

defesa da institucionalização daquele território em uma nova província no Império, o município de Minas Novas foi o escolhido para abrigar o centro administrativo da possível nova província.

Entretanto, o projeto de uma nova província nos sertões de Minas Gerais caiu no esquecimento nos debates parlamentares, dando espaço para as discussões sobre a criação da província sul-mineira. Além disso, o possível pujante benefício econômico para a região da navegação do Mucuri deixou de atrair o interesse dos políticos do império. Contribuíram para isso as dificuldades que a Companhia de Comércio e Navegação passou a ter, para adquirir novos empréstimos junto ao governo imperial para finalização dos projetos de construção de estradas e navegação do rio Mucuri. Além disso, a discussão sobre a construção de ferrovias passou paulatinamente a substituir a defesa dos projetos de navegação dos rios como forma de integração do território nacional e promoção do comércio. Christiano Ottoni, irmão mais novo de Teófilo Ottoni, por exemplo, foi o defensor de uma política ferroviária para o Brasil, conectando os vales dos grandes rios⁵³⁵. Dessa maneira, Minas Novas, como sede provincial, sobreviveu apenas na memória dos moradores que na reconstrução de um passado glorioso da região afirmam ter sido pleiteada para ser a “capital de Minas Gerais”.

Com a análise realizada neste capítulo, verifica-se que a colonização do Mucuri, usualmente, conhecida pelo empreendimento da família Ottoni, já estava delineada pelos fazendeiros de Minas Novas, desde o início do século XIX e era norteadada pelo interesse em transpor o sertão com a criação de rotas comerciais, ligando Minas Novas ao litoral baiano, bem como de explorar aquelas terras e suas riquezas minerais. Com base no apoio dos fazendeiros locais, Teófilo Ottoni pôde dar visibilidade e angariar privilégios e financiamento governamental para a criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Não se pode esquecer, no entanto, que, paralelo à exploração do Mucuri, a elite agrária de Minas Novas estava envolvida na exploração do Rio Jequitinhonha, liderada pelo governo da Província da Bahia. Isso porque havia duas frentes de exploração das matas circundantes ao termo de Minas Novas, que tinham o objetivo comum de promover o intercâmbio comercial entre as comarcas do norte de Minas com o litoral baiano. Essas duas frentes de exploração trouxeram para a elite

⁵³⁵ LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso, memórias da ferrovia no oeste de Minas Gerais: entre o sertão e a civilização 1880 – 1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em História, 2003, p. 55.

local a necessidade de maior controle do território da Comarca do Jequitinhonha que se ampliava e que era representativo de perspectivas econômicas promissoras. Isso resultou em uma proposta de criação de uma nova província na região que teria como sede a cidade de Minas Novas, abarcando parte da província de Minas Gerais e da província da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste estudo, percebeu-se que a necessidade de novas terras para produção agrícola e pecuária, aliada a necessidade de os produtores de Minas Novas escoarem a produção local, levou os mineiros do município de Minas Novas a se empenharem no desmatamento e na construção de fazendas e estradas que adentraram o interior do município, avançando em direção às terras banhadas pelo rio Mucuri. A inserção dos fazendeiros na vida pública local, assumindo cargos estratégicos na política e no ordenamento da vida pública local, possibilitou a eles maior controle sobre os indígenas locais, tornando suas terras disponíveis à exploração dos agricultores e criadores de gado local. Esse movimento foi acompanhado pelo alto índice de concentração de terras, fruto da ação de fazendeiros que, desrespeitando a lei de terras de 1850, acumularam extensas faixas de terras por posse. A concentração dessas posses às margens do Mucuri e seus afluentes pode ser explicada não apenas pela fertilidade do solo e pela abundância de água, mas especialmente pela adesão dos posseiros à ideia de construção de vias de transporte que tornassem mais acessível o escoamento da produção – um dos pilares objetivados pela Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri.

A posse, portanto, configurou-se, em meados do século XIX, no mecanismo preponderante, como forma de ocupação do solo e constituição das grandes fazendas da freguesia de São Pedro do Fanado. Esse fato possibilitou que a elite agrária se engendrasse em negócios da Companhia do Mucuri, beneficiando-se da infraestrutura promovida pela Companhia, como as estradas e navegação do Mucuri, mas também se tornassem os donos das maiores parcelas de solo agricultáveis da freguesia e, conseqüentemente, dominassem a produção e os homens de São Pedro do Fanado de Minas Novas, demonstrando, portanto, o protagonismo da elite local na redefinição da configuração agrária local e o fraco controle do Estado em frear o apossamento de terras na região.

Além disso, ficou evidente que várias foram as estratégias da elite agrária local para manutenção do controle sobre as terras produtivas do município. O uso de estratégias familiares como o dote e a doação se configuraram como elementos de preservação da propriedade da terra no seio familiar e solidificação do poder agrário na sociedade local. Por meio da análise do perfil das famílias fazendeiras, residentes nos limites do município com as terras indígenas na primeira metade do século XIX, foi

possível entender a construção da relação público e privado, em que os fazendeiros redirecionaram, inclusive, o projeto do governo provincial de colonização das matas adjacentes à freguesia, de forma a beneficiar a elite agrária e política de São Pedro do Fanado de Minas Novas, fazendeiros estes detentores de terras nas proximidades da região banhada pelo rio Mucuri. A possibilidade de acesso ao governo provincial, por meio da Câmara dos vereadores e também de outros cargos públicos como juiz municipal, juiz de paz, diretor de índios, e a ocupação de cargos na guarda nacional, descortinaram uma situação de privilégio na organização e no ordenamento da sociedade local, o que conferiu a esses fazendeiros centralidade, inclusive no redirecionamento das influências externas como do governo provincial e inserção em empresas de comércio embasadas no dinheiro público e privado, como foi o caso da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, de forma a beneficiá-los na construção da territorialidade e formação do espaço agrário em curso naquela freguesia, bem como os inseriu na formação da nação brasileira, naqueles sertões do continente de Minas Novas.

O crescente acúmulo territorial e a expectativa de prosperidade econômica, decorrentes da exploração das matas virgens e construção de vias de transporte no município, ocasionaram a necessidade, sobretudo, de a elite econômica e agrária de Minas Novas deter maior controle administrativo, legislativo e tributário sobre o novo território que ali se configurava. Tal necessidade materializou-se no projeto de criação da Província de Minas Novas, demonstrando mais uma estratégia política de controle das relações econômicas, sociais e territoriais, estabelecidas entre os mineiros do nordeste da província de Minas Gerais com os baianos do Sul da Bahia que, por meio da construção de estradas e vias de navegação fluvial, puderam estreitar laços e criar interesses comuns, em relação à exploração do espaço compreendido entre os rios Jequitinhonha e Mucuri, que até meados do século XIX encontrava-se sob domínio indígena. A consequência desse processo para a população indígena foi desastrosa, causando o desaparecimento de muitos grupos, promovendo a intensificação dos conflitos entre os grupos rivais, migração e modificação de forma decisiva na sua organização territorial e cultural.

Para os grupos indígenas habitantes dos vales do Mucuri e Jequitinhonha restaram diminutas parcelas de terra que, ao longo do século XX, foram usurpadas pelos fazendeiros vizinhos. O povo maxakali, por exemplo, encontra-se, nos dias atuais, concentrado em quatro municípios do vale do Mucuri. Segundo dados do museu do

índio, nos municípios de Santa Helena de Minas e Bertópolis, existem as terras indígenas Água Boa e Pradinho, com 5.305,67 ha e uma população de 1.165 pessoas. No município de Ladainha, existem 230 pessoas na Aldeia Verde com 522,72 ha. No município de Teófilo Otoni, situa-se a terra indígena de Cachoeirinha, com 70 pessoas em uma área de 606,19 ha⁵³⁶. Esse diminuto espaço território tem ocasionado miséria e desestruturação social do povo maxakali, o que se traduz no alcoolismo e na mendicância de muitos indígenas pelas cidades dos vales do Mucuri e Jequitinhonha.

Os aruanãs, que por ocasião da colonização do Mucuri, no século XIX, habitavam a região onde atualmente é a cidade de Itambacuri, residem atualmente na região metropolitana de Belo Horizonte e nos municípios de Araçuaí e Coronel Murta, sendo que a população aruanã destes dois últimos municípios é composta por 346 pessoas.⁵³⁷ Segundo informações do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, os aruanãs lutam para que seu território seja identificado e reconhecido⁵³⁸. A destruição do território indígena, portanto, foi resultante de um longo processo de desmatamento da Mata Atlântica com vistas à promoção do comércio e exploração agropecuária, o que, no século XIX, gerou a expectativa de um fácil e rápido crescimento econômico capaz de justificar a necessidade de criar no coração do sertão mineiro uma nova província no império.

O projeto de criação da província de Minas Novas reforça, portanto, o argumento do poeta de que “Minas são muitas”. A busca por maior integração administrativa com a Bahia denota que o município de Minas Novas se identificava muito mais com a Bahia que com o restante da província das Minas Gerais. Tal identificação foi gestada à chegada dos primeiros colonizadores na região que deram conhecimento das novas minas ao governo da Bahia e não à Capitania de Minas Gerais, o que fez com que Minas Novas, por longo período, permanecesse integrada ao governo da Bahia. Compreende-se que esse período de convivência administrativa com os baianos e o estabelecimento das relações comerciais permitiu a construção de uma identidade cultural e social que passou a ser utilizada pela elite agrária e política da

⁵³⁶ MUSEU DO INDIO. Maxakali-Tikmu'um. Acesso em <http://prodclin.museudoindio.gov.br/index.php-etnias-maxakali-povo> em 10 de março de 2018.

⁵³⁷ CARDOSO, Laís Santos de Magalhães; QUEIROS, Ana Carolina Lanza; PENA, João Luiz; MACHADO-COELHO, George Luiz Lins, HELLER, Léo. Aruanãs do médio Jequitinhonha: aspectos socioeconômicos, demográficos e sanitários de uma população indígena desaldeada. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 21, n. 12, 2016, p. 3866.

⁵³⁸ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA SILVA. Povos Indígenas em Minas Gerais. Acesso em <http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque> em 10 de março de 2018.

freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas na apropriação e no domínio do território habitado pelos povos indígenas da região, o que embasou a proposta de criação da província de Minas Novas. Entretanto, as últimas décadas do século XIX não apresentaram para o norte mineiro e sul baianos o mesmo cenário de expectativa de lucro fácil e pujante comércio que se construía entre 1830 e 1857. Conforme argumentou Noberto Luiz Guarinello, “o Estado Nacional é antes um projeto, ou uma gama de projetos alternativos de se criar comunidades de homens, projetos que se defrontam”⁵³⁹. O projeto de criação da província de Minas Novas, apesar de ter fracassado, deixa explícito o anseio da elite do município de Minas Novas em participar ativamente do jogo político imperial, de forma a possibilitar a manutenção do domínio sobre parte do território do nascente Estado Nacional, ou seja, o nordeste da província da então província de Minas Gerais e o sul da província do Bahia. Manter o domínio significava não só legislar mas também excluir e administrar o acesso a terra sobretudo nas proximidades dos veios de comunicação do município de Minas Novas, negando o direito de propriedade aos nativos e dificultando o acesso a terra aos pequenos produtores. Ter o controle da legislação significava, portanto, assegurar a construção de uma estrutura econômica e social excludente que já se desenhava em meados do século XIX e que veio mostrar-se latente no século XX, nos conflitos pela terra, experienciados nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, seja entre os fazendeiros locais e o Movimento dos Sem Terra, seja entre os fazendeiros e as comunidades quilombolas ou, ainda, entre os remanescentes indígenas espalhados na periferia urbana e nos guetos rurais do nordeste de Minas de Minas Gerais.

Há de se mencionar, portanto, que a crise financeira da Companhia do Mucuri, ocasionada pela dificuldade de concessão de empréstimos, por parte do governo imperial, a partir de 1858, levou ao esmaecimento de se ver a prosperidade econômica da colonização do Mucuri. Somado a essa situação, o projeto de construção de uma malha ferroviária, com a inauguração das primeiras estradas de ferro no país, levou as companhias de navegação a serem preteridas às novas estradas de ferro. Todos esses elementos conduziram o projeto de criação da província de Minas Novas ao esquecimento nos debates parlamentares.

⁵³⁹GUARINELLO, NOBERTO Luiz. *Balanço Geral do Seminário*. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuf; Fapesp, 2003, p. 699.

Porém, como legado dos projetos de colonização dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, ficou a destruição da mata Atlântica, a desestruturação das condições de vida dos povos indígenas e altos níveis de concentração fundiária, especialmente no vale do Mucuri e no baixo Jequitinhonha. A ressonância da desigualdade na distribuição da terra nessa região ecoa nas famílias de produtores rurais sem terra que, desde as últimas décadas do século XX, lutam enquanto grupo organizado pela reforma agrária na região. Faz-se necessário mencionar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Minas Gerais, nasceu em 1985, no município de Poté, região do Vale do Mucuri. A partir das reuniões dos trabalhadores rurais no município de Poté foi realizada a articulação dos trabalhadores rurais de municípios vizinhos dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, como Ladainha, Novo Cruzeiro, Pavão, Águas Formosas, Ouro Verde, Novo Oriente, Frei Gonzaga, Itaipé, Frei Gaspar e Teófilo Otoni. Dessa mobilização resultou a ocupação da fazenda Aruega em Novo Cruzeiro, em 1988, com a participação de 300 famílias oriundas dos vales do Mucuri e Jequitinhonha. Essa ocupação resultou na implantação do primeiro assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no estado de Minas Gerais⁵⁴⁰.

A situação de sem-terra em que até os dias atuais se encontram indígenas, pequenos e pequenas produtoras rurais do Jequitinhonha-Mucuri é um dos legados da colonização do século XIX que uniu norte mineiros e sul baianos na destruição de homens e matas no sertão mineiro.

⁵⁴⁰ COELHO, France Maria Gontijo et al (Organizadores). *Assentamento Primeiro de Junho: uma parte da história da luta pela terra em Minas Gerais*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007, p. 10-11.

FONTES

Anais da câmara dos deputados disponíveis em versão digital no site da câmara federal dos deputados, www.camara.gov.br

ACD, sessão de 30 de maio de 1854.

ACD, sessão de 31 de maio de 1854.

ACD, Sessão de 12 de agosto de 1854.

ACD, sessão de 17 de agosto de 1854.

ACD, sessão de 22 de agosto de 1856.

ACD, sessão de 23 de junho de 1857.

Anais do Senado do Império. Disponível em versão digital, no site do Senado Brasileiro: www.senado.gov.br

Câmara dos deputados. Primeiro ano da Undécima Legislatura, sessão de 1861. Tomo 5. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1861.

ASIB. Sessões de Maio de 1854. Tomo I. Brasília, 1978, p. 175.

Coleção das Leis do Império do Brasil disponíveis no site da Câmara dos Deputados.

BRASIL. “Lei de 1º de outubro de 1828”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03-leis-lim-LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 01-06-2016.

BRASIL. “Decreto de 30 de janeiro de 1854 que mandou executar a lei 601 de 18 de setembro de 1850”, p. 26. In: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854, tomo XVII, parte II, disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao-publicacoes-doimperio>, acesso em 01 de janeiro de 2016.

Centro de Documentação Eloy Ferreira Silva

Povos Indígenas em Minas Gerais. Acesso em <http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque> em 10 de março de 2018.

Documentos disponíveis na Biblioteca Nacional

BN, Coleção Casa dos Contos. Ordem do Governo Provisional determinando que a Junta da Fazenda nomeie Antônio Gomes Leal como diretor dos índios do Alto dos Bois devido à sua ajuda para a civilização dos mesmos [Manuscrito]. In: http://objdigital.bn.br-objdigital2-acervo_digital-div_manuscritos-mss1436001_1448077-mss1444016.pdf Acesso em 22 de junho de 2015.

BN, Coleção Casa dos Contos. Representação dos habitantes de Nova Vila do Imperador, na comarca de Porto Seguro, sobre as dificuldades de comércio com os habitantes de Minas Novas, pela dureza dos meios de transporte]. Bahia: [s.n.], 1825. 2 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br-objdigital2-acervo_digital-div_manuscritos-mssp0001115-mssp0001115.pdf. Acesso em: 4 jan. 2015.

BN. Coleção Casa dos Contos. OTTONI, José Eloi.[Requerimento a Sua Majestade para que envie a procuração e o atestado do período em que trabalhou como professor de Gramática na vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas.]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 17 jul. 1809. 2 doc. (5 p.). Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br-sophia-index.asp?codigo_sophia=77742. Acesso em: 4 jan. 2015.

Documento disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro-CODAC-Documentos cartográficos-[TEODORO, João José da Silva]. [1847], PD 04.

Documentos disponíveis no Arquivo Público Mineiro

LISTA. Lista Nominativa do município de Minas Novas, 1831-1832. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 20 julho de 2013.

APM. Assembleia Provincial e Congresso Mineiro, AL 031, n. 50 de 19 de fevereiro de 1840.

APM. Lei n.163 de 6 de abril de 1840.

APM. Lei n. 471 de 1º de junho de 1850.

APM. Ata da ALPMG, sessão de 4 de junho de 1853

APM. Assembleia Provincial e Congresso Mineiro, AL 031, n. 50 de 19 de fevereiro de 1840.

APM. Assembleia Provincial e Congresso Mineiro, AL 031, n. 51 de 20 de fevereiro de 1840.

APM. SP, PP1-33, caixa 129, documento n. 03 de 11 de julho de 1832.

APM. SP, PP1-33, caixa 129, n. 51 de 03-10-1833.

APM. SP1-33, caixa 129, documento n. 63 de 08-10-1833.

APM. SP, PP1-33, caixa 130, documento n. 40 de 12 de julho de 1834.

APM. SP, PP1-33, caixa 130, documento n. 56 de 20 de outubro de 1834.

APM. SP, PP1-33, caixa 130, documento n. 63, de 12 de novembro de 1834.

APM. ABREU, Antônio Paulino Limpo. Lei número 26 de 04-04-1835.

APM. SP, PP1-33, caixa 131, documento n. 37, de 12 de maio de 1835.

APM. SP, PP1-33; caixa 131, documento n. 41 de 13 de julho de 1835.

APM. SP, PP1-33; caixa 132, documento n. 32 de 28 de maio de 1836.

APM. SP, PP1-33; caixa 133, documento n 09, 17-01-1837.

APM. SP, PP1-33; caixa 133, documento n. 21 de 07 de janeiro de 1837.

APM. SP, PP1-34, caixa 1, documento n. 2, de 04 de julho de 1837.

APM. SP, PP1-33, Caixa 134 de 29 de março de 1838.

APM. SP, PP1-33, caixa 134, documento n. 38, de 19 de junho de 1838.

APM. SP, PP1-33, Caixa 134, documento n. 42 de 17 de julho de 1838.

APM. SP, PP1-33, caixa 134, documento n. 58 de 29 de março de 1838;

APM. SP, PP1-33, Caixa 134, documento n. 63 de 27 de novembro de 1838.

APM. SP, PP1-33, Caixa 135, documento n. 85, de 10 de outubro de 1840.

APM. SP, PP1-33, caixa 136, documento n. 02 de 02-01-1841.

APM. Caixa 136, documento ° 44 de 13 de janeiro de 1842.

APM. SP, PP1-33, Caixa 137, documento n. 43 de 05 de agosto de 1843.

APM. SP, PP1-33, CX 137, documento n. 55 de 19 de outubro de 1843.

APM. SP, PP1-33 caixa 138, documento n. 46.

APM. SP, PP1-33; caixa 139, documento n 36 de 28 de novembro de 1845;

APM. SP, PP1-33; caixa 140, documento n. 26 de 29 de janeiro de 1847.

APM. SP, PP1-33; caixa 141, documento n. 20 de 20-12-1848.

APM. SP, PP1-33; caixa 141, documento n. 49 de 04-06-1850.

APM. SP, PP1-33; caixa 141, documento n. 82 de 14-04-1851.

APM. SP, PP1-33, caixa 142, documento n. 19 de 16-10-1852.

APM. SP; PP1-45, caixa 01, Relatório da Comissão dos rios Pardo e Jequitinhonha – Relatório do major de engenheiros Inocêncio Veloso Pederneiras em janeiro de 1854.

APM. Despacho da Câmara de Minas Novas, 22 de fevereiro de 1849.

APM. SP, PP1-45; caixa 01, Comissão dos Rios Pardo e Jequitinhonha. Relatório do major de engenheiros Inocêncio Veloso Pederneiras, documento n 36 de janeiro de 1854.

APM. Registros Paroquiais de Terra da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, livros 1, 2 e 3, 1855-1857.

Documentos disponíveis no Arquivo do Fórum de Minas Novas

FMN. Petição do curador geral dos órfãos, José Agostinho de Melo Peregrino e Silva. Minas Novas, de 5 de janeiro de 1869.

FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio Lopes Vieira, maço 01, 1838.

FMN. Inventário *post-mortem* de Manoel Marques de Abreu, maço 86, 1841.

FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio José da Costa, maço sem identificação, iniciado em 1842 e não finalizado.

FMN. Inventário *post-mortem* do José Antônio Pereira Guedes, maço 47, 1848.

FMN. Testamento *post-mortem* do padre Pedro Soares Pereira, maço 47, 1828.

FMN. Inventário *post-mortem* do vigário geral Francisco Manoel da Silva, maço 34, 1851.

FMN. Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira Coelho, maço 38, 1851.

FMN. Inventário *post-mortem* de José Carneiro Coelho, maço 50, 1854

FMN. Inventário *post-mortem* de Antônio José Coelho, maço 155, 1854.

FMN. Inventário *post-mortem* de Alexandre José Coelho Barboza, maço 104, 1855.

FMN. Inventário *post-mortem* de Ana Nunes Nogueira, maço 02, 1856.

FMN. Inventário *post-mortem* de Ana Moreira Coelho, maço 04, 1856.

FMN. Inventário *post-mortem* de Rita Nogueira da Conceição, maço 102, 1858.

FMN. Inventário *post-mortem* de José Bento Nogueira e sua mulher, maço 53, 1877.

Documentos da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri

OTTONI, Teófilo Benedito. Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, 1847. In: ARAÚJO, Valdei Lopes (org.). *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo público Mineiro, 2007.

OTTONI, Teófilo Benedito. Companhia do Mucuri. História da Empresa. Importância dos seus privilégios. Alcance de seus projetos. Rio de Janeiro. Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1856, p. 13. In: In: ARAÚJO, Valdei Lopes (org.). *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo público Mineiro, 2007.

OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857. In: ARAÚJO, Valdei Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

Documento sob a custódia de um particular na cidade de Minas Novas

LIVRO DE NOTAS n. 37, 1851-1856, folhas 11 ao verso da folha 14, documento sob custódia de um morador de Minas Novas que solicitou sigilo a respeito de sua identidade.

Documentos disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

AZEVEDO, Moreira. Biografia dos Brasileiros Ilustres por armas, letras, virtudes, etc. José Eloy Ottoni lida na sessão de 5 de julho de 1872. *RIHGB*, Tomo 35, segunda parte, 1872, p. 501-518.

BARBOSA, Hermenegildo Antônio. Viagem às Vilas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucuri, e aos Rios Mucuri e Peruípe. *RIHGB*, 4º trimestre de 1846, p. 425-452.

RENAULT, Pedro Victor. Relatório da Exposição dos Rios Mucuri e Todos os Santos feita por ordem do Exmo Governador de Minas Gerais pelo Engenheiro Pedro Victor

Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. In.: *RIHGB*, 3º Trimestre de 1846, p. 356-375.

OTTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os Selvagens do Mucuri em uma carta dirigida ao senhor Dr. Joaquim Manoel de Macedo. *RIHGB*, tomo 21, 2ª edição, 1930, p. 173-215.

Jornais sob custódia da Biblioteca Nacional

Jornal do Comércio. Preços Correntes dos gêneros de exportação em grosso. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1830.

Jornal O Espelho. Preços correntes dos gêneros de exportação. Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1822, número 14, s-p.

Geraes: a realidade do Jequitinhonha. Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011.

Memórias

BADARÓ, Murilo. *Memórias Póstumas de Francisco Badaró*: romance histórico-biográfico. Belo Horizonte: Claro Enigma, 2008.

CÉSAR JÚNIOR, Demóstenes. *Esplêndidos Frutos de uma Bandeira Venturosa*: Minas Novas em Escorço Histórico. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1978.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil*: desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I. Tomo II. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, Quai Voltaire, n. 11, 1839.

FERREIRA, Valdivino Pereira. *Genealogia norte-mineira*: resumo genealógico das grandes famílias norte mineiras e do sudoeste baiano (1660-1950). Turmalina: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2003.

GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

SANTOS, José Felício. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro Frio (província de Minas Gerais)*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

TETTEROO, Frei Samuel, O. F. M *Memória histórica e geográfica do município de Jequitinhonha*. Teófilo Ottoni-MG: Tipografia São Francisco, 1919.

Museu do Índio

Maxakali-Tikmu´um. Acesso em [ttp:--prodoclin.museudoindio.gov.br-index.php-etnias-maxakali-povo](http://prodoclin.museudoindio.gov.br-index.php-etnias-maxakali-povo) em 10 de março de 2018.

Relatos de Viajantes

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: editora Itatiaia Ltda, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: editora Itatiaia Ltda, 2000.

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1720-1820*. v. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981,

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Tomo II. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagens através da América do Sul*. v. 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

Relatórios e Falas dos presidentes de província de Minas Gerais e Bahia, 1837-1855, disponíveis em versão digital no site da Universidade de Chicago: [http:--www-apps.crl.edu-brazil-provincial-minas_gerais](http://www-apps.crl.edu-brazil-provincial-minas_gerais) e [http:--www-apps.crl.edu-brazil-provincial-bahia](http://www-apps.crl.edu-brazil-provincial-bahia)

D'ANDREA, Francisco José de Souza Soares. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1843*. Ouro Preto: Typ. Do Correio de Minas, 1843.

D'ANDREA, Francisco José de Souza Soares. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1844*. Rio de Janeiro: Tipografia e Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1844.

BARBOZA, Antônio. *Relatório apresentado ao seu sucessor José Lopes da Silva Vianna*. Ouro Preto, 1852.

BARBOZA, Luiz Antônio. *Relatório apresentado na sessão ordinária da Assembleia Provincial de Minas Gerais*. Ouro Preto: Typ. Do Bom Senso, 1853.

MARTINS, Francisco Gonçalves. *Abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia*. Bahia: Tipografia Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1852.

PINTO, Antônio da Costa. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1837*. Ouro Preto: Tipografia Universal, 1837.

RAMOS, José Idelfonso de Sousa. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1849*. Ouro Preto, Typ. Imp. de B.X.P. de Souza, 1849.

SEQUEIRA, Alexandre Joaquim. *Abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial*. Ouro Preto: Tipografia Social, 1850.

SILVA, Quintiliano José. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1846*. Ouro Preto, 1846.

VASCONCELOS, Francisco Diogo Ferreira de. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1853*. Ouro Preto, 1853.

VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira. *Relatório apresentado ao seu sucessor José Lopes da Silva Vianna*. Ouro Preto, 1854.

VASCONCELLOS, Francisco Diogo Pereira. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentado na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura de 1855*. Ouro Preto, 1855.

VASCONCELOS, Joaquim José Pinheiro. *Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia*. Bahia, Typ. de J.A. Portella e Companhia, 1842.

VEIGA, Jacinto da. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1840*. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1840.

VEIGA, Bernardo Jacinto. *Exposição feita ao seu sucessor Francisco José de Sousa Soares D' Andrea*. Rio de Janeiro, 1843.

VIANNA, José Lopes da Silva. *Relatório apresentado ao seu sucessor Francisco Diogo Ferreira de Vasconcelos*. Ouro Preto, 1853.

WANDERLEY, João Maurício. *Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia*. Bahia, Typ. Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1853.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Monografias, Dissertações e Teses

ANDRADE, Bruno Mateus Pereira. *O Sertão do Jequitinhonha: demografia e família nas matas de São Miguel do Jequitinhonha (1889-1911)*. Monografia. Curso de História. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto.

BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da terra: as proprietárias na Vila de Piranga*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

CASTRO, Pérola Maria Goldefer Borges de *Minas do Sul: visão corográfica e política regional no século XIX*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2012.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2001.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2012.

GUERRERO, Patrícia. *Canoa não é força, é opinião: o Vale do Jequitinhonha contado e cantado por canoieiros*. Dissertação. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria: georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terra*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2011.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso, memórias da ferrovia no oeste de Minas Gerais: entre o sertão e a civilização 1880 – 1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em História, 2003.

MATTOS, Izabel Missagia. *Civilização e Revolta: Povos Botocudos e Indigenismo Missionário na Província de Minas*. Tese de doutorado apresentada a Universidade Estadual de Campinas em 2002.

MELO, Keila Cecília. *Senhores e Possuidores: estrutura fundiária, unidades rurais pró-indiviso e o mercado de terras em Minas Gerais – São José das Mortes, c. 1830 a c. 1856*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rei. Programa de Pós-graduação em História, 2015.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFCH-USP, 1996.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2006.

RUELLAS, Taciana Begalli de Oliveira. *Alto dos Bois e os indígenas na província de Minas Gerais: civilização e progresso no ideário oitocentista*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Diamantina, 2015.

SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

SILVA, Camila Pelinsari. *Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteira: Ponte Nova, 1855-1888*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

SILVA, WEDER Pereira. *Colonização, política e negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

TEIXEIRA, Flávio Augusto de Freitas. *Sobre as terras de São Sebastião: estudo e representação cartográfica da freguesia do Anta nos sertões do Leste (1855-1858)*. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2016.

2. Livros na íntegra

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial 1750-1822*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2010.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU-Unicamp, 1997.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Anablume, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX*. Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Democracia. Série Estudos 1. Mariana: 1999.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo, editora brasiliense, 1987.

CASTRO, Pérola Maria Goldefe Borges de. *Minas do Sul: espaço e política no século XIX*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COELHO, France Maria Gontijo et al (Organizadores). *Assentamento Primeiro de Junho: uma parte da história da luta pela terra em Minas Gerais*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Garamond, 1999.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão popular: Perseu Abramo, 2016.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1957.
- JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Os camponeses do Languedoc*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola - Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento de Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MATTOS, Izabel Missagia. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas Gerais*. Bauru, São Paulo: Edusc-ANPOCS, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PIMENTEL, Manoel. *A arte de navegar*. Lisboa, 1748.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da Terra*. Belo Horizonte: CEDEFES: 1996.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2012.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

3. Capítulos de livros

ARAÚJO, Valdei Lopes. Teófilo Benedito Ottoni: a força histórica de uma experiência moderna. In: ARAÚJO, Valdei Lopes (org.) *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

CARRARA, Ângelo Alves. A pecuária: rebanhos e distribuição geográfica. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

CARVALHO, José Murilo. A política de terras: o veto dos barões. In: *A construção da ordem: a elite política. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Introdução à uma história indígena. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

DUARTE, Regina Horta. Conquista e Civilização na Minas Oitocentista. In: OTTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Org.: DUARTE, Regina Horta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUARINELLO, NOBERTO Luiz. Balanço Geral do Seminário. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

GUIMARÃES, Elione. Capoeira. In: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 90-91.

IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, v. 2, São Paulo: Difel, 1964, p. 364-412.

LIBBY, Douglas Cole. Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil Colonial. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

LINHARES, Maria Yeda. História Agrária: o encontro com a geografia humana. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MATTOS, IZABEL Missagia. Povos em Movimento nos sertões do Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 71-96.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974.

MOTA, Maria Sarita; SECRETO, Maria Verónica. Por uma vontade: doação e propriedade no Oitocentos. In: MOTTA, Márcia; SECRETO, Maria Verónica. *O Direito às Avelãs: por uma história Social da Propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Câmara municipal: um pequeno histórico. In: CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.) *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop-PPGHIS, 2012.

SECRETO, Maria Verónica. A legislação sobre terras no século XIX. Definindo o conceito de propriedade. In: LIMA, Napoleão de; DELGADO, Nelson G.; MOREIRA, Roberto José (orgs.) *Mundo rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

4. Artigos de periódicos e de anais de eventos

AMANTINO, Márcia. Sertões, índios e quilombolas. *RPM*, v. 50, n. 1, janeiro-junho de 2014, p. 94-110.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, n. 6, julho de 1988, p.137- 150.

CANO, Wilson; LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX) – uma hipótese. In: Economia Escravista em Minas Gerais, Campinas, *Cadernos IFCH-UNICAMP*, v.10, p. 1-14, outubro de 1983.

CARDOSO, Laís Santos de Magalhães; QUEIROS, Ana Carolina Lanza; PENA, João Luiz; MACHADO-COELHO, George Luiz Lins, HELLER, Léo. Aranãs do médio Jequitinhonha: aspectos socioeconômicos, demográficos e sanitários de uma população indígena desaldeada. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 21, n. 12, 2016, p. 3859-3870.

CARRARA, Ângelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros paroquiais de terras: a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856. *IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. USP, 2012.

CARRARA, Ângelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *sÆculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 29, jul.-dez. de 2013, p. 209-229.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico - a região Norte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 817-845, set.-dez. 2013.

CHAVES, Maria das Graças. Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do século XIX. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG-Cedeplar, 2002. Disponível em http://www.repositorio.ufop.br/bitstream-123456789-1390-1-EVENTO_MapasEstat%C3%ADsticosMinas.PDF. Acesso em 12 de novembro de 2016.

FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. s. v. 17, n. 2, p.155-187. Jul-dez, 2009.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira; CARRARA, Ângelo Alves. Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos Registros Paroquiais de Terra: a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG). In: IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2012, p.1-25.

LOUREIRO, Pedro Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Os Registros Paroquiais de Terra na História e na Historiografia: estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *XIV Seminário sobre Economia Mineira*, 2010, Diamantina.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul.-dez. 2004.

MACEDO, Concessa Vaz de. A Indústria Têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, nº 35, p.207-232, Jan-Jun 2006.

MARTIELO, Emerson. Feijó de clérigo a Regente, as relações. *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP*. Campinas, setembro, 2012, p.1-16.

MARTINS, Herbert Toledo. Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná. *Acta Sci. Humana Soc. Sci. Maringá*, v. 30, n. 1, p. 9-16, 2008.

MARTINS, Marcos Lobato. Uma das relações sociedade-natureza no Vale do Mucuri:1852-1983. *Tempos Históricos*, v. 19, 1º semestre de 2015, p. 413-439.

MARTINS, Roberto Borges. *A econômica escravista de Minas Gerais no século XIX*. CEDEPLAR, Belo Horizonte, novembro de 1980.

MENESES, José Newton Coelho. Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio século XVIII. In: *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2000.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Fronteiras internas no Brasil do século XIX: um breve comentário. *Vivência*, n. 33, p. 55-65, 2008.

RESENDE, Maria Leônia Chaves; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Revista Tempo*, n. 23, 2007, p. 05-22.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. A economia do varejo: agricultura, governo e mercados locais no nordeste de Minas Gerais nos começos do século XX. In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2000.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. Frei Caneca e a Confederação do Equador. *Revista Intellectus*, ano 05, v. II, 2006, p. 1-20.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. A produção política da economia: formas não mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). *Topoi*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p.276-312.

SANTOS, Silvana Andrade. Entre roças, rotas e teares: o estabelecimento da fábrica têxtil Todos os Santos na Vila de Valença (Bahia, 1836-1849). In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*, de 08 a 11 de agosto de 2016, p. 1-8. Acesso em 01-09-2016 no endereço eletrônico: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org-resources-anais-42-1465604024_ARQUIVO_2016-AnpuhRio.pdf.

SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na província de Minas Gerais. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 4, n. 1, p.105-118, 1998.

ANEXO

Anexo A

Quadro 1A: Relação dos declarantes de terra da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, segundo o Registro Paroquial de Terras, produzido para a freguesia entre 1855 e 1857

Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas

1. Abel Cleristiano do Nascimento	408. João Nunes de Souza
2. Adeodato Luiz Pego	409. João Pereira da Silva
3. Adriana Alves de Sousa	410. João Pereira de Sousa
4. Adrião Antônio Ferreira	411. João Pereira dos Santos
5. Adrião da Rocha Guimarães	412. João Quintiliano Alves Barroso
6. Adrião Ferreira de Almeida	413. João Quintiliano Alves Caminha
7. Adrião Gomes Pereira, mãe e irmão	414. João Ribeiro Mendes
8. Adrião Moreira de Mello (padre)	415. João Rodrigues
9. Adrião Pereira dos Santos	416. João Rodrigues da Cruz
10. Agostinho Lopes do Nascimento	417. João Rodrigues da Silva
11. Águeda	418. João Rodrigues Peixoto
12. Águeda Maria Coelho	419. João Soares da Costa
13. Aleixo Alves Chaves	420. João Soares Pereira
14. Alexandre José Pinheiro	421. João Vieira de Lima
15. Alexandre Martins Pereira	422. Joaquim Alves da Cruz
16. Amaro Gomes de Sousa	423. Joaquim Camargos Lira
17. Ana	424. Joaquim Cordeiro de Oliveira
18. Ana Alves dos Santos	425. Joaquim da Silva Santos
19. Ana Alves Lavanda da Silva	426. Joaquim de Araújo Antunes
20. Ana Cândida de Santiago	427. Joaquim de Freitas Sampaio
21. Ana Carneiro de Aguiar	428. Joaquim de Macedo Lima
22. Ana Carolina Senna e seus filhos	429. Joaquim de Sousa Passos
23. Ana de Sousa Ferreira e seus filhos	430. Joaquim dos Santos Lima
24. Ana Joaquina de Oliveira	431. Joaquim Eugênio Gonçalves Pires
25. Ana Lúcia Nunes Nogueira	432. Joaquim Fernandes Guimarães
26. Ana Luiza da Purificação	433. Joaquim Ferreira Gandra
27. Ana Maria da Conceição	434. Joaquim Francisco da Costa
28. Ana Maria da Conceição Ribeiro	435. Joaquim Francisco dos Santos
29. Ana Matias Pereira	436. Joaquim Gonçalves Chaves
30. Ana Moreira	437. Joaquim Honório de Magalhães
31. Ana Rodrigues de Sousa	438. Joaquim José da Fonseca
32. Ana Rosa de Castro	439. Joaquim José de Araújo
33. Ana Rosa de Jesus Alves Pereira	440. Joaquim José de Araújo Maia
34. Ana Senhorinha	441. Joaquim José de Magalhães
35. Ana Simôa de Jesus	442. Joaquim José de Sousa
36. Ana Soares da Conceição	443. Joaquim José dos Santos
37. Ana Teixeira	444. Joaquim José Fernandes
38. Ana Teresa das Mercês	445. Joaquim Lopes de Souza
39. Anacleto (filho de Teresa de Sousa Ferreira)	446. Joaquim Machado Pereira
40. Anacleto Alves Lemos	447. Joaquim Martins Pereira
41. Anacleto Rodrigues Silva	448. Joaquim Moreira
42. Anastácio da Silva Pinto	449. Joaquim Moreira dos Santos

Continua...

Quadro 1A: Cont.

Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas

43. Anastácio José Esteves	450. Joaquim Pedro da Silva
44. Anastácio Monteiro de São Miguel	451. Joaquim Ramos da Cruz
45. André Ferreira de Andrade	452. Joaquim Rodrigues Carneiro
46. André Rodrigues de Fonseca	453. Joaquim Rodrigues da Costa
47. Antônia Claudina de Freitas	454. Joaquim Rodrigues da Fonseca
48. Antônia Cordeiro	455. Joaquim Rodrigues de Sousa
49. Antônia Faria de Oliveira	456. Joaquim Rodrigues dos Santos
50. Antônia Rodrigues da Fonseca	457. Joaquim Rodrigues Soares
51. Antônia Soares Monteiro	458. Joaquim Timóteo Pereira de Andrade (padre)
52. Antônio	459. Joaquim Vieira de Pina
53. Antônio Alves da Silva	460. Joaquina da Costa Alecrim
54. Antônio Alves Quintiliano Alves Barroso	461. José
55. Antônio Barboza de Oliveira	462. José Antônio Costa
56. Antônio Batista do Nascimento	463. José Bento Nogueira
57. Antônio Coelho	464. José Bernardes
58. Antônio Correia da Rocha	465. José Carneiro Coelho
59. Antônio da Costa Barreiras	466. José da Costa Alecrim
60. Antônio da Costa Duarte	467. José da Costa Guedes
61. Antônio da Costa Lima	468. José da Rocha Oliveira
62. Antônio da Rocha Faria	469. José de Matos Pereira
63. Antônio da Silva e Souza	470. José de Meira Gonçalves
64. Antônio Damião da Costa	471. José de Sousa Peixoto
65. Antônio de Souza Passos	472. José de Souza Santos
66. Antônio dos Santos Coimbra	473. José dos Santos Coimbra
67. Antônio Ernesto Coelho	474. José dos Santos Jesus
68. Antônio Ernesto da Costa	475. José Fernandes de Carvalho Francisco
69. Antônio Ferreira Cachoeira	476. José Ferreira Coelho
70. Antônio Ferreira de Almeida	477. José Ferreira de Almeida
71. Antônio Ferreira dos Santos	478. José Francisco Porto
72. Antônio Fortunato de Carvalho	479. José Francisco Porto Júnior
73. Antônio Gomes Leal	480. José Gomes de Mendonça
74. Antônio Gonçalves Branco	481. José Gomes de Mendonça
75. Antônio Gonçalves Ramos	482. José Gomes dos Santos
76. Antônio Joaquim de Azevedo	483. José Gonçalves Chaves
77. Antônio José Coelho	484. José Gonçalves de Abreu
78. Antônio José de Carvalho	485. José Gonçalves de Meira
79. Antônio José Veloso Soares	486. José Herculano (filho de Teresa de Sousa Ferreira)
80. Antônio José Viana	487. José Joaquim Carneiro
81. Antônio Lopes da Silva	488. José Joaquim de Sousa
82. Antônio Lopes de Oliveira	489. José Lemos da Cruz
83. Antônio Martins Duarte	490. José Lima de Macedo (alferes)
84. Antônio Martins Pereira	491. José Lourenço Rodrigues
85. Antônio Mendes	492. José Luiz Pego
86. Antônio Moreira de Carvalho	493. José Machado de Oliveira
87. Antônio Nunes Nogueira	494. José Marques das Neves
88. Antônio Pereira da França	495. José Martins Pereira
89. Antônio Pereira de Carvalho	496. José Martins Pereira Filho
90. Antônio Procópio Alves da Fonseca	497. José Monteiro do Espírito Santo

Continua...

Quadro 1A: Cont.

Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas

91. Antônio Rodrigues da Cruz	498. José Nunes Coelho
92. Antônio Rodrigues da Cunha	499. José Pacífico Peregrino e Silva (padre)
93. Antônio Rodrigues da Fonseca	500. José Pires da Silva
94. Antônio Rodrigues da Silva	501. José Ricardo Correia da Rocha
95. Antônio Rodrigues de Oliveira	502. José Rodrigues Duarte
96. Antônio Rodrigues Ferreira	503. José Rodrigues Ferreira
97. Antônio Salustiano José Esteves	504. José Rodrigues Lares
98. Antônio Silvestre Gomes Rabelo	505. José Saturnino Pires Camargo
99. Antônio Simões de Miranda Barboza	506. José Silvério da Costa
100. Antônio Soares da Silva	507. José Teixeira Mendes
101. Antônio Soares de Mendonça e seus filhos	508. Jose Teodoro Luiz Pego
102. Antônio Soares dos Reis	509. José Teófilo da Costa
103. Antônio Soares Pereira	510. José Tomé Alves dos Santos
104. Antônio Teotônio dos Santos	511. José Tomé Rodrigues da Fonseca
105. Antônio Tomas de Oliveira Castro	512. José Valentim Carneiro
106. Augusto Benedito Otoni	513. José Vieira Alves
107. Balbina Borges de Jesus	514. José Vieira de Mendonça
108. Balbina Ferreira de Sousa	515. Josefa Inácia da Conceição
109. Barão de Diamantina	516. Josefa Maria do Espírito Santo
110. Bastos Martins	517. Josefina Gonçalves Caminha
111. Benigno José de Azevedo	518. Julião Francisco dos Santos
112. Bento Alves Machado	519. Justiniana Rodrigues de Sousa
113. Bento da Silva e Sousa	520. Justiniano de Souza Pereira
114. Bento José Rodrigues	521. Justiniano José de Carvalho
115. Bento Martins Pereira	522. Justiniano Luiz Pego
116. Bento Pereira da Silva	523. Justiniano Mendes Guimarães
117. Bento Quintiliano de Soyer	524. Justino Alves da Silva
118. Bernardino José de Figueiredo	525. Justino da Rocha
119. Bernardo Gonçalves Senna	526. Justino da Rocha Barreiras
120. Bernardo José Coelho	527. Justino Ferreira Machado
121. Bernardo Lopes de Sousa	528. Justino Moreira Coelho
122. Bernardo Nunes Rodrigues	529. Justino Pinheiro de Souza
123. Bernardo Rodrigues da Silva	530. Justino Rodrigues Moraes
124. Bibiana Gonçalves Sena	531. Lauriano Leite de Sousa
125. Bio Gomes Pereira	532. Lauriano Rabello Celestino
126. Bonifácio Gonçalves de Meira	533. Leandro Dias Ladeira
127. Bonifácio Rodrigues de Sousa	534. Leandro Dias Ladeira
128. Brás Fernandes Guimarães	535. Leandro Moreira Chaves
129. Brás Ignácio do Amaral	536. Leonardo Reis da Cruz
130. Brígida	537. Levino Coelho Barboza
131. Caetana Maria da Conceição	538. Levino Monteiro das Neves
132. Caetano Felix dos Santos	539. Lino Lopes Ferreira
133. Camilo de Lelis Prates (padre)	540. Lodorico
134. Camilo dos Santos Lima	541. Lourenço da Costa Alecrim
135. Camilo Ferreira Gandra	542. Lourenço Teixeira da Silva,
136. Camilo Gomes Leal	543. Luciana Rodrigues de Sousa
137. Camilo José de Figueiredo	544. Luciana Rodrigues de Sousa
138. Camilo Pereira da Gama	545. Lucinda das Neves
139. Camilo Reis de Morais	546. Ludovina Soares Pereira
140. Camilo Tristão dos Santos	547. Luiz Camargos Leal
141. Cândido Rodrigues de Andrade	548. Luiz Moreira de Sousa e os

Continua...

Quadro 1A: Cont.**Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas**

142. Carlos da Costa Freire	549. Luiz Vieira da Silva
143. Carlos Ferreira Coelho (tenente)	550. Luiz Vieira dos Santos
144. Carlos José da Silva	551. Luiza Cordeiro
145. Carlos Martins	552. Luiza Rosa da Silva
146. Carlos Martins Pereira	553. Luzia de Matos Pereira
147. Carlos Martins Pereira	554. Manoel
148. Carlos Rodrigues da Cruz	555. Manoel Alves da Oliveira
149. Carlota Alves de Macedo	556. Manoel Alves Sampaio
150. Carlota Maria Sena	557. Manoel Borges Costa
151. Carolina Borges de Jesus	558. Manoel Borges de Couto
152. Casimira Rodrigues de Sousa	559. Manoel Cardoso de Faria
153. Casimiro Gomes Leal	560. Manoel Correia Pinto
154. Casimiro Lopes da Silva	561. Manoel da Costa Freire
155. Casimiro Lopes de Almeida	562. Manoel da Costa Neves
156. Cassiana Maria das Neves	563. Manoel da Silva Rodrigues
157. Catarina Felix de Menezes	564. Manoel de Araújo Antunes
158. Cipriano de Araújo Ferreira	565. Manoel de Azevedo e Silva
159. Cipriano Ferreira da Silva	566. Manoel de Miranda Barboza
160. Cirino Moreira da Silva	567. Manoel de Oliveira Guimarães
161. Clara Soares Lima	568. Manoel de Sousa Borges
162. Claudiana Moreira dos Santos	569. Manoel Dias da Silva
163. Claudino (filho de Teresa de Sousa Ferreira)	570. Manoel do Carmo da Silva
164. Claudino da Costa Alecrim	571. Manoel do Nascimento
165. Claudino de Sousa Ribeiro	572. Manoel dos Santos Coimbra
166. Claudino dos Santos Coimbra, seus irmãos, tios e sobrinhos	573. Manoel dos Santos Martins
167. Claudino Rodrigues da Fonseca	574. Manoel Fernandes da Costa
168. Claudino Simões de Miranda	575. Manoel Ferreira Antunes
169. Clemência Soares da Silva	576. Manoel Ferreira da Costa
170. Clemente Chaves	577. Manoel Ferreira da Silva
171. Clemente da Costa Teixeira	578. Manoel Ferreira de Almeida
172. Clemente da Silva Chaves	579. Manoel Ferreira de Carvalho
173. Clemente de Andrade Pereira	580. Manoel Ferreira dos Santos
174. Clemente Felix da Silva	581. Manoel Francisco Chaves
175. Clemente Ferreira de Matos	582. Manoel Francisco da Fonseca
176. Clemente Ramos da Cruz	583. Manoel Francisco de Magalhães
177. Clemente Rodrigues da Fonseca	584. Manoel Gomes de Andrade
178. Clemente Salomão	585. Manoel Gomes Fernandes
179. Clemente Soares da Fonseca	586. Manoel Gomes Leal
180. Clemente Soares Pereira	587. Manoel Gonçalves de Alves
181. Cleto José de Azevedo	588. Manoel Jacinto da Fonseca
182. Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri	589. Manoel João da Silva
183. Conrado Estevão da Fonseca Bueno	590. Manoel Joaquim da Fonseca
184. Constantino Borges dos Santos	591. Manoel José de Carvalho
185. Constantino Lemos dos Santos	592. Manoel José de Carvalho
186. Crispim Soares de Araújo	593. Manoel José Gomes Torres
187. Cristina Rodrigues de Sousa	594. Manoel José Pereira
188. Custódia Moreira Coelho	595. Manoel Leite da Cunha
189. Custódia Xavier Martins	596. Manoel Leite da Silva
190. Custódio dos Santos Coimbra	597. Manoel Leite de Sousa
191. Custódio Leite da Silva	598. Manoel Lins Vaz

Continua...

Quadro 1A: Cont.**Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas**

192. Custódio Lopes de Sousa	599. Manoel Lopes Ferreira
193. Damásio Rodrigues	600. Manoel Lopes Leal
194. Damião Ferreira Coelho	601. Manoel Luiz de Carvalho
195. Damião Francisco da Costa	602. Manoel Luiz de Carvalho (alferes)
196. Delfina José Coelho da Silva	603. Manoel Marques de Abreu
197. Delfina Josefa do Sacramento	604. Manoel Martins dos Santos
198. Delfino Vaz Martins e Maria Dias da Trindade	605. Manoel Martins Pacheco
199. Desidério da Costa Miranda	606. Manoel Mendes Ribeiro
200. Dionísio Alves Correia	607. Manoel Monteiro Niza
201. Domingos Barreiros de Jesus	608. Manoel Moreira Coelho
202. Domingos de Matos Pereira	609. Manoel Paulo de Oliveira
203. Domingos Delfino José Esteves	610. Manoel Pereira Chaves
204. Domingos Gomes Leal	611. Manoel Pereira Dutra
205. Domingos Nunes de Souza	612. Manoel Pereira Rodrigues de Araújo
206. Domingos Pimenta de Figueiredo	613. Manoel Porfírio de Souza
207. Domingos Rodrigues Machado	614. Manoel Ramos da Cruz
208. Donata da Silva Gomes	615. Manoel Ramos da Cruz Junior
209. Donato de Passos e Oliveira	616. Manoel Rodrigues
210. Eduardo Silvestre Ferreira de Couto	617. Manoel Rodrigues da Silva
211. Emerenciana Gonçalves Sena	618. Manoel Rodrigues de Castro
212. Emília Fernandes da Costa	619. Manoel Rodrigues Frois
213. Estevão Rodrigues da Fonseca	620. Manoel Rodrigues Galdino
214. Eugênia Maria do Espírito Santo	621. Manoel Roque Esteves
215. Faustino Martins Pereira	622. Manoel Saturnino de Sousa
216. Feliciano Barboza da Cruz	623. Manoel Soares de Araújo
217. Feliciano José Barreiros	624. Manoel Soares de Mendonça
218. Feliciano Lopes da Silva	625. Manoel Teixeira de Carvalho
219. Feliciano Luiz Pego	626. Manoel Teixeira de Carvalho Torres
220. Feliciano Monteiro da Silva	627. Manoel Teixeira Fernandes
221. Feliciano Vaz de Miranda	628. Manoel Teixeira Ribeiro
222. Felício Pereira da Silva	629. Manuel da Costa Pereira
223. Felicíssimo José Duarte	630. Manuel Esteves Ottoni (doutor)
224. Felipe Martins Pereira	631. Marcela Luiza de Oliveira
225. Felizarda Moreira	632. Marcelina Rosa de Santa Ana
226. Filipe de Santiago	633. Marcelinho José Rodrigues e Silva
227. Firmino da Costa Pires	634. Marcelino Domingues da Silva
228. Firmino Fernandes da Costa	635. Marcelino Teodoro dos Nunes
229. Firmino Fernandes da Costa	636. Marcelo José Fernandes
230. Firmino Ferreira Antônio	637. Marcelo Reis da Fonseca
231. Firmino Pereira dos Santos	638. Marcelo Rodrigues de Sousa
232. Firmino Quaresma da Fonseca	639. Marciano Soares de Mendonça
233. Firmino Ramos Pereira Neves	640. Maria Alves
234. Florêncio Francisco Fernandes	641. Maria Alves da Conceição
235. Florentino Rodrigues Carneiro	642. Maria Antônia de Carvalho
236. Floriano de Faria e outros herdeiros	643. Maria Antônia de Jesus
237. Fortunata Maria do Espírito Santo	644. Maria Antônia dos Santos
238. Fortunato Alves Correia	645. Maria Basília da Silva
239. Fortunato de Castro Pereira, pai, tios e irmãos	646. Maria Cândida de Jesus
240. Fortunato Pereira dos Santos	647. Maria Carneiro do Espírito Santo
241. Francisca Fiúza	648. Maria Crispim de Azevedo
242. Francisca José Coelho	649. Maria da Assunção e Silva

Continua...

Quadro 1A: Cont.

Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas

243. Francisca José Coelho da Silva	650. Maria da Rocha Guimarães
244. Francisca Maria de Jesus	651. Maria de Deus
245. Francisca Soares da Silva	652. Maria de Oliveira Viana
246. Francisca Teixeira	653. Maria de Sousa Ferreira
247. Francisca Teixeira Abrantes	654. Maria Delfina de Jesus
248. Francisco Alves da Silva	655. Maria dos Santos Martins
249. Francisco Alves Ferreira	656. Maria Fernandes Costa
250. Francisco Coelho Barboza	657. Maria Fernandes do Espírito Santo
251. Francisco da Costa Guedes	658. Maria Francisca
252. Francisco das Chagas Silva	659. Maria Francisca de Jesus
253. Francisco de Paula Coelho	660. Maria Francisca do Espírito Santo
254. Francisco de Paula Freitas	661. Maria Josefina de Souza Costa
255. Francisco de Sousa da Silva	662. Maria Leonarda de Jesus
256. Francisco de Sousa Passos	663. Maria Leopoldina de Araújo Maia
257. Francisco Dias da Silva	664. Maria Masé de Jesus
258. Francisco Fernandes Guimarães	665. Maria Mendes de Jesus
259. Francisco Ferreira de Almeida	666. Maria Miranda de Oliveira
260. Francisco Ferreira de Medeiros	667. Maria Nunes de Sousa
261. Francisco Ferreira Marte	668. Maria Pinto
262. Francisco Ferreira Paulino (padre)	669. Maria Pinto Alves
263. Francisco Gomes Alves	670. Maria Ramos da Cruz
264. Francisco Gomes de Andrade	671. Maria Rodrigues de Alves
265. Francisco Gomes de Mello	672. Maria Rodrigues de Sousa
266. Francisco G. de Mello (seus co-herdeiros)	673. Maria Senhorinha da Silva Reis
268. Francisco Gomes Leal	674. Maria Soares de Mendonça
269. Francisco Gonçalves Chaves	675. Maria Soares de Sousa
270. Francisco Gonçalves de Alves	676. Maria Teixeira do Nascimento
271. Francisco Gonçalves Xavier	677. Maria Umbelino Quirinos
272. Francisco José de Carvalho	678. Mariana Alves de Jesus
273. Francisco José de Figueiredo	679. Mariana Fraga Silveira
274. Francisco José de Sousa Maia	680. Mariana Rabelo de Jesus
275. Francisco José Veloso Soares	681. Mariano Dias da Trindade
276. Francisco Lima da Silva	682. Mariano Novais de Almeida
277. Francisco Lopes da Silva	683. Martinho José Coelho
278. Francisco Maria de Assis	684. Martiniano Lopes de Sousa
279. Francisco Marques das Neves	685. Maximiana Rodrigues de Sousa
280. Francisco Martins Pereira	686. Maximiano da Costa Vila Real
281. Francisco Moreira de Sousa e Irmãos	687. Maximiano da Rocha Faria
282. Francisco Pereira da Rocha	688. Maximiano da Rocha Guimarães
283. Francisco Pinto de Abreu	689. Maximiano da Rocha Guimarães
284. Francisco Ribeiro Pegino	690. Maximiano Gonçalves Sousa
285. Francisco Rodrigues da Cruz	691. Maximiano Pereira dos Santos
286. Francisco Rodrigues da Cunha	692. Maximiniano Faria
287. Francisco Rodrigues da Fonseca	693. Miguel Ferreira da Silva
288. Francisco Rodrigues da Silva	694. Miguel Gonçalves de Meira
289. Francisco Salustiano Teixeira	695. Miguel Moreira de Souza
290. Francisco Soares Xavier	696. Miguel Vaz Martins
291. Francisco Teixeira Abrantes	697. Militão Batista do Nascimento
292. Francisco Teodoro	698. Modesto Alves Nunes
293. Francisco Vaz Mourão	699. Modesto Moreira Coelho
294. Francisco Vieira dos Santos	700. Natária Maria de Jesus
295. Francisco Xavier da Costa Borges	701. Nazária Maria do Espírito Santo

Continua...

Quadro 1A: Cont.

Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas

296.	Geraldo Lopes Sousa	702.	Norberto José Carneiro
297.	Germano de Freitas Sampaio	703.	Nuno Teixeira Lopes
298.	Germano José Coelho	704.	Pacífico Carneiro Coelho
299.	Gertrudes Soares Pereira	705.	Paulino da Silveira Miranda
300.	Helena Maria de Jesus	706.	Paulino Rodrigues de Souza
301.	Hermenegildo de Sousa Pereira	707.	Paulo Cordeiro de Oliveira
302.	Hilário Gonçalves Martins	708.	Paulo Ferreira da Cruz
303.	Hipólito Ramos da Cruz	709.	Paulo Leite da Cunha
304.	Honorato Cordeiro Antunes	710.	Paulo Soares Pereira
305.	Honorato Leite	711.	Pedro
306.	Honório Esteves Ottoni	712.	Pedro Coelho Barboza
307.	Honório Rodrigues de Magalhães	713.	Pedro da Costa Pereira
308.	Honório Rodrigues de Souza	714.	Pedro Rodrigues da Silva
309.	Honório Rodrigues Mascate	715.	Pedro Soares de Mendonça
310.	Ignácio Ferreira Lares	716.	Pio Peregrino Esteves
311.	Ignácio José Coelho	717.	Plácido de Freitas Guimarães
312.	Ignácio José de Azevedo	718.	Plácido José da Costa
313.	Ignácio Rodrigues de Sousa	719.	Ponciano José da Costa
314.	Ignácio Soares Xavier	720.	Quintiliano Alves Ferreira
315.	Índios – declaração realizada por Augusto Benedito Ottoni (na condição de diretor dos índios do Mucuri)	721.	Quintiliano Martins Pereira
316.	Inocência Antônia de Jesus	722.	Rafael de Mattos Pereira
317.	Inocência Fernandes da Costa	723.	Raimunda Antônia da Conceição
318.	Inocência Correia da Rocha	724.	Raimunda Fernandes da Costa
319.	Irene Pereira Freire e seus filhos	725.	Raimunda Maria do Espírito Santo
320.	Isabel Maria Felisandra de Araújo	726.	Raimundo Pereira de Carvalho
321.	Isidoro Martins	727.	Remualdo Rodrigues da Fonseca
322.	Isidoro Rodrigues Sousa	728.	Ricarda Antônia da Conceição
323.	Ivo de Araújo Antunes	729.	Rita de Cássia Magalhães
324.	Jacintha Antônia dos Reis	730.	Roberto Francisco Terra
325.	Jacintha Ferreira dos Santos	731.	Roberto Moreira de Souza
326.	Jacintha Joaquina de Jesus	732.	Rosa Batista do Nascimento
327.	Jacintha Rosa de Santa Ana	733.	Rosa de Oliveira e Sousa
328.	Jacintha Sanches Brandão	734.	Rosa Marques da Cunha
329.	Jacinto Alves Correia	735.	Rosa Simões de Miranda
330.	Jacinto Alves da Costa	736.	Rosalina de Jesus)
331.	Jacinto Bernardo de Mendonça	737.	Sabino
332.	Jacinto de Araújo	738.	Salustiana
333.	Jacinto de Souza Marcos	739.	Santério Ferreira de Carvalho
334.	Jacinto Gomes Leal	740.	Santos de Sousa Sena
335.	Jacinto Luiz de Araújo	741.	Santos Rodrigues Lares
336.	Jacinto Luiz de Oliveira	742.	Sebastiana
337.	Jacinto Martins Pereira	743.	Sebastião de Faria Oliveira
338.	Jacinto Mendes Soares	744.	Sebastião Pereira de Andrade Matias Nunes
339.	Jacinto Pereira de Carvalho	745.	Sebastião Pereira dos Santos
340.	Jacinto Ramos da Cruz	746.	Serafim Alves dos Santos
341.	Jacinto Rodrigues da Fonseca	747.	Serafim Bernardes Coelho
342.	Jacinto Rodrigues de Sousa	748.	Serafim Lopes de Souza
343.	Januário da Costa	749.	Serafim Rodrigues Pereira
344.	Januário da Costa Alecrim	750.	Serafim Vieira de Mendonça

Continua...

Quadro 1A: Cont.**Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas**

345. Januário José de Azevedo	751. Servando da Silva Santos
346. Jaú da Costa Alecrim	752. Servando Luiz Pego
347. Jaú Rodrigues de Sousa	753. Servando Pereira da Silva
348. Jerônima Alves da Silva	754. Servando Teixeira Silva
349. Jerônimo da Costa Guedes	755. Sérvolo Pereira dos Santos (padre)
350. Jerônimo da Costa Guedes (filho)	756. Severiano Monteiro de São Miguel
351. Jerônimo de Freitas Cordeiro	757. Severiano Soares da Silva
352. Jerônimo Furtado Vaz	758. Severiano Soares de Mendonça e seus cunhados
353. Jerônimo Lemos Soares	759. Silvéria Rodrigues da Cruz
354. Jerônimo Martins Pereira	760. Silvéria Rodrigues Nunes
355. Jerônimo Vaz Martins	761. Silvério Ferreira de Almeida
356. Joana Alves dos Santos	762. Silvério Mendes Ribeiro
357. Joana Carneiro Coelho	763. Silvestre Monteiro de São Miguel
358. Joana de Martins Pereira	764. Silvio Ferreira Gandra
359. Joana Maria do Espírito Santo	765. Simplício Soares dos Santos
360. Joana Polucena	766. Soledade Marques da Cunha
361. João (filho de Teresa de Sousa Ferreira)	767. Teodora Maria do Espírito Santo
362. João Antônio de Paiva Pessoa	768. Teodora Pega
363. João Antônio Rodrigues	769. Teodoro Martins de Sousa
364. João Barboza dos Santos	770. Teodoro Rodrigues dos Santos
365. João Batista Damasceno	771. Teodósia Cândida Vieira Maia
366. João Batista do Nascimento	772. Teotônio de Sousa Passos
367. João Bernardo de Azevedo	773. Teresa Alves Pereira
368. João Borges Fernandes	774. Teresa de Sousa Ferreira
369. João Carneiro Coelho	775. Teresa Gomes da Silva
370. João Cirino Pinto	776. Tereza Alves de Jesus
371. João Cordeiro de Oliveira Maria de Figueiredo dos Santos	777. Tereza Maria de Jesus
372. João Correia da Rocha	778. Tereza Teodora do Patrocínio
373. João da Costa Guedes	779. Tertuliano Alves de Azevedo
374. João da Costa Neves	780. Timóteo de Freitas Cordeiro
375. João da Silva Costa	781. Timóteo Ferreira Gandra
376. João de Leão Moraes e seus cunhados	782. Timóteo Gonçalves de Meira
377. João de Macedo Lima	783. Timóteo Lopes Ribeiro
378. João de Oliveira de Paula	784. Tomás da Costa Santos
379. João de Oliveira e Paula	785. Tomás de Sousa Fernandes
380. João de Sousa Pinheiro	786. Tomas Rodrigues da Fonseca
381. João de Souza Carvalho	787. Tomás Rodrigues da Fonseca
382. João de Souza Passos	788. Tomásia de Sousa Pereira
383. João Dias Ferreira	789. Tristão Alfonso Fernandes
384. João dos Santos Martins	790. Tristão dos Santos Coimbra
385. João Evangelista de Almeida	791. Valentim Pereira de Meireles
386. João Felix Ribeiro	792. Valeriana Borges de Jesus
387. João Felix Sousa	793. Valeriano Pinto de Abreu
388. João Fernandes da Costa	794. Valério da Fonseca
389. João Ferreira Antunes	795. Valério Rodrigues da Silva
390. João Ferreira Coelho	796. Venância Maria de Vasconcelos
391. João Ferreira Paulino	797. Venâncio Caldeira Brant
392. João Francisco Pego	798. Veríssimo Felix Ribeiro
393. João Francisco Porto	799. Vicência de Souza Rosa
394. João Gomes da Silva	800. Vicente Bento

Continua...

Quadro 1A: Cont.

Declarantes da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas

395.	João Gomes Leal	801.	Vicente de Sousa Marrecos
396.	João Gonçalves da Cruz	802.	Vicente Ferreira da Fonseca
397.	João Gonçalves Senna	803.	Vicente Leite da Silva
398.	João Joaquim Soares	804.	Vicente Martins Sanches
399.	João José Cordeiro	805.	Vicente Pinheiro da Silva
400.	João José da Silva	806.	Vicente Serafim Ferreira
401.	João José de Araújo	807.	Vicente Soares da Paixão
402.	João Lopes da Rosa	808.	Vitoria Moreira
403.	João Lopes Ferreira	809.	Zeferino Gomes do Amaral
404.	João Martins Pereira	810.	Zeferino Rodrigues da Cruz
405.	João Martins Pereira		
406.	João Monteiro de São Miguel		
407.	João Nogueira de Oliveira		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora. Dados obtidos da REPARTIÇÃO ESPECIAL DE TERRAS PÚBLICAS. SÉRIE 1: REGISTROS DE TERRAS: 1855-1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-123 TP Rolo-10-FLASH 01; 1856 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-124 TP Rolo-10-Flash 01 e 1856-1857 São Pedro do Fanado de Minas Novas (índice) TP-1-125 TP Rolo-10-Flash 01. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules-terras_publicas-brtacervo.php?cid=234&op=1.

Quadro 1B: Registros Paroquiais de Terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas com a respectiva extensão declarada

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
1	09-03-1855	Manoel José de Carvalho	Uma légua e meia de comprimento e uma légua de largura
2	21-03-1855	Tenente Coronel Plácido Jose da Costa	Duas léguas em círculo
3	21-03-1855	Camilo Tristão dos Santos	Três quartos de légua em círculo
4	23-03-1855	José Bento Nogueira	Fazenda: uma légua de comprimento e um quarto de légua de largura; Sítio1: vinte e dois alqueires; Sítio 2: doze alqueires; sítio 3: quatorze alqueires
5	26-03-1855	Antônio dos Santos Coimbra	Meia légua em círculo
6	27-03-1855	Dona Jacinta Sanches Brandão	Cinco léguas em círculo
7	27-03-1855	Cirino Moreira da Silva	Meio quarto de légua de comprimento e meia légua de largura
8	27-03-1855	João Ferreira Coelho	Cinquenta alqueires
9	28-03-1855	Brás Fernandes Guimarães e Francisco Fernandes Guimarães	Não mencionada
10	30-03-1855	José Thomé Alves dos Santos; Serafim Alves dos Santos; Joanna Alves dos Santos-Anna Alves dos Santos	Não mencionada
11	08-04-1855	Bento Pereira da Silva	Não mencionada
12	09-04-1855	Jacinto Rodrigues da Fonseca	Não mencionada
13	10-04-1855	Clara Soares Lima	Três quartos de légua em círculo
14	10-04-1855	Tenente Carlos Ferreira Coelho	Três léguas de circunferência
15	11-04-1855	Inácio Soares Xavier	Uma légua e meia em círculo
16	13-04-1855	Camilo dos Santos Lima	Meia légua de comprimento e meia légua de largura
17	15-04-1855	Manoel dos Santos Coimbra	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
18	15-04-1855	Serafim Lopes de Souza	Meio quarto de légua de comprimento e largura

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
19	15-04-1855	José Monteiro do Espírito Santo	Meia légua de largura e meia légua de comprimento
20	16-04-1855	Antônia Claudina de Freitas	Vinte e cinco alqueires
21	17-04-1855	Alferes José Lima de Macedo e sua mulher Dona Tereza Maria de Jesus	Três quartos de légua de comprimento e meia légua de largura
22	18-04-1855	Leandro Dias Ladeira	Um quarto de légua de comprimento e de largura
23	18-04-1855	João Batista Damasceno	Quatro léguas e meia
24	19-04-1855	Feliciano Lopes da Silva	Meia légua de comprimento e de largura
25	21-04-1855	João Batista Damasceno e demais herdeiros	Légua e meia em círculo
26	21-04-1855	Caetana Maria da Conceição	Uma légua
27	24-04-1855	Tristão dos Santos Coimbra	Meia légua de largura e de comprimento
28	24-04-1855	Francisco Soares Xavier	Cavallais: uma légua e meia de comprimento e uma légua de largura; Barra: uma légua e meia de comprimento e uma légua de largura
29	30-04-1855	Jacinto Ramos da Cruz	Um quarto de légua
30	30-04-1855	José Tomé Rodrigues da Fonseca	Meia légua de comprimento e uma légua de largura
31	01-05-1855	Manoel de Azevedo e Silva	Meio quarto légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
32	01-05-1855	Manoel Leite da Cunha	Um quarto de légua em quadro
33-34	01-05-1855	Bernardo Gonçalves Senna	Uma légua e meia comprimento e uma légua de largura; Um quarto de légua em quadro
35	02-05-1855	Silvério Ferreira de Almeida	Meia légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
36	03-05-1855	Justino Ferreira Machado	Meia légua de longitude e três quartos de légua de largura
37	03-05-1855	Joaquim Francisco da Costa	Meia légua de comprimento e meia légua de largura

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
38	11-05-1855	Antônio Ferreira de Almeida	Meia légua de comprimento e meia légua de largura
39	11-05-1855	Manoel Ferreira de Almeida	Três quartos e meio de légua de largura
40	11-05-1855	Leandro Moreira Chaves	Uma légua de comprimento e uma légua de largura
41	11-05-1855	Paulino da Silveira Miranda	Meia légua de comprimento e uma légua de largura
42	14-05-1855	Manoel Paulo de Oliveira	Um quarto de légua
43	14-05-1855	Manoel Rodrigues Galdino	Um quarto de légua de comprimento e largura
44	17-05-1855	Manoel Monteiro Niza	Um quarto de légua de comprimento e meio quarto de largura
45	17-05-1855	Inácio Ferreira Lares	Três quartos de légua
46	18-05-1855	José Rodrigues Lares	Meia légua de comprimento
47	18-05-1855	Santos Rodrigues Lares	Um quarto de légua de comprimento
48	18-05-1855	Manuel da Costa Pereira	Não mencionada
49	18-05-1855	Remualdo Rodrigues da Fonseca	Não mencionada
50	20-05-1855	José de Souza Santos	Não mencionada
51	20-05-1855	Alferes Manoel Luís de Carvalho	Setenta alqueires
52	20-05-1855	Joaquim Rodrigues da Fonseca	Três quartos de légua de comprimento e um quarto de légua em largura
53	20-05-1855	Francisco Ribeiro Pegino	Cinco alqueires
54	26-05-1855	Vicente Ferreira da Fonseca	Uma légua de comprimento e uma légua de largura
55	26-05-1855	Lourenço da Costa Alecrim	Uma légua de comprimento
56	26-05-1855	Jeronimo Lemos Soares	Uma légua de comprimento

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
57	27-05-1855	Modesto Moreira Coelho	Um quarto de légua de largura
58	27-05-1855	José de Meira Gonçalves	Não mencionada
59	30-05-1855	Anastácio da Silva Pinto	Metade de meio quarto de légua em quadro
60	31-05-1855	Jacinto de Araújo	Meio quarto de légua em quadro
61	31-05-1855	Antônio da Costa Barreiras	Não mencionada
62	31-05-1855	Inácio José Coelho	Não mencionada
63	31-05-1855	Aguida Maria Coelho	Não mencionada
64	31-05-1855	Alexandre José Pinheiro	Não mencionada
65	31-05-1855	Jacinto Alves da Costa	Não mencionada
66	04-06-1855	José Rodrigues Ferreira	Não mencionada
67	04-06-1855	Pedro da Costa Pereira	Não mencionada
68	04-06-1855	Justino da Rocha Barreiras	Não mencionada
69	05-06-1855	Doutor Manuel Esteves Ottoni	Meia légua de frente
70	05-06-1855	Padre Francisco Ferreira Paulino	Cem alqueires
71	08-06-1855	Joaquim Machado Pereira	Um quarto de légua de comprimento e meio quarto de largura
72	08-06-1855	Paulo Soares Pereira e herdeiros do Padre Pedro Soares Pereira	Uma légua de comprimento e meia de fundos
73	08-06-1855	Mariano Novais de Almeida	Não mencionada
74	08-06-1855	Anacleto Alves Lemos	Não mencionada
75	08-06-1855	Antônia Rodrigues da Fonseca	Três quartos de légua de longitude e três quartos de légua de largura

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
76	09-06-1855	João de Oliveira e Paula	Meia légua
77	13-06-1855	Tomas Rodrigues da Fonseca e herdeiros de Domingues Rodrigues da Fonseca	Não mencionada
78	20-06-1855	Eduardo Silvestre Ferreira de Couto	Três alqueires
79	25-06-1855	Estevão Rodrigues da Fonseca	Duzentos alqueires e uma légua de comprimento
80	25-06-1855	Maria Rodrigues de Alves	Sessenta alqueires e um quarto de légua de comprimento
81	25-06-1855	Zeferino Rodrigues da Cruz	Duzentos alqueires e uma légua de comprimento
82	26-06-1855	Joaquim Francisco dos Santos, Antônio Procópio Alves da Fonseca, José Martins Pereira, João Barbosa dos Santos, Clemente Chaves, Lourenço Teixeira da Silva, Bio Gomes Pereira	Oitenta alqueires e três quartos de comprimento
83	26-06-1855	Joaquim Francisco dos Santos, José Martins Pereira Filho, Jeronimo Martins Pereira, João Barbosa dos Santos, Clemente da Silva Chaves, Servando Teixeira Silva, Bio Gomes Pereira	Cem alqueires e duas léguas de comprimento
84	26-06-1855	Ana Lucia Nunes Nogueira, Quintiliano Martins Pereira, Carlos Martins, Felipe Martins Pereira, João Martins Pereira, Jacinto Martins Pereira	Cinquenta alqueires e uma légua de extensão em círculo
85	26-06-1855	Antônio Procópio Alves da Fonseca	Quarenta alqueires e um quarto de légua de comprimento
86	26-06-1855	Francisco José de Carvalho	Trinta e cinco alqueires
87	26-06-1855	Antônio Nunes Nogueira, Bastos Martins, Quintiliano Martins Pereira, Bento Martins Pereira, Bento Martins Pereira, Felipe Martins Pereira, João Martins Pereira, Jacinto Martins Pereira	Cinquenta alqueires e três quartos de légua de comprimento
88	26-06-1855	José Ferreira Coelho	Cinco léguas de comprimento e três léguas de largura
89	26-06-1855	Francisco José Veloso Soares	Duzentos alqueires e meia légua de comprimento
90	27-06-1855	Luís Camargos Leal	Meia légua em círculo
91	27-06-1855	Venância Maria de Vasconcelos	Três quartos de légua

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
92	28-06-1855	João Ribeiro Mendes	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
93	28-06-1855	Maximiniano Faria - Tutor dos menores Maria, João, Clemência filhos de Antônio Nunes da Crus	Um quarto de légua
94	28-06-1855	José Gonçalves Chaves	Não mencionada
95	28-06-1855	Padre Adrião Moreira de Mello	Dez alqueires
96	28-06-1855	Vicente Martins Sanches	Ilegível
97	28-06-1855	Ana Matas Pereira, Bento Pereira da Silva, Jaú Rodrigues de Sousa, Jaú da Costa Alecrim, Luciano Soares Gomes,	Não mencionada
98	08-07-1855	Maria Mazé de Jesus, José da Costa Alecrim, Miguel Vaz Martins, Jeronimo Vaz Martins, Antônio, Sabino, Salustiana, Francisco,	Não mencionada
99	10-07-1855	Antônio Rodrigues da Silva	Uma légua em círculo
100	11-07-1855	Clemente Rodrigues da Fonseca	Um quarto de légua
101	19-07-1855	Marcelino Theodoro dos Nunes	Um quarto de légua
102	20-07-1855	Francisco Moreira de Sousa e Irmãos	Não mencionada
103-104	20-07-1855	Roberto Moreira de Sousa e seus irmãos	Não mencionada
105-106	21-07-1855	Jerônimo Furtado Vaz	Uma légua em círculo Quatro léguas
107	21-07-1855	Raimundo Pereira de Carvalho	Três quartos de légua de comprimento e um quarto de légua de largura
108	21-07-1855	Bonifácio Gonçalves de Meira	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
109	22-07-1855	Adrião Antônio Ferreira	Onze alqueires
110	22-07-1855	Ana Carneiro de Aguiar	Quatro alqueires e meio
111-112-113	23-07-1855	Januário da Costa Alecrim	Um alqueire, três alqueires, sete alq.
114	24-07-1855	José Vieira de Mendonça	Meia légua em quadro

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
115	24-07-1855	Abel Cleristiano do Nascimento	Três quartos de légua de comprimento e um quarto de légua de largura
116	25-07-1855	Caetano Félix dos Santos	Três quartos de légua de comprimento e meia légua de largura
117	27-07-1855	Ignacio Rodrigues de Sousa, Jacinto Rodrigues de Sousa, Isidoro Rodrigues Sousa, Paulino Rodrigues de Souza, Joaquim Rodrigues de Sousa, Maria Rodrigues de Sousa, Anna Rodrigues de Sousa, Cristina Rodrigues de Sousa, Maximiana Rodrigues de Sousa, Justiniana Rodrigues de Sousa, Luciana Rodrigues de Sousa, Luciana Rodrigues de Sousa, Casemira Rodrigues de Sousa	Duas léguas e meia de comprimento e meia légua de largura
118	27-07-1855	Antônio Fortunato de Carvalho	Não mencionada
119	01-08-1855	Mariano Dias da Trindade	Não mencionada
120	01-08-1855	Antônio Jose Veloso Soares	Meia légua
121	01-08-1855	Carlos Martins Pereira	Um quarto de légua de comprimento e meio quarto de largura
122	02-08-1855	Faustino Martins Pereira	Meio quarto de légua
123	02-08-1855	Joaquim Martins Pereira	Menos de meio quarto de légua de comprimento e de largura meio quarto de légua
124	02-08-1855	Antônio Tomas de Oliveira Castro	Três quartos de légua de comprimento e um quarto de légua de largura
125	02-08-1855	João Cordeiro de Oliveira	Um quarto de légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
126	05-08-1855	Teodônio de Sousa Passos	Não mencionada
127	05-08-1855	Manoel Lins Vaz	Não mencionada
131	16-08-1855	Camilo Ferreira Gandra	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
132	16-08-1855	Firmino Ferreira Antônio	Meio quarto de légua de comprimento e meio quarto de légua de largura

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
133	16-08-1855	Maria de Figueiredo dos Santos	Um quarto de légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
134	16-08-1855	Silvio Ferreira Gandra	Uma légua de comprimento e uma légua de largura
135	16-08-1855	Antônio Martins Pereira	Não mencionada
136	16-08-1855	Francisco Maria de Assis	Meio quarto de légua
137	16-08-1855	Adrião Gomes Pereira, mãe e irmão	Não mencionada
138	16-08-1855	Maria Senhorinha da Silva Reis	Meio quarto de légua em círculo
139	16-08-1855	Manoel Martins Pacheco	Uma légua e meia em círculo
140	16-08-1855	Manoel Martins Pacheco	Uma légua em círculo
141	17-08-1855	Carlota Maria Senna	Não mencionada
142	17-08-1855	Santério Ferreira de Carvalho	Não mencionada
143	18-08-1855	Valério Rodrigues da Silva	Não mencionada
144	18-08-1855	Manoel Ferreira de Carvalho	Não mencionada
145	18-08-1855	João Martins Pereira	Não mencionada
146	18-08-1855	Francisca Maria de Jesus	Não mencionada
147	18-08-1855	Luís Moreira de Sousa e os herdeiros de Jacinto José Joaquim Moreira de Sousa	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
148	19-08-1855	Manoel do Carmo da Silva	Não mencionada
149	19-08-1855	Serafim Vieira de Mendonça	Cinco alqueires
150	27-08-1855	João José Cordeiro	Não mencionada
151	27-08-1855	João Gomes da Silva	Um quarto de légua em quadro

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
152	27-08-1855	Silvério Mendes Ribeiro	Não mencionada
153	27-08-1855	Clemente da Costa Teixeira	Não mencionada
154	27-08-1855	Maria Mendes de Jesus	Não mencionada
155	31-08-1855	Maximiano Pereira dos Santos	Meio quarto de légua de comprimento
156	31-08-1855	Catarina Félix de Menezes	Um quarto de légua de comprimento
157	04-09-1855	João de Sousa Pinheiro	Meia légua de comprimento e meia légua de largura
158	04-09-1855	Pedro Coelho Barbosa	Não mencionada
159	17-09-1855	Manoel Leite de Sousa	Não mencionada
160	18-09-1855	Quintiliano Alves Ferreira	Dez alqueires
161	20-09-1855	Jacinto Luís de Araújo	Uma légua
162	06-10-1855	Augusto Benedito Ottoni	Não mencionada
163	06-10-1855	José de Sousa Peixoto	Não mencionada
164	06-10-1855	Joaquim Vieira de Pina e Companhia	Não mencionada
165	11-10-1855	Joaquim José de Araújo Maia, Dona Teodósia Cândida Vieira Maia e Dona Maia Leopoldina de Araújo Maia	Não mencionada
166	12-10-1855	Sebastião Pereira dos Santos	Três quartos de légua em círculo
167	07-10-1855	Sebastião Pereira dos Santos	Uma légua de círculo
169	07-10-1855	Timóteo de Freitas Cordeiro	Uma légua em círculo
168	07-10-1855	Braz Ignacio do Amaral	Uma légua em círculo
169-170	07-10-1855	Constantino Borges dos Santos	Não mencionadas
171	10-10-1855	Companhia do Mucuri através de seu agente Augusto Benedito Ottoni	Uma légua
172	12-10-1855	Antônio Ernesto Coelho	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
173	12-10-1855	Francisca José Coelho da Silva	Uma légua de comprimento e meia légua de largura
174	01-11-1855	Jerônimo de Freitas Cordeiro	Três quartos de légua em círculo
175	01-11-1855	José Valentim Carneiro	Uma légua em círculo
176	01-11-1855	Joaquim Gonçalves Chaves	Duas léguas e meia em círculo
177	03-11-1855	Joaquim Pedro da Silva	Não mencionada
178	05-11-1855	Jose Carneiro Coelho, Antônio Joaquim de Azevedo, João Carneiro Coelho, Ricarda Antônia da Conceição, Pacífico Carneiro Coelho	Um quarto de légua em quadro
179	05-11-1855	Raimunda Antônia da Conceição	Um quarto de légua em quadro
180	05-11-1855	Manoel Teixeira Ribeiro	Meia légua em círculo de comprimento
181	06-11-1855	Francisco de Sousa Passos	Não mencionada
182	06-11-1855	Joaquim de Sousa Passos	Meia légua em círculo
183	06-11-1855	Joaquim de Sousa Passos (na condição de tutor dos herdeiros de José de Sousa Passos)	Meia légua em círculo
184	06-11-1855	Antônio Ferreira dos Santos	Uma légua em círculo
185	07-11-1855	Floriano de Faria e outros herdeiros	Meio alqueire
186	07-11-1855	Manoel Teixeira Fernandes	Três quartos de légua de comprimento e meia légua de largura
187	08-11-1855	Joaquim José da Fonseca	Uma légua em círculo
188	08-11-1855	João dos Santos Martins	Três quartos de légua em círculo
189	08-11-1855	Joaquim José da Fonseca	Duas léguas em círculo
190	08-11-1855	Manoel Porfirio de Souza	Um quarto de légua em círculo
191	08-11-1855	João de Souza Carvalho	Um quarto de légua em círculo

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
192	08-11-1855	Joaquim da Silva Santos	Um quarto de légua em círculo
193	14-11-1855	Francisco Maria de Assis	Três quartos de légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
194	14-11-1855	Dona Balbina Borges de Jesus	Não mencionada
195	14-11-1855	Dona Balbina Borges de Jesus	Não mencionada
196	16-11-1855	Antônio da Silva e Souza	Meia légua
197	24-11-1855	Joaquim dos Santos Lima	Não mencionada
198	01-12-1855	Claudino dos Santos Coimbra e seus irmãos, tios e sobrinhos	Não mencionada
199	07-12-1855	José de Mattos Pereira	Não mencionada
200	09-12-1855	João Rodrigues Peixoto	Não mencionada
201	24-12-1855	Antônio Gomes Leal	Não mencionada
202	24-12-1855	José da Rocha Oliveira	Meio quarto de légua
203	30-12-1855	Severiano Monteiro de São Miguel	Não mencionada
204	31-12-1855	Claudino Rodrigues da Fonseca	Quatro alqueires
205	31-12-1855	Justiniano de Souza Pereira	Seis alqueires
206	07-01-1856	Ana Simoa de Jesus	Palmital: um quarto de légua de comprimento e menos de um quarto de légua de largura. Buriti: um quarto de légua de largura e três quartos de légua de comprimento
207	07-01-1856	José Bento Nogueira	Dezoito alqueires
208	12-01-1856	Antônio Salustiano José Esteves	Não mencionada
209	12-01-1856	Anastácio Jose Esteves	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
210	12-01-1856	Pio Peregrino Esteves	Não mencionada
211	14-01-1856	João Francisco Porto	Três quartos de légua de comprimento e meia légua de largura
212	15-01-1856	Antônio Teotônio dos Santos	Dez alqueires e um quarto de légua em quadro
213	16-01-1856	Manoel Jacinto da Fonseca	Cento e cinquenta a duzentos alqueires
214	16-01-1856	Manoel Pereira Chaves	Quarenta a sessenta alqueires
215	17-01-1856	Manoel Borges de Couto	Não mencionada
216	25-01-1856	Companhia Mucuri através de Augusto Benedito Ottoni	Não mencionada
217	25-01-1856	Francisco Jose de Sousa Maia e Joaquim Jose de Sousa	Não mencionada
218	25-01-1856	Barão de Diamantina	Não mencionada
219	27-01-1856	Jeronimo da Costa Guedes	Uma légua de comprimento e meia légua de largura
220	29-01-1856	Marcelinho José Rodrigues e Silva	Oito alqueires
221	29-01-1856	Ana Senhorinha, Maria Francisca, e Aguida	Cinco alqueires
222	01-02-1856	Manoel Teixeira de Carvalho e outros herdeiros	Não mencionada
223	02-02-1856	Manoel Roque Esteves	Fazenda: uma légua e meia de comprimento e três quartos de légua de largura. Sorte de terras: uma légua de comprimento e meia légua de largura
224	07-02-1856	Camilo de Lelis Prates	Não mencionada
225	07-02-1856	Camilo de Lelis Prates	Não mencionada
226	07-02-1856	Manoel Rodrigues da Silva	Meia légua de círculo
227	07-02-1856	Serafim Bernardes Coelho	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
228	07-02-1856	Norberto Jose Carneiro	Uma e meia de círculo
229	07-02-1856	Anacleto Rodrigues Silva	Meia légua em círculo
230	08-02-1856	Joaquim Fernandes Guimarães	Não mencionada
231	11-02-1856	Santos de Sousa Sena	Não mencionada
232	11-02-1856	Miguel Gonçalves de Meira	Não mencionada
233	12-02-1856	Francisco de Paula Freitas	Dezesseis a vinte alqueires
234	12-02-1856	Francisco Valério da Fonseca	Cinquenta ou sessenta alqueires
235	12-02-1856	Germano de Freitas Sampaio	Meia légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
236	12-02-1856	Jose Joaquim Carneiro	Três quartos de légua de comprimento e um quarto de largura
237	12-02-1856	Dona Emerenciana Gonçalves Senna	Não mencionada
238	12-02-1856	Antônio Jose Coelho e Manoel Jose de Carvalho	Não mencionada
239	12-02-1856	Antônio José Coelho	Não mencionada
240	12-02-1856	Antônio Jose Coelho e Manoel Jose de Carvalho	Não mencionada
241	12-02-1856	Antônio Jose Coelho	Não mencionada
242	12-02-1856	Antônio Jose Coelho	Não mencionada
243	12-02-1856	Antônio Jose Coelho	Não mencionada
244	12-02-1856	Antônio Jose Coelho na condição de tutor dos menores filhos de Feliciano Jose Coelho	Não mencionada
245	12-02-1856	Manoel Gomes Leal	Não mencionada
246	12-02-1856	Mariana Alves de Jesus	Não mencionada
247	14-02-1856	Manoel Joaquim da Fonseca	Não mencionada
248	24-02-1856	Jose Antônio Costa e sua mulher Dona Maria Josefina de Souza Costa	Dois alqueires
249	25-02-1856	Custodio Leite da Silva	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
250	25-02-1856	Antônio Simões de Miranda Barbosa	Não mencionada
251	28-02-1856	José Teixeira Mendes	Não mencionada
252	28-02-1856	José Teixeira Mendes	Não mencionada
253	01-03-1856	Honório Esteves Ottoni	Uma légua de comprimento e duas léguas de largura
254	01-03-1856	Maria Antônia de Jesus	Não mencionada
255	02-03-1856	Maria Fernandes do Espírito Santo	Oito alqueires
256	03-03-1856	Firmiano Fernandes da Costa, João Fernandes da Costa, Manoel Fernandes da Costa, Emília Fernandes da Costa, Inocência Fernandes da Costa, Raimunda Fernandes da Costa, Maria Fernandes Costa	Não mencionada
257	03-03-1856	Antônio Rodrigues de Oliveira	Dezessete alqueires
258	03-03-1856	Dona Delfina Jose Coelho da Silva	Trezentos alqueires
259	04-03-1856	Francisco Ferreira Marte	Quatro alqueires
260	04-03-1856	Joaquim de Freitas Sampaio	Não mencionada
261	04-03-1856	Antônio Alves da Silva	Ilegível
262	04-03-1856	André Ferreira de Andrade	Trinta alqueires
263	04-03-1856	Joaquim de Freitas Sampaio	Duas léguas
264	04-03-1856	Ana Cândida de Santiago	Não mencionada
265	04-03-1856	Francisco Vieira dos Santos	Três quartos de légua de comprimento e meia légua de largura
266	06-03-1856	Justino Pinheiro de Souza	Meio alqueire
267	06-03-1856	Florentino Rodrigues Carneiro	Um quarto de légua de comprimento e meio de largura

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
268	06-03-1856	Bernardo José Coelho	Não mencionada
269	06-03-1856	Bernardino José de Figueiredo	Meia légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
270	06-03-1856	Julião Francisco dos Santos	Não mencionada
271	08-03-1856	Justino Alves da Silva	Cinco alqueires
272	08-03-1856	Antônio Rodrigues da Cunha	Não mencionada
273	09-03-1856	José Saturnino Pires Camargo	Não mencionada
274	08-03-1856	Jose Fernandes de Carvalho	Sessenta alqueires
278	15-03-1856	Manoel Francisco da Fonseca	Dez alqueires
279	15-03-1856	Manoel Ferreira da Costa	Não mencionada
280-281-282	15-03-1856	Vicente Serafim Ferreira	Meia légua de largura e meia légua de comprimento (280) Meia légua de comprimento e meia légua de largura (281) Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura (282)
283	15-03-1856	Jose Luís Pego	Trinta alqueires
284	15-03-1856	Adrião Pereira dos Santos	Seis alqueires
285	15-03-1856	João Rodrigues da Silva	Seis alqueires
286	15-03-1856	Maximiano da Rocha Faria	Não mencionada
287	15-03-1856	João de Souza Passos	Não mencionada
288	15-03-1856	Jose Gomes de Mendonça	Dezesseis alqueires
289	15-03-1856	Jose Gomes de Mendonça	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
290	17-03-1856	Jacinto Mendes Soares	Não mencionada
291	17-03-1856	João Bernardo de Azevedo	Não mencionada
292	17-03-1856	Silvestre Monteiro de São Miguel	Não mencionada
293	19-03-1856	Antônio Ernesto Coelho	Não mencionada
294	19-03-1856	Antônio José de Carvalho	Não mencionada
295	19-03-1856	Francisco Marques das Neves	Não mencionada
296	19-03-1856	José Rodrigues Duarte	Quatro léguas e meia
297	19-03-1856	Manoel Pereira Dutra	Oito alqueires
298	19-03-1856	Antônio Ernesto da Costa	Meia légua
299-300-301	19-03-1856	Irene Pereira Freire em comum com seus filhos	Uma légua em quadro (299) Cem alqueires e campos de criar: duas léguas (300); Um quarto de légua ao fundo e uma légua de comprimento para o centro (301)
302	19-03-1856	Bento Quintiliano de Soyer	Meio quarto de légua em quadro
303-306	19-03-1856	Irene Pereira Freire e seus filhos	Uma légua cada
304-305	19-03-1856	Antônio Ernesto da Costa	Uma légua de comprimento (304); Um quarto de légua em quadro (305)
307	19-03-1856	Carlos da Costa Freire	Uma légua e meia de comprimento
308	19-03-1856	Plácido de Freitas Guimaraens	Meia légua em quadro
309	20-03-1856	Marciano Soares de Mendonça	Não mencionada
310	20-03-1856	João Joaquim Soares	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
311	20-03-1856	Plácido de Freitas Guimaraens	Uma légua de comprimento
312	20-03-1856	José Silvério da Costa	Uma légua de comprimento
313	20-03-1856	Ana Joaquina de Oliveira	Não mencionada
314	23-03-1856	Joaquim José Fernandes	Uma légua de frente e outra légua de fundo
315	23-03-1856	Carlos Martins Pereira	Não mencionada
316-317	24-03-1856	Carlos Martins Pereira	Não mencionadas
318	24-03-1856	Fortunata Maria do Espírito Santo	Um quarto de légua de comprimento e meio quarto de légua de largura
319	24-03-1856	Honório Rodrigues Mascate e sua mulher Mariana Fraga Silveira	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
320	24-03-1856	Antônio Rodrigues Pereira	Não mencionada
321	24-03-1856	Teodora Pega	Não mencionada
322	24-03-1856	João Antônio de Paiva Pessoa	Não mencionada
323	24-03-1856	Feliciano Luiz Pego	Não mencionada
324	24-03-1856	Servando Luís Pego	Não mencionada
325	24-03-1856	João Francisco Pego (filho de Feliciano Luiz Pego)	Não mencionada
326	24-03-1856	Jose Teodoro Luiz Pego	Não mencionada
327	24-03-1856	Joaquim Rodrigues dos Santos	Não mencionada
328	24-03-1856	Adeodato Luís Pego	Não mencionada
329	24-03-1856	Justiniano Luiz Pego (filho de Feliciano Luiz Pego)	Não mencionada
330	25-03-1856	Jose Pires da Silva	Não mencionada
331	25-03-1856	Honório Rodrigues de Souza	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
332	25-03-1856	Francisco das Chagas Silva	Não mencionada
333	25-03-1856	Francisco Rodrigues da Silva	Não mencionada
334	25-03-1856	João Evangelista de Almeida e herdeiros do finado Jose Ferreira de Souza	Não mencionada
335	25-03-1856	Carlos Rodrigues da Cruz	Não mencionada
336	25-03-1856	Firmino Ramos Pereira Neves	Não mencionada
337	25-03-1856	Tomas Rodrigues da Fonseca	Não mencionada
338	25-03-1856	Vicente Leite da Silva	Não mencionada
339	26-03-1856	Geraldo Lopes Sousa	Não mencionada
340-341	26-03-1856	Manoel José Pereira	Não mencionadas
342	26-03-1856	Francisco Alves Ferreira	Não mencionada
343	26-03-1856	Manoel Alves Sampaio	Não mencionada
344-345	26-03-1856	Manoel Lopes Leal	Não mencionada
346	27-03-1856	Firmiano Fernandes da Costa e sua mulher Francisca Soares da Silva	Uma légua de comprimento e meia légua de largura
347	27-03-1856	Antônio Soares da Silva	Não mencionada
348	27-03-1856	Nuno Teixeira Lopes e Herdeiros menores de Desidério Jose Pereira	Não mencionada
349-353	27-03-1856	Casimiro Gomes Leal	Não mencionada
350	27-03-1856	João Gomes Leal	Não mencionada
351	27-03-1856	Casimiro Gomes Leal	Não mencionada; Três quartos de légua em quadro
352	28-03-1856	João Vieira de Lima	Não mencionada
354	28-03-1856	Francisco Gomes Leal	Não mencionada
355	28-03-1856	Timóteo Lopes Ribeiro	Não mencionada
356	28-03-1856	Manoel Teixeira de Carvalho Torres e Joaquim Moreira dos Santos	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
357	28-03-1856	Marcelino Domingues da Silva	Não mencionada
358	28-03-1856	Rita de Cássia Magalhães	Não mencionada
359	28-03-1856	Manoel Francisco de Magalhães e Joaquim José de Magalhães	Não mencionada
360	28-03-1856	Bento da Silva e Sousa	Não mencionada
361	28-03-1856	Joaquim Honório de Magalhães	Não mencionada
362	28-03-1856	Manoel Rodrigues de Castro	Não mencionada
363	28-03-1856	Camillo Pereira da Gama	Não mencionada
364	28-03-1856	Manoel Mendes Ribeiro e João Ferreira Antunes	Não mencionada
365	28-03-1856	João Rodrigues Peixoto e Joaquim Ferreira Gandra	Não mencionada
366	28-03-1856	Joaquim José dos Santos	Três quartos de légua de comprimento e meia légua de largura
367	28-03-1856	João José de Araújo	Não mencionada
368	28-03-1856	Valeriano Pinto de Abreu	Um quarto de légua de comprimento e meio de largura
369	28-03-1856	Militão Batista do Nascimento	Não mencionada
370	28-03-1856	Antônio Gonçalves Branco	Uma légua em círculo
371	28-03-1856	Manoel da Costa Freire	Não mencionada
372	28-03-1856	Joaquim Cordeiro de Oliveira	Um quarto de légua em quadro
373	28-03-1856	Francisco Gomes Alves	Não mencionada
374	28-03-1856	Feliciano Barbosa da Crus	Não mencionada
375	28-03-1856	Constantino Lemos dos Santos	Não mencionada
376	28-03-1856	Timóteo Ferreira Gandra	Não mencionada
377	28-03-1856	Francisco Gomes de Mello	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
378	28-03-1856	Francisco Gomes de Mello e seus co-herdeiros filhos de Manoel Gomes de Mello	Duzentos alqueires
379	28-03-1856	Manoel Moreira Coelho	Não mencionada
380	28-03-1856	Antônio José Vianna	Não mencionada
381	28-03-1856	Jacinto Luís de Oliveira	Não mencionada
382-383	28-03-1856	Bibiana Gonçalves Senna	Não mencionadas
384	28-03-1856	Custodia Moreira Coelho	Não mencionada
385	28-03-1856	Clemencia Soares da Silva	Não mencionada
386	28-03-1856	Antônio Rodrigues Ferreira	Não mencionada
387	28-03-1856	Conrado Estevão da Fonseca Bueno	Não mencionada
388	29-03-1856	Maria da Assunção e Silva	Não mencionada
389	29-03-1856	José Vieira Alves	Não mencionada
390	29-03-1856	Maria de Oliveira Viana	Não mencionada
391	29-03-1856	Antônio Rodrigues da Silva	Não mencionada
392	29-03-1856	Bernardo Rodrigues da Silva	Cinquenta alqueires
393	28-03-1856	Manoel Correia Pinto	Não mencionada
394	29-03-1856	Manoel Martins dos Santos	Não mencionada
395	29-03-1856	Antônio Baptista do Nascimento	Não mencionada
396	29-03-1856	Thomásia de Sousa Pereira	Não mencionada
397	29-03-1856	Joaquim Rodrigues da Costa	Não mencionada
398	29-03-1856	Rosa Batista do Nascimento	Não mencionada
399	29-03-1856	João da Silva Costa	Não mencionada
400	29-03-1856	José Rodrigues Lares	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
401	29-03-1856	Honório Rodrigues de Magalhães	Não mencionada
402	29-03-1856	João Batista do Nascimento	Não mencionada
403	29-03-1856	João Gonçalves Senna	Meia légua
404	29-03-1856	Agostinho Lopes do Nascimento	Não mencionada
405	29-03-1856	José Lemos da Cruz	Não mencionada
406	29-03-1856	Casimiro Lopes de Almeida	Uma légua
407	29-03-1856	Feliciano José Barreiros	Não mencionada
408	30-03-1856	Tertuliano Alves de Azevedo	Seis alqueires
409	30-03-1856	Maria Basília da Silva	Não mencionada
410	30-03-1856	Antônio Coelho	Dois alqueires
411	30-03-1856	Bonifácio Gonçalves Meira	Não mencionada
412	30-03-1856	José Bernardes	Três alqueires
413	31-03-1856	João Félix Ribeiro	Não mencionada
414	31-03-1856	Antônio Correia da Rocha	Não mencionada
415	31-03-1856	Ludovina Soares Pereira	Trinta alqueires
416	31-03-1856	Joana de Martins Pereira, Domingos de Mattos Pereira, Luzia de Mattos Pereira	Não mencionada
417	01-04-1856	Ana Maria da Conceição Ribeiro	Não mencionada
418	01-04-1856	Francisco Gomes de Andrade, Marcelo Jose Fernandes, Antônia Cordeiro e Luisa Cordeiro	Não mencionada
419	01-04-1856	João Soares Pereira	Não mencionada
420	01-04-1856	João Borges Fernandes	Oito alqueires
421	01-04-1856	Ana Carolina Senna e seus filhos	Meio quarto de légua
422	02-04-1856	Joaquim de Araújo Antunes	Meio quarto de légua

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
423	02-04-1856	José Nunes Coelho	Meia légua
424	02-04-1856	Manoel de Araújo Antunes	Meia légua
425	02-04-1856	Antônio da Costa Lima	Não mencionada
426	02-04-1856	Manoel Ferreira dos Santos	Não mencionada
427	02-04-1856	Luiz Vieira dos Santos	Não mencionada
428	02-04-1856	Eugenia Maria do Espírito Santo	Não mencionada
429	02-04-1856	Clemente de Andrade Pereira	Não mencionada
430-431	03-04-1856	José Marques das Neves	Meia légua de comprimento e meia légua de largura (430) Três léguas (431)
432	03-04-1856	Silvestre Monteiro de São Miguel	Não mencionada
433	03-04-1856	João Monteiro de São Miguel	Não mencionada
434	03-04-1856	Anastácio Monteiro de São Miguel	Não mencionada
435	04-04-1856	Antônio Barbosa de Oliveira	Não mencionada
436	05-04-1856	Natária Maria de Jesus	Um quarto de légua de comprimento
437	03-04-1856	Lourenço da Costa Alecrim	Um quarto de légua
438	05-04-1856	Antônio Silvestre Gomes Rabello	Não mencionada
439	05-04-1856	Carlota Alves de Macedo	Não mencionada
440	05-04-1856	Bento Quintiliano de Soyer	Quatrocentas braças de frente e oitenta de fundo
441	05-04-1856	João Antônio Rodrigues	Não mencionada
442	05-04-1856	Manoel Pereira Rodrigues de Araújo	Não mencionada
443	05-04-1856	Maximiano da Rocha Guimarães	Cinco alqueires

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
444	05-04-1856	Antônio Pereira da França e sua mulher Josefa Maria do Espírito Santo	Meia légua
445	05-04-1856	Manoel Pereira Chaves e sua mulher Raimunda Maria do Espírito Santo	Um quarto de légua
446	05-04-1856	João Félix Sousa e sua mulher Francisca Teixeira Abrantes	Um quarto de légua
447	05-04-1856	Clemente Félix da Silva e sua mulher Teodora Maria do Espírito Santo	Meio quarto de légua de comprimento
448	05-04-1856	Antônio Ferreira Cachoeira e Maria Francisca do Espírito Santo	Um quarto de légua de comprimento
449	05-04-1856	Maria Ramos da Cruz	Vinte braças de comprimento e oitenta braças de largura
450	05-04-1856	Manoel Ramos da Cruz e sua mulher Maria Francisca de Jesus	Meia légua
451	05-04-1856	Domingos Delfino José Esteves	Meia légua de comprimento e de largura
452	05-04-1856	Firmino da Costa Pires	Não mencionada
453	05-04-1856	Manoel Alves de Oliveira	Não mencionada
454	05-04-1856	José dos Santos Jesus	Dez alqueires
455	05-04-1856	Crispim Soares de Araújo	Um quarto de légua de comprimento
456	08-04-1856	Manoel Soares de Araújo	Não mencionada
457	06-04-1856	Firmino Quaresma da Fonseca	Dez alqueires
458	07-04-1856	Joaquim Lopes de Souza tutor de seu irmão Francisco Lopes (Francisco Lopes é irmão de Joaquim Lopes) e sua filha Joanna (Joanna é filha de Joaquim Lopes) e demais herdeiros Antônia e Joanna	Um quarto de légua
459	07-04-1856	Miguel Ferreira da Silva	Não mencionada
460	07-04-1856	Manoel Rodrigues da Silva	Não mencionada
461	07-04-1856	Marcelo Rodrigues de Sousa	Não mencionada
462	07-04-1856	Alexandre Martins Pereira	Não mencionada
463	07-04-1856	Joaquim Rodrigues Carneiro	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
464	07-04-1856	Paulo Cordeiro de Oliveira	Não mencionada
465	07-04-1856	Inácio José de Azevedo	Não mencionada
466	07-04-1856	Paulo Cordeiro de Oliveira	Não mencionada
467	08-04-1856	Manoel Dias da Silva	Quatro alqueires
468	08-04-1856	Antônio Soares de Mendonça e seus filhos	Meia légua de comprimento e um quarto de largura
469	08-04-1856	Antônio Soares de Mendonça e seus filhos	Três quartos de légua de comprimento
470	08-04-1856	Pedro Soares de Mendonça	Oito alqueires
471	08-04-1856	Pedro Soares de Mendonça	Doze alqueires
472	08-04-1856	José Lourenço Rodrigues possui uma sorte de terras na Fazenda Capivari que está em comum com os herdeiros do Lucas do Prado Silva (os herdeiros são: Manoel, Zifirino, Adrião e Miguel)	Não mencionada
473	08-04-1856	Francisco Teixeira Abrantes	Não mencionada
474	08-04-1856	Francisco Ferreira de Almeida	Sessenta alqueires
475	08-04-1856	Venâncio Caldeira Brant	Meia légua de comprimento
476	08-04-1856	Manoel Cardozo de Faria	Uma légua
477	08-04-1856	Francisco Vaz Mourão	Uma légua de comprimento
478	08-04-1856	Manoel Cardoso de Faria	Meia légua de comprimento
479	09-04-1856	Maria Umbelino Quirinos e Ana Luiza da Purificação	Não mencionada
480	09-04-1856	Padre Sérvulo Pereira dos Santos	Uma légua de comprimento
481	09-04-1856	Francisco Pereira da Rocha	Quatro alqueires e oitenta braças de comprimento
482	09-04-1856	Manoel Luís de Carvalho (tutor dos menores Firmina, Carolina e Higino; filhos do finado Francisco Xavier da Costa Borges e sua mulher Rosalina de Jesus)	Sessenta alqueires
483	10-04-1856	Teodoro Rodrigues dos Santos	Um quarto de légua

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
484	10-04-1856	Padre Joaquim Timóteo Pereira de Andrade	Não mencionada
485	10-04-1856	Manoel de Oliveira Guimarães	Não mencionada
486	10-04-1856	Tomas da Costa Santos	Não mencionada
487	11-04-1856	Joaquim Martins Pereira	Não mencionada
488	11-04-1856	João Pereira dos Santos	Meia quarta
489-	11-04-1856	Joaquim Eugenio Gonçalves Pires	Uma quarta
490	11-04-1856	Joaquim Eugenio Gonçalves Pires	Meia légua de frente e um quarto de fundo
491	11-04-1856	Verissimo Felix Ribeiro	Não mencionada
492	11-04-1856	Mariana Rabelo de Jesus	Uma légua em quadro
493	11-04-1856	Isidoro Martins	Um alqueire de terra
494	11-04-1856	Maximiano da Costa Vila Real	Não mencionada
495	11-04-1856	João da Costa Guedes	Quatorze alqueires
496	12-04-1856	Feliciano Luís Rego	Não mencionada
497	12-04-1856	Bernardo Lopes de Sousa	Não mencionada
498	12-04-1856	Antônio da Rocha Faria	Não mencionada
499	12-04-1856	Manoel Jose Gomes Torres	Não mencionada
500	12-04-1856	Miguel Moreira de Souza	Não mencionada
501	12-04-1856	Januário da Costa Alecrim	Um alqueire
502	12-04-1856	Custodia Xavier Martins	Oito alqueires
503	12-04-1856	Januário José de Azevedo e Cleto José de Azevedo possuem um sítio em comum	Oito alqueires
504	13-04-1856	Germano José Coelho e herdeiros do finado Alberto José Coelho	Meia légua

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
505	13-04-1856	Justino Moreira Coelho	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
506	13-04-1856	Francisco Dias da Silva	Não mencionada
507	13-04-1856	Joanna Maria do Espírito Santo como educadora dos meninos Benedito Francisco, Francisco de Paula e Manoel filhos de Maria Gomes já extinta declara que os meninos possuem por doação um sítio	Não mencionada
508	13-04-1856	Maria Soares de Sousa	Cinquenta alqueires e meia légua de comprimento
509	13-04-1856	Adriana Alves de Sousa	Três alqueires e meio quarto de légua de comprimento
510	14-04-1856	Teresa Alves Pereira possui um sítio em comum com seu genro Antônio da Costa Duarte e Jacinto Luís de Araújo	Não mencionada
511	14-04-1856	Florêncio Francisco Fernandes	Um quarto de légua
512	14-04-1856	Carlota Alves de Macedo	Não mencionada
513	14-04-1856	Fortunato de Castro Pereira e pai, tios e irmãos	Não mencionada
514	14-04-1856	Severiano Soares de Mendonça, seus cunhados e filhos do finado Francisco Ferreira de Sousa	Não mencionada
515	14-04-1856	Fortunato Alves Correia	Meio quarto de légua + Cinco quartas
516-517	14-04-1856	Joaquim José de Araújo	Três quartos de légua; Um quarto de légua
518	14-04-1856	Francisco Pinto de Abreu	Meio quarto de légua
519	14-04-1856	Ana Teresa das Mercês	Três quartos de légua em círculo
520	14-04-1856	Cândido Rodrigues de Andrade	Meio alqueire
521	14-04-1856	Joaquim Lopes de Souza	Não mencionada
522	14-04-1856	Leandro Dias Ladeira	Não mencionada
523	14-04-1856	Ponciano José da Costa	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
525	14-04-1856	Leonardo Reis da Crus e Francisco Rodrigues da Cruz, Silvéria Rodrigues da Cruz, João Rodrigues da Cruz	Não mencionada
526	14-04-1856	Lino Lopes Ferreira (tutor de seu irmão)	Não mencionada
527	14-04-1856	Rosa Marques da Cunha	Não mencionada
528	14-04-1856	Sebastião de Faria Oliveira	Quatro alqueires
529	14-04-1856	Lauriano Leite de Sousa	Não mencionada
530	14-04-1856	Ana Maria da Conceição	Extensão pequena
531	15-04-1856	Marcela Luiza de Oliveira	Não mencionada
532-533-534	15-04-1856	Francisco Rodrigues da Cunha	Três quartos de légua, meia légua de largura; Meia légua em quadro; Extensão de meia légua em quadro
535	15-04-1856	João Correia da Rocha	Não mencionada
536	15-04-1856	João Gomes Leal	Não mencionada
537	15-04-1856	Severiano Soares da Silva	Não mencionada
538	15-04-1856	Antônio Gomes Leal	Não mencionada
539	15-04-1856	Domingos Gomes Leal	Uma légua de comprimento
540	15-04-1856	Jacinto Gomes Leal	Não mencionada
541-542	15-04-1856	Antonino Barbosa de Oliveira	Não mencionada; Extensão não pequena
543-544	15-04-1856	Maria Leonarda de Jesus	Não mencionadas
545	15-04-1856	João Gonçalves da Cruz	Não mencionada
546	15-04-1856	José Marques das Neves	Não mencionada
547	15-04-1856	João Pereira da Silva	Um quarto de légua de comprimento
548	15-04-1856	João José Cordeiro	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
549	15-04-1856	Vicência de Souza Rosa	Não mencionada
550	15-04-1856	Francisco de Paula Coelho	Não mencionada
551-552	15-04-1856	Marcelo Reis da Fonseca	Não mencionadas
553	15-04-1856	Benigno Jose de Azevedo	Não mencionada
554	15-04-1856	João Lopes da Rosa	Não mencionada
555	15-04-1856	Camilo Reis de Moraes	Um quarto de légua em círculo
556	15-04-1856	Maria dos Santos Martins	Uma légua
557	15-04-1856	Manoel dos Santos Martins	Não mencionada
558	15-04-1856	Maria Miranda de Oliveira	Não mencionada
559	15-04-1856	Paulo Leite da Cunha	Não mencionada
560-561	15-04-1856	Francisco da Costa Guedes	Sete alqueires; Três alqueires
562-563	15-04-1856	José da Costa Guedes	Dez alqueires e meio; Três alqueires
564	15-04-1856	João Francisco Pego	Meia légua de comprimento e de largura um quarto de légua
565-566	15-04-1856	José Luís Pego	Légua e meia de largura e três quartos de légua de distância; Uma légua de comprimento e meia de largura
567-568	15-04-1856	Francisco Gonçalves Chaves	Não mencionada; Dezesesseis alqueires
569	15-04-1856	Antônio de Souza Passos	Dezesesseis alqueires
570	15-04-1856	Luiz Vieira da Silva	Dezesesseis alqueires
571	15-04-1856	Antônio Barbosa de Oliveira	Uma légua
572	15-04-1856	João José da Silva	Quatro alqueires
573	15-04-1856	Manoel Gomes de Andrade	Quatro alqueires e de frente ao fundo meio quarto de légua

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
574	15-04-1856	Dona Jacinta Ferreira dos Santos	Não mencionada
575	16-04-1856	Martiniano Lopes de Sousa	Não mencionada
576	16-04-1856	João Quintiliano Alves Barroso e sua mulher Rosa de Oliveira e Sousa	Vinte alqueires
577	16-04-1856	Manoel Borges Costa	Oito alqueires
578	16-04-1856	Maria Carneiro do Espírito Santo	Doze alqueires
579	16-04-1856	Januário da Costa Alecrim	Um alqueire
580	16-04-1856	Tristão Alfonso Fernandes	Uma légua de comprimento e meia légua de largura
581	16-04-1856	Josefa Inácia da Conceição	Um quarto de légua de comprimento e um quarto de légua de largura
582	16-04-1856	Teresa Gomes da Silva	Oito alqueires
583	16-04-1856	Joaquim Rodrigues Soares	Não mencionada
584	16-04-1856	Cipriano de Araújo Ferreira	Duzentos alqueires
585-586	16-04-1856	Inocência Correia da Rocha	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura; Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura
587	17-04-1856	Damião Ferreira Coelho	Três alqueires
588	17-04-1856	Antônio Soares Pereira	Não mencionada
589	16-04-1856	Joaquim de Macedo Lima	Não mencionada
590	16-04-1856	Maria Pinto	Não mencionada
591	17-04-1856	Francisco Ferreira de Medeiros	Não mencionada
592	17-04-1856	Manoel Pereira Rodrigues de Araújo e os herdeiros de do Coronel José Felisandro da Costa	Não mencionada
593	17-04-1856	João José de Araújo	Meia légua de comprimento e uma légua de largura

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
594	17-04-1856	Ana Alves Lavanda da Silva	Não mencionada
595	17-04-1856	Donata da Silva Gomes	Não mencionada
596	17-04-1856	João Pereira de Sousa	Não mencionada
597	17-04-1856	Vicente Pinheiro da Silva	Três quartos de légua de comprimento e de largura meio quarto de légua
598	17-04-1856	Maria Delfina de Jesus e Amaro Gomes de Sousa	Um quarto de légua de comprimento
599	17-04-1856	Delfino Vaz Martins e Maria Dias da Trindade	Três alqueires
600	17-04-1856	Filipe de Santiago	Oito alqueires
601	17-04-1856	Lucinda das Neves	Dois alqueires
602	17-04-1856	Sebastião Pereira de Andrade	Nove alqueires
603	17-04-1856	Ana Teixeira	Três alqueires
604	17-04-1856	Pedro Rodrigues da Silva	Oito alqueires
605	17-04-1856	Manoel Francisco Chaves	Não mencionada
606	17-04-1856	Teresa Alves de Jesus	Seis alqueires
607	17-04-1856	Damião Francisco da Costa	Dois alqueires
608	17-04-1856	Claudiana Moreira dos Santos	Não mencionada
609	17-04-1856	Maria Cândida de Jesus	Dezesseis alqueires
610	17-04-1856	Felicíssimo José Duarte e Jerônima Alves da Silva	Não mencionada
611	17-04-1856	Manoel Gomes Fernandes	Não mencionada
612	17-04-1856	Francisco Rodrigues da Fonseca	Não mencionada
613	17-04-1856	José dos Santos Coimbra	Dois alqueires e quarta
614	17-04-1856	Antônio Gonçalves Ramos	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
615	18-04-1856	Domingos Pimenta de Figueiredo	Uma légua
616-618	18-04-1856	Furtunato Pereira dos Santos	Uma légua de círculo; Meia légua de círculo
617	18-04-1856	Tomás de Sousa Fernandes	Meia légua de círculo
619-620-621	18-04-1856	Plácido José da Costa e os herdeiros do senhor Guarda Mor Antônio Jose da Costa	Não mencionadas; Duas léguas (621)
622	18-04-1856	Dona Maria de Sousa Ferreira	Não mencionada
623	18-04-1856	Clemente Ramos da Cruz, Antônio Mendes e Januário da Costa	Não mencionada
624	18-04-1856	Manoel Ramos da Crus Junior	Não mencionada
625	18-04-1856	Matias Nunes	Nove alqueires de terra
626	18-04-1856	Francisco Lopes da Silva	Não mencionada
627-628	18-04-1856	Antônio Rodrigues da Fonseca	Não mencionadas
629	18-04-1856	Antônio Soares dos Reis	Não mencionada
630	18-04-1856	Manoel da Costa Neves	Doze alqueires
631	18-04-1856	Jacinto Pereira de Carvalho	Trinta alqueires de terra
632	18-04-1856	João da Costa Neves e outros herdeiros	Doze alqueires
633	18-04-1856	Antônio Pereira de Carvalho	Dezesseis alqueires
634	18-04-1856	Feliciano Vaz de Miranda, Custodio dos Santos Coimbra, Lodovina Soares Pereira e Clemente Soares da Fonseca	Sete alqueires
635	18-04-1856	Helena Alves do Nascimento	Um quarto de légua
636	18-04-1856	Manoel João da Silva	Seis alqueires
637	18-04-1856	Zifirino Gomes do Amaral	Dezesseis alqueires
638	18-04-1856	Zifirino Gomes do Amaral-José Teixeira Mendes-Luiza Rosa da Silva-Balbina Borges de Jesus-Valeriana Borges de Jesus-Carolina Borges de Jesus	Doze alqueires
639-640	18-04-1856	Valentim Pereira de Meireles	Não mencionadas

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
641	18-04-1856	Joaquina da Costa Alecrim	Meio quarto de légua
642	18-04-1856	Jacinta Rosa de Santa Ana	Onze alqueires e um quarto de légua em quadro
643	18-04-1856	Martinho Jose Coelho	Dez alqueires e meia légua em quadro
644	18-04-1856	Marcelina Rosa de Santa Ana	Um alqueire e quarta
645	19-04-1856	João de Oliveira de Paula	Não mencionada
646	19-04-1856	Feliciano Monteiro da Silva	Não mencionada
647	19-04-1856	João Nogueira de Oliveira	Não mencionada
648	19-04-1856	Manoel Rodrigues Frois	Duas partes da terra
649	19-04-1856	Levino Monteiro das Neves	Não mencionada
650	19-04-1856	Manoel de Sousa Borges	Não mencionada
651	19-04-1856	Aleixo Alves Chaves	Não mencionada
652	19-04-1856	Firmiano Pereira dos Santos	Não mencionada
653	19-04-1856	Maria Antônia dos Santos	Não mencionada; Dois alqueires
655	19-04-1856	Inocência Antônia de Jesus	Um alqueire
656-657	19-04-1856	Francisca Teixeira (fez a declaração devido ao marido estar ausente)	Dois alqueires; Dois alqueires
658	19-04-1856	Domingos Barreiros de Jesus	Não mencionada
659	19-04-1856	Manoel Saturnino de Sousa	Três quartas
660	19-04-1856	Vicente de Sousa Marrecos	Quatro alqueires
661	19-04-1856	Casimiro Lopes da Silva	Oito alqueires
662	19-04-1856	Maria Crispim de Azevedo	Meio quarto de légua e de largura meio quarto de légua

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
663	19-04-1856	Francisco Martins Pereira	Meia légua de comprimento e um quarto de légua de largura, mais a posse com meio quarto de légua
664	19-04-1856	José Francisco Porto	Terá de extensão um quarto de légua em quadro
665	19-04-1856	Servando da Silva Santos	Um quarto em quadro
666	19-04-1856	Rafael de Mattos Pereira	Um quarto em quadro de extensão
667	19-04-1856	Ana Soares da Conceição	Uma légua
668	19-04-1856	Serafim Rodrigues Pereira	Vinte alqueires
669	19-04-1856	Camilo Gomes Leal	Três quartos de légua de comprimento e uma légua em quadro
670	19-04-1856	Maria Alves da Conceição	Não mencionada
671	19-04-1856	Ivo de Araújo Antunes	Não mencionada
672	19-04-1856	Francisco Alves da Silva	Dois alqueires
673	19-04-1856	Manoel da Silva Rodrigues	Não mencionada
674	19-04-1856	Joaquim Camargos Lira	Não mencionada
675	19-04-1856	Dona Rosa Simões de Miranda e Dona Solidade Marques da Cunha	Mais de um quarto de légua
676	20-04-1856	Antônio Lopes de Oliveira	Não mencionada
677	20-04-1856	Hermenegildo de Sousa Pereira	Não mencionada
678	20-04-1856	Francisco Teodoro, Joaquim Moreira, Vitoria Moreira, Ana Moreira, Felizarda Moreira	Não mencionada
679	20-04-1856	Joaquim Ramos da Cruz	Não mencionada
680	20-04-1856	Maria Nunes de Sousa	Não mencionada
681	20-04-1856	Claudino da Costa Alecrim	Não mencionada
682	20-04-1856	Manoel do Nascimento, Donata e Maria Alves	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
683	20-04-1856	Maria Soares de Mendonça e seus filhos	Seis alqueires
684	20-04-1856	Gertrudes Soares Pereira	Não mencionada
685	20-04-1856	Brígida Joana Polucena e os outros herdeiros	Não mencionada
686	20-04-1856	Manoel Soares de Mendonça	Não mencionada
687	20-04-1856	Bento Jose Rodrigues	Meia légua
688	20-04-1856	Francisco Lima da Silva	Cinco alqueires
689	20-04-1856	João Dias Ferreira	Não mencionada
690	20-04-1856	Camilo Jose de Figueiredo	Três alqueires. Extensão é pequena
691	20-04-1856	Joana Carneiro Coelho	Não mencionada
692	20-04-1856	Desidério da Costa Miranda	Não mencionada
693	20-04-1856	Jacinto Luís de Araújo	Não mencionada
694	20-04-1856	Clemente Ferreira de Matos	Não mencionada
695	20-04-1856	Dionísio Alves Correia	Parte da compra: um quarto de légua. Parte por herança: três léguas.
696-697	20-04-1856	João de Macedo Lima	Não mencionadas
698	20-04-1856	Jose Ferreira Coelho	Meio quarto de légua
699	20-04-1856	João Serino Pinto	Não mencionada
700	20-04-1856	Miguel Ferreira da Silva, João, José, Ludorico, Pedro e Anna	Não mencionada
701	20-04-1856	Manoel Ferreira da Silva	Parte na Fazenda Capivari: um alqueire
702	20-04-1856	Cipriano Ferreira da Silva	Não mencionada
703	20-04-1856	Antônio Damião da Costa (agregado de Maria Antônia de Carvalho)	Vinte e cinco alqueires
704	20-04-1856	Manoel de Miranda Barbosa e outros herdeiros	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
705	20-04-1856	Modesto Alves Nunes e outros herdeiros	Não mencionada
706	20-04-1856	Francisca Fiuza	Não mencionada
707	20-04-1856	Claudino de Sousa Ribeiro	Não mencionada
708-709	20-04-1856	Adrião da Rocha Guimarães	Não mencionadas
710	20-04-1856	Maria da Rocha Guimarães	Não mencionada
711	20-04-1856	Clemente Soares Pereira possui parte da fazenda dos herdeiros de José Soares Pereira	Não mencionada
712	20-04-1856	Cassiana Maria das Neves	Não mencionada
713	21-04-1856	Jacinto de Souza Marcos	Sete alqueires
714	21-04-1856	Plácido José da Costa possui parte de terras na Fazenda do finado Joaquim Nunes	Não mencionada
715	21-04-1856	Clemente Salomão	Doze alqueires
716	21-04-1856	José Francisco Porto Júnior	Um quarto de légua em quadro
717	21-04-1856	José Gomes dos Santos	Um quarto de légua em quadro
718	21-04-1856	Felício Pereira da Silva	Sete alqueires
719	21-04-1856	Antônio Damião da Costa	Não mencionada
720-721	21-04-1856	João Nunes de Souza	Dois alqueires; Dois alqueires
722	21-04-1856	Jacinto Luís de Oliveira	Dez alqueires além dos campos de criar
723	21-04-1856	Manoel Leite da Silva	Não mencionada
724	21-04-1856	Antônia Soares Monteiro	Um alqueire
725	21-04-11856	Nazária Maria do Espírito Santo	Três quartas
726	21-04-1856	Justino Rodrigues Moraes	Quatro alqueires
727	21-04-1856	Teodoro Martins de Sousa	Metade de meio quarto de légua
728	21-04-1856	Timóteo Gonçalves de Meira	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
729	21-04-1856	Dona Francisca José Coelho declara que João seu filho menor possui uma posse	Não mencionada
730	21-04-1856	Antônio Lopes da Silva	Não mencionada
731	21-04-1856	Francisca José Coelho	Não mencionada
732-735	21-04-1856	Francisco Lopes da Silva	Não mencionadas
733	21-04-1856	Francisca José Coelho	Não mencionada
734	21-04-1856	Antônio Ernesto Coelho	Não mencionada
736	21-04-1856	Dona Francisca José Coelho	Não mencionada
737	21-04-1856	Feliciano Lopes da Silva	Não mencionada
738	21-04-1856	João Soares da Costa	Não mencionada
739	21-04-1856	José Teófilo da Costa	Não mencionada
740	21-04-1856	Faustino Martins Pereira	Não mencionada
741	21-04-1856	Donato de Passos e Oliveira	Não mencionada
742	21-04-1856	João Lopes Ferreira	Não mencionada
743	21-04-1856	Domingos Rodrigues Machado e outros herdeiros	Vinte Alqueires
744	21-04-1856	José Ferreira de Almeida	Não mencionada
745	21-04-1856	João de Leão Moraes e seus cunhados	Um quarto de légua em quadro
746	21-04-1856	Bonifácio Rodrigues de Sousa	Dois alqueires e meio
747	21-04-1856	Justiniano José de Carvalho e os herdeiros de Domingos da Costa Alecrim e Custódia Borges	Vinte e cinco alqueires
748	21-04-1856	Justiniano José de Carvalho	Três quartas
749	21-04-1856	Delfina Josefa do Sacramento	Cinquenta alqueires
750	21-04-1856	João Quintiliano Alves Caminha e seu Antônio Alves Quintiliano Alves Barroso	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
751	21-04-1856	Dona Josefina Gonçalves Caminha em comum com seus filhos	Não mencionada
752-753-754-755	21-04-1856	Dona Josefina Gonçalves Caminha e seus filhos	Três alqueires (752); Mais de quatro léguas de comprimento (753); Duas léguas (754); Trinta alqueires (755)
756	21-04-1856	Antônio Martins Duarte e os herdeiros de Manoel Alves Martins	Não mencionada
757	21-04-1856	Francisco Gonçalves Xavier	Não mencionada
758	21-04-1856	Paulo Ferreira da Cruz	Não mencionada
759	21-04-1856	Bento Alves Machado	Não mencionada
760	21-04-1856	Jacinta Antônia dos Reis, seu genro e filhos	Não mencionada
761	21-04-1856	Antônio Teotônio dos Santos e Sebastiana	Quarenta alqueires
762	21-04-1856	Jacinto Alves Correia	Não mencionada
763	22-04-1856	André Rodrigues de Fonseca	Não mencionada
764	22-04-1856	Francisco Coelho Barbosa	Quinze Alqueires
765	22-04-1856	Levino Coelho Barbosa	Não mencionada
766	22-04-1856	Maria Pinto Alves	Não mencionada
767	22-04-1856	Carlos José da Silva, seus irmãos e cunhados	Não mencionada
768	22-04-1856	Balbina Ferreira de Sousa e seus filhos	Não mencionada
769	22-04-1856	Maximiano da Rocha Guimarães	Não mencionada
770	21-04-1856	Francisco Gonçalves de Alves	Meia légua de frente e meia légua de fundo
771	21-04-1856	Justino da Rocha	Um quarto de légua de frente e um quarto de légua de fundo
772	21-04-1856	Adrião Ferreira de Almeida e outros herdeiros	Um quarto de légua de frente e três quartos de légua de fundo
773	21-04-1856	José Silvério da Costa e herdeiros de João da Costa Alecrim	Um quarto de légua de frente e um quarto de légua de fundo

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
774	21-04-1856	Hipólito Ramos da Cruz	Não mencionada
775	21-04-1856	Custódio Lopes de Sousa	Não mencionada
776	21-04-1856	Dona Ana de Sousa Ferreira e seus filhos	Não mencionada
777	21-04-1856	Antônio Rodrigues da Cruz	Não mencionada
778	21-04-1856	Manoel Lopes Ferreira	Não mencionada
779	21-04-1856	João Ferreira Paulino	Não mencionada
780	21-04-1856	Ana Rosa de Castro e os herdeiros de Herculano Alves Coelho	Não mencionada
781	21-04-1856	José Joaquim de Sousa	Não mencionada
783	22-04-1856	Jacinta Joaquina de Jesus	Não mencionada
784	22-04-1856	Damásio Rodrigues	Quatro alqueires
785	22-04-1856	Manoel e João	Não mencionada
786	22-04-1856	Dona Ana Rosa de Jesus Alves Pereira	Não mencionada
787	22-04-1856	Domingos Nunes de Souza	Três alqueires
788	22-04-1856	Francisco de Sousa da Silva	Não mencionada
789	22-04-1856	Helena Maria de Jesus	Dois alqueires
790	22-04-1856	Antônia Faria de Oliveira	Não mencionada
791	22-04-1856	Silvéria Rodrigues Nunes	Dois alqueires
792	22-04-1856	Hilário Gonçalves Martins	Um quarto de légua de frente e três quartos de légua de fundo
793	22-04-1856	Manoel Rodrigues	Um quarto de légua de largura e meia légua de fundo
794	22-04-1856	Manoel Gonçalves de Alves	Um quarto de légua de frente e um quarto de légua de fundo
795-796	22-04-1856	João Rodrigues	Ambas com um quarto de légua de largura e meia légua de fundo
797	22-04-1856	Lauriano Rabello Celestino e seus irmãos herdeiros de seu pai Francisco Rabelo Soubó	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
798	22-04-1856	Lauriano Rabello Celestino	Não mencionada
799	22-04-1856	Francisco Salustiano Teixeira	Não mencionada
800	22-04-1856	Simplício Soares dos Santos	Não mencionada
801	22-04-1856	Francisco José de Figueiredo	Trinta e cinco alqueires
802	22-04-1856	Maximiano Gonçalves Sousa	Não mencionada
803	22-04-1856	Maria de Deus	Meia légua em círculo
804-805	22-04-1856	Servando Pereira da Silva	Não mencionadas
806	22-04-1856	Jacinto Bernardo de Mendonça	Não mencionada
807	22-04-1856	Honorato Cordeiro Antunes	Não mencionada
808	22-04-1856	Joaquim Alves da Cruz e Antônio Moreira de Carvalho herdeiros do finado Bernardo de Freitas Guimarães	Não mencionada
809	22-04-1856	Justiniano Mendes Guimarães e os herdeiros do finado Gonçalo Ramos	Não mencionada
810	22-04-1856	Claudino Simões de Miranda e demais herdeiros do finado Francisco José Soares	Não mencionada
811-812	22-04-1856	José Pacífico Peregrino e Silva	Não mencionadas
Registros Paroquiais de Terra realizados dentro do Prazo 2			
1	01-04-1856	Francisca José Coelho da Silva	Não mencionada
2	24-05-1856	Bernardo Nunes Rodrigues	Não mencionada
3	04-07-1856	Roberto Francisco Terra	Não mencionada
4	24-07-1856	Jerônimo da Costa Guedes	Não mencionada
5	09-09-1856	Manoel Ferreira Antunes	Não mencionada
6	09-09-1856	José Gonçalves de Meira	Não mencionada
7		Augusto Benedito Ottoni na qualidade de diretor dos índios do Mucuri declara que os índios ocupam e cultivam sete terrenos.	Não mencionada
8	23-09-1856	Maria Teixeira do Nascimento	Não mencionada

Continua...

Quadro 1B: Cont.

Nº do RPT	Data	Nome do proprietário	Extensão da propriedade
9	24-09-1856	José Ricardo Correia da Rocha	Não mencionada
10	11-02-1857	José Gonçalves de Abreu	Dois alqueires
11	04-03-1857	José Machado de Oliveira	Não mencionada
12	21-04-1857	Marciano Correia da Rocha	Não mencionada

Quadro 1C: Registros Paroquiais de Terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas com a localização das propriedades

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
1	Manoel José de Carvalho	Sapé
2	Tenente Coronel Plácido Jose da Costa	Rio Capivari
3	Camilo Tristão dos Santos	Rio Capivari
4	José Bento Nogueira	Ribeirão da Anta e barra do Buriti no Fanado
5	Antônio dos Santos Coimbra	Rio Capivari
6	Jacinta Sanches Brandão	Fojas, cabeceiras de São Caetano até o Capivari
7	Cirino Moreira da Silva	Córrego Santo Antônio
8	João Ferreira Coelho	Córrego do Ouro
9	Brás Fernandes Guimarães e Francisco Fernandes Guimarães	—
10	José Tomé Alves dos Santos-Serafim Alves dos Santos-Joana Alves dos Santos-Ana Alves dos Santos	Rio Fanado
11	Bento Pereira da Silva	
12	Jacinto Rodrigues da Fonseca	Ribeirão do Lufa e Ribeirão da Folha
13	Clara Soares Lima	Rio Capivari
14	Tenente Carlos Ferreira Coelho	
15	Inácio Soares Xavier	Rio Capivari
16	Camilo dos Santos Lima	Rio Santo Antônio no distrito de Capelinha
17	Manoel dos Santos Coimbra	
18	Serafim Lopes de Souza	
19	José Monteiro do Espírito Santo	
20	Antônia Claudina de Freitas	Córrego Gangorra
21	José Lima de Macedo e sua mulher Tereza Maria de Jesus	
22	Leandro Dias Ladeira	

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
23	João Batista Damasceno	Rio Capivari
24	Feliciano Lopes da Silva	
25	João Batista Damasceno e demais herdeiros	
26	Caetana Maria da Conceição	Córrego Indaiá
27	Tristão dos Santos Coimbra	Terra Vermelha
28	Francisco Soares Xavier	Rio Capivari
29	Jacinto Ramos da Cruz	Ribeirão de Santa Ana do Mucuri
30	José Tomé Rodrigues da Fonseca	Ribeirão São Domingos
31	Manoel de Azevedo e Silva	
32	Manoel Leite da Cunha	
33-34	Bernardo Gonçalves Sena	
35	Silvério Ferreira de Almeida	Tamboril - Rio Mucuri
36	Justino Ferreira Machado	Tamboril - Rio Mucuri
37	Joaquim Francisco da Costa	Tamboril - Rio Mucuri
38	Antônio Ferreira de Almeida	Ribeirão Sete Posses
39	Manoel Ferreira de Almeida	Córrego da Conceição
40	Leandro Moreira Chaves	Ribeirão de São João
41	Paulino da Silveira Miranda	
42	Manoel Paulo de Oliveira	Ribeirão Sete Posses
43	Manoel Rodrigues Galdino	Ribeirão Sete Posses
44	Manoel Monteiro Niza	Água Boa em Capelinha
45	Inácio Ferreira Lares	Rio Mucuri
46	José Rodrigues Lares	Rio Mucuri
47	Santos Rodrigues Lares	Rio Mucuri
48	Manuel da Costa Pereira	Córrego São Lourenço

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
49	Romualdo Rodrigues da Fonseca	Córrego de São Lourenço
50	José de Souza Santos	
51	Manoel Luís de Carvalho	Rio Fanado
52	Joaquim Rodrigues da Fonseca	Ribeirão Sete Posses
53	Francisco Ribeiro Pegino	Rio Setubinha
54	Vicente Ferreira da Fonseca	Ribeirão Santa Ana no Mucuri
55	Lourenço da Costa Alecrim	Ribeirão de São Domingos no Mucuri
56	Jerônimo Lemos Soares	Ribeirão Santa Ana no Mucuri
57	Modesto Moreira Coelho	Rio Mucuri
58	José de Meira Gonçalves	Setubinha
59	Anastácio da Silva Pinto	Córrego Palmeiras
60	Jacinto de Araújo	Setubinha
61	Antônio da Costa Barreiras	Córrego da Paciência
62	Inácio José Coelho	Ribeirão Sapé
63	Aguida Maria Coelho	Ribeirão Sapé
64	Alexandre José Pinheiro	Ribeirão Sapé
65	Jacinto Alves da Costa	
66	José Rodrigues Ferreira	
67	Pedro da Costa Pereira	Córrego da Cachoeira
68	Justino da Rocha Barreiras	Ribeirão Santo Antônio
69	Doutor Manuel Esteves Ottoni	Córrego do Tamanduá
70	Padre Francisco Ferreira Paulino	Ribeirão de Santa Rita
71	Joaquim Machado Pereira	
72	Paulo Soares Pereira e herdeiros do Padre Pedro Soares Pereira	
73	Mariano Novais de Almeida	Ribeirão Santo Antônio
74	Anacleto Alves Lemos	Córrego das Almas

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
75	Antônia Rodrigues da Fonseca	Ribeirão Setubinha
76	João de Oliveira e Paula	Mucuri
77	Tomas Rodrigues da Fonseca e herdeiros de Domingues Rodrigues da Fonseca	Setubal
78	Eduardo Silvestre Ferreira de Couto	–
79	Estevão Rodrigues da Fonseca	Malacacheta no distrito de Capelinha
80	Maria Rodrigues de Alves	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
81	Zeferino Rodrigues da Cruz	João da Trindade no distrito de Capelinha
82	Joaquim Francisco dos Santos, Antônio Procópio Alves da Fonseca, José Martins Pereira, João Barbosa dos Santos, Clemente Chaves, Lourenço Teixeira da Silva, Bio Gomes Pereira	Santo Antônio do Lagedo no distrito de Capelinha
83	Joaquim Francisco dos Santos, José Martins Pereira Filho, Jeronimo Martins Pereira, João Barbosa dos Santos, Clemente da Silva Chaves, Servando Teixeira Silva, Bio Gomes Pereira,	Felix no distrito de Capelinha
84	Ana Lucia Nunes Nogueira, Quintiliano Martins Pereira, Carlos Martins, Felipe Martins Pereira, João Martins Pereira, Jacinto Martins Pereira,	Água Fria
85	Antônio Procópio Alves da Fonseca	Fazenda da Cansação no distrito de Capelinha
86	Francisco José de Carvalho	Itamarandiba no distrito de Capelinha
87	Antônio Nunes Nogueira, Bastos Martins, Quintiliano Martins Pereira, Bento Martins Pereira, Bento Martins Pereira, Felipe Martins Pereira, João Martins Pereira, Jacinto Martins Pereira	Santa Lúcia no distrito de Capelinha
88	José Ferreira Coelho	São Pedro no distrito de Capelinha
89	Francisco José Veloso Soares	Ribeirão da Canã Brabo no distrito de Capelinha
90	Luís Camargos Leal	Ribeirão Santo Antônio no distrito de Capelinha
91	Venância Maria de Vasconcelos	Ribeirão da Ana no distrito de Capelinha

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
92	João Ribeiro Mendes	Distrito de Capelinha
93	Maximiniano Faria - Tutor dos menores Maria, João, Clemência filhos de Antônio Nunes da Cruz	Água Boa
94	José Gonçalves Chaves	Ribeirão da Água Fria no distrito de Capelinha
95	Padre Adrião Moreira de Mello	–
96	Vicente Martins Sanches	Rio Capivari
97	Ana Matas Pereira, Bento Pereira da Silva, Jaú Rodrigues de Sousa, Jaú da Costa Alecrim, Luciano Soares Gomes,	Rio Macaúbas
98	Maria Mazé de Jesus, José da Costa Alecrim, Miguel Vaz Martins, Jerônimo Vaz Martins, Antônio, Sabino, Salustiana, Francisco,	–
99	Antônio Rodrigues da Silva	Ribeirão da Trindade
100	Clemente Rodrigues da Fonseca	–
101	Marcelino Theodoro dos Nunes	Santo Antônio
102	Francisco Moreira de Sousa e Irmãos	Ribeirão Setubinha
103	Roberto Moreira de Sousa e seus irmãos	Ribeirão Setubinha
104	Roberto Moreira dos Sousa e seus irmãos	Fanadinho
105-106	Jerônimo Furtado Vaz	Ribeirão do Surubim; Ribeirão Bananal
107	Raimundo Pereira de Carvalho	
108	Bonifácio Gonçalves de Meira	Rio Urupuca
109	Adrião Antônio Ferreira	–
110	Ana Carneiro de Aguiar	–
111-112-113	Januário da Costa Alecrim	Ribeirão Buriti no distrito de Capelinha; Ribeirão de Santa Catarina
114	José Vieira de Mendonça	Córrego grande
115	Abel Cleristianno do Nascimento	Ribeirão dos Pilões no distrito de Capelinha

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
116	Caetano Félix dos Santos	Distrito de Capelinha
117	Inácio Rodrigues de Sousa, Jacinto Rodrigues de Sousa, Isidoro Rodrigues Sousa, Paulino Rodrigues de Souza, Joaquim Rodrigues de Sousa, Maria Rodrigues de Sousa, Ana Rodrigues de Sousa, Cristina Rodrigues de Sousa, Maximiana Rodrigues de Sousa, Justiniana Rodrigues de Sousa, Luciana Rodrigues de Sousa, Luciana Rodrigues de Sousa, Casemira Rodrigues de Sousa	Cabeceira do Setubinha
118	Antônio Fortunato de Carvalho	–
119	Mariano Dias da Trindade	Rio Araçuaí
120	Antônio José Veloso Soares	Mucuri
121	Carlos Martins Pereira	–
122	Faustino Martins Pereira	Areias no distrito de Capelinha
123	Joaquim Martins Pereira	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
124	Antônio Tomas de Oliveira Castro	Distrito de Capelinha
125	João Cordeiro de Oliveira	São Lourenço no distrito de Capelinha
126	Teodônio de Sousa Passos	–
127	Manoel Lins Vaz	–
131	Camilo Ferreira Gandra	Distrito de Capelinha
132	Firmino Ferreira Antônio	Ribeirão Vermelho no distrito de Capelinha
133	Maria de Figueiredo dos Santos	Santa Bárbara no distrito de Capelinha
134	Silvio Ferreira Gandra	
135	Antônio Martins Pereira	Córrego das Almas
136	Francisco Maria de Assis	–

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
137	Adrião Gomes Pereira, mãe e irmão	–
138	Maria Senhorinha da Silva Reis	Distrito de Capelinha
139-140	Manoel Martins Pacheco	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
141	Carlota Maria Sena	Córrego de Ouro no distrito de Capelinha
142	Santério Ferreira de Carvalho	–
143	Valério Rodrigues da Silva	–
144	Manoel Ferreira de Carvalho	–
145	João Martins Pereira	–
146	Francisca Maria de Jesus	Distrito de Capelinha
147	Luís Moreira de Sousa e os herdeiros de Jacinto José Joaquim Moreira de Sousa	–
148	Manoel do Carmo da Silva	–
149	Serafim Vieira de Mendonça	–
150	João José Cordeiro	Distrito de Capelinha
151	João Gomes da Silva	Distrito de Capelinha
152	Silvério Mendes Ribeiro	Distrito de Capelinha
153	Clemente da Costa Teixeira	–
154	Maria Mendes de Jesus	Distrito de Capelinha
155	Maximiano Pereira dos Santos	Rio Ouro Fino
156	Catarina Félix de Menezes	Itamarandiba do Mato
157	João de Sousa Pinheiro	Córrego Sabará
158	Pedro Coelho Barbosa	–
159	Manoel Leite de Sousa	–

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
160	Quintiliano Alves Ferreira	Distrito de Capelinha
161	Jacinto Luís de Araújo	Distrito de Capelinha
162	Augusto Benedito Otoni	Ribeirão do Poton
163	José de Sousa Peixoto	–
164	Joaquim Vieira de Pina e Companhia	Córrego Areia do lado esquerdo do rio Todos os Santos
165	Joaquim José de Araújo Maia, Dona Teodósia Cândida Vieira Maia e Dona Maia Leopoldina de Araújo Maia	Todas as vertentes do Ribeirão Poton
166	Sebastião Pereira dos Santos	Ribeirão da Água Preta
167	Sebastião Pereira dos Santos	Ribeirão da Paia
169	Timóteo de Freitas Cordeiro	Surubim
168	Braz Inácio do Amaral	Água Boa
169	Constantino Borges dos Santos	–
170	Constantino Borges dos Santos	Lava Pés
171	Companhia do Mucuri através de seu agente Augusto Benedito Otoni	Filadélfia; Todos os Santos; ribeirão das Lages; Canoas; ribeirão de São Matheus; Santa Clara; ribeirão dos Macacos; estrada de Filadélfia para Santa Clara, estrada de Rita de Filadélfia para o Setubal e a estrada de Rita do Poté para a Trindade.
172	Antônio Ernesto Coelho	Jequitinhonha
173	Francisca José Coelho da Silva	Rio Setubal
174	Jerônimo de Freitas Cordeiro	Rio Surubim
175	José Valentim Carneiro	Ribeirão da Água Boa no distrito de Capelinha
176	Joaquim Gonçalves Chaves	Ribeirão Água Fria no distrito de Capelinha
177	Joaquim Pedro da Silva	Ribeirão Quarta-feira, no rio Mucuri
178	José Carneiro Coelho, Antônio Joaquim de Azevedo, João Carneiro Coelho, Ricarda Antônia da Conceição, Pacífico Carneiro Coelho	Minas Novas
179	Raimunda Antônia da Conceição	Minas Novas

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
180	Manoel Teixeira Ribeiro	Santo Antônio no distrito de Capelinha
181	Francisco de Sousa Passos	Capoeiras no distrito de Capelinha
182	Joaquim de Sousa Passos	Santo Antônio no distrito de Capelinha
183	Joaquim de Sousa Passos (na condição de tutor dos herdeiros de José de Sousa Passos)	Distrito de Capelinha
184	Antônio Ferreira dos Santos	Cachoeira da Luz no distrito de Capelinha
185	Floriano de Faria e outros herdeiros	Rio Capivari
186	Manoel Teixeira Fernandes	Rio Capivari
187	Joaquim José da Fonseca	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
188	João dos Santos Martins	Braúnas no distrito de Capelinha
189	Joaquim José da Fonseca	São Roque no distrito de Capelinha
190	Manoel Porfirio de Souza	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
191	João de Souza Carvalho	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
192	Joaquim da Silva Santos	São Pio no distrito de Capelinha
193	Francisco Maria de Assis	—
194	Balbina Borges de Jesus	Canhambolas
195	Balbina Borges de Jesus	Rio Cavaco
196	Antônio da Silva e Souza	Rio Setubal
197	Joaquim dos Santos Lima	Ribeirão São Lourenço no distrito de Capelinha
198	Claudino dos Santos Coimbra e seus irmãos, tios e sobrinhos	Ribeirão Santo Antônio (próximo ao Alto dos Bois)
199	José de Matos Pereira	Próximo ao Alto dos Bois
200	João Rodrigues Peixoto	Ribeirão da Puaia
201	Antônio Gomes Leal	Ribeirão do Inferno (próximo ao rio Mucuri)
202	José da Rocha Oliveira	Rio Fanado

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
203	Severiano Monteiro de São Miguel	
204	Claudino Rodrigues da Fonseca	
205	Justiniano de Souza Pereira	Mucuri pequeno
206	Ana Simoa de Jesus	Córrego D'Água
207	José Bento Nogueira	Córrego D'Água
208	Antônio Salustiano José Esteves	–
209	Anastácio Jose Esteves	Ribeirão Dantas
210	Pio Peregrino Esteves	Ribeirão Mandaçaia, no Mucuri
211	João Francisco Porto	Ribeirão Mandaçaia, no Mucuri
212	Antônio Teotônio dos Santos	Barra do Mucurizinho
213	Manoel Jacinto da Fonseca	Água Preta
214	Manoel Pereira Chaves	Minas Novas
215	Manoel Borges de Couto	Todos os Santos
216	Companhia Mucuri através de Augusto Benedito Otoni	Mucuri
217	Francisco José de Sousa Maia e Joaquim José de Sousa	–
218	Barão de Diamantina	Ribeirão do Trinquê na estrada da Filadélfia; córrego das Cangalhas nas vertentes de Todos os Santos; ribeirão da Areia; Urucu; ribeirão São Francisco; Todos os Santos
219	Jerônimo da Costa Guedes e de seu filho	Ribeirão São José em Filadélfia
220	Marcelinho José Rodrigues e Silva	Ribeirão de São Pedro do lado esquerdo de Todos os Santos
221	Ana Senhorinha, Maria Francisca, e Águeda	Bom Sucesso
222	Manoel Teixeira de Carvalho e outros herdeiros	Pai Miguel
223	Manoel Roque Esteves	Rio Fanado
224	Padre Camilo de Lelis Prates	–
225	Padre Camilo de Lelis Prates	Itamarandiba no distrito de Capelinha
226	Manoel Rodrigues da Silva	Distrito de Capelinha

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
227	Serafim Bernardes Coelho	Ribeirão do Ouro Fino no distrito de Capelinha
228	Norberto José Carneiro	Água Boa
229	Anacleto Rodrigues Silva	Ribeirão de Santo Antônio no distrito de Capelinha
230	Joaquim Fernandes Guimarães	Distrito de Capelinha
231	Santos de Sousa Sena	Todos os Santos
232	Miguel Gonçalves de Meira	Ribeirão do Tigre
233	Francisco de Paula Freitas	Surubim no distrito de Capelinha
234	Francisco Valério da Fonseca	Surubim no distrito de Capelinha
235	Germano de Freitas Sampaio	Surubim no distrito de Capelinha
236	José Joaquim Carneiro	Água Boa no distrito de Capelinha
237	Dona Emerenciana Gonçalves Sena	Capelinha
238	Antônio José Coelho e Manoel José de Carvalho	Mucuri
239-241-242-243	Antônio José Coelho	Córrego de São Benedito no Mucuri; Córrego Bananal nas Matas do Mucuri; Samambaia; Rio Jequitinhonha
240	Antônio Jose Coelho e Manoel José de Carvalho	Córrego Cantinho no Mucuri
244	Antônio Joé Coelho na condição de tutor dos menores filhos de Feliciano José Coelho	Rio Jequitinhonha
245	Manoel Gomes Leal	Ribeirão Três Barras
246	Mariana Alves de Jesus	Rio Fanado
247	Manoel Joaquim da Fonseca	–
248	José Antônio Costa e sua mulher Dona Maria Josefina de Souza Costa	Rio Fanado
249	Custodio Leite da Silva	Setubinha
250	Antônio Simões de Miranda Barbosa	Rio Fanado

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
251-252	José Teixeira Mendes	_; Ribeirão de Contendas
253	Honório Esteves Otoni	Córrego Rapadura
254	Maria Antônia de Jesus	-
255	Maria Fernandes do Espírito Santo	Córrego do Macucu
256	Firmiano Fernandes da Costa, João Fernandes da Costa, Manoel Fernandes da Costa, Emília Fernandes da Costa, Inocência Fernandes da Costa, Raimunda Fernandes da Costa, Maria Fernandes Costa,	Ribeirão de Santo Antônio no Mucuri
257	Antônio Rodrigues de Oliveira	-
258	Delfina José Coelho da Silva	-
259	Francisco Ferreira Marte	Distrito de Capelinha
260	Joaquim de Freitas Sampaio	Cachoeira
261	Antônio Alves da Silva	-
262	André Ferreira de Andrade	Santo Antônio no distrito de Capelinha
263	Joaquim de Freitas Sampaio	Lagoa do Sena, às margens do rio Urupuca
264	Ana Cândida de Santiago	Distrito de Capelinha
265	Francisco Vieira dos Santos	Trindade no distrito de Capelinha
266	Justino Pinheiro de Souza	Distrito de Capelinha
267	Florentino Rodrigues Carneiro	Surubim no distrito de Capelinha
268	Bernardo José Coelho	Ribeirão Santa Quitéria no distrito de Capelinha
269	Bernardino José de Figueiredo	Ribeirão São Felix no distrito de Capelinha
270	Julião Francisco dos Santos	Distrito de Capelinha
271	Justino Alves da Silva	Maquito
272	Antônio Rodrigues da Cunha	Ribeirão São João da Trindade
273	José Saturnino Pires Camargo	-

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
274	José Fernandes de Carvalho	–
275-276-277	Tereza Teodora do Patrocínio	Tapera no distrito de Capelinha; Alagoas no distrito de Capelinha Córrego do João no distrito de Capelinha
278	Manoel Francisco da Fonseca	Rio Surubim no distrito de Capelinha
279	Manoel Ferreira da Costa	São Felix no distrito de Capelinha São José no distrito de Capelinha;
280-281-282	Vicente Serafim Ferreira	Santa Luzia nas vertentes do Surubim no distrito de Capelinha Cachoeira da Luz no distrito de Capelinha São José no distrito de Capelinha
283	Jose Luís Pego	–
284	Adrião Pereira dos Santos	–
285	João Rodrigues da Silva	Ribeirão Vermelho no distrito de Capelinha
286	Maximiano da Rocha Faria	Ribeirão Água Boa no distrito de Capelinha
287	João de Souza Passos	Paca no distrito de Capelinha
288-289	José Gomes de Mendonça	Ribeirão de São Caetano no distrito de Capelinha
290	Jacinto Mendes Soares	Ribeirão de Santo Antônio no Mucuri
291	João Bernardo de Azevedo	Rio Mucuri e do córrego Bague
292	Silvestre Monteiro de São Miguel	Rio Mucuri
293	Antônio Ernesto Coelho	Rio Mucuri
294	Antônio José de Carvalho	Rio Mucuri
295	Francisco Marques das Neves	Rio Mucuri
296	José Rodrigues Duarte	Rio Mucuri
297	Manoel Pereira Dutra	Ribeirão dos Cocais
298	Antônio Ernesto da Costa	Rio Mucuri

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
299-300-301	Dona Irene Pereira Freire em comum com seus filhos	Ribeirão Malacacheta; Rio Capivari; Rio Setubal
302	Bento Quintiliano de Soyer	–
303-306	Irene Pereira Freire e seus filhos	Alagadiço e Capivari; Rio Setubal nas divisas o Gravatá e o Mucuri
304	Antônio Ernesto da Costa	Rio Tiririca e o rio Capivari; Cabeceiras do Capivari
307	Carlos da Costa Freire	Rio Setubal
308-311	Plácido de Freitas Guimarães	Matas do Mucuri; Urupuca no distrito de Capelinha
309	Marciano Soares de Mendonça	Ribeirão da Folha
310	João Joaquim Soares	–
312	José Silvério da Costa	Ribeirão do Inferno, às margens do Mucuri até o Poté
313	Ana Joaquina de Oliveira	Rio Buriti
314	Joaquim José Fernandes	Rio de Todos os Santos
315-316-317	Carlos Martins Pereira	Distrito de Capelinha; São Felix no distrito de CapelinhaBraúnas no distrito de Capelinha
318	Fortunata Maria do Espírito Santo	Córrego do Jenipapo
319	Honório Rodrigues Mascate e sua mulher Mariana Fraga Silveira	–
320	Antônio Rodrigues Pereira	Água Boa no distrito de Capelinha
321	Teodora Pega	Grota Santa Ana
322	João Antônio de Paiva Pessoa	Córrego Pouso Alegre (do lado direito do rio Todos os Santos)
323	Feliciano Luiz Pego	Rio Todos os Santos
324	Servando Luis Pego	Poté no Mucuri
325	João Francisco Pego	Rio Todos os Santos
326	José Teodoro Luiz Pego	Rio Todos os Santos
327	Joaquim Rodrigues dos Santos	Poté
328	Adeodato Luis Pego	Rio Todos os Santos

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
329	Justiniano Luiz Pego	Rio Todos os Santos
330	José Pires da Silva	Córrego Paredão no Mucuri
331	Honório Rodrigues de Souza	Córrego Bacué no Mucuri
332	Francisco das Chagas Silva	Córrego da Cachoeira no Mucuri
333	Francisco Rodrigues da Silva	Barra do Córrego Criciúma no Mucuri
334	João Evangelista de Almeida e herdeiros do finado Jose Ferreira de Souza	Rio Rapadura no Mucuri
335	Carlos Rodrigues da Cruz	Rio Piauí
336	Firmino Ramos Pereira Neves	Córrego da Pedra no Mucuri
337	Tomás Rodrigues da Fonseca	Córrego Rapadura no Mucuri
338	Vicente Leite da Silva	Rio Fanado
339	Geraldo Lopes Sousa	Duas barras no rio Fanado
340-341	Manoel José Pereira	Barra Grande no distrito de Capelinha Santo Antônio no distrito de Capelinha
342	Francisco Alves Ferreira	Vargem no distrito de Capelinha
343	Manoel Alves Sampaio	Joaquim Ferreira no distrito de Capelinha
344	Manoel Lopes Leal	—; Rio Santo Antônio Grande no distrito de Capelinha
346	Firmiano Fernandes da Costa e sua mulher Francisca Soares da Silva	Ribeirão do Bom Sucesso
347	Antônio Soares da Silva	Lapinha
348	Nuno Teixeira Lopes e Herdeiros menores de Disidério Jose Pereira	—
349	Casimiro Gomes Leal	Alto dos Bois no distrito de Capelinha
350	João Gomes Leal	Rio São João (Alto dos Bois) no distrito de Capelinha
351-353	Casimiro Gomes Leal	Rio São João (Alto dos Bois) no distrito de Capelinha; Mucuri
352	João Vieira de Lima	Rio Todos os Santos
354	Francisco Gomes Leal	Rio Urupuca

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
355	Timóteo Lopes Ribeiro	–
356	Manoel Teixeira de Carvalho Torres e Joaquim Moreira dos Santos	Córrego do Ouro à margem direita do Rio de Todos os Santos
357	Marcelino Domingues da Silva	Rio Todos os Santos
358	Rita de Cássia Magalhães	Rio Todos os Santos
359	Manoel Francisco de Magalhães e Joaquim José de Magalhães	Rio de Todos os Santos
360	Bento da Silva e Sousa	Jaú
361	Joaquim Honório de Magalhães	Rio Todos os Santos
362	Manoel Rodrigues de Castro	Ribeirão Vermelho no distrito de Capelinha
363	Camillo Pereira da Gama	Cedro no distrito de Capelinha
364	Manoel Mendes Ribeiro e João Ferreira Antunes	Santa Quitéria no distrito de Capelinha
365	João Rodrigues Peixoto e Joaquim Ferreira Gandra	Água Boa no distrito de Capelinha
366	Joaquim José dos Santos	Distrito de Capelinha
367	João José de Araújo	Distrito de Capelinha
368	Valeriano Pinto de Abreu	Distrito de Capelinha
369	Militão Batista do Nascimento	Pilões no distrito de Capelinha
370	Antônio Gonçalves Branco	Córrego Barreiro
371	Manoel da Costa Freire	Capão do Fumo no distrito de Capelinha
372	Joaquim Cordeiro de Oliveira	–
373	Francisco Gomes Alves	Ribeirão Montes Claros no distrito de Capelinha
374	Feliciano Barbosa da Crus	Pilões no distrito de Capelinha
375	Constantino Lemos dos Santos	Pilões no distrito de Capelinha
376	Timóteo Ferreira Gandra	Santa Ana no distrito de Capelinha
377	Francisco Gomes de Melo	Ribeirão do Ouro Fino no distrito de Capelinha
378	Francisco Gomes de Melo e seus coerdeiros filhos de Manoel Gomes de Mello	Distrito de Capelinha
379	Manoel Moreira Coelho	Santa Cruz no distrito de Capelinha
380	Antônio José Vianna	Montes Claros no distrito de Capelinha

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
381	Jacinto Luís de Oliveira	Rio São Lourenço no distrito de Capelinha
382-383	Bibiana Gonçalves Sena	Distrito de Capelinha; Ribeirão de São Miguel no distrito de Capelinha
384	Custódia Moreira Coelho	Riacho Santo Antônio no distrito de Capelinha
385	Clemência Soares da Silva	Água Boa no distrito de Capelinha
386	Antônio Rodrigues Ferreira	Água Boa no distrito de Capelinha
387	Conrado Estevão da Fonseca Bueno	Ribeirão Santo Antônio no distrito de Capelinha
389	José Vieira Alves	Ribeirão de Santo Antônio no distrito de Capelinha
390	Maria de Oliveira Viana	Montes Claros no distrito de Capelinha
391	Antônio Rodrigues da Silva	Itamarandiba no distrito de Capelinha
392	Bernardo Rodrigues da Silva	Ribeirão da Água Boa no distrito de Capelinha
393	Manoel Correia Pinto	–
394	Manoel Martins dos Santos	Ribeirão da Água Boa no distrito de Capelinha
395	Antônio Baptista do Nascimento	Palmital
396	Tomásia de Sousa Pereira	–
397	Joaquim Rodrigues da Costa	Indaiá
398	Rosa Batista do Nascimento	Palmital
399	João da Silva Costa	Palmital
400	José Rodrigues Lares	Ribeirão do Palmital
401	Honório Rodrigues de Magalhães	–
402	João Batista do Nascimento	–
403	João Gonçalves Sena	Setubal
404	Agostinho Lopes do Nascimento	Ribeirão
405	José Lemos da Cruz	Palmital
406	Casimiro Lopes de Almeida	Setubal
407	Feliciano José Barreiros	–
408	Tertuliano Alves de Azevedo	Córrego São Lourenço

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
409	Maria Basília da Silva	Córrego São Lourenço
410	Antônio Coelho	Córrego São Lourenço
411	Bonifácio Gonçalves Meira	Córrego Vazante
412	José Bernardes	–
413	João Félix Ribeiro	–
414	Antônio Correia da Rocha	Capivari
415	Ludovina Soares Pereira	Araçuaí
416	Joana de Martins Pereira, Domingos de Matos Pereira, Luzia de Matos Pereira	–
417	Ana Maria da Conceição Ribeiro	Córrego das Almas
418	Francisco Gomes de Andrade, Marcelo Jose Fernandes, Antônia Cordeiro e Luísa Cordeiro	Araçuaí
419	João Soares Pereira	–
420	João Borges Fernandes	–
421	Ana Carolina Senna e seus filhos	–
422	Joaquim de Araújo Antunes	–
423	José Nunes Coelho	–
424	Manoel de Araújo Antunes	–
425	Antônio da Costa Lima	Córrego São Lourenço no distrito de Capelinha
426	Manoel Ferreira dos Santos	Surubim no distrito de Capelinha
427	Luiz Vieira dos Santos	Córrego São Lourenço no distrito de Capelinha
428	Eugênia Maria do Espírito Santo	Córrego São Lourenço no distrito de Capelinha
429	Clemente de Andrade Pereira	Córrego São Lourenço no distrito de Capelinha
430	José Marques das Neves	–
431	José Marques das Neves	Setubal
432	Silvestre Monteiro de São Miguel	–
433	João Monteiro de São Miguel	Barra do Córrego Santa Bárbara no Mucuri

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
434	Anastácio Monteiro de São Miguel	Barra do Córrego Tamandua no Mucuri
435	Antônio Barbosa de Oliveira	–
436	Natária Maria de Jesus	Setubinha
437	Lourenço da Costa Alecrim	Setubinha
438	Antônio Silvestre Gomes Rabello	Ribeirão da Folha
439	Carlota Alves de Macedo	–
440	Bento Quintiliano de Soyer	Bom Sucesso
441	João Antônio Rodrigues	–
442	Manoel Pereira Rodrigues de Araújo	Bom Sucesso
443	Maximiano da Rocha Guimarães	Córrego das Formigas
444	Antônio Pereira da França e sua mulher Josefa Maria do Espírito Santo	–
445	Manoel Pereira Chaves e sua mulher Raimunda Maria do Espírito Santo	Distrito de Capelinha
446	João Félix Sousa e sua mulher Francisca Teixeira Abrantes	–
447	Clemente Félix da Silva e sua mulher Teodora Maria do Espírito Santo	–
448	Antônio Ferreira Cachoeira e Maria Francisca do Espírito Santo	–
449	Maria Ramos da Cruz	–
450	Manoel Ramos da Cruz e sua mulher Maria Francisca de Jesus	Mucuri
451	Domingos Delfino José Esteves	–
452	Firmino da Costa Pires	Ribeirão Pilões no distrito de Capelinha
453	Manoel Alves de Oliveira	Ribeirão Pilões no distrito de Capelinha
454	José dos Santos Jesus	–
455	Crispim Soares de Araújo	Setubinha
456	Manoel Soares de Araújo	Mucuri
457	Firmino Quaresma da Fonseca	–

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
458	Joaquim Lopes de Souza tutor de seu irmão Francisco Lopes, sua filha Joana e demais herdeiros Antônia e Joana	Rio Fanado
459	Miguel Ferreira da Silva	–
460	Manoel Rodrigues da Silva	Rio Malacacheta
461	Marcelo Rodrigues de Sousa	Rio Urupuca
462	Alexandre Martins Pereira	–
463	Joaquim Rodrigues Carneiro	Distrito de Capelinha
464	Paulo Cordeiro de Oliveira	Mata da Lagoa no distrito de Capelinha
465	Inácio José de Azevedo	São Caetano (no Rio Itamarandiba) no distrito de Capelinha
466	Paulo Cordeiro de Oliveira	Santa Catarina no distrito de Capelinha
467	Manoel Dias da Silva	–
468-469	Antônio Soares de Mendonça e seus filhos	Rio Urupuca Rio Fanado
470-471	Pedro Soares de Mendonça	Córrego de João Rodrigues no rio Fanado
472	José Lourenço Rodrigues e os herdeiros do Lucas do Prado Silva	–
473	Francisco Teixeira Abrantes	Rio Fanado no distrito de Capelinha
474	Francisco Ferreira de Almeida	Córrego do Macucu
475	Venâncio Caldeira Brant	Ribeirão Saudade
476	Manoel Cardozo de Faria	Rio de Todos os Santos
477	Francisco Vaz Mourão	Rio de Todos os Santos
478	Manoel Cardoso de Faria	Rio Todos os Santos
479	Maria Umbelino Quirinos e Ana Luiza da Purificação	Ribeirão Bom Sucesso (perto do subúrbio da cidade de Minas Novas)
480	Padre Sérvolo Pereira dos Santos e os herdeiros do finado Manoel Carneiro	Distrito de Capelinha

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
481	Francisco Pereira da Rocha	Larga
482	Manoel Luís de Carvalho (tutor dos menores Firmina, Carolina e Higino - filhos do finado Francisco Xavier da Costa Borges e sua mulher Rosalina de Jesus	Araçuaí
483	Teodoro Rodrigues dos Santos	–
484	Padre Joaquim Timóteo Pereira de Andrade	Rio Capivari
485	Manoel de Oliveira Guimarães	Distrito de Capelinha
486	Tomás da Costa Santos	Rio Setubal
487	Joaquim Martins Pereira	–
488	João Pereira dos Santos	Distrito de Capelinha
489	Joaquim Eugênio Gonçalves Pires	subúrbio da cidade de Minas Novas
490	Joaquim Eugênio Gonçalves Pires	Mata Dois
491	Veríssimo Felix Ribeiro	Santo Antônio
492	Mariana Rabelo de Jesus	Mangabeira
493	Isidoro Martins	Santo Antônio
494	Maximiano da Costa Vila Real	Rio Setubal
495	João da Costa Guedes	Rio São Lourenço no distrito de Capelinha
496	Feliciano Luís Rego	Duas Barras no distrito de Capelinha
497	Bernardo Lopes de Sousa	Alto dos Bois
498	Antônio da Rocha Faria	Rio Capivari
499	Manoel José Gomes Torres	Arraial Santo Antônio do Rubim
500	Miguel Moreira de Souza	Córrego das Gangorras
501	Januário da Costa Alecrim	Ribeirão Buriti
502	Custódia Xavier Martins	Fanado

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
503	Januário José de Azevedo e Cleto José de Azevedo	–
504	Germano José Coelho e herdeiros do finado Alberto José Coelho	–
505	Justino Moreira Coelho	–
506	Francisco Dias da Silva	–
507	Joana Maria do Espírito Santo declarante em nome de Benedito Francisco, Francisco de Paula e Manoel filhos de Maria Gomes	Córrego do Buriti
508	Maria Soares de Sousa	Rio Araçuaí
509	Adriana Alves de Sousa	–
510	Teresa Alves Pereira e seu genro Antônio da Costa Duarte e Jacinto Luís de Araújo	Ribeirão de São Lourenço no distrito de Capelinha
511	Florêncio Francisco Fernandes	Rio Fanado
512	Carlota Alves de Macedo	Córrego da Ângela Maria
513	Fortunato de Castro Pereira e pai, tios e irmãos	Sabará
514	Severiano Soares de Mendonça, seus cunhados e filhos do finado Francisco Ferreira de Sousa	Rio Urupuca
515	Fortunato Alves Correia	Rio Araçuaí
516-517	Joaquim José de Araújo	Rio Surubim no distrito de Capelinha Distrito de Capelinha
518	Francisco Pinto de Abreu	Itamarandiba
519	Ana Teresa das Mercês	–
520	Cândido Rodrigues de Andrade	–
521	Joaquim Lopes de Souza	Córrego da Olaria
522	Leandro Dias Ladeira	Bom Sucesso
523	Ponciano José da Costa	–

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
524	Teresa de Sousa Ferreira e seus filhos Claudino, Anacleto, João e José Herculano	–
525	Leonardo Reis da Crus e Francisco Rodrigues da Cruz, Silvéria Rodrigues da Cruz, João Rodrigues da Cruz,	Córrego Rubim
526	Lino Lopes Ferreira (tutor de seu irmão)	Rio Fanado
527	Rosa Marques da Cunha	Rio Bom Sucesso
528	Sebastião de Faria Oliveira	Rio Capivari
529	Lauriano Leite de Sousa	–
530	Ana Maria da Conceição - herdeira de Francisco de Araújo Conceição	Rio Macuco
531	Marcela Luísa de Oliveira	Rio Fanado
532-533	Francisco Rodrigues da Cunha	Ribeirão de São João da Mata
534	Francisco Rodrigues da Cunha	Ribeirão de São João da Mata
535	João Correia da Rocha	–
536	João Gomes Leal	–
537	Severiano Soares da Silva	–
538	Antônio Gomes Leal	–
539	Domingos Gomes Leal	Ribeirão de São João da Mata
540	Jacinto Gomes Leal	–
541	Antonino Barbosa de Oliveira	Rio Urupuca
542	Antonino Barbosa de Oliveira	–
543	Maria Leonarda de Jesus	Rio Gravatá; Rio Buriti
545	João Gonçalves da Cruz	Distrito de Capelinha
546	José Marques das Neves	–
547	João Pereira da Silva	Cachoeira Alegre

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
548	João José Cordeiro	Santa Rita no distrito de Capelinha
549	Vicencia de Souza Rosa	Distrito de Capelinha
550	Francisco de Paula Coelho	São Lourenço no distrito de Capelinha
551-552	Marcelo Reis da Fonseca	Poço d'ágoa no distrito de Capelinha; Barrinha no distrito de Capelinha
553	Benigno Jose de Azevedo	Ribeirão de Montes Claros no distrito de Capelinha
554	João Lopes da Rosa	Ribeirão de Montes Claros no distrito de Capelinha
555	Camilo Reis de Moraes	Ribeirão Paca no distrito de Capelinha
556	Maria dos Santos Martins	Cabeceira do Ribeirão Paca
557	Manoel dos Santos Martins	Mumbuca no distrito de Capelinha
558	Maria Miranda de Oliveira	São Caetano no distrito de Capelinha
559	Paulo Leite da Cunha	Rio Fanado
560-561	Francisco da Costa Guedes	–
562-563	José da Costa Guedes	_ São Lourenço no distrito de Capelinha
564	João Francisco Pego	Rio Surubim
565-566	José Luís Pego	Rio Urupuca no distrito de Capelinha Rio Surubim
567	Francisco Gonçalves Chaves	Distrito de Capelinha
568	Francisco de Paula Freitas	Distrito de Capelinha
569	Antônio de Souza Passos	Distrito de Capelinha
570	Luiz Vieira da Silva	Ribeirão de Santa Ana
571	Antônio Barbosa de Oliveira	Cidade de Minas Novas
572	João José da Silva	–
573	Manoel Gomes de Andrade	–
574	Dona Jacinta Ferreira dos Santos	Ribeirão da Folha

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
575	Martiniano Lopes de Sousa	Rio Fanado
576	João Quintiliano Alves Barroso e sua mulher Rosa de Oliveira e Sousa	–
577	Manoel Borges Costa	–
578	Maria Carneiro do Espírito Santo	–
579	Januário da Costa Alecrim	–
580	Tristão Alfonso Fernandes	Distrito de Capelinha
581	Josefa Inácia da Conceição	Distrito de Capelinha
582	Teresa Gomes da Silva	Rio Fanado
583	Joaquim Rodrigues Soares	Distrito de Capelinha
584	Cipriano de Araújo Ferreira	Ribeirão Pilões no distrito de Capelinha
585	Inocência Correia da Rocha	Rio Capivari
586	Inocência Correia da Rocha	Rio Capivari
587	Damião Ferreira Coelho	Rio Fanado
588	Antônio Soares Pereira	–
589	Joaquim de Macedo Lima	Rio Capivari
590	Maria Pinto	Rio Capivari
591	Francisco Ferreira de Medeiros	Córrego Pinheiro
592	Manoel Pereira Rodrigues de Araújo e sua esposa Isabel Maria Felisandra de Araújo e os herdeiros de do Coronel José Felisandro da Costa	Rio Fanado
593	João José de Araújo	Rio Todos os Santos
594	Ana Alves Lavanda da Silva	Rio Fanado
595	Donata da Silva Gomes	–
596	João Pereira de Sousa	Rio Capivari
597	Vicente Pinheiro da Silva	–
598	Maria Delfina de Jesus e Amaro Gomes de Sousa	–
599	Delfino Vaz Martins e Maria Dias da Trindade	–

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
600	Filipe de Santiago	Rio Itamarandiba
601	Lucinda das Neves	Rio Itamarandiba
602	Sebastião Pereira de Andrade	Rio Itamarandiba
603	Ana Teixeira	Rio Itamarandiba
604	Pedro Rodrigues da Silva	Rio Itamarandiba
605	Manoel Francisco Chaves	Rio São Lourenço no distrito de Capelinha
606	Teresa Alves de Jesus	Rio Itamarandiba
607	Damião Francisco da Costa	Rio São Lourenço
608	Claudiana Moreira dos Santos	Rio São Lourenço
609	Maria Cândida de Jesus	–
610	Felicíssimo José Duarte e Jerônima Alves da Silva	Rio Araçuaí
611	Manoel Gomes Fernandes	Pinheiro
612	Francisco Rodrigues da Fonseca	Ribeirão da Folha
613	José dos Santos Coimbra	Rio Fanado
614	Antônio Gonçalves Ramos	–
615	Domingos Pimenta de Figueiredo	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
616	Fortunato Pereira dos Santos	Rio Surubim no distrito de Capelinha
617	Tomás de Sousa Fernandes	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
618	Fortunato Pereira dos Santos	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
619-620-621	Plácido José da Costa e os herdeiros do senhor Guarda Mor Antônio José da Costa	Rio Setubal; Rio Capivari; -
622	Dona Maria de Sousa Ferreira	Rio Fanado
623	Clemente Ramos da Cruz, Antônio Mendes e Januário da Costa	–
624	Manoel Ramos da Crus Junior	Rio Setubal

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
625	Matias Nunes	Rio Capivari
626	Francisco Lopes da Silva	–
627-628	Antônio Rodrigues da Fonseca	–
629	Antônio Soares dos Reis	–
630	Manoel da Costa Neves	Ribeirão São José
631	Jacinto Pereira de Carvalho	Ribeirão das Cabeceiras
632	João da Costa Neves e outros herdeiros	–
633	Antônio Pereira de Carvalho	–
634	Feliciano Vaz de Miranda, Custodio dos Santos Coimbra, Lodovina Soares Pereira e Clemente Soares da Fonseca	Distrito de Capelinha
635	Helena Alves do Nascimento	Rio Araçuaí
636	Manoel João da Silva	–
637	Zifirino Gomes do Amaral	Rio Contendas
638	Zifirino Gomes do Amaral-Jose Teixeira Mendes-Luís Rosa da Silva-Balbina Borges de Jesus-Valeriana Borges de Jesus-Carolina Borges de Jesus	Rio Araçuaí
639-640	Valentim Pereira de Meireles	Rio Fanado
641	Joaquina da Costa Alecrim	Paracatu
642	Jacinta Rosa de Santa Ana	Rio Fanado
643	Martinho Jose Coelho	–
644	Marcelina Rosa de Santa Ana	Rio Fanado
645	João de Oliveira de Paula	Rio Setubinha
646	Feliciano Monteiro da Silva	Rio Itamarandiba no distrito de Capelinha
647	João Nogueira de Oliveira	–
648	Manoel Rodrigues Frois	–
649	Levino Monteiro das Neves	Distrito de Capelinha
650	Manoel de Sousa Borges	Distrito de Capelinha
651	Aleixo Alves Chaves	Rio Fanado

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
652	Firmiano Pereira dos Santos	Distrito de Capelinha
653	Maria Antônia dos Santos	Distrito de Capelinha
654-655	Inocência Antônia de Jesus	–
656	Francisca Teixeira	Córrego Grande
657	Francisca Teixeira (fez a declaração devido o marido estar ausente)	Córrego Fundo
658	Domingos Barreiros de Jesus	Distrito de Capelinha
659	Manoel Saturnino de Sousa	–
660	Vicente de Sousa Marrecos	Rio Araçuaí
661	Cacimiro Lopes da Silva	–
662	Maria Crispim de Azevedo	–
663	Francisco Martins Pereira	Ribeirão da Trindade
664	Jose Francisco Porto	Duas Barras
665	Servando da Silva Santos	Ribeirão de São João da Mata
666	Rafael de Mattos Pereira	Ribeirão da Trindade
667	Ana Soares da Conceição	Ribeirão de São João da Mata
668	Serafim Rodrigues Pereira	Ribeirão Gouveia
669	Camilo Gomes Leal	–
670	Maria Alves da Conceição	Rio Araçuaí
671	Ivo de Araújo Antunes	Rio Araçuaí
672	Francisco Alves da Silva	–
673	Manoel da Silva Rodrigues	Rio Trindade
674	Joaquim Camargos Lira	Rio Fanado
675	Dona Rosa Simões de Miranda e Dona Solidade Marques da Cunha	–
676	Antônio Lopes de Oliveira	Córrego Trindade
677	Hermenegildo de Sousa Pereira	Distrito de Capelinha
678	Francisco Teodoro, Joaquim Moreira, Vitoria Moreira, Ana Moreira, Felisarda Moreira	Tribuna

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
679	Joaquim Ramos da Cruz	Ribeirão da Folha
680	Maria Nunes de Sousa	Ribeirão do Meio
681	Claudino da Costa Alecrim	Rio Capivari
682	Manoel do Nascimento, Donata e Maria Alves	–
683	Maria Soares de Mendonça e seus filhos	Rio Fanado no distrito de Capelinha
684	Gertrudes Soares Pereira	Pires no distrito de Capelinha
685	Brígida Joana Polucena e os outros herdeiros	Rio Urupuca no distrito de Capelinha
686	Manoel Soares de Mendonça	Rio Fanado no distrito de Capelinha
687	Bento Jose Rodrigues	
688	Francisco Lima da Silva	Rio Fanado
689	João Dias Ferreira	
690	Camilo Jose de Figueiredo	Córrego da Joanna
691	Joana Carneiro Coelho	Distrito de Capelinha
692	Disidério da Costa Miranda	Distrito de Capelinha
693	Jacinto Luís de Araújo	Rio São Lourenço
694	Clemente Ferreira de Matos	Poço d'agua no distrito de Capelinha
695	Dionísio Alves Correia	–
696-697	João de Macedo Lima	Rio Capivari
698	Jose Ferreira Coelho	Rio Fanado
699	João Serino Pinto	Rio Capivari
700	Miguel Ferreira da Silva, João, José, Lodorico, Pedro e Anna	–
701	Manoel Ferreira da Silva	Rio Capivari
702	Cipriano Ferreira da Silva	Rio Capivari
703	Antônio Damião da Costa (agregado de Maria Antônia de Carvalho)	Rio Buriti
704	Manoel de Miranda Barbosa e outros herdeiros	Rio Bom Sucesso
705	Modesto Alves Nunes e outros herdeiros	

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
707	Claudino de Sousa Ribeiro	Córrego São João
708-709	Adrião da Rocha Guimarães	Rio Fanado
710	Maria da Rocha Guimarães	Rio Fanado
711	Clemente Soares Pereira	Distrito de Capelinha
712	Cassiana Maria das Neves	Subúrbios do arraial de Capelinha no distrito de Capelinha
713	Jacinto de Souza Marcos	Rio Buriti
714	Plácido José da Costa	Córrego da Cansação
715	Clemente Salomão	–
716	José Francisco Porto Júnior	–
717	José Gomes dos Santos	–
718	Felício Pereira da Silva	–
719	Antônio Damião da Costa	Rio Buriti
720-721	João Nunes de Souza	_ ; Rio Araçuaí
722	Jacinto Luís de Oliveira	Rio Buriti
723	Manoel Leite da Silva	Ribeirão dos Cocais
724	Antônia Soares Monteiro	Córrego Contendas
725	Nasaria Maria do Espírito Santo	Córrego Gomes
726	Justino Rodrigues Moraes	Córrego Gouveia
727	Teodoro Martins de Sousa	–
728	Timóteo Gonçalves de Meira	Córrego do Jambeiro
729	Francisca José Coelho declarante em nome de João seu filho menor	Rio Mucuri
730	Antônio Lopes da Silva	Rio Preto no Mucuri
731-733	Francisca José Coelho	Rio Mucuri
732	Francisco Lopes da Silva	Rio Mucuri

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
734	Antônio Ernesto Coelho	Manso do Galinho
735	Francisco Lopes da Silva	Rio Preto no Mucuri
736	Francisca José Coelho	Rio Mucuri
737	Feliciano Lopes da Silva	Rio Mucuri
738	João Soares da Costa	Rio Mucuri
739	José Teófilo da Costa	–
740	Faustino Martins Pereira	–
741	Donato de Passos e Oliveira	Córrego Camadinho na divisa com o distrito de Chapada
742	João Lopes Ferreira	–
743	Domingos Rodrigues Machado e outros herdeiros	Quiba Bateia
744	José Ferreira de Almeida	Ribeirão de Cocaes
745	João de Leão Moraes e seus cunhados	Ribeirão da Folha
746	Bonifácio Rodrigues de Sousa	Fanado
747	Justiniano José de Carvalho e os herdeiros de Domingos da Costa Alecrim e Custódia Borges	Buriti
748	Justiniano José de Carvalho	Buriti
749	Delfina Josefa do Sacramento	Rio Araçuaí
750	João Quintiliano Alves Caminha e Antônio Alves Quintiliano Alves Barroso	Araçuaí
751-752	Josefina Gonçalves Caminha em comum com seus filhos;	Araçuaí
753-754;755	Josefina Gonçalves Caminha e seus filhos	Araçuaí; Capivari; Araçuaí
756	Antônio Martins Duarte e os herdeiros de Manoel Alves Martins	Rio Fanado
757	Francisco Gonçalves Xavier	–
758	Paulo Ferreira da Cruz	Malacacheta no Mucuri
759	Bento Alves Machado	–
760	Jacinta Antônia dos Reis, seu genro e filhos	Malacacheta

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
761	Antônio Teotônio dos Santos e Sebastiana	Ribeirão Surubim no distrito de Capelinha
762	Jacinto Alves Correia	Córrego das Almas
763	André Rodrigues de Fonseca	–
764	Francisco Coelho Barbosa	Córrego Santo Antônio
765	Levino Coelho Barbosa	Rio Mucuri
766	Maria Pinto Alves	–
767	Carlos José da Silva, seus irmãos e cunhados	–
768	Balbina Ferreira de Sousa e seus filhos	Rio Santo Antônio
769	Maximiano da Rocha Guimarães	Surubim
770	Francisco Gonçalves de Alves	Setubinha
771	Justino da Rocha	Setubinha
772	Adrião Ferreira de Almeida e outros herdeiros	Setubinha
773	José Silvério da Costa e herdeiros de João da Costa	Setubinha
774	Hipólito Ramos da Cruz	–
775	Custódio Lopes de Sousa	–
776	Ana de Sousa Ferreira e seus filhos	–
777	Antônio Rodrigues da Cruz	Ribeirão da Saúde no Mucuri
778	Manoel Lopes Ferreira	Rio Fanado
779	João Ferreira Paulino	Canto Alegre - Fanado
780	Ana Rosa de Castro e os herdeiros de Herculano Alves Coelho	Canto Alegre - Fanado
781	José Joaquim de Sousa	Córrego Grande
783	Jacinta Joaquina de Jesus	Laginha (divisa com o distrito de Chapada)
784	Damásio Rodrigues	Setubinha
785	Manoel e João	Bom Sucesso
786	Ana Rosa de Jesus Alves Pereira	Bom Sucesso
787	Domingos Nunes de Souza	–

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
788	Francisco de Sousa da Silva	Rio Fanado
789	Helena Maria de Jesus por parte de seu irmão que se encontra ausente da província	–
790	Antônia Faria de Oliveira	–
791	Silvéria Rodrigues Nunes	–
792	Hilário Gonçalves Martins	Rio Mucuri
793	Manoel Rodrigues	Setubinha
794	Manoel Gonçalves de Alves	Aranãs - Mucuri
795-796	João Rodrigues	Rio Mucuri; Mucuri Pequeno
797	Lauriano Rabello Celestino e seus irmãos herdeiros de seu pai Francisco Rabelo Soubo	–
798	Lauriano Rabello Celestino	Ribeirão da Folha
799	Francisco Salustiano Teixeira	–
800	Simplício Soares dos Santos	Córrego das Almas
801	Francisco José de Figueiredo	–
802	Maximiano Gonçalves Sousa	–
803	Maria de Deus	Ribeirão do Sena no distrito de Capelinha
804-805	Servando Pereira da Silva	Rio Pilões no distrito de Capelinha
806	Jacinto Bernardo de Mendonça	Ribeirão Sena no distrito de Capelinha
807	Honorato Cordeiro Antunes	São Filipe no distrito de Capelinha
808	Joaquim Alves da Cruz e Antônio Moreira de Carvalho	–
809	Justiniano Mendes Guimarães e os herdeiros do finado Gonçalo Ramos	Ribeirão do Meio
810	Claudino Simões de Miranda e demais herdeiros do finado Francisco José Soares	Rio Fanado
811-812	José Pacífico Peregrino e Silva	Rio Fanado
1	Francisca José Coelho da Silva	Poté - Mucuri
2	Bernardo Nunes Rodrigues	Buriti
3	Roberto Francisco Terra	Córrego de São João

Continua...

Quadro 1C: Cont.

Nº do RPT	Nome do declarante	Localização da propriedade
4	Jerônimo da Costa Guedes	Surubim no distrito de Capelinha
5	Manoel Ferreira Antunes	Córrego Santo Antônio no distrito de Capelinha
6	José Gonçalves de Meira	Córrego São Lourenço no distrito de Capelinha
7	Augusto Benedito Otoni na qualidade de diretor dos índios do Mucuri	Ribeirão Poté; Mucuri; córrego das Criciúmas; ribeirão Poton; córrego da Cana Braba; ribeirão do Urucú
8	Maria Teixeira do Nascimento	Surubim no distrito de Capelinha
9	José Ricardo Correia da Rocha	Ribeirão d'Água Fria
10	José Gonçalves de Abreu	Santo Antônio
11	José Machado de Oliveira	–
12	Marciano Correia da Rocha	Rio Macuco

Quadro 1D: Registros Paroquiais de Terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas com os nomes das propriedades declaradas

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
1	Manoel José de Carvalho	Fazenda Espírito Santo e Novilhona
2	Tenente Coronel Plácido Jose da Costa	Fazenda Capivari
3	Camilo Tristão dos Santos	Fazenda Bemposta
4	José Bento Nogueira	Chácara do Buriti
5	Antônio dos Santos Coimbra	Galinheiro
6	Jacinta Sanches Brandão	Ribeirão dos Santos
7	Cirino Moreira da Silva	Santo Antônio
8	João Ferreira Coelho	–
9	Brás Fernandes Guimarães e Francisco Fernandes Guimarães	Sítio Engenho Velho
10	José Tomé Alves dos Santos-Serafim Alves dos Santos-Joana Alves dos Santos-Ana Alves dos Santos	–
11	Bento Pereira da Silva	Macaúbas
12	Jacinto Rodrigues da Fonseca	Sítio 1: Ribeirão do Lufa-Sítio 2: Ribeirão da Folha
13	Clara Soares Lima	Tamanduá
14	Tenente Carlos Ferreira Coelho	Cansação
15	Inácio Soares Xavier	Córrego do Araújo
16	Camilo dos Santos Lima	Cachoeira de Santo Antônio
17	Manoel dos Santos Coimbra	–
18	Serafim Lopes de Souza	–
19	José Monteiro do Espírito Santo	–
20	Antônia Claudina de Freitas	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
21	Alferes José Lima de Macedo e sua mulher Tereza Maria de Jesus	Bentinho
22	Leandro Dias Ladeira	–
23	João Batista Damasceno	Santa Ana
24	Feliciano Lopes da Silva	Santo Antônio
25	João Batista Damasceno e demais herdeiros	Palmital
26	Caetana Maria da Conceição	Fazenda Indaiá
27	Tristão dos Santos Coimbra	–
28	Francisco Soares Xavier	Fazenda Carvalhais e Fazenda Barra
29	Jacinto Ramos da Cruz	–
30	José Tomé Rodrigues da Fonseca	–
31	Manoel de Azevedo e Silva	–
32	Manoel Leite da Cunha	–
33-34	Bernardo Gonçalves Sena	Fazenda Jaboticaba; Prata
35	Silvério Ferreira de Almeida	Sorte de Terras Tamboril
36	Justino Ferreira Machado	–
37	Joaquim Francisco da Costa	–
38	Antônio Ferreira de Almeida	Sete Posses
39	Manoel Ferreira de Almeida	Córrego da Conceição
40	Leandro Moreira Chaves	Ribeirão de São João
41	Paulino da Silveira Miranda	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
42	Manoel Paulo de Oliveira	Sete Posses
43	Manoel Rodrigues Galdino	Sete Posses
44	Manoel Monteiro Niza	Lopes
45	Inácio Ferreira Lares	–
46	José Rodrigues Lares	–
47	Santos Rodrigues Lares	–
48	Manuel da Costa Pereira	Córrego de São Lourenço
49	Romualdo Rodrigues da Fonseca	Córrego de São Lourenço
50	José de Souza Santos	Indaiá
51	Manoel Luís de Carvalho	Fazenda Boa Vista
52	Joaquim Rodrigues da Fonseca	Sete Posses
53	Francisco Ribeiro Pegino	–
54	Vicente Ferreira da Fonseca	–
55	Lourenço da Costa Alecrim	–
56	Jerônimo Lemos Soares	–
57	Modesto Moreira Coelho	–
58	José de Meira Gonçalves	–
59	Anastácio da Silva Pinto	–
60	Jacinto de Araújo	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
61	Antônio da Costa Barreiras	Córrego da Paciência
62	Inácio José Coelho	Ribeirão do Sapé
63	Aguida Maria Coelho	Ribeirão do Sapé
64	Alexandre José Pinheiro	Ribeirão do Sapé
65	Jacinto Alves da Costa	Pombinho
66	José Rodrigues Ferreira	Mandassaia
67	Pedro da Costa Pereira	Córrego da Cachoeira
68	Justino da Rocha Barreiras	Ribeirão de Santo Antônio
69	Doutor Manuel Esteves Ottoni	–
70	Padre Francisco Ferreira Paulino	–
71	Joaquim Machado Pereira	–
72	Paulo Soares Pereira e herdeiros do Padre Pedro Soares Pereira	Fazenda Bemposta
73	Mariano Novais de Almeida	
74	Anacleto Alves Lemos	–
75	Antônia Rodrigues da Fonseca	–
76	João de Oliveira e Paula	–
77	Tomas Rodrigues da Fonseca e herdeiros de Domingues Rodrigues da Fonseca	São José do Setubal
78	Eduardo Silvestre Ferreira de Couto	–
79	Estevão Rodrigues da Fonseca	–
80	Maria Rodrigues de Alves	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
81	Zeferino Rodrigues da Cruz	–
82	Joaquim Francisco dos Santos, Antônio Procópio Alves da Fonseca, José Martins Pereira, João Barbosa dos Santos, Clemente Chaves, Lourenço Teixeira da Silva, Bio Gomes Pereira	–
83	Joaquim Francisco dos Santos, José Martins Pereira Filho, Jeronimo Martins Pereira, João Barbosa dos Santos, Clemente da Silva Chaves, Servando Teixeira Silva, Bio Gomes Pereira,	–
84	Ana Lucia Nunes Nogueira, Quintiliano Martins Pereira, Carlos Martins, Felipe Martins Pereira, João Martins Pereira, Jacinto Martins Pereira	–
85	Antônio Procópio Alves da Fonseca	–
86	Francisco José de Carvalho	Itamarandiba
87	Antônio Nunes Nogueira, Bastos Martins, Quintiliano Martins Pereira, Bento Martins Pereira, Bento Martins Pereira, Felipe Martins Pereira, João Martins Pereira, Jacinto Martins Pereira	–
88	José Ferreira Coelho	–
89	Francisco José Velozo Soares	–
90	Luís Camargos Leal	Antônio Pequeno
91	Venância Maria de Vasconcelos	Fazenda Bom Jesus
92	João Ribeiro Mendes	Santa Catarina
93	Maximiniano Faria - Tutor dos menores Maria, João, Clemência filhos de Antônio Nunes da Cruz	–
94	José Gonçalves Chaves	Fazenda Boa Vista
95	Padre Adrião Moreira de Mello	Pinheiro
96	Vicente Martins Sanches	Boa Vista
97	Ana Matas Pereira, Bento Pereira da Silva, Jaú Rodrigues de Sousa, Jaú da Costa Alecrim, Luciano Soares Gomes,	–
98	Maria Mazé de Jesus, José da Costa Alecrim, Miguel Vaz Martins, Jerônimo Vaz Martins, Antônio, Sabino, Salustiana, Francisco	Parte de terras: Boa Vista e Buriti; Sítio: Cafundó

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
99	Antônio Rodrigues da Silva	–
100	Clemente Rodrigues da Fonseca	–
101	Marcelino Theodoro dos Nunes	–
102	Francisco Moreira de Sousa e Irmãos	Ribeirão do Setubinha
103-104	Roberto Moreira de Sousa e seus irmãos	Cabeceira do Setubinha; Cabeceira do Fanadinho
105-106	Jerônimo Furtado Vaz	Boa Vista; Fazenda Bananal
107	Raimundo Pereira de Carvalho	–
108	Bonifácio Gonçalves de Meira	–
109	Adrião Antônio Ferreira	Gavião
110	Ana Carneiro de Aguiar	–
111-112-113	Januário da Costa Alecrim	–
114	José Vieira de Mendonça	Barreiro do Campo
115	Abel Cleristianno do Nascimento	–
116	Caetano Félix dos Santos	São José
117	Inácio Rodrigues de Sousa, Jacinto Rodrigues de Sousa, Isidoro Rodrigues de Sousa, Paulino Rodrigues de Souza, Joaquim Rodrigues de Sousa, Maria Rodrigues de Sousa, Ana Rodrigues de Sousa, Cristina Rodrigues de Sousa, Maximiana Rodrigues de Sousa, Justiniana Rodrigues de Sousa, Luciana Rodrigues de Sousa, Luciana Rodrigues de Sousa, Casemira Rodrigues de Sousa	–
118	Antônio Fortunato de Carvalho	Córrego do Anastásio
119	Mariano Dias da Trindade	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
120	Antônio José Veloso Soares	–
121	Carlos Martins Pereira	São Félix
122	Faustino Martins Pereira	–
123	Joaquim Martins Pereira	–
124	Antônio Tomas de Oliveira Castro	–
125	João Cordeiro de Oliveira	–
126	Teodônio de Sousa Passos	Espigão da Ana
127	Manoel Lins Vaz	–
131	Camilo Ferreira Gandra	–
132	Firmino Ferreira Antônio	–
133	Maria de Figueiredo dos Santos	–
134	Silvio Ferreira Gandra	–
135	Antônio Martins Pereira	–
136	Francisco Maria de Assis	–
137	Adrião Gomes Pereira, mãe e irmão	–
138	Maria Senhorinha da Silva Reis	–
139-140	Manoel Martins Pacheco	Santa Quitéria
141	Carlota Maria Sena	Córrego do Ouro
142	Santério Ferreira de Carvalho	Cachoeira de São Felix
143	Valério Rodrigues da Silva	–
144	Manoel Ferreira de Carvalho	Cachoeira de São Felix
145	João Martins Pereira	Cedro

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
146	Francisca Maria de Jesus	Santa Catarina
147	Luís Moreira de Sousa e os herdeiros de Jacinto José Joaquim Moreira de Sousa	
148	Manoel do Carmo da Silva	Córrego do Matias
149	Serafim Vieira de Mendonça	Palmital
150	João José Cordeiro	–
151	João Gomes da Silva	–
152	Silvério Mendes Ribeiro	–
153	Clemente da Costa Teixeira	–
154	Maria Mendes de Jesus	–
155	Maximiano Pereira dos Santos	–
156	Catarina Félix de Menezes	Penha
157	João de Sousa Pinheiro	Fazenda Sabará
158	Pedro Coelho Barbosa	Três Passos
159	Manoel Leite de Sousa	Estrebaria
160	Quintiliano Alves Ferreira	Gamelas
161	Jacinto Luís de Araújo	–
162	Augusto Benedito Otoni	–
163	José de Sousa Peixoto	–
164	Joaquim Vieira de Pina e Companhia	Córrego da Areia
165	Joaquim José de Araújo Maia, Dona Teodósia Cândida Vieira Maia e Dona Maia Leopoldina de Araújo Maia	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
166-167	Sebastião Pereira dos Santos	Fazenda Boa Vista
169	Timóteo de Freitas Cordeiro	Santa Luzia
168	Braz Inácio do Amaral	Taboucas
169-170	Constantino Borges dos Santos	Água Preta; Lagoa do Inhume
171	Companhia do Mucuri através de seu agente Augusto Benedito Otoni	–
172	Antônio Ernesto Coelho	Corrente
173	Francisca José Coelho da Silva	São Sebastião-Santo Antoninho
174	Jerônimo de Freitas Cordeiro	Jatobá
175	José Valentim Carneiro	Lagoa do Pato
176	Joaquim Gonçalves Chaves	–
177	Joaquim Pedro da Silva	Ribeirão Quarta; Ribeirão Três Ferros
178	José Carneiro Coelho, Antônio Joaquim de Azevedo, João Carneiro Coelho, Ricarda Antônia da Conceição, Pacífico Carneiro Coelho	–
179	Raimunda Antônia da Conceição	–
180	Manoel Teixeira Ribeiro	–
181-182	Francisco de Sousa Passos	–
183	Joaquim de Sousa Passos (na condição de tutor dos herdeiros de José de Sousa Passos)	–
184	Antônio Ferreira dos Santos	–
186	Manoel Teixeira Fernandes	Sítio Capivari
187-189	Joaquim José da Fonseca	–
188	João dos Santos Martins	–
190	Manoel Porfirio de Souza	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
185	Floriano de Faria e outros herdeiros	Gangorras
191	João de Souza Carvalho	–
192	Joaquim da Silva Santos	–
193	Francisco Maria de Assis	Fazenda Contendas
194-195	Balbina Borges de Jesus	– ; Barra do Cavaco
196	Antônio da Silva e Souza	–
197	Joaquim dos Santos Lima	–
198	Claudino dos Santos Coimbra e seus irmãos, tios e sobrinhos	Santo Antônio
199	José de Matos Pereira	Riacho
200	João Rodrigues Peixoto	Ribeirão da Puaia
201	Antônio Gomes Leal	Ribeirão do Inferno
202	José da Rocha Oliveira	–
203	Severiano Monteiro de São Miguel	Ladainha
204	Claudino Rodrigues da Fonseca	Córrego d'Água
205	Justiniano de Souza Pereira	Córrego d'Água
206	Ana Simoa de Jesus	Palmital e Buriti
207	José Bento Nogueira	–
208	Antônio Salustiano José Esteves	–
209	Anastácio Jose Esteves	–
210	Pio Peregrino Esteves	–
211	João Francisco Porto	–
212	Antônio Teotônio dos Santos	Mato Dentro

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
213	Manoel Jacinto da Fonseca	–
214	Manoel Pereira Chaves	–
215	Manoel Borges de Couto	–
216	Companhia Mucuri através de Augusto Benedito Otoni	–
217	Francisco José de Sousa Maia e Joaquim José de Sousa	–
218	Barão de Diamantina	–
219	Jerônimo da Costa Guedes e de seu filho	Bom Sucesso
220	Marcelinho José Rodrigues e Silva	–
221	Ana Senhorinha, Maria Francisca, e Águeda	–
222	Manoel Teixeira de Carvalho e outros herdeiros	Santo Antônio
223	Manoel Roque Esteves	Fazenda Ribeirão da Pedra
224-225	Padre Camilo de Lelis Prates	–
226	Manoel Rodrigues da Silva	Alagoa
227	Serafim Bernardes Coelho	–
228	Norberto Jose Carneiro	Alagoa
229	Anacleto Rodrigues Silva	–
230	Joaquim Fernandes Guimarães	O Ribeirão
233	Francisco de Paula Freitas	Bonito
234	Francisco Valério da Fonseca	–
235	Germano de Freitas Sampaio	Alagoa
231	Santos de Sousa Sena	Papagaio
232	Miguel Gonçalves de Meira	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
236	José Joaquim Carneiro	–
237	Dona Emerenciana Gonçalves Sena	Mandasaiá
238	Antônio José Coelho e Manoel José de Carvalho	Ribeirão de Mestre de Campo
239-241-242-243	Antônio José Coelho	–
240	Antônio Jose Coelho e Manoel José de Carvalho	–
244	Antônio José Coelho na condição de tutor dos menores filhos de Feliciano José Coelho	–
245	Manoel Gomes Leal	–
246	Mariana Alves de Jesus	–
247	Manoel Joaquim da Fonseca	Córrego D'água
248	José Antônio Costa e sua mulher Dona Maria Josefina de Souza Costa	Boa Vista
249	Custodio Leite da Silva	–
250	Antônio Simões de Miranda Barbosa	–
251	José Teixeira Mendes	Contendas
252	José Teixeira Mendes	–
253	Honório Esteves Otoni	Santa Rita
254	Maria Antônia de Jesus	Oliveira
255	Maria Fernandes do Espírito Santo	Macuco
256	Firmiano Fernandes da Costa, João Fernandes da Costa, Manoel Fernandes da Costa, Emília Fernandes da Costa, Inocência Fernandes da Costa, Raimunda Fernandes da Costa, Maria Fernandes Costa,	–
257	Antônio Rodrigues de Oliveira	–
258	Delfina José Coelho da Silva	Santo Antônio
259	Francisco Ferreira Marte	–
260	Joaquim de Freitas Sampaio	Fazenda Cachoeira

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
261	Antônio Alves da Silva	-
262	André Ferreira de Andrade	-
263	Joaquim de Freitas Sampaio	-
264	Ana Cândida de Santiago	-
265	Francisco Vieira dos Santos	-
266	Justino Pinheiro de Souza	-
267	Florentino Rodrigues Carneiro	-
268	Bernardo José Coelho	-
269	Bernardino José de Figueiredo	-
270	Julião Francisco dos Santos	-
271	Justino Alves da Silva	-
272	Antônio Rodrigues da Cunha	-
273	José Saturnino Pires Camargo	-
274	José Fernandes de Carvalho	O Sítio
275-276-277	Tereza Teodora do Patrocínio	-
278	Manoel Francisco da Fonseca	-
279	Manoel Ferreira da Costa	-
280	Vicente Serafim Ferreira	-
281	Vicente Serafim Ferreira	-
282	Vicente Serafim Ferreira	-
283	Jose Luís Pego	-
284	Adrião Pereira dos Santos	-
285	João Rodrigues da Silva	-
286	Maximiano da Rocha Faria	-

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
287	João de Souza Passos	Sítio da Paca
288-289	José Gomes de Mendonça	–
290	Jacinto Mendes Soares	–
291	João Bernardo de Azevedo	–
292	Silvestre Monteiro de São Miguel	–
293	Antônio Ernesto Coelho	–
294	Antônio José de Carvalho	–
295	Francisco Marques das Neves	–
296	José Rodrigues Duarte	Ribeirão da Cachoeira
297	Manoel Pereira Dutra	
298	Antônio Ernesto da Costa	Sítio Quarta-feira
299-300-301	Dona Irene Pereira Freire em comum com seus filhos	Fazenda do Honorat; Fazenda da Boa Vista; Santa Cruz do Setubal
302	Bento Quintiliano de Soyer	Achará
303	Irene Pereira Freire e seus filhos	Fazenda do Alagadiço
304	Antônio Ernesto da Costa	Tronco
305	Antônio Ernesto da Costa	Trovoadas
306	Irene Pereira Freire e seus filhos	Setubal
307	Carlos da Costa Freire	Fazenda
308	Plácido de Freitas Guimarães	Lameiro
309	Marciano Soares de Mendonça	Ribeirão da Folha
310	João Joaquim Soares	Rancho do Campo
311	Plácido de Freitas Guimarães	–
312	José Silvério da Costa	Ribeirão do Inferno
313	Ana Joaquina de Oliveira	Venceslau
314	Joaquim José Fernandes	Córrego de São João

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
315	Carlos Martins Pereira	–
316	Carlos Martins Pereira	–
317	Carlos Martins Pereira	–
318	Fortunata Maria do Espírito Santo	Córrego do Jenipapo
319	Honório Rodrigues Mascate e sua mulher Mariana Fraga Silveira	Riacho
320	Antônio Rodrigues Pereira	–
321	Teodora Pega	Santa Anna
322	João Antonio de Paiva Pessoa	Pouso Alegre
323	Feliciano Luiz Pego	Capoeira de Todos os Santos
324	Servando Luis Pego	Grota Brejaúba
325	João Francisco Pego	Grota Sapucaia
326	José Teodoro Luiz Pego	Grota Imbaré
327	Joaquim Rodrigues dos Santos	Grota Terra Branca
328	Adeodato Luís Pego	Grota
329	Justiniano Luís Pego	–
330	José Pires da Silva	–
331	Honório Rodrigues de Souza	–
332	Francisco das Chagas Silva	–
333	Francisco Rodrigues da Silva	–
334	João Evangelista de Almeida e herdeiros do finado Jose Ferreira de Souza	Medanha
335	Carlos Rodrigues da Cruz	Piauí
336	Firmino Ramos Pereira Neves	Sítio Santa Anna
337	Tomás Rodrigues da Fonseca	Sítio Duas Barras

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
338	Vicente Leite da Silva	Sítio Tabuleiro
339	Geraldo Lopes Sousa	Fazenda Duas Barras
340-341	Manoel José Pereira	–
342	Francisco Alves Ferreira	–
343	Manoel Alves Sampaio	–
344-345	Manoel Lopes Leal	Sítio Ipê Cabeceira de Santo Antônio Grande
346	Firmiano Fernandes da Costa e sua mulher Francisca Soares da Silva	Fazenda do Bom Sucesso
347	Antônio Soares da Silva	–
348	Nuno Teixeira Lopes e Herdeiros menores de Desidério Jose Pereira	Ribeirão de Santo Antônio
349-351-353	Cacimiro Gomes Leal	Alto dos Bois; São João da Mata; Mucuri
350	João Gomes Leal	São João
352	João Vieira de Lima	Rio de Todos os Santos
354	Francisco Gomes Leal	Poço da Anta
355	Timóteo Lopes Ribeiro	–
356	Manoel Teixeira de Carvalho Torres e Joaquim Moreira dos Santos	–
357	Marcelino Domingues da Silva	Todos os Santos
358	Rita de Cássia Magalhães	Córrego dos Chifres
359	Manoel Francisco de Magalhães e Joaquim José de Magalhães	Água Limpa
360	Bento da Silva e Sousa	–
361	Joaquim Honório de Magalhães	Valão
362	Manoel Rodrigues de Castro	–
363	Camillo Pereira da Gama	Cedro
364	Manoel Mendes Ribeiro e João Ferreira Antunes	–
365	João Rodrigues Peixoto e Joaquim Ferreira Gandra	Água Boa

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
366	Joaquim José dos Santos	Mumbuca
367	João José de Araújo	Rebanho
368	Valeriano Pinto de Abreu	–
369	Militão Batista do Nascimento	Pilões
370	Antônio Gonçalves Branco	–
371	Manoel da Costa Freire	–
372	Joaquim Cordeiro de Oliveira	São Miguel
373	Francisco Gomes Alves	–
374	Feliciano Barbosa da Crus	–
375	Constantino Lemos dos Santos	–
376	Timóteo Ferreira Gandra	–
377	Francisco Gomes de Melo	–
378	Francisco Gomes de Melo e seus coerdeiros filhos de Manoel Gomes de Mello	–
379	Manoel Moreira Coelho	Santa Cruz
380	Antônio José Vianna	–
381	Jacinto Luís de Oliveira	–
382-383	Bibiana Gonçalves Sena	–
384	Custódia Moreira Coelho	–
385	Clemência Soares da Silva	–
386	Antônio Rodrigues Ferreira	–
387	Conrado Estevão da Fonseca Bueno	–
388	Maria da Assunção e Silva	–
389	José Vieira Alves	–
390	Maria de Oliveira Viana	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
391	Antônio Rodrigues da Silva	–
392	Bernardo Rodrigues da Silva	–
393	Manoel Correia Pinto	Cantagallo
394	Manoel Martins dos Santos	Palmital e Córrego d'Água
395	Antônio Baptista do Nascimento	–
396	Tomásia de Sousa Pereira	Sítio Campos
397	Joaquim Rodrigues da Costa	–
398	Rosa Batista do Nascimento	–
399	João da Silva Costa	–
400	José Rodrigues Lares	–
401	Honório Rodrigues de Magalhães	Sítio Barreiro
402	João Batista do Nascimento	Córrego d'Água
403	João Gonçalves Sena	–
404	Agostinho Lopes do Nascimento	–
405	José Lemos da Cruz	–
406	Cacimiro Lopes de Almeida	–
407	Feliciano José Barreiros	Sítio Pedra
408	Tertuliano Alves de Azevedo	–
409	Maria Basília da Silva	–
410	Antônio Coelho	–
411	Bonifácio Gonçalves Meira	Córrego da Vazante
412	José Bernardes	Conceição
413	João Félix Ribeiro	–
414	Antônio Correia da Rocha	Lagoa

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
415	Ludovina Soares Pereira	PaioI
416	Joana de Martins Pereira, Domingos de Matos Pereira, Luzia de Matos Pereira	Sítio Mosquito
417	Ana Maria da Conceição Ribeiro	–
418	Francisco Gomes de Andrade, Marcelo Jose Fernandes, Antônia Cordeiro e Luísa Cordeiro	Sítio Olaria
419	João Soares Pereira	Sítio Vargem
420	João Borges Fernandes	Sítio Contendas
421	Ana Carolina Senna e seus filhos	Sítio Buracão
422	Joaquim de Araújo Antunes	Lagoa
423	José Nunes Coelho	As Posses
424	Manoel de Araújo Antunes	Sítio Lagoa
425	Antônio da Costa Lima	–
426	Manoel Ferreira dos Santos	–
427	Luiz Vieira dos Santos	–
428	Eugênia Maria do Espírito Santo	–
429	Clemente de Andrade Pereira	São Lourenço
430	José Marques das Neves	Capão de São Francisco
431	José Marques das Neves	Santo Antônio
432	Silvestre Monteiro de São Miguel	–
433	João Monteiro de São Miguel	Santa Barbara
434	Anastácio Monteiro de São Miguel	Tamanduá
435	Antônio Barbosa de Oliveira	Sítio Orupuca
436	Natária Maria de Jesus	–
437	Lourenço da Costa Alecrim	Setubinha
438	Antônio Silvestre Gomes Rabello	Ribeirão da Folha

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
439	Carlota Alves de Macedo	Sítio do Brejo
440	Bento Quintiliano de Soyer	–
441	João Antônio Rodrigues	Sítio Boa Vista
442	Manoel Pereira Rodrigues de Araújo	Sítio Moinho
443	Maximiano da Rocha Guimarães	Córrego da Formiga
444	Antônio Pereira da França e sua mulher Josefa Maria do Espírito Santo	Fazenda da Conceição
445	Manoel Pereira Chaves e sua mulher Raimunda Maria do Espírito Santo	Fazenda São José
446	João Feliz Sousa e sua mulher Francisca Teixeira Abrantes	Fazenda São João
447	Clemente Feliz da Silva e sua mulher Teodora Maria do Espírito Santo	Fazenda da Boavista
448	Antônio Ferreira Cachoeira e Maria Francisca do Espírito Santo	Fazenda São José das Alagoas
449	Maria Ramos da Cruz	Rubim
450	Manoel Ramos da Cruz e sua mulher Maria Francisca de Jesus	Fazenda Bonito
451	Domingos Delfino José Esteves	Fazenda Santa Cruz do Gravatá
452	Firmino da Costa Pires	–
453	Manoel Alves de Oliveira	–
454	José dos Santos Jesus	Sítio São José
455	Crispim Soares de Araújo	Sítio Gangorras
456	Manoel Soares de Araújo	–
457	Firmino Quaresma da Fonseca	Córrego da Cachoeira
458	Joaquim Lopes de Souza tutor de seu irmão Francisco Lopes, sua filha Joana e demais herdeiros Antônia e Joana	Jatobá
459	Miguel Ferreira da Silva	Fazenda Bom Sucesso
460	Manoel Rodrigues da Silva	Malacacheta
461	Marcelo Rodrigues de Sousa	Sítio Urupuca
462	Alexandre Martins Pereira	Fazenda Bom sucesso

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
463	Joaquim Rodrigues Carneiro	Fazenda Santa Cruz
464	Paulo Cordeiro de Oliveira	Grota Grande
465	Inácio José de Azevedo	–
466	Paulo Cordeiro de Oliveira	–
467	Manoel Dias da Silva	Sítio da Joanna
468	Antônio Soares de Mendonça e seus filhos	Ribeirão dos Crioulos
469	Antônio Soares de Mendonça e seus filhos	Sítio do Fanado
470	Pedro Soares de Mendonça	Córrego de João Rodrigues
471	Pedro Soares de Mendonça	Sítio do Córrego do João
472	José Lourenço Rodrigues e os herdeiros do Lucas do Prado Silva	Fazenda Capivari
473-474	Francisco Teixeira Abrantes	_ ; Fazenda Mata Dois
475	Venâncio Caldeira Brant	–
476	Manoel Cardozo de Faria	Fazenda da Boa Sorte
477	Francisco Vaz Mourão	Saudade
478	Manoel Cardoso de Faria	Cachoeira
479	Maria Umbelino Quirinos e Ana Luiza da Purificação	Conceição
480	Padre Sérvolo Pereira dos Santos e os herdeiros do finado Manoel Carneiro	–
481	Francisco Pereira da Rocha	–
482	Manoel Luís de Carvalho (tutor dos menores Firmina, Carolina e Higino - filhos do finado Francisco Xavier da Costa Borges e sua mulher Rosalina de Jesus)	–
483	Teodoro Rodrigues dos Santos	Sítio São Thiago
484	Padre Joaquim Timóteo Pereira de Andrade	Fazenda Vereda da Conceição
485	Manoel de Oliveira Guimarães	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
486	Tomás da Costa Santos	–
487	Joaquim Martins Pereira	Córrego do Sabará
488	João Pereira dos Santos	–
489	Joaquim Eugênio Gonçalves Pires	Boa Vista Córrego do Engenho
490	Joaquim Eugênio Gonçalves Pires	–
491	Veríssimo Felix Ribeiro	–
492	Mariana Rabelo de Jesus	–
493	Isidoro Martins	–
494	Maximiano da Costa Vila Real	Ribeirão do Emparedado
495	João da Costa Guedes	–
496	Feliciano Luís Rego	–
497	Bernardo Lopes de Sousa	Córrego Seco
498	Antônio da Rocha Faria	–
499	Manoel José Gomes Torres	–
500	Miguel Moreira de Souza	–
501	Januário da Costa Alecrim	–
502	Custódia Xavier Martins	–
503	Januário José de Azevedo e Cleto José de Azevedo	Sítio Batiero
504	Germano José Coelho e herdeiros do finado Alberto José Coelho	Fazenda Ribeirão da Cachoeira
505	Justino Moreira Coelho	–
506	Francisco Dias da Silva	Ribeirão Duas Barras
507	Joana Maria do Espírito Santo declarante em nome de Benedito Francisco, Francisco de Paula e Manoel filhos de Maria Gomes	Sítio Buriti
508	Maria Soares de Sousa	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
509	Adriana Alves de Sousa	Sítio da Boa Vista
510	Teresa Alves Pereira e seu genro Antônio da Costa Duarte e Jacinto Luís de Araújo	–
511	Florêncio Francisco Fernandes	–
512	Carlota Alves de Macedo	–
513	Fortunato de Castro Pereira e pai, tios e irmãos	–
514	Severiano Soares de Mendonça, seus cunhados e filhos do finado Francisco Ferreira de Sousa	Urupuca
515	Fortunato Alves Correia	–
516-517	Joaquim José de Araújo	Sítio Quati; Sítio São Caetano
518	Francisco Pinto de Abreu	Fazenda de Santo Antônio
519	Ana Teresa das Mercês	–
520	Cândido Rodrigues de Andrade	Santa Bárbara
521	Joaquim Lopes de Souza	Sítio Olaria
522	Leandro Dias Ladeira	Morro Redondo
523	Ponciano José da Costa	Mangabeira
524	Teresa de Sousa Ferreira e seus filhos Claudino, Anacleto, João e José Herculano	Sítio Buraco
525	Leonardo Reis da Crus e Francisco Rodrigues da Cruz, Silvéria Rodrigues da Cruz, João Rodrigues da Cruz,	Sítio Rubim
526	Lino Lopes Ferreira (tutor de seu irmão)	Tapera
527	Rosa Marques da Cunha	–
528	Sebastião de Faria Oliveira	Capivari
529	Lauriano Leite de Sousa	–
530	Ana Maria da Conceição - herdeira de Francisco de Araújo Conceição	–
531	Marcela Luísa de Oliveira	Chácara Guarda Mor

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
532-533	Francisco Rodrigues da Cunha	_ ; Mucuri; Boa Vista
535	João Correia da Rocha	São João
536	João Gomes Leal	Alto
537	Severiano Soares da Silva	São João
538	Antônio Gomes Leal	Córrego do Engenho
539	Domingos Gomes Leal	Cachoeira
540	Jacinto Gomes Leal	São João
541-542	Antonino Barbosa de Oliveira	-
543-544	Maria Leonarda de Jesus	_ ; Buriti
545	João Gonçalves da Cruz	Cabeceiras do Prata
546	José Marques das Neves	-
547	João Pereira da Silva	Trindade
548	João José Cordeiro	-
549	Vicência de Souza Rosa	-
550	Francisco de Paula Coelho	-
551-552	Marcelo Reis da Fonseca	-
553	Benigno Jose de Azevedo	-
554	João Lopes da Rosa	-
555	Camilo Reis de Morais	-
556	Maria dos Santos Martins	-
557	Manoel dos Santos Martins	-
558	Maria Miranda de Oliveira	-
559	Paulo Leite da Cunha	-
560-561	Francisco da Costa Guedes	Fazenda São Lourenço; Fazenda Bonifácio

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
562-563	José da Costa Guedes	–
564	João Francisco Pego	–
565-566	José Luís Pego	_ Ribeirão de Santo Antônio
567	Francisco Gonçalves Chaves	Bom Jesus
568	Francisco de Paula Freitas	Santa Ana
569	Antônio de Souza Passos	–
570	Luiz Vieira da Silva	–
571	Antônio Barbosa de Oliveira	Chácara
572	João José da Silva	Gambá
573	Manoel Gomes de Andrade	–
574	Dona Jacinta Ferreira dos Santos	Ribeirão da Folha
575	Martiniano Lopes de Sousa	Lapinha e Prazeres
576	João Quintiliano Alves Barroso e sua mulher Rosa de Oliveira e Sousa	Ribeirão do Meio
577	Manoel Borges Costa	Boa Vista
578	Maria Carneiro do Espírito Santo	Pinheiro e Masuguês
579	Januário da Costa Alecrim	Bom Sucesso
580	Tristão Alfonso Fernandes	Fazenda Pimenta
581	Josefa Inácia da Conceição	Santo Antônio
582	Teresa Gomes da Silva	Sítio Camarim
583	Joaquim Rodrigues Soares	–
584	Cipriano de Araújo Ferreira	–
585-586	Inocência Correia da Rocha	Fazenda Capivari; Córrego do Sabará
587	Damião Ferreira Coelho	–
588	Antônio Soares Pereira	Córrego da Lapa

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
589	Joaquim de Macedo Lima	–
590	Maria Pinto	Capivari
591	Francisco Ferreira de Medeiros	–
592	Manoel Pereira Rodrigues de Araújo e sua esposa Isabel Maria Felisandra de Araújo e os herdeiros do Coronel José Felisandro da Costa	Chácara do Mirante
593	João José de Araújo	–
594	Ana Alves Lavanda da Silva	–
595	Donata da Silva Gomes	–
596	João Pereira de Sousa	Capivari
597	Vicente Pinheiro da Silva	Ribeirão de Santa Quitéria
598	Maria Delfina de Jesus e Amaro Gomes de Sousa	–
599	Delfino Vaz Martins e Maria Dias da Trindade	Ribeirão de Contendas
600	Filipe de Santiago	–
601	Lucinda das Neves	–
602	Sebastião Pereira de Andrade	–
603	Ana Teixeira	–
604	Pedro Rodrigues da Silva	–
605	Manoel Francisco Chaves	–
606	Teresa Alves de Jesus	Ilha
607	Damião Francisco da Costa	–
608	Claudiana Moreira dos Santos	Grota
609	Maria Cândida de Jesus	Córrego do Gouveia
610	Felicissimo José Duarte e Jerônima Alves da Silva	Sítio Araçuaí
611	Manoel Gomes Fernandes	–
612	Francisco Rodrigues da Fonseca	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
613	José dos Santos Coimbra	–
614	Antônio Gonçalves Ramos	Santa Catarina
615	Domingos Pimenta de Figueiredo	–
616-618	Fortunato Pereira dos Santos	–
617	Tomás de Sousa Fernandes	–
619-620-621	Plácido José da Costa e os herdeiros do senhor Guarda Mor Antônio José da Costa	– ;Fazenda São Caetano; Fazenda Maurício
622	Dona Maria de Sousa Ferreira	Sítio João Antunes
623	Clemente Ramos da Cruz, Antônio Mendes e Januário da Costa	Sítio Areião
624	Manoel Ramos da Crus Junior	Setubal-Catuás
625	Matias Nunes	Córrego da Cruz
626	Francisco Lopes da Silva	Campinho
627-628	Antônio Rodrigues da Fonseca	Trindade; Urupuca
629	Antônio Soares dos Reis	Montes Claros
630	Manoel da Costa Neves	Ribeirão de São José
631	Jacinto Pereira de Carvalho	Trindade
632	João da Costa Neves e outros herdeiros	Ribeirão do Vale
633	Antônio Pereira de Carvalho	Ribeirão da Trindade
634	Feliciano Vaz de Miranda, Custodio dos Santos Coimbra, Lodovina Soares Pereira e Clemente Soares da Fonseca	–
635	Helena Alves do Nascimento	Sítio Batarata
636	Manoel João da Silva	Sítio Matadois
637	Zifirino Gomes do Amaral	Olhos de Água
638	Zifirino Gomes do Amaral-Jose Teixeira Mendes-Luisa Rosa da Silva-Balbina Borges de Jesus-Valeriana Borges de Jesus-Carolina Borges de Jesus	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
639-640	Valentim Pereira de Meireles	–
641	Joaquina da Costa Alecrim	–
642	Jacinta Rosa de Santa Ana	Lambari
643	Martinho Jose Coelho	Ribeirão de João José
644	Marcelina Rosa de Santa Ana	Fundo do Saco
645	João de Oliveira de Paula	Setubinha
646	Feliciano Monteiro da Silva	Capão do Fumo
647	João Nogueira de Oliveira	–
648	Manoel Rodrigues Frois	–
649	Levino Monteiro das Neves	Capão do Fumo
650	Manoel de Sousa Borges	–
651	Aleixo Alves Chaves	–
652	Firmiano Pereira dos Santos	Santa Catarina
653	Maria Antônia dos Santos	–
654-655	Inocência Antônia de Jesus	Córrego Grande; Casinha
656	Francisca Teixeira	–
657	Francisca Teixeira (fez a declaração devido o marido estar ausente)	–
658	Domingos Barreiros de Jesus	–
659	Manoel Saturnino de Sousa	–
660	Vicente de Sousa Marrecos	–
661	Cacimiro Lopes da Silva	Córrego das Camarinhas
662	Maria Crispim de Azevedo	–
663	Francisco Martins Pereira	–
664	Jose Francisco Porto	Duas Barras

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
665	Servando da Silva Santos	Olhos d'Água
666	Rafael de Mattos Pereira	Cachoeira do Ribeirão da Trindade
667	Ana Soares da Conceição	Cabeceiras do Ribeirão de São João da Matta
668	Serafim Rodrigues Pereira	–
669	Camilo Gomes Leal	Santo Antônio
670	Maria Alves da Conceição	–
671	Ivo de Araújo Antunes	–
672	Francisco Alves da Silva	Pinheiro
673	Manoel da Silva Rodrigues	Trindade
674	Joaquim Camargos Lira	Brito
675	Dona Rosa Simões de Miranda e Dona Solidade Marques da Cunha	Papagaio
676	Antônio Lopes de Oliveira	–
677	Hermenegildo de Sousa Pereira	Fazenda Córrego do João
678	Francisco Teodoro, Joaquim Moreira, Vitoria Moreira, Ana Moreira, Felisarda Moreira	–
679	Joaquim Ramos da Cruz	Barra do Cedro
680	Maria Nunes de Sousa	–
681	Claudino da Costa Alecrim	–
682	Manoel do Nascimento, Donata e Maria Alves	–
683	Maria Soares de Mendonça e seus filhos	–
684	Gertrudes Soares Pereira	
685	Brígida Joana Polucena e os outros herdeiros	
686	Manoel Soares de Mendonça	
687	Bento Jose Rodrigues	Santo Antônio
688	Francisco Lima da Silva	Bananal

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
689	João Dias Ferreira	Ribeirão dos Coqueiros
690	Camilo Jose de Figueiredo	
691	Joana Carneiro Coelho	
692	Disidério da Costa Miranda	
693	Jacinto Luís de Araújo	
694	Clemente Ferreira de Matos	
695	Dionísio Alves Correia	Sítio do Ribeirão dos Cocais
696-697	João de Macedo Lima	
698	Jose Ferreira Coelho	Fazenda Moinho
699	João Serino Pinto	-
700	Miguel Ferreira da Silva, João, José, Lodorico, Pedro e Anna	Cansação
701	Manoel Ferreira da Silva	Fazenda da Cachoeira e Fazenda do Capivari
702	Cipriano Ferreira da Silva	Córrego do Banheiro
703	Antônio Damião da Costa (agregado de Maria Antônia de Carvalho)	
704	Manoel de Miranda Barbosa e outros herdeiros	
705	Modesto Alves Nunes e outros herdeiros	Cansação
706	Francisca Fiuza	Cansação
707	Claudino de Sousa Ribeiro	
708-709	Adrião da Rocha Guimarães	- Fanado
710	Maria da Rocha Guimarães	
711	Clemente Soares Pereira	-
712	Cassiana Maria das Neves	-
713	Jacinto de Souza Marcos	Sítio Unha de boi

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
714	Plácido José da Costa	–
715	Clemente Salomão	Ribeirão
716	José Francisco Porto Júnior	Barro Branco
717	José Gomes dos Santos	Cana Brava
718	Felício Pereira da Silva	–
719	Antônio Damião da Costa	Buriti
720-721	João Nunes de Souza	–
722	Jacinto Luís de Oliveira	–
723	Manoel Leite da Silva	Ribeirão dos Cocais
724	Antônia Soares Monteiro	–
725	Nasária Maria do Espírito Santo	–
726	Justino Rodrigues Moraes	–
727	Teodoro Martins de Sousa	Fazendinha Engenho do Pilão
728	Timóteo Gonçalves de Meira	Córrego do Jambeiro
729	Francisca José Coelho declarante em nome de João seu filho menor	–
730	Antônio Lopes da Silva	–
731	Francisca José Coelho	Ribeirão de São Benedito
732-735	Francisco Lopes da Silva	–
733-736	Francisca José Coelho	–
734	Antônio Ernesto Coelho	–
737	Feliciano Lopes da Silva	–
738	João Soares da Costa	–
739	José Teófilo da Costa	Sítio Prazeres
740	Faustino Martins Pereira	Cabeceiras do Córrego do João

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
741	Donato de Passos e Oliveira	Córrego Camadinho
742	João Lopes Ferreira	João Gomes
743	Domingos Rodrigues Machado e outros herdeiros	–
744	José Ferreira de Almeida	–
745	João de Leão Moraes e seus cunhados	Ribeirão da Folha
746	Bonifácio Rodrigues de Sousa	Córrego do Riacho
747	Justiniano José de Carvalho e os herdeiros de Domingos da Costa Alecrim e Custódia Borges	Ribeirão da Anta
748	Justiniano José de Carvalho	–
749	Delfina Josefa do Sacramento	Córrego do Macuco
750	João Quintiliano Alves Caminha e Antônio Alves Quintiliano Alves Barroso	Santa Rita
751-752-753-754	Josefina Gonçalves Caminha em comum com seus filhos	_ ; _ ; _ ; Ribeirão do Meio; _
756	Antônio Martins Duarte e os herdeiros de Manoel Alves Martins	Fanado
757	Francisco Gonçalves Xavier	Sítio Arapuca
758	Paulo Ferreira da Cruz	Malacacheta
759	Bento Alves Machado	Pires
760	Jacinta Antônia dos Reis, seu genro e filhos	Malacacheta
761	Antônio Teotônio dos Santos e Sebastiana	–
762	Jacinto Alves Correia	Sítio Almas
763	André Rodrigues de Fonseca	Trindade
764	Francisco Coelho Barbosa	–
765	Levino Coelho Barbosa	Não descreve
766	Maria Pinto Alves	Córrego das Almas

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
767	Carlos José da Silva, seus irmãos e cunhados	Pindaíba
768	Balbina Ferreira de Sousa e seus filhos	O Nagau
769	Maximiano da Rocha Guimarães	Surubim
770	Francisco Gonçalves de Alves	Os Alves
771	Justino da Rocha	Laranjeira
772	Adrião Ferreira de Almeida e outros herdeiros	Santo Antônio
773	José Silvério da Costa e herdeiros de João da Costa	Maria de Oliveira
774	Hipólito Ramos da Cruz	–
775	Custódio Lopes de Sousa	–
776	Ana de Sousa Ferreira e seus filhos	Barreiro
777	Antônio Rodrigues da Cruz	–
778	Manoel Lopes Ferreira	Canto Alegre
779	João Ferreira Paulino	Contendas
780	Ana Rosa de Castro e os herdeiros de Herculano Alves Coelho	Santa Ana
781	José Joaquim de Sousa	Córrego Grande
783	Jacinta Joaquina de Jesus	–
784	Damásio Rodrigues	–
785	Manoel e João	Baú
786	Ana Rosa de Jesus Alves Pereira	Rocinha
787	Domingos Nunes de Souza	–
788	Francisco de Sousa da Silva	Pedra Branca

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
789	Helena Maria de Jesus por parte de seu irmão que se encontra ausente da província	Vargem do Barro
790	Antônia Faria de Oliveira	Córrego do Carreto
791	Silvéria Rodrigues Nunes	–
792	Hilário Gonçalves Martins	o Boi
793	Manoel Rodrigues	–
794	Manoel Gonçalves de Alves	–
795-796	João Rodrigues	–
797	Lauriano Rabello Celestino e seus irmãos herdeiros de seu pai Francisco Rabelo Soubo	Santo Antônio
798	Lauriano Rabello Celestino	Ribeirão da Folha
799	Francisco Salustiano Teixeira	Córrego do Taquaral
800	Simplício Soares dos Santos	Das Almas
801	Francisco José de Figueiredo	–
802	Maximiano Gonçalves Sousa	Araújo
803	Maria de Deus	–
804-805	Servando Pereira da Silva	Pilões
806	Jacinto Bernardo de Mendonça	–
807	Honorato Cordeiro Antunes	–
808	Joaquim Alves da Cruz e Antônio Moreira de Carvalho	–
809	Justiniano Mendes Guimarães e os herdeiros do finado Gonçalo Ramos	Sítio Forquilha
810	Claudino Simões de Miranda e demais herdeiros do finado Francisco José Soares	
811-812	José Pacífico Peregrino e Silva	–

Continua...

Quadro 1D: Cont.

Nº do RPT	Nome do proprietário	Nome da Propriedade
1	Francisca José Coelho da Silva	
2	Bernardo Nunes Rodrigues	–
3	Roberto Francisco Terra	Córrego de São João
4	Jerônimo da Costa Guedes	–
5	Manoel Ferreira Antunes	–
6	José Gonçalves de Meira	–
7	Augusto Benedito Otoni na qualidade de diretor dos índios do Mucuri	–
8	Maria Teixeira do Nascimento	–
9	José Ricardo Correia da Rocha	Ribeirão d'Água Fria
10	José Gonçalves de Abreu	
11	José Machado de Oliveira	Sucanga
12	Marciano Correia da Rocha	–

Anexo B



Fonte: Autor: Eduardo Borges Fotografia. Data: 19-03-2015. In: Acervo pessoal de Juliana Pereira Ramalho.

Figura 1A - Foto do Sobradão de Minas Novas.